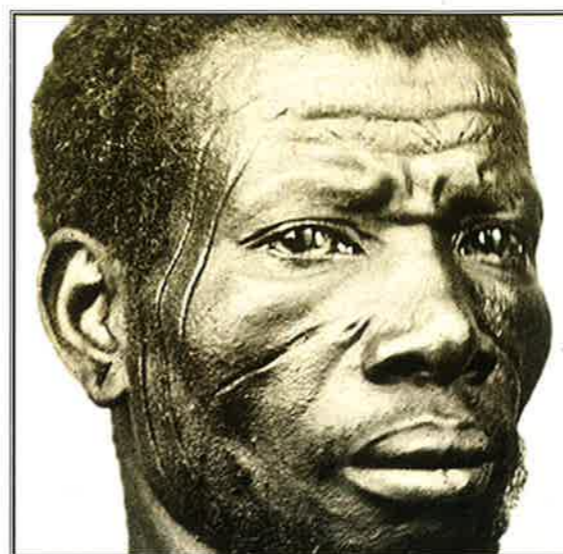


Clóvis Moura



DIALÉTICA
RADICAL
DO BRASIL NEGRO

2ª Edição



Clóvis Moura

DIALÉTICA
RADICAL
DO BRASIL NEGRO

2ª Edição



São Paulo
2014

DIALÉTICA RADICAL DO BRASIL NEGRO

Produção
Fundação Maurício Grabois

Coordenação editorial:
Dennis de Oliveira
Augusto César Buonicore

Digitação
Revista Dikamba

Revisão
Renata Czekay
Scheilla Margarida
Maria Lucília Ruy

Projeto gráfico, diagramação e capa
Laércio D'Angelo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
M929d	Moura, Clóvis, 1925-2003 Dialética Radical do Brasil Negro. / Clóvis Moura. — 2. ed. — São Paulo : Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014. 336 p. ISBN 978-85-7277-155-9 1. Escravidão – História - Brasil. 2. Negro - Brasil. I. Título. CDD 301.4493

Catálogo na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Copyright © 2014
Direitos desta edição: Soraya Moura

Editora e Livraria Anita Ltda.
Rua Amaral Gurgel, 447, 3º andar, cj. 31 – Vila Buarque
CEP 01221-001 – São Paulo – SP – Brasil
Fone: (11) 3129-3438
www.anitagaribaldi.com.br – livraria@anitagaribaldi.com.br



Fundação Maurício Grabois

Presidente
Adalberto Monteiro

Secretário-geral
Augusto César Buonicore

Diretor Administrativo e Financeiro
Leocir Costa Rosa

Diretor de Comunicação e Publicações
Fábio Palácio de Azevedo

Diretora de Formação
Nereide Saviani

Diretor de Estudos e Pesquisas
Aloísio Sérgio Rocha Barroso

Diretora de Políticas Públicas
Fabiane Azevedo Guimarães

Diretor de Temas Ecológicos e Ambientais
Luciano Rezende

Diretor de Cultura
Javier Alfaya

Para

Antônio Fernandes Neto

Ari Cunha

Nelson Schor

Manuel Correia de Andrade

Giselda Laporta Nicolelis

M. Paulo Nunes

João Batista Borges Pereira

Kabengele Munanga:

Amigos.

Para Griselda,
companheira.

"Toda história é remorso."

Carlos Drummond de Andrade

A Cidadania Confiscada

"Classificam-se geralmente na nomenclatura de móveis todas aquelas cousas, que *inteiras e salvas* por natureza, e propriedade se podem mover, ou se movem a si mesmas de hum lugar, não differindo as *móveis* das *semoventes* como as cousas arrancadas quais a areia, a greda, as árvores, os ramos delas; os frutos metálicos, ouro, prata, cobre, estanho, chumbo, ferro (bem entendido, depois de avulsados e separados das minas); os frutos depois de separados da terra; por mais que produzidos em prédios de Morgados, Prazos eclesiásticos etc.: – *Os escravos, os Bois, Cavalos, gados e mais animais que se movam.*"

(José de Mello Freire; comentário às Instituições do Direito Civil Luzitano)

Sumário

Prefácio

Uma análise marxista das relações raciais <i>Dennis de Oliveira</i> _____	15
--	----

Apresentação

O pensamento radical de Clóvis Moura <i>Augusto Buonicore</i> _____	23
--	----

I - Do Escravismo Pleno ao Escravismo Tardio_____33

○ Escravismo Pleno_____	62
Brasil Reino e Brasil Independente: o escravismo consolida-se_____	76
Do fastígio ao início da crise_____	80
Rasgos fundamentais do escravismo pleno_____	82
○ Escravismo Tardio_____	85
○ escravismo moderniza-se e o Brasil fica dependente _____	86
Estratégias de dominação do escravismo tardio_____	92
No setor urbano-industrial o Brasil moderniza-se e endivida-se_____	93
A tecnologia nova serve à estrutura arcaica_____	96
Modernização escravista e endividamento externo_____	100
A Tarifa Alves Branco_____	103
A Lei da Terra_____	108
○ escravismo tardio descamba no capitalismo dependente_____	121
Rasgos fundamentais do escravismo tardio_____	123
Os abolicionistas assumem a hegemonia do processo_____	124
A Lei Eusébio de Queirós _____	127
A Guerra do Paraguai_____	134
Conclusões_____	146
Notas_____	153

II - População, Miscigenação, Identidade Étnica e Racismo_____173

○ negro e o colonialismo endógeno de Portugal _____	175
---	-----

População e miscigenação no Brasil	182
A diáspora negra no Brasil	188
Dinamismo demográfico da escravidão no Brasil	196
Miscigenação e identidade étnica	205
A perda parcial da identidade étnica	213
Particularidades do racismo brasileiro	217
Notas	221
III - Linguagem e Dinamismo Cultural do Negro	233
As culturas africanas transformam-se no Brasil em uma cultura de resistência	237
Cultura de resistência	242
Autodefesa da cultura oprimida	244
O negro na literatura brasileira	246
A imprensa negra	248
Da produção limitada ao negro dividido culturalmente	253
O intelectual negro dividido: Arlindo Veiga dos Santos	258
Linguagem, repressão e ansiedade do cativo (o desabafo do cativo)	262
Notas	273
IV - Especificidade e dinamismo dos movimentos de São Paulo	277
O negro urbano emergente: novos aspectos da questão racial	279
Dois universos negros e sua dinâmica divergente em São Paulo	290
O problema eleitoral e o movimento negro	302
A beleza negra e a autoafirmação cultural	310
Valorização da estética africana	313
Livraria matriz de consciência étnica	318
Conclusões	323
Notas	326
Biografia	331

Prefácio

Uma análise marxista das relações raciais

Dennis de Oliveira*

A obra *Dialética Radical do Brasil Negro* é a síntese do pensamento de Clóvis Moura, que considero um dos maiores sociólogos do Brasil. Não se trata apenas e tão-somente de uma obra de reflexão sobre as relações raciais no país, mas sim de uma proposta teórico-conceitual sofisticada *de pensar o Brasil*. Isto porque Moura tem a preocupação de estudar a dinâmica das relações raciais como um elemento central na estruturação da sociedade de classes brasileira.

As inovações do pensamento moureano se dão, principalmente, na caracterização do período da escravização de africanos como um "modo de produção". Neste sentido, há uma aproximação da sua obra com o clássico *Escravidão colonial*, de Jacob Gorender, onde é defendida a ideia de que o escravismo no Brasil se constituiu em um modo de produção original e distinto do escravismo clássico, porque *produzia riquezas* e estava articulado, de forma subordinada, ao modo de produção mercantil. Gorender, um althusseriano assumido, invoca o conceito de "formação social" para defender a sua hipótese de modos de produção articulados

dentro de um sistema mais global regido pela hegemonia de um modo de produção específico.

Se Moura não chega a este aprofundamento, consegue historicizar de forma original o processo de consolidação e decadência do escravismo no Brasil, propondo dividi-lo em dois momentos: o escravismo pleno e o escravismo tardio. Em cada um deles, aponta as características fundamentais de cada período, e como foram elementos estruturantes do panorama social. É neste ponto que se observa a visão materialista dialética e histórica de Moura ao analisar as relações raciais – que, para ele, são produto da formatação de como se dá a organização da produção material.

Mas a grande contribuição de Moura está na análise que ele faz da transição do escravismo tardio para o capitalismo. A importância desta passagem reside no fato de que Moura aponta que no Brasil se criam condições objetivas para uma “modernização conservadora”, isto é, o desenvolvimento de relações capitalistas mantendo estruturas arcaicas. Isto porque, ao contrário de outras experiências de revoluções burguesas, o capitalismo por aqui foi construído com base em riquezas primitivas acumuladas via a exploração de africanos escravizados e protagonizado pelas mesmas classes que escravizaram africanos.

O marco histórico desta transição é a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que proíbe o tráfico de africanos escravizados. Se esta lei começa a abrir espaço para o fim do escravismo, ela também marca o início do processo de transição controlada, feita pela própria natureza de uma abolição gradual e o redirecionamento dos recursos aplicados no tráfico no investimento na infraestrutura necessária para o desenvolvimento das relações capitalistas. Além disto, vislumbrava-se neste projeto a segregação de negros e negras ex-escravizados como população marginalizada negando-lhes o direito à posse da terra (garantido com a promulgação da Lei de Terras, no mesmo ano de 1850, que transforma a posse da terra de concessão em propriedade privada, praticamente “congelan-

do” a estrutura fundiária nas mãos dos antigos senhores de escravos) e também ao trabalho assalariado, que começava a se fortalecer com o nascente capitalismo, com a política do branqueamento posta em prática com o incentivo à imigração.

Se a exclusão de negros e negras era justificada ideologicamente pelas elites intelectuais da época, com a importação das teorias do racismo “científico” e da eugenia – populares nos espaços acadêmicos daquele período –, ela tinha um objetivo material: a transição do escravismo foi para um capitalismo de natureza *dependente*, isto é, voltado para o atendimento de demandas externas. Em outras palavras, a estratégia das elites que comandavam este processo era de se associarem de forma subalterna ao capitalismo global que, já da metade para o final do século XIX, dava os seus passos para a natureza imperialista.

E qual a importância desta opção pelo capitalismo dependente, destacada por Moura? É que, em nenhum momento, neste processo de transição, houve uma aliança entre a burguesia e a classe proletária brasileira para um projeto de modernização das estruturas arcaicas. A produção de riquezas obtida via a superexploração do trabalho permaneceu no novo sistema, e a existência de uma grande “massa” de excluídos, como um grande “exército de reserva de mão de obra”, cumpre o papel de manter rebaixados os valores pagos ao trabalho. As instituições políticas derivadas deste modelo são configuradas como mecanismos de manter reprimidos violentamente os movimentos de contestação, daí que o conceito de “cidadania”, que se origina nos projetos republicanos, longe está da concepção universalista das experiências das revoluções burguesas do século XVIII.

Esta concepção moureana tem impactos significativos na discussão das relações raciais no Brasil. Uma delas foi entender o racismo não como resquícios de uma sociedade arcaica que poderiam ser enfrentados à medida que a modernização capitalista fosse avançando, mas como um elemento central que está na *gênese* do próprio capitalismo

brasileiro – isto é, ele se desenvolve *pari passu* às estruturas de opressão racial. E, embora Moura destaque com muita precisão nesta sua obra que as diferenças de condição entre os imigrantes que para cá vieram como trabalhadores e os negros e negras escravizados e libertos apontem para uma definição de *lugar* para cada um destes grupos sociais – e é interessante perceber como a mobilidade social de imigrantes ocorreu de forma significativa e em um período muito mais curto que o dos africanos e seus descendentes –, a perspectiva de colocar a opressão racial dentro da lógica do sistema capitalista brasileiro aponta para a necessidade de se articular a luta contra o racismo com a luta contra o capital. Em outras palavras, luta antirracista e luta de classes se imbricam e se articulam mutuamente.

Com isto, Moura se afasta de uma apropriação meramente funcional do marxismo, que poderia colocar em uma perspectiva fatalista ou apenas e tão-somente de dissolver o problema de superação do racismo dentro da luta mais geral contra o capitalismo. Muito pelo contrário. Antes do *Dialética*, Moura já tinha defendido a ideia da existência de uma práxis política do africano escravizado como a inauguração da rebeldia do trabalho. Mais presente na obra *Rebeliões da senzala*, todo o conjunto de revoltas e lutas dos quilombos e movimentos protagonizados por negros e negras não eram apenas “revoltas pontuais”, mas também sinalizavam para a possibilidade de constituição de projetos políticos alternativos. Por isto, Moura destacou, em obras anteriores, que o projeto político da República de Palmares era “surpreendentemente progressista para a época”, uma vez que se organizava com base na propriedade coletiva da terra, na policultura e no direcionamento da produção para os seus membros. O resultado disto é que enquanto a fome grassava na colônia havia fartura em Palmares. Isto nos séculos XVI e XVII. Já no século XIX, a Guerra dos Alfaiates ou a Inconfidência Baiana (obliterada na história oficial pela prevalência da Inconfidência Mineira, movimento protagonizado por elites intelectuais), liderada

por trabalhadores negros, apresentou um projeto político muito mais avançado e popular que o da sua congênere mineira. A presença de negros e negras em vários outros movimentos radicais naquele período – e que permanece hoje, basta ver os movimentos populares, de moradia, sindical etc. – desmonta a tese de uma *passividade* negra ante a brutal exploração do escravismo e do racismo. Em síntese, há uma *dialética radical*, o sistema de opressão se dinamiza junto com as pressões e rebeliões do povo negro. A própria abolição da forma que se deu aconteceu por conta deste conflito de um projeto arcaico e conservador que buscava manter os privilégios e, por todos os meios, controlar as revoltas e impedir o projeto político mais avançado, ao qual Moura chamava de *quilombagem*.

É por isto que as duas últimas partes desta obra discutem a “Linguagem e Dinamismo Cultural do Negro” e a “Especificidade e dinamismo dos movimentos de São Paulo”. Na primeira, Moura destaca a cultura negra como uma “cultura de resistência” à medida que ela se constitui num espaço de reconstrução e manutenção de uma identidade e autodefesa diante de um sistema brutalmente opressor. E esta resistência e autodefesa não acontecem dissociadas dos mecanismos sistêmicos de opressão e é aqui também que se observa a riqueza da dialética moureana. Citando Luiza Bairros, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do governo Dilma e naquele momento, ativista do Movimento Negro Unificado, ela lembra que “é falso pensarmos que a militância do movimento negro está a salvo das sequelas que o racismo provoca em qualquer negro”.

Moura aponta que a opressão racista gera na militância negra tendências a “agressividade” e “ansiedade”, que podem se expressar por comportamentos políticos marcados pela ambiguidade. Moura afirma que “para quem convive com negros de forma sistemática durante um tempo relativamente grande, em um país no qual existiu a escravidão até recentemente (pouco mais de cem anos), uma coisa salta aos olhos:

o seu comportamento ainda está fundamente marcado pelo relacionamento que havia entre senhores e escravos no passado no nível de dominação/subordinação. Essas reminiscências produzem, por seu turno, mecanismos sociopsicológicos de compensação simbólica de desajustamento, reajustamento e ajustamento.”

É por isto que a agressividade surge como uma primeira reação à agressividade sistêmica do racismo e ela ocorre de forma distinta entre camadas negras proletarizadas e intelectualizadas, nestas como reações intempestivas principalmente pela convivência em ambientes majoritariamente brancos e marcadas por uma negação peremptória de pertencer a camadas marginalizadas, como um desejo permanente de autoafirmação.

É por conta disto que Moura aponta para a ambiguidade como uma resultante disto, exposta, por exemplo, em figuras como Arlindo Veiga dos Santos, líder da Frente Negra Brasileira e proponente da ideologia do “patronismo”, com inspirações monarquistas, nacionalistas, antisemitas e elitistas. E também em Cruz e Souza e escritores considerados “mulatos” e que se branquearam como Gonçalves Dias, Bilac, Alberto de Oliveira, Machado de Assis, entre outros. Em boa parte, Moura credita isto a uma opressão racial que coloca para intelectuais negros e afrodescendentes a necessidade de se adequarem a códigos formais, semânticos e gramaticais dominantes. Razão pela qual uma autora como Carolina de Jesus (*Quarto de despejo*) seja vista, no limite, dentro dos olhos do exotismo e nunca como uma autora legítima representante de um segmento social e de uma condição social imposta pelo sistema racista.

Assim, a ambiguidade é produto da situação política posta: buscar possibilidades dentro do sistema significa adequar-se a determinados códigos dominantes, caso contrário vem a rejeição que, em última instância, é a geradora da agressividade. Uma reflexão fundamental para ser retomada em um momento em que se discute a implantação de mecanismos de inserção social de negros e negras na universidade, no ser-

viço público e se reivindica uma presença maior de negros e negras em espaços institucionais.

Tive a honra de ter uma convivência (ainda que curta) com o professor Clóvis Moura no início dos anos 1990, frequentando eventualmente a sua casa sempre para pedir opinião sobre textos que escrevia no meu doutorado e também para a Unegro (União de Negros pela Igualdade), entidade que ajudei a fundar em São Paulo e na qual militei de 1989 a 2005. Em 1992, participei de um seminário em Vitória (ES) sobre estratégias de combate ao racismo no Brasil, e dividi a mesa com ele. O evento foi organizado pelo governo do Espírito Santo (dirigido pelo primeiro governador negro, Albuino Azeredo). Eu tinha redigido dois anos antes um texto intitulado *Extermínio de crianças e adolescentes negros e pobres no Brasil* que foi utilizado como a tese da Unegro no I Encontro Nacional de Entidades Negras realizado em 1991, e também foi mencionado no programa nacional de televisão do Partido Comunista do Brasil naquele ano. O texto utilizava como referência um documento da Escola Superior de Guerra de 1988 chamado *Estrutura do Poder Nacional para o Século XXI*, que apontava os cinturões de miséria e os “menores” abandonados como potenciais elementos desestabilizadores da lei e da ordem e que, portanto, precisariam ser contidos e até “destruídos”. Com apenas 28 anos e ainda tateando na minha carreira acadêmica, perguntei a opinião de Moura sobre aquele texto. Ele, olhando para longe, disse: “olha, eu vi muita gente criticando este texto, não vi nada demais, mas o que vocês precisam entender é o seguinte: um projeto negro radical no Brasil é como uma bomba atômica que vai derrubar todas as estruturas do país”.

O pensamento de Moura foi a base da elaboração de projetos políticos de várias entidades do movimento negro. Nos anos 1990, somente a Unegro assumia-se publicamente como seguidora do pensamento mourano. Após 2000, há uma recuperação do pensamento de Moura em várias entidades de jovens negros, como o Círculo Palmarino, o Quilom-

tagem e o Coletivo Quilombação, fundado em 14 de dezembro de 2013 em uma atividade de celebração dos dez anos de falecimento de Moura.

Clóvis Moura foi um intelectual que decididamente não se adequou aos códigos hegemônicos da academia. Se o movimento negro começa a recuperar a contribuição do seu pensamento, ele ainda não é tratado com o respeito e a reverência que merece pela academia. Alguns “acadêmicos” têm a coragem de dizer que ele não é um intelectual e sim um “militante” e que suas obras carecem de fundamento, são meramente “divulgadoras da luta dos negros”. O medo que a bomba atômica do pensamento moureano derrube as estruturas e os privilégios raciais provavelmente é a gênese desta desqualificação absurda.

A reedição desta e de outras obras de Moura, a sua divulgação, leitura e estudo aprofundado são fundamentais, pois se o racismo sofisticou os seus mecanismos de opressão, exige também qualificação do discurso e da ação antirracista. E nisto, Clóvis Moura é nosso mestre!

* Dennis de Oliveira é professor associado da Universidade de São Paulo; membro do conselho científico do NEINB/USP (Núcleo de Apoio à Pesquisa e Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro da USP); coordenador político do **QUILOMBAÇÃO**, Coletivo de Ativistas Antirracistas.

Apresentação

O pensamento radical de Clóvis Moura

“Ser radical é ir às raízes dos problemas e a raiz do homem é o próprio homem”

K. Marx

*Augusto Buonicore **

E stávamos no ano de 1949 e um jovem estudioso, vivendo no interior da Bahia, resolveu enviar uma longa carta ao historiador Caio Prado Jr. Nela, falava dos seus planos de realizar uma pesquisa sobre a história das rebeliões negras no Brasil. Para isso, pedia ajuda ao eminente intelectual marxista. A resposta, contudo, não foi nada animadora. Ela sugeria que o rapaz abandonasse o plano original, pois morava numa região onde a escravatura não tinha tido um grande papel. E, mais grave, ali não teria condições de ter acesso às fontes históricas necessárias para desenvolver tão ousado projeto. Então, propunha que o missivista pegasse a “pena” e contasse “com toda simplicidade” o que “observava à sua volta”. Ou seja, descrevesse a situação do sertão

baiano, onde vivia. Uma sugestão bastante prudente. Nove entre dez orientadores acadêmicos proporião a mesma coisa.

Mas, felizmente, o jovem de nossa história resolveu ignorar o conselho sensato e se meteu na difícil, e pouco promissora, tarefa de escrever sobre a história da luta dos negros brasileiros. O primeiro grande resultado desse esforço hercúleo foi o livro *Rebeliões da Senzala*, publicado em 1959. Hoje considerado um clássico da nossa historiografia. O nome do garoto, como vocês já devem ter adivinhado, era Clóvis Moura.

Rebeliões da Senzala rompeu com o paradigma predominante, que subestimava o papel dos negros escravizados no processo de construção da nação brasileira e da sua própria libertação. Os escravos não eram – como em geral se afirmava – uma massa passiva sobre a qual os verdadeiros atores interpretavam o drama histórico. Durante todo o período colonial e imperial eles protestaram e lutaram por sua liberdade e dignidade. As revoltas e os quilombos não foram algo excepcional, exceções que confirmavam a regra. Constituíram-se como uma maneira de ser dos trabalhadores numa sociedade assentada na mais brutal forma de exploração: a escravidão. Mais de um século antes dois grandes intelectuais revolucionários alemães haviam afirmado que “a luta de classes era o motor da história”. No Brasil, as coisas não podiam ser diferentes.

Embora considerado um trabalho pioneiro – e até mesmo um clássico –, *Rebeliões da Senzala* não deu ao autor o reconhecimento acadêmico merecido. Ele continuou sendo um intelectual à margem da universidade e da vertente principal do pensamento social brasileiro. Contudo, não desanimou e seguiu perseguindo o seu grande objetivo: entender as origens e as razões da permanência da opressão dos negros no Brasil, numa época em que muitos diziam que isso simplesmente não existia. Muitos viam o nosso país como uma terra sem preconceitos, sem racismos. Consideravam-no uma “democracia racial”.

A respeito disso, damos a palavra ao professor Kabengele Munanga: “Sobre um total de vinte e sete títulos em nosso levantamento, vinte deles tratam exclusivamente da história, dos problemas e da situação do negro brasileiro. Neste sentido, ele foi um dos maiores estudiosos, pensadores e intelectuais da questão negra no país”. E conclui: Clóvis “foi realmente um intelectual orgânico do povo negro”. Entre os muitos títulos que publicou estão: *O negro de bom escravo a mau cidadão*, *Os quilombos e a rebelião negra*, *Brasil: as raízes do protesto negro*, *As injustiças de Clóvis: o negro na historiografia brasileira*, *Sociologia do negro brasileiro*, *História do negro brasileiro* e *Dicionário da escravidão negra no Brasil*.

O livro *Dialética Radical do Brasil Negro*, como outros tantos trabalhos de Clóvis Moura, estava fora de catálogo há muito tempo e vinha se tornando uma verdadeira raridade bibliográfica. Fato que, sem dúvida, acarretou grandes prejuízos àqueles jovens estudiosos e militantes sociais que desejavam ter contato direto com essa interpretação radical e original da formação social brasileira. Por isso, a Fundação Maurício Grabois e o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro da USP resolveram unir esforços visando a republicá-la, contribuindo para maior difusão do pensamento de Clóvis Moura.

A primeira edição foi lançada há exatamente 20 anos, quando o neoliberalismo dava as cartas na América Latina e no Brasil. Naquela época, os movimentos sociais lutavam diariamente para preservar os seus direitos. Hoje a situação está mudada. Desde a posse do presidente Lula em 2003, o povo pobre não apenas tem mantido como vem ampliando suas conquistas. A população negra – que constitui a base da nossa pirâmide social – tornou-se a maior beneficiada pelos projetos governamentais. Ganhou com o aumento real do salário mínimo, a preservação do emprego, a extensão de direitos às empregadas domésticas, a instituição dos programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida. Atendendo à pressão do movimento negro, esses governos aprovaram o Estatuto da Igualdade Racial e a política de cotas raciais.

Os negros e pobres, finalmente, puderam ter acesso ao ensino superior. Este era, até então, uma espécie de reserva de mercado das camadas médias e altas. Essas mudanças também estão ligadas ao aumento da consciência, da organização e das lutas dos próprios negros, através de suas entidades. A diferença é que, dessa vez, os movimentos antirracistas encontraram governantes mais sensíveis e propensos a atender parte de suas reivindicações históricas.

Voltando a Clóvis Moura, devemos dizer que ele não foi apenas um intelectual, autor de uma série de livros importantes sobre a temática negra, mas também um ativo militante das causas sociais. Desde os anos 1940 atuava no Partido Comunista do Brasil, contribuindo com a sua imprensa. Algumas décadas depois, em plena ditadura militar, se envolveria diretamente com o movimento negro que se reorganizava sob novas bases. Tornou-se um colaborador do Movimento Negro Unificado (MNU) e da União de Negros Pela Igualdade (UNEGRO), da qual se transformou no principal ideólogo.

Fazia isso porque tinha consciência de sua situação enquanto negro brasileiro. Num artigo, Kabengele Munanga nos contou um episódio envolvendo Clóvis Moura e que marcou sua vida: "O conheci em 1976, durante o ciclo de palestras na 'Semana do Negro' (...). Para quem acabara de chegar ao Brasil, com certeza de estar entrando no maior país de democracia racial do mundo, a minha surpresa foi muito grande ao ouvir o professor Clóvis Moura denunciar, na sua fala, a discriminação racial contra o negro no país. O que mais me impressionou, foi ele se referir ao negro na primeira pessoa do plural 'nós negros', ao invés de falar na terceira pessoa 'ele negro', 'eles negros'. Usava a primeira pessoa para deixar claro ao público presente, que ele também, embora mestiço claro, considerava-se negro. No auditório algumas pessoas murmuravam, inconformadas com a sua ousadia de considerar-se negro num país onde os não brancos são (...) chamados de morenos, até os indivíduos fenotipicamente negros". Assim era Clóvis Moura.

O modo de produção escravista e suas etapas

O livro que o leitor tem em mãos traz importantes contribuições ao debate sobre os modos de produção predominantes nos primeiros séculos da nossa história. Clóvis Moura, compartilhando da tese defendida por Jacob Gorender, definia-o como um Modo de Produção Escravista, pois não havíamos tido naquele período a predominância de relações de tipo feudal e muito menos capitalista. Foi essa constatação original que nos permitiu compreender mais e melhor a dinâmica da luta de classes, especialmente o papel desempenhado pelos negros escravizados. Estes, finalmente, puderam aparecer com um novo estatuto na historiografia brasileira. Deixaram de ser vistos como elementos passivos e passaram a ser considerados agentes importantes no processo de transformação da sociedade e na própria superação da escravidão.

Clóvis foi um pouco além ao destacar a existência de duas grandes etapas no Modo de Produção Escravista: o Escravismo Pleno e o Escravismo Tardio. Ou seja, o nosso escravismo não poderia ser visto como um bloco homogêneo, sem diferenciações. Cada uma dessas etapas comportaria determinadas formas de relação (e de lutas) entre as duas classes sociais fundamentais: os senhores e os escravos.

O Escravismo Pleno teria prevalecido do início da colonização até a extinção do tráfico negreiro em 1850. Caracterizava-se "pelo fato de as relações de produção escravista dominarem quase que totalmente a dinâmica social, econômica e política". O fluxo permanente dessa mercadoria humana para o Brasil, graças ao tráfico intercontinental, garantia a reprodução do sistema. Grande parte dos lucros adquiridos com a exportação de produtos primários gastava-se na importação de escravos africanos. Cerca de 10 milhões deles entraram no país, fazendo-os ultrapassar o número de homens livres nas principais regiões da colônia. Nesse momento, as formas mais avançadas de protesto dos cativos eram as rebeliões, guerrilhas e a montagem de quilombos rurais. Os escla-

vos se viam obrigados a lutar praticamente sozinhos, pois não tinham apoio em nenhuma das frações das classes dominantes. A necessidade de manter-se a escravidão era quase um consenso entre os homens livres, inclusive os mais pobres.

O Escravismo Tardio começou com o fim do “comércio infame” e seguiu até a Abolição da Escravatura em 1888. Foi uma fase caracterizada pelo declínio do modo de produção escravista, considerado uma verdadeira excrescência econômica e social nas regiões onde o capitalismo estava mais desenvolvido. O fim do tráfico eliminou a possibilidade de aquisição, em grande escala, de mão de obra servil. A consequência foi o seu encarecimento e o agravamento da crise nas províncias do Norte e Nordeste do país. Setores da população livre, inclusive das classes dominantes, começaram a não ver mais perspectiva na manutenção da escravidão e passaram a apostar na sua gradual superação, substituída pelo trabalho livre dos imigrantes europeus. Estavam criadas as condições para o surgimento da campanha abolicionista e a aprovação das primeiras leis emancipacionistas, como as leis do Ventre Livre (1871) e do Sexagenário (1885).

Nesta etapa alterou-se a composição étnica da escravaria, deixando de ser africana e tornando-se predominantemente nacional. O número de cativos se reduziu e eles passaram a ser minoria da população. A complexificação do trabalho urbano possibilitou a multiplicação de ofícios exercidos pelos escravos no comércio e na incipiente indústria. O seu trabalho não se restringia às fazendas e aos engenhos. Essa mudança pulverizou e tornou menos radicais as ações de contestação à ordem escravocrata. As rebeliões violentas, as guerrilhas e a construção de grandes quilombos nas matas distantes, longe da “civilização branca”, deixaram de ser a marca principal da rebeldia escrava na segunda metade do século XIX. A revolta escrava continuou existindo – expressa nas fugas coletivas das fazendas –, mas ela passou a se subordinar política e ideologicamente aos abolicionistas, em geral membros das camadas médias urbanas.

O objetivo final do escravo não era mais a constituição de quilombos – organização social permanente, assentada em valores africanos – e sim constituir-se em trabalhador livre, integrado à sociedade de classe num capitalismo em formação. Os novos quilombos – como o do Jabaquara em Santos – não tinham o mesmo caráter dos antigos. Eles eram montados perto dos centros urbanos e protegidos pelo movimento abolicionista. Alguns deles, inclusive, serviam de celeiros para fornecimento de mão de obra barata. “A última etapa da escravidão no Brasil”, escreveu Clóvis Moura, “recriou um novo pensamento tanto na classe possuidora de escravos, como nas áreas de trabalho livre e dos próprios escravos”.

O autor ainda capta a transformação ideológica ocorrida no interior das classes dominantes durante a crise final do escravismo e nos primeiros anos da República Oligárquica. O racismo mudaria de qualidade, transformando-se no que conhecemos hoje como racismo moderno ou científico. Afirmou ele: “As elites intelectuais desenvolveram a ideologia do racismo como arma justificadora dessa estratégia (de dominação), qualificando o trabalhador nacional não branco de um modo geral, e o negro em particular, como incapaz de enfrentar os desafios da nova etapa de organização do trabalho que se apresentava com o fim da escravidão”. Entre o final do século XIX e o início do século XX, a ideologia racista tornou-se hegemônica, especialmente na academia e nas altas esferas da sociedade.

Segundo o “racismo científico”, os negros eram cultural e biologicamente inferiores aos brancos. Constituiu-se a partir daí toda uma hierarquia social, não formalizada através de leis, baseada nas diversas tonalidades da cor da pele. Nessa escala de valores o negro ocupava a base da pirâmide, os “mulatos” o meio e os brancos o topo. Tal mecanismo era extremamente funcional no processo de divisão dos próprios trabalhadores.

Por uma teoria engajada na luta do seu tempo

O livro *Dialética Radical do Brasil Negro* assume uma postura crítica diante de uma corrente que ganhou força na academia entre os anos

1980 e 1990. Uma corrente que subestimava os aspectos conflituosos existentes na relação senhor/escravo e focava suas atenções prioritariamente nos acordos (ou negociações) informais realizados entre eles, que permitiriam ao polo explorado (o escravo) conseguir melhores condições de vida e de trabalho. Seria esse comportamento negociado que explicaria as particularidades do escravismo brasileiro e não o conflito. E, ironicamente, concluíam: “aqui, entre Zumbi e Pai João, o escravo negocia”. Segundo essa lógica revisionista, “os sociólogos e historiadores que trabalham com a categoria da contradição e do conflito como elemento central da dinâmica social estariam se deixando influenciar por elementos emocionais, extracientíficos, ideológicos”. Essa crítica acadêmica era dirigida, fundamentalmente, contra a perspectiva marxista clássica.

O comunista Clóvis Moura negou, categoricamente, que “a conciliação, a barganha, o acordo tenham se sobreposto ao conflito e ao descontentamento; a pacificação à violência e a empatia à resistência”. Pelo contrário, para se entender “a dinâmica social de um modo de produção e os mecanismos que o fizeram ser substituído por outro, deve-se procurar nas contradições e nos conflitos as causas geradoras dessa dinâmica e não nas áreas neutras e estáticas de conciliação existente no sistema”. E concluiu: “se todos os escravos fossem disciplinados, fizessem acordos, aceitassem a cultura da escravidão (...), como diria Marx, a história pararia”. E a história não parou.

Uma das características salientes do pensamento de Clóvis Moura é a sábia desconfiança em relação à chamada sociologia (e historiografia) acadêmica. Em *Sociologia da Práxis*, publicada no México em 1976, Clóvis afirmou: “O seu título de ciência deu-lhe um *status* de respeitabilidade que se amplia à medida que ele se sofisticava e refina. Os jargões cada vez mais indecifráveis; a criação de um código de linguagem cada vez mais inacessível aos leigos; a especialização cada dia mais extremada e que pesquisa detalhes cada vez menores de uma realidade social inquestionavelmente irrelevante; a sua pretensa imparcialidade; o empirismo

e a sua falta de visão histórica colocam-na como um instrumento altamente valioso, sofisticado e inatacável no sentido de impedir a radicalização das soluções dos problemas sociais”. Segundo Fábio Nogueira: “para Clóvis Moura a única alternativa à sociologia acadêmica (...) seria a sociologia da práxis, construída fora desse espaço de legitimação intelectual, por cientistas ‘independentes’ no território livre em que o saber e a prática fundem-se na experiência”. Talvez isso explique as enormes dificuldades encontradas por esse autor para penetrar nas universidades brasileiras.

Nos anos 1980, Clóvis Moura recebeu o título de Notório Saber pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Um sinal, ainda que tardio, do reconhecimento oficial pelo seu profícuo trabalho intelectual. Mas isso não eliminou sua visão crítica quanto ao saber meramente institucional, desvinculado da prática transformadora, e nem diminuiu o preconceito da universidade em relação a ele. Quem segurou a bandeira do “pensamento moureano” durante todos esses anos – impedindo que ela caísse no esquecimento – foram os movimentos negros, especialmente os vinculados a uma perspectiva socialista e marxista. Fato que deixava Clóvis Moura orgulhoso, pois ele sabia que “uma ideia só se transforma em força material quando ganha as massas”.

* Augusto César Buonicore é historiador, secretário-geral da Fundação Maurício Grabois. E autor dos livros *Marxismo, história e revolução brasileira: encontros e desencontros* e *Meu verbo é lutar: a vida e o pensamento de João Amazonas*, ambos publicados pela Editora Anita Garibaldi.

I

Do Escravismo Pleno ao Escravidão Tardio

História da Escravidão: Um Diálogo entre Hamlet e Polônio?

Hamlet: – Estais vendo aquela nuvem em forma de camelo?

Polônio: – Pela Santa Missa! Parece, de fato, um camelo!

Hamlet: – Creio que parece mais uma doninha.

Polônio: – É certo! O dorso é de doninha.

Hamlet: – Ou uma baleia?

Polônio: – Uma baleia, realmente muito semelhante.

Shakespeare

1

Tentaremos demonstrar, neste capítulo introdutório, para melhor compreensão do que iremos expor posteriormente e esclarecermos os elementos teóricos que manterão a articulação com a parte empírica e factual deste livro, que, no Brasil, a escravidão teve duas fases distintas não apenas no seu aspecto demográfico, mas também no social, econômico, político e cultural.

Uma fase ascendente, até 1850, quando foi extinto o tráfico internacional de escravos. Outra descendente, de desagregação paulatina. Começa com a Lei Eusébio de Queirós, que estrangula a dinâmica demográfica via tráfico internacional, garantindo o seu desaparecimento efetivo. A esses dois períodos que se articulam, reestruturam e se desarticulam de acordo com a dinâmica específica de cada um chamamos, respectivamente, de *escravismo pleno* e *escravismo tardio*. Na primeira fase (e devemos considerar aqui, também, a contribuição demográfica e econômica do escravismo indígena tão importante no início da colonização), estrutura-se em toda a sua plenitude a escravidão (modo de produção escravista), a qual irá configurar praticamente o comportamento das

classes fundamentais dessa sociedade: senhores e escravos. Isto levará a que as demais camadas, segmentos ou grupos, direta ou indiretamente, também tenham a sua conduta e seleção de valores sociais subordinadas a essa dicotomia básica.

Os antagonismos sociais, econômicos e étnicos verificados nessa época, as convergências e divergências ideológicas e de comportamento que surgiram nessa sociedade são, fundamentalmente, decorrentes das posições estruturais e do dinamismo dessas duas classes no espaço social. São conflitos antagônicos ou parciais, conscientes ou inconscientes nas suas características de ação social.

Não desejamos, com isto, ignorar a existência de outras formas complementares ou alternativas de trabalho durante a fase do *escravismo pleno*, nem outros níveis não substantivos de conflitos ou reajustes de interações especialmente naquelas áreas onde uma parcela de escravos domésticos (por isto privilegiados) aceitava a sua situação sem revolta nem restrições visíveis, interiorizando os valores do sistema, com ele convivendo através de um comportamento ambíguo. Mas, do ponto de vista teórico mais abrangente (visão de totalidade), temos de destacar que foram as contradições estruturais que determinaram (de forma positiva ou negativa) a dinâmica desse processo e ensejaram, nas suas linhas mais gerais e significativas, do ponto de vista de dinâmica social, a passagem do *escravismo* para o trabalho livre.

A composição dessa classe escrava, por outro lado, era profundamente diferenciada ocupacionalmente e isso irá refletir-se na sua conduta, quer em relação aos demais escravos, quer em relação à classe senhorial. Não se pode ver cada escravo como uma unidade uniforme, destacada de cada contexto específico onde se encontrava no processo da divisão do trabalho. Quando dizemos que a contradição fundamental no regime escravista era a que existia entre senhores e escravos, isto se aplica de forma genérica e abrangente (teórica) e serve como indicador, para se ficar sabendo quais forças impulsionaram o processo de

dinâmica social. Isto não exclui a existência de grupos ou de segmentos escravos que se mantiveram impassíveis, estáticos, dentro dessa contradição (pois ela era objetiva e independia da consciência que o escravo tinha da sua existência) sem friccioná-lo, aceitando conviver e sobreviver dentro do sistema. Nesta posição, ele se integrará em um universo adaptativo, neutro, sem perspectiva do devir emergente. Podemos dizer que esses escravos se adaptavam aos valores escravistas, em maior ou menor grau, de forma consciente ou inconsciente, parcial ou total. E com isto produziam áreas de estabilidade no sistema escravista. A produção e o seu ritmo (quando foram escravos produtivos) dependerá do tipo de comportamento desses escravos, como o nível de desgaste econômico dos mesmos dependerá do comportamento de escravo não adaptado a esse tipo de disciplina do trabalho. Convém destacar, também, as diferenças culturais dos escravos provindos da África e que aqui influíram no tipo de comportamento dos seus membros.

Como podemos ver, o modo de produção escravista tem como componente estrutural mais importante as contradições entre senhores e escravos. E é essa dicotomia contraditória que lhe é inerente que impulsiona a dinâmica social e não as áreas de estabilidade parcial que nele existiam.

Por outro lado, atualmente há uma tendência de cunho neoliberal de subestimar o conflito e dar o mérito à acomodação por parte da massa escrava, vendo-se nisso uma estratégia do escravo (em abstrato) que procurava criar um espaço social, cultural e econômico próprio, no qual a convivência com o seu senhor era conseguida através de um pacto, um acordo implícito e negociado no qual as contradições eram assimiladas e substituídas pela convivência, se não harmônica pelo menos estável e consensual.

Em primeiro lugar afirmam que o escravo não era uma simples máquina (*coisa*) como queriam seus senhores e certos sociólogos afirmam, com o que estamos de acordo. Mas, para essa corrente de cientistas so-

ciais neoliberais, a *interioridade humana* do escravo não se manifestava através de revoltas ou atitudes divergentes, mas de acomodação. Com essa visão o escravismo se estabilizaria, as contradições ficariam semianuladas por parchoques sociais num contexto de senhores e escravos estável ou relativamente estável e cheio de espaços neutros, nos quais os escravos poderiam viver com relativa estabilidade, e os senhores com relativa segurança. Essas relações adaptativas e neutralizadoras das contradições inerentes ao sistema atuariam, assim, como um mecanismo moderador e gerador de uma psicologia de empatia que caracterizaria a essência do sistema.

A do escravo nesta perspectiva reagiria, sempre, ou quase sempre, mas de maneira significativa ou preponderante, positivamente, a uma negociação e nunca em direção a formas de rebeldia ativas e/ou passivas onde ele reencontraria a sua condição humana.

A sua estrutura de personalidade, a sua *interioridade*, era montada no sentido de receber passivamente ou semipassivamente os mecanismos controladores do sistema, porém nunca, ou quase nunca, para receber, assimilar, um reflexo anti-inibidor e contestador: uma consciência crítica. Seria à base desse comportamento *negociado* que se explicariam certas particularidades do escravismo brasileiro quando comparado ao que existiu nos Estados Unidos e no Caribe. Aqui, "entre Zumbi e Pai João, o escravo negocia"¹. Essa seria a síntese hegeliana das relações entre senhores e escravos no Brasil. O meio termo seria a realidade, o *jeitinho*, e as acomodações dariam o *ethos* do nosso sistema escravista.

No entanto, a dinâmica do sistema escravista e a sua superação estrutural estão nos conflitos entre as classes que eram substantivas nesse modo de produção. Que algum tipo de relacionamento alternativo entre escravos e senhores existiu ninguém põe dúvida, mas, se ele fosse típico e determinante da dinâmica entre essas classes jamais o escravismo entraria em crise e seria substituído por outro modo de produção, pelo menos no prazo em que foi realizado. Teria de ficar esperando as con-

tradições externas para destruí-lo e isto não aconteceu, embora fatores exógenos também tenham contribuído perifericamente na sua última fase. Gostaríamos de citar aqui um trecho de K. Marx, o qual nos parece de fundamental importância para a compreensão teórica do assunto: "A feudalidade também tinha o seu proletariado – a servidão, que encerrava todos os germes da burguesia. A produção feudal tinha também dois elementos antagônicos, que se designam pelo *lado bom* e *lado mau* da feudalidade, sem se considerar que é sempre o lado mau que acabava levando a vantagem sobre o bom. É o lado mau que produz o movimento que faz a história, constituindo a luta. Se na época do reinado do feudalismo, os economistas, entusiasmados com a virtude cavalheiresca, com a boa harmonia entre os direitos e os deveres, com a vida patriarcal das cidades, com o estado de prosperidade da indústria doméstica nos campos, com o desenvolvimento da indústria organizada por corporações, mestrados e juízos de ofício, enfim, com tudo o que constitui o lado bonito da feudalidade, se tivesse proposto o problema de eliminar tudo o que obscurece esse quadro – servidão, privilégios, anarquia – que teria acontecido? Teriam sido destruídos todos os elementos que constituem a luta, e sufocado no seu germe o desenvolvimento da burguesia. Teria sido colocado o problema absurdo de eliminar a história"².

Usando como metodologia este fio condutor exposto tão bem por K. Marx, procuramos analisar e interpretar a dinâmica do escravismo no Brasil, isto é, a partir das suas contradições estruturais, desde a primeira edição do nosso livro *Rebeliões da Senzala*, publicado em 1959³.

Desejamos dizer com isto que sempre tivemos uma posição teórica oposta à daqueles cientistas sociais que igualam o fundamental ao secundário; o substantivo, ao adjetivo; o conjunto, ao detalhe; o objetivo, ao subjetivo; e o comparativo, ao analógico. Procuram, assim, por questões ideológicas algumas vezes invisíveis pelo recurso da erudição de fichário, que substitui o conhecimento, demonstrar que no modo de produção escravista brasileiro a conciliação, a barganha, o acordo sobre-

pôs-se ao conflito e ao descontentamento; a pacificação, à violência; e a empatia à resistência social, política e cultural nos seus diversos níveis. Para eles, os sociólogos e historiadores que trabalham com a categoria da contradição e do conflito como elemento central da dinâmica social estariam se deixando influenciar por elementos emocionais extracientíficos, *ideológicos* ou por uma visão não científica das relações senhor/escravo. No entanto, há uma série de sociólogos e historiadores trabalhando atualmente, cada um a seu modo, com o conceito de conflito (portanto da contradição) como elemento explicador da dinâmica social.

O professor John Rex – que não é marxista – escreve como exemplos: “Como acontece entre os grupos, primeiro devemos deixar claros os pontos de conflito em seus objetos distintos. Podemos descobrir que existem áreas de concordância, inclusive quanto à maneira pela qual o conflito pode ser levado avante. Mas, desde que existe um conflito de objetivos, deve-se esperar que cada grupo procure forçar o outro a seguir um comportamento que, na pior das hipóteses, não interfira com a realização dos seus próprios objetivos e, na melhor das hipóteses, realmente os promova. Se cada grupo fizer isso, deverá haver algum tipo de disputa de poder usando várias formas de poder, seguindo-se algum tipo de conflito até que cada lado reconheça que certo grau de concessão é mais proveitoso do que a continuação do conflito.

Se o equilíbrio de poder permanece depois de celebrado o acordo este pode ser elaborado para proporcionar normas consensuais de comportamento para os membros de ambos os grupos. Mas é possível que se atinja somente um compromisso instável, caso em que ambos os lados permanecerão preparados para o reinício do conflito”⁴.

O que se vê – sem muito esforço de análise teórica – é que do ponto de vista de John Rex, parte-se do conceito de conflito como básico para chegar-se à conciliação como eventual, secundário e conjuntural. Os cientistas sociais brasileiros, que estão procurando rever (ou reabilitar?) o modo de produção escravista no Brasil, partem do conceito de conciliação como

o central e substantivo e o de contradição (conflito) como o eventual e o acessório. Parece-nos claro, portanto, que o sociólogo ou historiador, ao procurar as causas da dinâmica social de um modo de produção e os mecanismos que o fizeram ser substituídos por outro, deve procurar nas contradições e nos conflitos as causas geradoras dessa dinâmica, e não nas áreas neutras e estáticas de conciliação existentes no sistema.

No entanto, no Brasil há atualmente uma corrente que procura através de outras disciplinas, como a Demografia Histórica, explicar de forma pontifical e algumas vezes dogmática o nosso desenvolvimento social e étnico durante a escravidão e a substituição do primeiro pelo trabalho livre⁵.

Não queremos negar o valor desses estudos como ferramentas auxiliares da Sociologia e da História. Esses trabalhos compõem um painel rico e variado de informações, devendo ser convenientemente valorizados. O que nos parece um exagero flagrante é elevá-los à última instância do conhecimento, sem nenhuma mediação teórica com as ciências sociais no seu conjunto, especialmente a Sociologia e a História. Através de técnicas de abordagem sofisticadas e quantificadoras de detalhes, tentam, por exemplo, demonstrar a inexistência de barragem social e étnica permanente contra o escravo e mesmo o liberto no processo de transformação do escravo em homem livre, e, posteriormente, após a Abolição, na transformação do ex-escravo em cidadão.

A partir daí esses cientistas sociais, aproveitando-se analiticamente de detalhes, passam a demonstrar que: a) a família escrava existia com os mesmos valores e estabilidades atuais, ou seja, a família nuclear, monogâmica, de acordo com os padrões de legitimação do tempo (casamento religioso via Igreja Católica); b) a existência de um vasto *espaço negro* de negociações (o termo é usado por esses cientistas sociais como se houvesse possibilidade de negociação sem igualdade de direitos), no qual senhores e escravos podiam conviver, nessa conjuntura, sem grandes conflitos; c) essa população escrava adaptava-se total ou significa-

tivamente a essa convivência o que lhe permitiria, inclusive, criar uma cultura da escravidão, transformando-se em uma unidade acima das contradições do sistema, em uma unidade cultural neutra ou pelo menos adaptada aos padrões escravistas.

Queremos deter-nos mais analiticamente em dois aspectos: a possibilidade de uma empatia social, através de vastos espaços imunes ao conflito, e a possibilidade, a partir daí, de serem possíveis a formação e o desenvolvimento de uma *cultura da escravidão*.

Ora, o aparelho administrativo montado na Colônia tinha dupla finalidade: defender os interesses da Coroa e garantir a segurança dos senhores da insurgência negra escrava, que se mostrava dinâmica e constante nessa fase do modo de produção escravista (escravismo pleno). Se, de um lado, esmeravam-se na defesa dos direitos do Rei, da segurança da classe senhorial e na eficiência da máquina administrativa local, de outro, estruturavam-se militarmente para conter os escravos (africanos e também índios) que se recusavam ao trabalho, quer através da fuga individual, quer através de quilombos que se organizavam em toda a Colônia. Durante o tempo em que o escravismo pleno funcionou, os negros viviam em um verdadeiro corpo a corpo com os senhores e as autoridades.

O eixo da dinâmica social desse período passa pelo comportamento do escravo rebelde ou descontente e as medidas das autoridades para impedi-lo. Isso não quer dizer que todo escravo fosse um quilombola ou um fugitivo. Em qualquer sociedade dividida em classes a consciência dos seus antagonismos não atinge a totalidade de seus membros, nem seria possível. Quando voltamos a repetir que a dinâmica desse tipo de sociedade passa pelo antagonismo entre escravos e senhores queremos assinalar que toda a máquina ideológica, administrativa e militar estava montada objetivando manter o *equilíbrio social* e ele somente seria possível se houvesse uma estrutura de contenção capaz de mantê-la equilibrada.

Esse equilíbrio era conseguido através do chamado controle social. Evidentemente, no conjunto das relações estabelecidas nessa sociedade,

existiam áreas de colaboração social do escravo e *compreensão* de alguns senhores. Mas, essas relações sociais não tipificam aquelas que produzem e dão conteúdo à dinâmica social nos seus diversos níveis e se expressam justamente no antagonismo de interesses e da alocação de cada uma dessas classes no espaço social. Querer ignorar isto é pretender que as relações de contato cotidiano individual e rotineiro entre os componentes das duas classes em antagonismo nos níveis de colaboração, adaptação e de acomodação – tão estudadas no Brasil pela Antropologia tradicional – são aquelas que caracterizam o sistema escravista, é supor-se que a *inércia social* é o fator de mudança e transformação da dinâmica social.

Queremos insistir neste detalhe: quando se estuda cientificamente as relações estabelecidas de um modo de produção na sua *totalidade*, procura-se ver quais são aquelas relações mais importantes em comparação àquelas secundárias no processo da dinâmica no período estudado. Evidentemente, são encontradas áreas nas quais as relações de frações de classes são pacíficas, neutras e até coloquiais. Elas possibilitam que o modo de produção possa funcionar e estabelecer um espaço no qual o trabalho possa ser realizado sem choques e com isto se justifique sua existência no campo da segurança social e da produtividade. Se todos os escravos fossem rebeldes o modo de produção escravista não teria existência, porque a produção seria impossível socialmente e um modo de produção só se justifica exatamente pela *produção* nele contida.

Mas, isto não explica ou esgota o assunto nem os mecanismos da dinâmica do escravismo. O seu agente motor está justamente no oposto da harmonia e da cooperação, nas contradições de que uma parte da classe produtora do valor se abstém dessa produção. E é justamente essa parcela escrava que representa, em diversos graus diferentes, a negação do sistema de produção existente. Nem Zumbi nem Pai João. Com isso, ficaríamos com o escravo que faz acordo com o colaborador do sistema (e aqui emprego o termo colaborador no seu sentido estritamente econômico), aquele que pela sua produção (e toda produção exige uma

disciplina no trabalho) consolida esse modo de produção. Ora, se todos os escravos fossem disciplinados, fizessem acordos, aceitassem a cultura da escravidão segundo os critérios de concessão do senhor, então, como diria Marx, a história pararia.

Esta visão do detalhe, de análise de *casos*, de *exceções*, usada por alguns cientistas sociais brasileiros na esteira dos norte-americanos, faz com que muitos deles procurem fazer uma releitura do que foi a escravidão no Brasil via papel-carbono dos segundos.

Zumbi? Pai João? A apresentação dessa dicotomia, como sendo aquela exposta pelos sociólogos e historiadores brasileiros que trabalham com a categoria da contradição e do conflito é caricata e destituída de seriedade. Ninguém, até hoje, ao que eu saiba, quis transformar a população escrava como composta de heróis na sua totalidade, ou como *sambos*. Mas, o que nos parece ser considerado é que independentemente desse julgamento de valor de heróis e vilões, deve-se ver qual o tipo de comportamento que, na dinâmica social, contribuiu para seu aceleração ou para a inércia, a estagnação e a conservação das relações de produção escravista via *equilíbrio social*.

Esta racionalização das relações durante o escravismo (beirando ao funcionalismo sociológico), e ao mesmo tempo sua simplificação, transformou-se em um simples fluir, como se não tivesse sido um processo contraditório que passou por diversas fases durante sua existência e não tivesse diferenças regionais marcantes e relevantes durante seu transcurso. Objetivando precisar mais a forma como a escravidão no Brasil transcorreu, tentamos uma periodização da mesma, deixando o estabelecimento da delimitação das áreas regionais e suas diferenças e os níveis de dinamismo (regionalização) para possível trabalho posterior.

Nessa tentativa de periodização dividimos o escravismo brasileiro em duas fases fundamentais:

- 1) Escravismo pleno (1550 aproximadamente, 1850).
- 2) Escravismo tardio (1851-1888).

Por que esta periodização? Em primeiro lugar, porque mesmo não tendo havido uma modificação estrutural nas relações de produção escravistas, durante sua existência no Brasil, podemos registrar, a partir do final do primeiro período, modificações tangenciais e regionais importantes. Aliás, para sermos mais analíticos, devemos dizer que essas modificações tendenciais não foram nacionalmente uniformes, mas sofreram um processo de diversificação regional permanente.

Em segundo lugar, seria simplificar demais, como aliás acontece muitas vezes, ver o sistema escravista no Brasil com as mesmas características durante os quase quatro séculos da sua duração. Durante esse longo período causas internas e externas influíram para que certos traços e particularidades da sua estrutura sofressem modificações, inicialmente imperceptíveis por irrelevantes ou inobservadas, mas, com o correr do tempo, ficaram mais significativas e visíveis.

Conforme já havíamos assinalado anteriormente⁶, essas mudanças realizam-se em dois períodos, podendo ser registrados como nodais. Não vamos no momento insistir nas particularidades dessa periodização, isto será feito no decorrer do livro, porém apenas salientar a necessidade de considerá-la como marcos capazes de situar mais precisamente o nascimento, apogeu, decadência e decomposição do modo de produção escravista no Brasil.

Esta visão sociologicamente mais precisa poderá explicar ou fazer compreender não apenas a composição de grupos e de segmentos e sua alocação no modo de produção escravista, as suas mudanças de *status* durante o seu transcorrer, o papel das camadas intermediárias livres, bem como, também, as lutas de resistência social, cultural e étnica dos escravos nos seus diversos níveis e nos seus respectivos períodos.

Temos de ver que o dinamismo da sociedade escravista, como unidade produtora, tinha de estabelecer mecanismos de funcionamento e defesa capazes de fazê-la justificável econômica, social e politicamente. Isto exigia uma *racionalidade* interna do escravismo. Acontece que a ra-

cionalidade desse modo de produção não é a mesma do capitalismo, isto porque as leis econômicas que regem o funcionamento dos dois sistemas são específicas de cada um.

Para se compreender a *racionalidade* que se desenvolve através da dominação econômica e extraeconômica no modo de produção escravista temos de dirigir a nossa ótica não para o comportamento bom ou mau dos seus agentes principais – senhores e escravos –, mas para a *totalidade* do comportamento dos componentes da sua estrutura, isto é, valores sociais e instrumentos materiais que garantiam seu equilíbrio através da coerção extraeconômica como: o tronco, a gargalheira, o anjinho, o açoite, a prostituição forçada, a desarticulação familiar, a cristianização compulsória, a etiqueta escrava em relação ao senhor, o homossexualismo imposto, a tortura nas suas diversas modalidades; e, por outro lado, os fatores extraleais de desequilíbrio dessa *racionalidade* como: a desobediência do escravo, a malandragem, o assassinio de senhores e feitores, a fuga individual, a fuga coletiva, a guerrilha nas estradas, o roubo, o quilombo, a insurreição urbana, o aborto provocado pela mãe escrava, o infanticídio do recém-nascido, os métodos anticoncepcionais empíricos e a participação do escravo em movimentos da plebe rebelde.

Esses dois lados do escravismo compõem uma unidade, uma *totalidade* e é sobre ela que se projeta a *racionalidade* do sistema. Não há nisso nenhum julgamento de valor, e nem implica considerar se os senhores são bons e os escravos são ruins ou vice-versa. Isto compõe a *racionalidade* do sistema escravista e, por isto, dá conteúdo à sua normalidade e, somente analisando a sua totalidade estrutural com valores contraditórios poderemos compreendê-lo. Faz parte da lógica do sistema.

Por isto, achamos que o problema da dinâmica social do escravismo não se prende apenas à elaboração de uma relação factual, um rol de exemplos de episódios, de detalhes que se sucederam isoladamente, mas à visão da sua transformação estrutural através de fricção nos

diversos níveis dessa estrutura e que a impulsionaram internamente e criaram aquelas condições objetivas e subjetivas para sua superação. Essas contradições faziam parte da *racionalidade* do sistema escravista e da sua estrutura, dão-lhe conteúdo, formam a sua *totalidade e normalidade*.

Muitos dos estudos que estão sendo feitos no Brasil, segundo pensamos, não partem de uma análise estrutural do escravismo, mas de uma visão analógica mais do que comparativa, tendo como referencial-modelo o sistema escravista nos Estados Unidos via autores como Genovese e outros de sua escola. A analogia, o fato analisado a partir de uma suposição já aceita como matriz científica patenteadas, substitui a comparação *daqui para lá*, isenta de pressupostos preestabelecidos (e o velho Durkheim já dizia que para se ter um conhecimento sociológico preciso, o sociólogo deverá afastar-se de todas as pré-noções), isto equivale dizer que esses julgamentos de valor implícitos na análise e conclusão do modo de produção escravista no Brasil deverão passar por uma reformulação profunda, quer teórica quer metodológica, para não continuarmos na posição de Polônio respondendo ao delírio de Hamlet.

 2

Esta posição influenciada – teórica e institucionalmente – da Sociologia e da História nos países do chamado Terceiro Mundo, em relação às fontes culturais dos países desenvolvidos, vem sempre acompanhada de uma postura de subordinação ideológica. As perspectivas de análise, os projetos e a produção acadêmica que lhe dão conclusão coincidem com o circuito fechado do pensamento distribuído pelas instituições acadêmicas dessas nações hegemônicas. Esse processo deformador, reificador leva a se procurar analogias entre o produzido na matriz e a nossa realidade. Decorre, como já dissemos, uma ciência de semelhanças, de analogias, sem que as diferenças possam ser consideradas, as particularidades destacadas, as contradições analisadas e os diferenciais en-

tre realidades diversas possam ser estabelecidos. Como podemos ver, as ciências sociais brasileiras ainda não têm *know-how*.

Este processo de raciocínio analógico estimula ou determina muitas vezes níveis de prestígio acadêmico, tendo o cientista de procurar no Brasil elementos que justifiquem as conclusões das matrizes. Temos de encontrar correspondências entre a realidade estudada pelos cientistas das matrizes e a realidade brasileira.

Há, por isto, alguns cientistas sociais nacionais que, ao discutirem a última fase da escravidão no Brasil, referem-se ao escravo de ganho como sendo metade escravo metade livre. Em face disto temos de tecer algumas considerações sobre a *condição de ser escravo*.

O problema do escravo, ou seja, a sua caracterização essencial (de essência), não pode ser conceituado pela forma como ele [o escravo] é tratado por alguns senhores, alimentado, vestido e educado. Sua condição podia, mesmo em certas circunstâncias – e esta particularidade foi muito explorada pela literatura escravagista, daqui e dos Estados Unidos, daquela época –, ser igualada a algumas categorias de trabalhadores livres europeus. Em nível de castigos, por exemplo. Descrevendo as condições do povo trabalhador na França, por volta de 1664, Michel Beaud diz: “ao mesmo tempo, é o brutal aprendizado da disciplina manufatureira. Os mendigos, encerrados nos asilos, devem aprender uma profissão; os ociosos, as moças sapateiras, o pessoal dos conventos podem ser obrigados a trabalharem nas manufaturas; as crianças devem ir ao aprendizado. Para os operários, a missa no início do dia, o silêncio ou cânticos durante o trabalho; as multas; o açoite ou a golilha em caso de erro; a jornada de doze a dezesseis horas; os baixos salários; a ameaça de prisão em caso de rebelião”⁸.

À primeira vista essa situação é exatamente igual à dos escravos no Brasil e, ao se analisar apenas formalmente as duas situações, chega-se à conclusão de que os dois tipos de sistema de trabalho se equivalem. No entanto, se aparentemente são iguais – pelo nível de exploração em

horas de trabalho e mesmo o uso de aparelhos de suplício – as situações não se podem comparar. Na primeira, o trabalhador estava sujeito a normas contratuais, isto é, teoricamente voluntárias, e, ao mesmo tempo, participante do mercado e suas flutuações através das oscilações dos salários, do preço de sua força de trabalho e da aquisição de bens de consumo. Ele, mesmo submetido a formas abusivas de coerção, tinha o direito de mudar voluntariamente de patrão, deixar de trabalhar ou exigir melhor pagamento. Era, por isto mesmo, malgrado as condições opressivas a que estava submetido, um *ser livre*, isto é, um ser que não era dono apenas da sua interioridade (o corpo do escravo pertencia ao senhor), mas dispunha livremente do seu corpo para locomover-se e atuar como agente produtor. Essas regras, mesmo nas condições odiosas expostas acima, tinham de ser respeitadas porque o mercado não podia ser criado independentemente dele, mesmo com a existência do exército industrial de reserva. É verdade que a mercadoria (por ele produzida) não lhe pertencia, mas ele, ao imprimir nela o seu trabalho, criando valor, participava do mercado no nível em que recebia um salário que também agia ativamente no mercado. Já o escravo circulava como mercadoria, idêntica àquela a qual ele próprio produzia. E é nesse nível de relações econômicas que o escravo é socialmente *coisificado*.

Isto porque para ele não havia nenhum contrato, mas a posse absoluta do seu corpo como propriedade pessoal. Todo o trabalho produzido por ele durante o decurso da sua vida não lhe pertencia. Nada revertia posteriormente para ele. O que consumia era um tipo de ração animal (muitas vezes por ele próprio produzida) fornecida pelo senhor para repor a sua força física capacitada para o tipo de serviço escolhido por ele.

Por outro lado, se o homem livre produzia mercadoria, o escravo era também mercadoria e poderia ser vendido juntamente com o saco de café por ele produzido. O seu trabalho não era recompensado e os alimentos que recebia, assim como as roupas, não eram pagamento, mas material suficiente para a manutenção da máquina e para colocá-la em situação

operacional. O escravo, por isto, podia até possuir alguns bens concedidos pelo senhor. O que ele não possuía nem podia ter era a posse do seu próprio corpo e a capacidade de trabalho de que ele estava investido. Esses dois tipos de trabalhador não são por isto idênticos, quer estejam trabalhando de *ganho* ou no *eito*. O trabalhador livre pode, dependendo de épocas ou regiões, ter um tratamento mais coercitivo do que o escravo. Mas isto para discipliná-lo no trabalho, quando a critério do patrão não está cumprindo com normas contratuais. Já o escravo era castigado sem necessidade de nenhuma norma de Direito, pois era uma propriedade privada do senhor e sobre ela o Estado não tinha o poder de intervir⁹.

Esse aspecto de mercadoria já se corporifica na relação entre o escravo e o traficante que é o elo intermediário na sua comercialização. Com propriedade escreve neste sentido Carlos Simões: "para o traficante, o escravo é apenas mercadoria viva em estoque e, como tal, todo o seu fluir é custo de manutenção quantificável pelo valor dos meios de subsistência. Em condições estáveis de mercado, deve desembaraçar-se dela. O senhor definitivo, ao contrário, deve utilizá-la imediatamente, a fim de que reproduza o capital investido e sua própria manutenção, trabalhando o resto do tempo gratuitamente. Daqui decorrem duas observações: *primeiro*, o valor do escravo está diretamente relacionado com os custos da sua obtenção, que são diretamente relacionados com os custos do apresamento e ao de sua manutenção. Estes custos correm por conta do comerciante escravista e variam de acordo com a quantidade disponível do estoque que, inclusive, pode propiciar desperdício de escravos; *segundo*, os senhores definitivos devem sustentá-los e ainda aos filhos (e aos velhos se prevalecerem razões humanitárias), trabalhem ou não, recebendo em troca toda a força do trabalho escravo¹⁰".

Mas, não é apenas essa transação comercial através do traficante que legaliza a posse do escravo. Quem compra uma mercadoria roubada não tem direito sobre a mesma, pois foi ilegalmente comprada. No particular, K. Marx esclarece: "a propriedade sobre o negro não lhe

parece obtida através da instituição da escravatura como tal, e sim pelo ato comercial de compra e venda. Mas, não é a venda que cria esse direito, apenas o transfere. É necessário que o direito exista antes de poder transformar-se em objeto de venda. Uma venda não pode produzi-la nem uma série dessas vendas, continuamente repetidas. Geraram esse direito as relações de produção¹¹.

A propriedade sobre o escravo é absoluta. Se ele trabalha de *ganho* em atividade na qual há uma relação monetária ele (escravo) é *exterior* a essa transação, embora a realize materialmente. Daí acreditarmos que esses escravos, embora privilegiados na divisão do trabalho (quando são escravos de *ganho* ou *alugados* na zona urbana), continuam escravos como os outros. Achamos, por isto, como Carlos Simões, que: "O escravo não possui o corpo como livre instrumento de sua vontade. A subordinação absoluta a que está submetido advém-lhe da expropriação de qualquer propriedade. Expropriado dos meios de produção, não se torna livre, proprietário natural de si mesmo para vender sua força em troca de salário (sabemos que a troca por salário *in natura* é corrente nas economias em que os trabalhadores são proprietários dos instrumentos de trabalho). Mas a propriedade de si mesmo é um atributo que impede aos expropriados, no modo de produção capitalista, tornarem-se escravos. No escravagismo, a expropriação torna o trabalhador escravo; no modo capitalista torna-o *livre*¹²".

E é exatamente neste nível que o circuito se fecha.

3

Dando continuidade a essa análise crítica de certos conceitos atuais que circulam no âmbito das ciências sociais, queremos nos referir ao de *brecha camponesa*. Para alguns historiadores e sociólogos do Brasil, seguindo a esteira dos seus colegas dos Estados Unidos e do Caribe, teria existido uma *brecha camponesa*, também aqui, durante o regime es-

cravista. Neste sentido, o mais qualificado defensor da sua existência é inquestionavelmente Ciro Flamarion S. Cardoso. Depois de estudar criticamente a bibliografia pertinente no Sul dos Estados Unidos, Caribe francês e Caribe espanhol, aborda o problema da *brecha camponesa* no Brasil. Passa a examinar a sua existência num texto que é mais uma polémica às posições do historiador Jacob Gorender do que uma comprovação factual e especialmente conceitual da sua existência¹³.

Outros historiadores e sociólogos, alimentados por uma literatura que procura indiretamente reformular a estrutura do sistema escravista através de brechas – brecha camponesa, de ganho, feminina, da casa grande, do eito etc. –, procuram, com isto, fragmentar e mesmo pulverizar, através de inúmeras vertentes, o bloco fundamental e eixo dinâmico das relações socioeconômicas globais que configuram a essência dialética do modo de produção escravista no Brasil. Com isto, diluem o problema fundamental de luta de classes no que ele tem de substantivo, isto é, as relações entre a classe senhorial dona dos meios de produção (incluindo a pessoa do escravo) e a classe oprimida mais importante: a classe escrava. Esta fragmentação, por um lado, leva-nos a um relativismo sociológico, chegando quase a negar a ciência no seu sentido mais profundo.

O termo *brecha camponesa* foi criado por Tadeusz Lepkowski¹⁴ para designar um tipo de exploração agrícola individual ou familiar do escravo em terra do seu senhor, para o seu sustento e da sua família. Em alguns casos, havendo excedente, o escravo poderia, dependendo de autorização implícita ou explícita do seu senhor, comercializá-lo ou acumulá-lo. Esse conceito ganhou ampla circulação entre os historiadores da escravidão.

Mas, para nós, o conceito como é aplicado, mesmo sendo apenas uma variável semântica, com o significado a ele conferido, é cientificamente insustentável.

Em primeiro lugar, dá a entender a existência de uma *brecha* de trabalho camponês (de homens livres, portanto) dentro da área agrícola da economia escravista. Isto porque o termo camponês, ao contrário do que

alguns dizem, é claro e já definido conceitualmente nas ciências sociais, incluindo-se a economia. Significa um homem livre (juridicamente livre) o qual, através de seu trabalho, explorado pelo proprietário da terra, ou na sua, se é possuidor de uma gleba, insere-se como trabalhador para comercializar aquilo que ele produz, quer para si ou para o proprietário da terra, quer para o mercado aberto através detalhes contratuais com o respectivo dono – no caso de não ser proprietário – ou outros agentes mercantis se o for. Por esta razão (e outras), conforme já se foi dito, a *brecha camponesa* na sua acepção restrita seria um tipo de trabalho agrícola executado por homens livres (camponeses) engastado na estrutura do sistema escravista.

Não é por outra razão que aqueles trabalhadores que recebem salários no campo não são camponeses, mas assalariados agrícolas. Situam-se na categoria de operários. São, portanto, vendedores da sua força de trabalho no mercado capitalista, tendo como retribuição o salário, fato que os coloca na mesma categoria do trabalhador de uma fábrica em nível de exploração da mais-valia. O que interessa neste quadro não é a produção, o produto em si, mas as relações sociais concretas que são estabelecidas para produzi-la. Exatamente por esta razão não é mais camponês, pois realiza uma relação contratual na qual ele vende a sua força de trabalho por uma determinada quantia fixa em dinheiro (salário). Da mesma forma, o escravo, ao plantar uma parcela de terra pertencente ao seu senhor, não estabelece outro tipo de relação (feudal ou capitalista), mas esta relação continua escravista, aumentando o sobretrabalho do escravo e dando um lucro suplementar ao senhor. O termo *brecha camponesa* é, portanto, impróprio para definir o que o autor se propôs.

Em segundo lugar, o escravo que trabalha por consentimento do seu senhor em pequeno lote de terra, plantando nessa parcela produtos agrícolas em pequena escala para uso pessoal, como atividade suplementar às suas tarefas ordinárias, jamais perde a sua condição (essência) de ser alienado (socialmente), da sua condição humana. Não é portanto *camponês*.

nês ou *protocamponês*. O que acontece no caso é que o senhor *autoriza*, isto é, *consente* (exercendo a sua condição de proprietário de um ser humano e da terra) ao escravo praticar essa função (atividade) compulsoriamente. O que, aliás, é característica de todo trabalho escravo, como uma estratégia *racionalizadora* a fim de conseguir maior soma de sobretrabalho, tirando-lhe o tempo de lazer, sendo, por isto, também uma forma de coerção extraeconômica por ele exercida.

Não configura, portanto, uma posição de independência camponesa – protocampesinato –, mas, pelo contrário, mais uma forma de subordinação e coerção extraeconômica. O fundamental é a essência alienada desse tipo de trabalho, e não a divisão interna do mesmo estabelecida pelo senhor. Ninguém melhor do que Dostoiévski descreveu esse tipo de trabalho quando diz, referindo-se ao comportamento dos condenados a trabalhos forçados na Rússia: “Com efeito, os detentos ainda que embaraçados pelos ferros transitavam livremente na prisão. Aborreciam-se, cantavam, trabalhavam, fumavam seus cachimbos e bebiam aguardente (os beberrões, entretanto eram bem raros). Organizavam mesmo à noite jogos de carta. Constatei que os trabalhos não eram árduos e não constituíam a verdadeira *fadiga* do presídio. Compreendi bem mais tarde por que esse trabalho era duro e excessivo; não pela dificuldade que apresentava e sim pela razão muito simples de que era *forçado*, constrangido, obrigatório. Somente executado por temor ao chicote. O camponês, sem dúvida, trabalha mais do que o forçado. Labuta noite e dia; é no seu próprio interesse que se cansa. Também sofre menos do que o condenado que trabalha sem qualquer lucro ou proveito pessoal. Veio-me um dia a ideia de que se quisesse reduzir um homem a nada, punindo-o cruelmente, esmagando-o de tal forma que o mais temerário assassino tremeria diante desse castigo, e se amedrontaria antes da hora, seria bastante dar ao seu trabalho um caráter de completa inutilidade, de verdadeiro absurdo. Os trabalhos forçados, tais como são atualmente, não apresentam nenhum interesse para os condenados. Não têm ao menos a

mínima razão de ser. O forçado fabrica tijolos, cava a terra, tece, constrói. Todas as suas ocupações têm um sentido, uma finalidade. Às vezes o detento se interessa pelo que faz. Quer então trabalhar com mais afinco, com mais amor. Mas é contrariado: obrigam-no, por exemplo, a carregar água de uma tina para outra e vice-versa, a reduzir areia em pó ou a transportar um monte de terra de um para outro lugar, ordenando-lhe, em seguida, o contrário. Estou persuadido de que ao fim de poucos dias o detento se estrangulará, ou cometerá mil crimes que o conduzirão à pena de morte, preferível a essa vida de humilhações e tormentos. Conclui-se que castigo igual seria outra tortura, mais uma vingança bárbara do que uma correção. Além disto, completo absurdo, pois com tais sistemas não atingem nenhum fim justificável”¹⁵.

Esta análise genial de Dostoiévski vem demonstrar como, em qualquer parte da divisão do trabalho onde o trabalhador estiver exercendo o seu serviço como escravo, a *alienação* o envolve. A *coisificação social* do escravo continua completa. Pode ter havido casos isolados onde o senhor não tenha usado desse direito, concedendo um certo espaço de ação maior para que ele assim pudesse dispor de um excedente da roça. Mas o seu direito, em *abstrato*, continuava existindo, não o usando por não necessitá-lo ou não querê-lo. Isto evidentemente não representava uma *brecha camponesa* ou um *protocampesinato*, como alguns cientistas sociais, no sentido de copiar esquemas teóricos vindos de fora, tentaram e tentam usá-lo.

Esses módulos de produção, pelas relações estabelecidas entre o produtor da riqueza (valor) e o detentor dos meios de produção, não chegam a constituir um protocampesinato em nenhum de seus aspectos sociológicos e econômicos, mas se inserem nos quadros das relações de produção escravistas, constituindo uma das suas variáveis.

Se fosse de outra maneira, haveria a possibilidade de emergir, como continuidade desse *protocampesinato* de origem escrava – trabalhadores escravos nas *brechas camponesas* – na sociedade de trabalho livre que

substitui o escravismo, uma massa camponesa dela oriunda. Tal fato, porém, não ocorreu no Brasil de modo significativo pelo menos.

A chamada *brecha camponesa* no Brasil se for estudada a partir da distribuição de renda da terra, deixa de existir. Isto porque no sistema escravista entra no custo de produção da mercadoria produzida nas unidades do senhor a alimentação do escravo, assim como no sistema capitalista entra o combustível que aciona a máquina da empresa. No sistema escravista o escravo é arrolado como capital fixo. Ele é repostado, assim como é repostada uma parte da máquina desgastada no processo de produção. No sistema capitalista, o trabalhador tem de alimentar-se às suas custas através de uma mercadoria que ele possui e que permite sua restauração física. Essa é a causa pela qual o trabalhador assalariado é considerado capital variável. Desta forma, somente será justificável falar-se de uma *brecha camponesa*, se ela compusesse uma outra unidade produtiva independente daquela existente no sistema escravista, com características de trabalho camponês (isto é, livre), o que não aconteceu no Brasil. Pelo contrário. Produziu-se um tipo de escravo que plantava os meios de sua própria subsistência, nas terras que lhes foram indicadas e permitidas pelo senhor para eles produzirem ou suplementarem a produção escravista na área de produtos alimentícios, conseguindo, com isto, diminuir o custo de produção da mercadoria que o próprio escravo produzia para a exportação, aumentando, por outro lado, a taxa de sobretrabalho do escravo e de lucro para o senhor.

O camponês (homem livre, portanto), este, sim, mesmo na estrutura do regime escravista, poderá abrir bolsões de trabalho e/ou influência social, econômica e cultural independentemente do trabalhador escravo, como *agregado, trabalhador de condição, meeiro* etc., como aconteceu no Nordeste açucareiro e poderão ser considerados historicamente um *protocampesinato* dentro da estrutura do modo de produção escravista. Mas isto porque eram homens juridicamente livres (donos do seu corpo e da sua força de trabalho) e por isto estavam sujeitos a outras leis econômi-

cas, mesmo atuando na estrutura escravista. Em outras palavras: seriam módulos de trabalho camponês (e, por isto, não escravista) produzindo artigos de consumo para uso de uma sociedade escravista, dentro das leis de mercado livre.

Isto, como vemos, é diametralmente oposto àquilo que foi chamado de *brecha camponesa* por Tadeusz Lepkowski. No particular, Maria Sylvia de Carvalho Franco tem um livro sobre essa atividade de trabalho livre no modo de produção escravista que esclarece o assunto e demonstra a total desvinculação desse tipo de atividade com a chamada *brecha camponesa*¹⁶.

As discussões verificadas no Brasil sobre o conceito de *brecha camponesa* centram-se na enumeração factual de que os senhores de escravos cediam voluntariamente (uma negociação em pé de igualdade entre o senhor e o escravo é especulação romântica) pedaços de terras aos escravos, para que eles praticassem uma agricultura de subsistência, e, em alguns casos, havendo excedentes, comercializassem essa produção, quase sempre com o próprio senhor que os revendia no mercado livre. Mas, o que deve ser discutido não é a veracidade, frequência e/ou detalhes desse tipo de concessão senhorial. Essa concessão ninguém discute. O que se discute é se os escravos que plantavam nessas terras eram camponeses ou protocampesinos, ou continuavam escravos. O conceito de *brecha camponesa* é sociologicamente insustentável porque deseja transferir o tipo de atividade produtiva de uma categoria (o escravo) para outra (o camponês) através de uma interpretação analógica. O escravo jamais poderá ser qualificado ou confundido com o camponês simplesmente porque o trabalhador camponês exige a existência de um trabalhador livre, o que não acontece com o trabalho escravo que exige um trabalhador sem a posse do seu ser. No Brasil, poder-se-á provar *ad nauseum* a existência desse tipo de divisão do trabalho estabelecido pelo senhor a uma parcela de escravos. Isto não esclareceria nada. O termo é falho conceitualmente, e não factualmente.

Outro aspecto da questão *brecha camponesa* é se houve formação de uma economia quilombola dentro do modo de produção escravista em decorrência da luta dos escravos e do estabelecimento de produção agrícola nessas regiões. No particular – com exceção, talvez, de Palmares –, não se conseguiu definir no Brasil de maneira precisa a formação, o desenvolvimento e possível destruição (ou conservação) desse tipo de economia e a formação de outra quilombagem, os seus vínculos de ligação com a economia colonial, a sua possível independência (ou possíveis vínculos de dependência), o seu ciclo de evolução e as possibilidades – pelo menos teoricamente – de essa economia transformar-se em uma proposta ou práxis político-econômica ou econômico-política embutida no modo de produção que substituiu o escravismo em consequência da sua dinâmica interna durante a escravidão.

Não cabe, contudo, insistir no assunto por falta de informações sobre esse tipo de economia no Brasil, mas o que queremos deixar registrado é que esse tipo de economia quilombola somente se manifesta como negação estrutural e dinâmica (porque de protesto) da economia tradicional e estabelecida: a economia escravista.

De fato, uma economia quilombola dentro dessa estrutura escravista, pelo menos no Brasil, ao contrário do que aconteceria com uma economia camponesa – esta última já bem analisada, especialmente pelo pensamento marxista –, deve ser repensada de forma que possamos conceituá-la e vermos o seu grau e nível de importância e os seus vestígios no Brasil atual para não ficarmos apenas na constatação do passado. Não foi evidentemente outro modo de produção dentro do sistema escravista (ou teria sido, com particularidades e leis econômicas específicas?).

Ora, ao contrário do que acontece com os camponeses, não há na literatura conhecida uma análise factual e teórica da economia da quilombagem no Brasil, ou seja, da economia quilombola: os espaços geo-

gráficos ocupados, o seu ritmo de produção, condições de trabalho, níveis de acumulação, meios e forma de comunicação com a sociedade abrangente, distribuição interna de excedentes, divisão interna do trabalho por idades e sexos e inúmeros outros detalhes estruturais.

Por isto, achamos que a visão da economia quilombola no Brasil e a possibilidade de um *protocampesinato* em decorrência devem ser a análise e interpretação de uma realidade histórico-social e econômica que ainda não está comodamente vertida para o discurso das ciências sociais de forma conclusiva ou satisfatória. Por isto, há três vertentes a considerar como hipóteses:

a) Que houve esse tipo de economia alternativa, isto é, houve uma dinâmica interna, nos grupos quilombolas, capaz de proporcionar essa economia informal de maneira significativa no conjunto da economia escravagista, continuando após a Abolição;

b) que esse tipo de economia alternativa não teve possibilidades de transformar-se em um modo de produção autônomo ou em uma economia alternativa que continuasse após a Abolição como segmento produtivo; e

c) que esse tipo de economia quilombola teve um desenvolvimento razoável, mas não resistiu à destruição militar dos quilombos, não deixando vestígios ponderáveis em consequência da morte ou dispersão dos seus habitantes.

Para nós, essa produção quilombola, pelo menos no caso particular do Brasil e com base nos poucos informes de que dispomos (uma conclusão provisória, portanto) não se configurou em um *protocampesinato*, mas foi uma economia de resistência destinada à sobrevivência dos quilombos e não teve continuidade na economia de trabalho livre em face da forte repressão contra eles. Tanto isto tem apoio histórico que na República de Palmares, como nos quilombos mineiros, fluminenses, gaúchos, pernambucanos e de outras regiões onde os quilombos se ins-

talaram, não encontramos uma continuidade na economia após a Abolição, porque foi destruída antes.

Há, contudo, algumas comunidades que se conservaram como continuação de quilombos, mas estas não podem ser consideradas segmentos representativos e relevantes, que teriam dinamizado no seu conjunto a agricultura na passagem do escravismo para o trabalho livre. Por outro lado, não se pode negar que os quilombos criaram áreas de atividade agrícola de subsistência proporcionando uma economia alternativa protocampesinal durante o período em que existiram.

Podemos apresentar, para início de análise, os seguintes focos que, possivelmente podem significar a existência de uma economia quilombola independente:

- a) A República de Palmares;
- b) os *papa-méis* de Alagoas;
- c) os quilombos de Goiana e Catucá, em Pernambuco;
- d) os Calungas, de Goiás;
- e) os quilombos da região amazonense.

Quanto a Palmares, já existe uma literatura relativamente abundante, embora toda ela baseada em documentação de seus repressores¹⁷. Por isto, não iremos insistir no assunto¹⁸. Em relação aos *papa-méis* de Alagoas, a bibliografia é quase inexistente e uma pesquisa de campo deveria ser feita. Há os trabalhos de Dirceu Lindoso, Manuel Correia de Andrade e Décio Freitas, mas não se fez um trabalho histórico-comparativo para se constatar, ou não, a existência de descendentes dos *papa-méis* na atual população camponesa da região onde eles atuaram. Seria uma oportunidade para se constatar, ou não, se seria a economia camponesa ali existente continuação por descendência daqueles negros que participaram da Cabanagem de Vicente de Paula no século XIX¹⁹.

Em relação aos quilombos de Goiana e Catucá, o mesmo trabalho deveria ser feito, além do mais porque sabemos que trabalhadores livres

alemães foram posteriormente ocupar as terras desses quilombolas. Pode ser – por hipótese – que tenha havido uma fratura na continuidade das suas atividades agrícolas, com a chegada dos trabalhadores livres (*artistas*) para atuarem na região, se é que houve agricultura nesses quilombos. Queremos salientar que, nos documentos assinados pelo comandante da expedição que foi exterminá-los, não encontramos nenhuma referência à agricultura nos mesmos, o que é de estranhar pois quase sempre há referência às lavouras dos negros, quando os quilombos eram agrícolas²⁰.

Sobre os Calungas de Goiás, acreditamos ser o grupo negro que tem todas as características de ser remanescente de um quilombo, ou melhor, de vários, e sobre o qual se tem o maior número de informações. A comunidade toda situa-se nos municípios de Monte Alegre e Cavalcante e, segundo a tradição, nasceu no século XVIII com a economia mineradora.

Calcula-se que a comunidade Calunga existe há mais de 150 anos e atualmente tem cerca de 5 mil habitantes. Está dividida em 3 núcleos nos vãos de Almas, Muleque e Calunga-Contenda. A principal hipótese sobre a sua origem é a de serem descendentes de escravos fugidos de Espírito Santo, Bahia, Goiás e de ali permanecerem isolados, conservando características culturais próprias.

O forte caráter comunitário dos Calungas pode ser constatado durante as festas, como, por exemplo, a de Nossa Senhora da Abadia, de 5 a 16 de Agosto no vão de Almas. Esse ciclo de festejos se inicia com São João e termina com Nossa Senhora das Neves, significando uma pausa no trabalho para o reencontro com amigos, ficando o sentimento religioso para segundo plano.

A base da agricultura dos Calungas é a mandioca, transformada, ali mesmo, em polvilho e farinha. Os Calungas são possivelmente uma *brecha camponesa* que sobreviveu à escravidão²¹.

Resta fazer referência aos quilombos da região amazonense registrados de forma pioneira por Vicente Salles²², e atualmente estão se tornando visíveis através de atitudes reivindicatórias e de participação política e

social. Neste sentido, em junho de 1991, foi realizado o IV Encontro Raízes Negras, na comunidade negra Tapagem, no Alto Trombeta, Pará, organizado pela Associação das Comunidades Remanescentes dos Quilombos do Município de Oriximiná. Como resultado dessa reunião saiu a Carta do IV Encontro Raízes Negras que foi endereçada às autoridades, às outras comunidades e a pessoas e entidades interessadas em preservá-las da extinção, se for executado o projeto de exploração de bauxita, a ser desenvolvido pelas empresas ALCOA e BILLITON, nas terras dos remanescentes desses quilombos. O documento apela para que seja respeitado o inciso das Disposições Transitórias da atual Constituição que manda preservar as terras das comunidades quilombolas sobreviventes. Esse conjunto de quilombos amazonenses também poderá configurar outra *brecha camponesa* existente durante o regime escravista e que perdura até hoje²³.

Se nos Calungas, porém, podemos ter informações a respeito de seu passado, nas outras áreas de ex-quilombos, especialmente da região de Trombetas, elas nos são desconhecidas. É todo um trabalho de pesquisa histórico-comparativa que está por fazer-se para podermos afirmar, com segurança, se houve, durante a escravidão, uma economia alternativa criada pela agricultura dos quilombos e que resiste como unidade produtiva até hoje. Mas tudo são hipóteses e somente pesquisas no local poderão confirmar.

Somente depois disto poderemos comprovar a existência de uma *brecha camponesa* – vá lá o termo – oriunda de uma economia quilombola no sistema escravista e a sua continuidade na atual estrutura agrária do Brasil.

O ESCRAVISMO PLENO

Chamamos de *escravismo pleno* àquele período da escravidão que se estende no Brasil do ano de 1550 (+ ou -) até aproximadamente 1850,

quando é jurídico e efetivamente extinto o tráfico internacional de escravos africanos. Abrange, portanto, todo o período colonial, a fase do reinado de Dom João VI, o Império de Dom Pedro I e de Dom Pedro II. Nesse longo período de mais de trezentos anos, estrutura-se e dinamiza-se o modo de produção escravista no Brasil com todas as características que determinarão o comportamento básico das duas classes fundamentais da sua estrutura social: senhores e escravos.

Os demais segmentos, grupos, instituições, autoridades e mesmo parcelas de trabalhadores livres estavam, direta ou indiretamente, a ele subordinados. Na área dos trabalhadores livres produtores de uma economia de subsistência, e ainda maquinistas, ferreiros, artesãos e outras categorias não qualificadas, todos estavam ligados por laços de subordinação, diretos ou indiretos, aos senhores de terras, os quais permitiam também a existência de rendeiros e pequenos plantadores sem voz ativa nos negócios da Colônia.

Na área administrativa, os governadores gerais e vice-reis, depois, eram diretamente subordinados a Portugal. Com a chegada do primeiro Governador Geral, Thomé de Souza, a centralização administrativa fez com que o exercício do poder ficasse mais forte e regulamentado. Competia a essa autoridade velar pela obediência às leis do rei, manter a ordem pública, além de administrar as relações entre portugueses e índios, dirigir as operações de defesa em geral, obrigar os concessionários de sesmarias a construir fortificações, incentivar a construção naval, distribuir sesmarias em torno da nova cidade (Salvador), controlar a penetração do interior, prover cargos públicos e conceder títulos de cavaleiros a quem julgasse merecedor.

A parte fiscal ficava com o Provedor-mor. Este era incumbido de refazer a maneira como as rendas da Colônia estavam sendo arrecadadas, organizar o serviço de alfândega e de fisco, tomar conhecimento dos litígios com a Fazenda Real, ordenar e fiscalizar serviços de funcionários da Fazenda e ajudar o Governador Geral.

O Judiciário foi também centralizado na pessoa do Ouvidor Geral, ao qual estavam subordinadas as medidas a respeito de crimes até a *morte natural* contra “escravos, peões, cristãos e gentios livres”.

Com esta centralização, racionalizava-se o sistema de governo da Colônia, dando-lhe unidade administrativa e judiciária, e, ao mesmo tempo, criavam-se as condições de reprimir as revoltas de negros e de índios, sendo que esses últimos se mostravam cada vez mais aguerridos, chegando ao ponto de matarem o capitão-mor Pereira Coutinho²⁴. É também por essa época que os africanos escravos começam a demonstrar a sua inquietação, tendo-se notícias de um quilombo atacado em 1575. Mas as atividades desses “negros da Guiné alevantados” já eram registradas bem antes deste ataque²⁵.

A produção, por outro lado, era escoada para o exterior (Portugal) via monopólio comercial exercido pela metrópole, através do Conselho Ultramarino. Esta organização do sistema escravista através do Governo Geral, a partir de 1549, vem demonstrar a necessidade que tinha Portugal de pôr em ordem a Colônia. Por outro lado, a chegada de Thomé de Souza proporcionava a concessão de sesmarias àqueles que provassem ser *homens de qualidade*, isto é, além da condição de donos de escravos serem possuidores de uma linhagem pura, sem sangue negro, judeu ou herege.

O Direito da época, em consonância com os interesses da classe senhorial e da Metrópole, aplicava uma série de punições reguladas pelas Ordenações do Reino, os códigos Manuelino e posteriormente Filipino que aqui tinham valor de Lei. “Essas leis” – escreve Rodolfo Garcia – “eram as *Ordenações* que, em virtude do nome do rei que as promulgou (fazendo reformar as Afonsinas no meado do século precedente), se ficaram denominando *Manuelinas*, as quais, aditadas e melhor redigidas, se promulgaram de novo no princípio do século seguinte, reinando um dos Filipes de Castela, pelo que ficaram chamando Código Filipino, do qual muitas disposições vigoraram entre nós até a promulgação do Có-

digo Criminal em 1830, do Código do Processo, em 1832, e até os nossos dias com a promulgação do Código Civil”²⁶.

É dentro dessa estrutura rígida administrativa, judiciária e politicamente que a sociedade brasileira funcionará, sem modificações substanciais na sua essência até praticamente 1850. Durante esse período, o número de escravos – inicialmente índios, posteriormente africanos – ascenderá constantemente. Gandavo dirá, cerca de 1570: “Os mais dos moradores que por estas capitâneas estão espalhados, ou quase todos, têm suas terras de sesmarias dadas e repartidas pelos Capitães e Governadores da terra. E a primeira coisa que pretendem adquirir são escravos, que neles lhes fazerem suas fazendas e se uma pessoa chega na terra a alcançar dois pares, ou meia dúzia deles (ainda que outra coisa não tenha de seu) logo tem remédio para poder honradamente sustentar família: porque um lhe pesca e outro lhe caça, os outros lhe cultivam e grangeam suas roças e desta maneira nem fazem os homens despesa em mantimentos com seus escravos, nem com suas pessoas”²⁷.

O cronista já caracterizava a sociedade da colônia como tendo a grande propriedade e o trabalho escravo como bases, tanto assim que escreve: “pois daqui se pode inferir quanto mais serão acrescentadas as fazendas daqueles que tiverem duzentos, trezentos escravos, como há muitos moradores na terra que não têm menos desta quantia e daí para cima”²⁸.

Ao mesmo tempo em que crescia a população escrava, de um lado, do outro, a rebeldia desse elemento se fará sentir: os índios através de guerras constantes e violentas contra os colonos, e os africanos através de movimentos coletivos como Palmares e outros grandes ou pequenos quilombos, ou no seu cotidiano com fugas individuais, em grupos, descaso pelo trabalho, delinquência ocasional contra os feitores, senhores e membros de suas famílias. A repressão a essa rebeldia por parte do Estado escravista, por isto mesmo, era uma força necessária e eficaz para poder manter o *equilíbrio social*, enquanto a força fosse um elemento desse equilíbrio. Era, portanto, um equilíbrio que tinha como base prin-

cial o antagonismo entre senhores e escravos e as medidas de controle social dos senhores.

Por outro lado, seria ingênuo supor-se, no Brasil, um modo de produção que se autossatisfizesse na área de circulação e do consumo; fosse um escravismo patriarcal, fechado, e se regulasse apenas e tão-somente pelas relações estabelecidas internamente. Seria também ingênuo supor-se que esse escravismo, por estar ligado ao capitalismo mercantil das nações consumidoras dos seus produtos, tivesse internamente, regulando-o, as leis de mercado daquelas nações. O modo escravista de produção que se instalou no Brasil era uma unidade econômica que somente poderia sobreviver *com* e *para* o mercado mundial, mas, por outro lado, esse mercado somente podia dinamizar seu papel de comprador e acumulador de capitais se aqui existisse, como condição indispensável, o modo de produção escravista. Um era dependente do outro, e se completavam. Daí muitas confusões teóricas ao interpretar-se esse período, quando se procura estender as leis econômicas do capitalismo, especialmente do capitalismo mercantil, à estrutura e à dinâmica da sociedade brasileira existente na época.

Não podemos deixar de reconhecer, por outro lado, que, no setor comprador, como na sua contrapartida, o vendedor, tivessem havido relações mercantis entre si. Mas, as relações de produção escravistas eram, no entanto, o suporte fundamental que configurava as suas bases estruturais e determinava todos os demais níveis do relacionamento social. Em outras palavras: as relações escravistas de produção eram as fundamentais e as que determinavam internamente a sua dinâmica. E essa economia, por outro lado, que já foi chamada de uma "vasta empresa comercial", somente poderia desenvolver-se e vender a sua produção substantiva se fosse compradora de uma mercadoria indispensável: o escravo. E aqui se conclui a definição de Caio Prado Júnior: era uma empresa comercial cujo modo de produção era o modo de produção escravista.

Sem o fluxo permanente da compra dessa mercadoria viva, o sistema escravista não poderia sobreviver e desenvolver-se. Ela era a mola

propulsora de tudo aquilo que dava vida ao sistema e que, ao chegar, era ordenada de acordo com a sua divisão interna do trabalho.

Se quase toda a produção ia para o mercado externo, por outro lado, eram os senhores obrigados a investir na compra do escravo, para onde desviavam grande parte dos lucros advindos da comercialização dos seus produtos no mercado internacional.

Se toda essa produção ia para o mercado externo, por outro lado, o senhor era obrigado a investir na compra do escravo africano (na impossibilidade de manter o equilíbrio da força de trabalho através do índio), para onde derivava grande parte dos seus lucros. Se calcularmos que cerca de 10 milhões de africanos entraram no Brasil via tráfico internacional, no período que vai do início do século XVI ao meado do século XIX, adquiridos pelos senhores durante a Colônia e por outros setores interessados nesse tipo de mão de obra até a época da extinção do tráfico, podemos imaginar, aproximadamente, as proporções das despesas que eles tiveram com esse tipo de investimento e os lucros que proporcionaram aos traficantes. Era um tipo de investimento inicial oneroso e de curta duração, se levarmos em conta que a vida útil do escravo era de sete a dez anos, sem incluirmos entre os riscos possíveis as constantes fugas individuais, a formação de quilombos, as guerrilhas nas estradas, os suicídios e as insurreições urbanas²⁹.

Por estas razões, somente o trabalho escravo, e não outro tipo de trabalho, mesmo compulsório e espoliativo, poderia dar resultados compensatórios ao novo tipo de empresa que se estabeleceu no Brasil. Fora disto, o sistema global que regulava as relações metrópole-colônia entraria em crise ou colapso. Ao mesmo tempo, o que as colônias compravam das metrópoles (e o caso brasileiro é o mais característico) eram produtos perecíveis ou de consumo pessoal, como vinhos, queijos, tecidos, bacalhau, farinha do reino (trigo) e outros necessários à manutenção da máquina produtora à subsistência da classe senhorial³⁰.

Dissemos que somente a escravidão era a forma de trabalho adequada ao sistema colonial porque somente ela, através da exploração econômica

e extraeconômica do trabalhador, com um nível de coerção social despótico e constante, poderia extrair o volume da produção que fizesse com que esse empreendimento fosse compensador. O montante de investimentos e a sustentação de uma camada improdutiva (inclusive escrava) levavam a que, somente com o trabalho escravo, houvesse a possibilidade de lucros compensadores, quer para o vendedor, quer para o comprador. O investimento inicial para a montagem de um engenho de açúcar era vultoso, e sobre este particular assim se refere J. Lúcio de Azevedo: "para se estabelecer o que se chamava no Brasil de *engenho real* (os pequenos designavam-se por *engenhocas*) eram precisos grossos cabedais. Só os aparelhos para o fabrico, moendas, tachos de cobre, caldeiras, importavam perto de dez mil cruzados; cinquenta negros de ambos os sexos, porque as mulheres também trabalhavam no campo e na fábrica, cinco mil cruzados, mas também havia engenhos com cento e cinquenta peças de escravatura; mais quinze a vinte juntas de bois; carros, barcos, porque os transportes eram quase sempre por água; ferramentas e utensílios; tudo isso somaria pelo menos vinte mil cruzados. Não entram nisto o custo das terras e edificações; nem o capital necessário para o movimento da casa, manutenção do pessoal e salários; porque se, como diz um especialista do assunto, *os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho*, havia também trabalhadores livres, indispensáveis, empregados na fábrica ou de diferentes ofícios, geralmente brancos, do reino ou mestiços. Daqui provinha-se avaliar-se em 40, 50, 60 mil cruzados e mais, o cabedal de um destes proprietários, que eram a aristocracia da terra; e viviam à lei da natureza, com gastos de ostentação e luxo iguais aos da corte e de que se espantavam os estranhos vindos às colônias³¹.

Quanto ao pessoal auxiliar e não produtivo e que era sustentado pela renda do engenho, Antonil refere-se a ele da seguinte forma: "Servem ao senhor de engenho em vários ofícios, além dos escravos da enxada e foice que tem nas fazendas e na moenda, e fora dos mulatos e mulatas, negros e negras de casa ou ocupados em outras partes; barqueiros,

canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores. Tem mais cada senhor destes necessariamente hum mestre de açúcar, hum banqueiro e hum contrabancheiro, hum purgador, hum caixeiro no engenho, outro na cidade, feitores nos partidos e nas roças, hum feitor mor do engenho: e para o espiritual hum sacerdote e cada um destes oficiais tem soldada³².

Tanto esse capital fixo como o variável, o senhor de engenho tinha de dispor, controlar, para manter a empresa em condições operacionais; isto exigia, portanto, um alto investimento e, em contrapartida, um alto padrão de exploração do trabalho; sem isso, o empreendimento não seria econômico. Somente a escravidão, com o seu rígido aparelho de dominação e controle, poderia satisfazer aos requisitos exigidos para que a empresa colonial fosse um sistema lucrativo para vendedores e compradores.

Um complexo agroindustrial tão custoso, sem depender diretamente das leis do mercado livre porque ele era controlado pelo monopólio comercial da Metrópole, somente era viável se nele funcionasse um mecanismo econômico que tivesse como força de dinamismo o trabalho escravo. O engenho, no período descrito por Antonil (início do século XVIII), era uma unidade produtiva constituída levando-se em consideração o pré-requisito de que somente poderia ser dinamizada através desse tipo de trabalho. As leis econômicas que funcionavam no interior dessa economia, especialmente a extração de todo o sobretrabalho, através da coerção econômica e extraeconômica do trabalhador, eram leis do modo de produção escravista, e não de qualquer outro.

Devemos notar, ainda, que o investimento do senhor de engenho era o da parte *passiva* do sistema colonial. Não menor o exigido do setor *ativo* (metrópoles). Este consistia em frota de navios, tripulação em geral, alimentação da tripulação (e dos escravos quando era navio negreiro), além de objetos de troca, pentes, espelhos, facas, cachaça, fumo e os aparelhos de contenção como ferros, correntes e outros instrumentos do gênero, capital para a compra de mercadorias, despesas portuárias, impostos e

outras mais, tudo isto constituindo uma *despesa onerosa* dos seus agentes.

Todas essas despesas, quer da parte da parte *passiva* (produtores coloniais), quer da *ativa* (compradores das metrópoles), tinham de ser cobertas pelo sobretrabalho do escravo que era quem produzia todo o valor nesse tipo de comércio.

Querer dizer que o modo de produção existente aqui era capitalista, porque estava diretamente ligado ao capitalismo europeu na sua fase mercantilista e com ele estabelecia relações mercantis através daquilo que se convencionou chamar de divisão internacional do trabalho, não se sustenta se partirmos da análise das relações de produção que existiam aqui. É que há confusão entre divisão internacional do trabalho e divisão internacional do comércio (mercado). Acontece que os dois termos não têm o mesmo significado sociológico. A divisão internacional do trabalho seria aquela divisão estabelecida nas diversas áreas onde a mercadoria era produzida através do trabalho escravo (no nível de relações de produção), como o açúcar, fumo, algodão, metais preciosos para o mercado consumidor, e pelas classes senhoriais de cada região produtora. E a divisão internacional do comércio seria a divisão entre si das áreas de mercado comprador pelas nações que dinamizavam, no lado *ativo*, o mercado internacional. As duas coisas são, como vemos, bem diferentes.

Na divisão internacional do trabalho (compulsória também por fazer parte do lado *passivo* do sistema colonial), temos os territórios coloniais com estruturas de produção divididas internacionalmente e subordinadas a mecanismos de procura externos.

Essa divisão internacional do trabalho era aquela verificada em toda a vasta extensão do que se convencionou chamar Afro-América e esta era constituída por um "conjunto descontínuo de regiões marcadas pela imigração forçada de africanos e por influxos culturais poderosos provenientes da África, embora a escravidão negra não tenha estado ausente de região alguma do continente americano, convém ressaltar a denominação de Afro-América só para as partes de tal continente onde

ela chegou a ser a relação de produção predominante; onde, portanto, a presença africana teve maior importância. (...). Caribe (Antilhas, Guianas), boa parte do Brasil, porções relativamente reduzidas da América Espanhola continental (costa do Peru, partes do que são hoje Venezuela e Colômbia etc.) e o Sul dos Estados Unidos"³³.

É sobre esta vasta extensão geográfica que se estende a divisão internacional do *trabalho escravo*, e atua como força compulsória para que os produtos coloniais sejam capazes de suprir a baixos preços o mercado metropolitano de açúcar, fumo, cacau, algodão e outros produtos, além de metais preciosos. No caso particular do Brasil (como também nas demais áreas de trabalho escravo), para que a divisão desse tipo de trabalho funcionasse *racionalmente*, houve a necessidade de uma estratificação social no interior das relações escravistas, necessária e que se diferenciava de acordo com o gênero produzido. De um modo geral, porém, podemos ver esta estratificação no interior das relações escravistas no Brasil da seguinte maneira, embora de forma não definitiva ou completa.

A) Escravos de eito ou destinados a atividades extrativas:

- 1) Na agropecuária nas suas diversificações regionais.
- 2) Escravos ocupados em atividades diretamente extrativas (congona, borracha, algodão, fumo etc.).
- 3) Na agroindústria dos engenhos de açúcar e suas atividades auxiliares.
- 4) Nos trabalhos das fazendas de café e algodão e outras atividades diretamente ligadas a esse tipo de produção agrícola.
- 5) Escravos na pecuária no Rio Grande do Sul e outras regiões.

B) Escravos na mineração:

- 1) O escravo doméstico.
- 2) O escravo de eito e de atividades afins. O escravo doméstico urbano poderá ser subdividido assim:

- escravos ourives
- escravos ferreiros
- escravos mestres de oficinas
- escravos pedreiros
- escravos taverneiros
- escravos carpinteiros
- escravos barbeiros
- escravos calafates
- escravos parteiras
- escravos correios
- escravos carregadores em geral.

- 3) O escravo de eito e de atividades afins poderá ser subdividido em:
- escravos trabalhadores nas minas de ouro nas suas diversas especialidades
 - escravos extratores de diamantes nas suas diversas especialidades.

C) Escravos domésticos nas cidades e casas grandes em geral:

- escravos carregadores de liteiras
- escravos caçadores
- escravas mucamas e demais escravos de serviço doméstico
- escravas amas de leite
- escravas cozinheiras
- escravos cocheiros etc.

D) Escravos de ganho nos centros urbanos:

- escravos barbeiros
- escravos médicos
- escravos(as) vendedores(as) ambulantes
- escravos carregadores de pianos, pipas e outros objetos
- escravos músicos componentes de orquestras dos senhores

- escravas prostitutas de ganho
- escravos mendigos de ganho.

E) Outros tipos de escravos:

- escravos dos cantos (de ganho)
- escravos soldados da Nação
- escravos do Estado
- escravos de conventos e igrejas
- escravos reprodutores
- escravos de aluguel.

Esses diversos estratos ocupacionais dos escravos, consideravelmente diversificados na divisão do trabalho e no nível de favores senhoriais, se articulavam e se integravam internamente, mas somente no espaço social escravo que lhes era permitido. Esse movimento interno, provocado pela mobilidade social vertical e/ou horizontal, é estancado nos limites da sua fronteira de classe.

Podemos ver pela relação acima que uma parte da população escrava executava trabalhos que não produziam *valor* e estava incluída na parte da população que, direta ou indiretamente, era sustentada pela parcela de escravos produtivos. Essa estratificação produzia também uma hierarquia dentro dos quadros da escravidão e influirá, por seu turno, no comportamento do escravo e nas suas atitudes de aceitação ou não da sua situação. A maior presença pessoal do senhor com os escravos domésticos, se de um lado aliviava esse setor de trabalhos mais pesados e duros, submetia-os, de outro lado, a uma vigilância direta maior. Quanto aos escravos de eito, a vigilância e os mecanismos de coerção exercidos por feitores, com a ausência dos donos, levavam a que quase sempre os castigos chegassem a níveis muito mais severos e desumanos, o que levava muitas vezes à morte o cativo torturado. De qualquer forma, nos dois setores, os escravos estavam sujeitos à exploração

econômica e extraeconômica. No caso da mulher escrava, esse nível de exploração extrapolava para o seu uso sexual por parte do senhor ou prepostos, fato que se desdobrava no seu engravidamento e multiplicação do plantel na base do princípio do *partur sequitur ventre*.

Como vemos, no nível das relações de produção internas, temos uma estrutura escravista com todas as características fundamentais. No nível da distribuição, circulação e comercialização, temos relações mercantis dos senhores de escravos, donos das mercadorias exportáveis, com o capital das metrópoles em nível internacional.

Assim, como o fundamental para se caracterizar um modo de produção são as relações de produção, não podemos deixar de reconhecer que este fato determina todos os outros. O trabalho escravo, internamente distribuído e dinamizado através de níveis diferenciados de extração do sobretrabalho e da exploração econômica e extraeconômica do escravo, foi o fator que proporcionou a dinâmica que se processou nos outros níveis de interação e ensejou a possibilidade de o sistema colonial desenvolver-se.

Podemos ver, por outro lado, o nível de subordinação da economia brasileira ao centro explorador-comprador. Era uma economia que não permitia a acumulação de excedentes e de capitais internos em proporções suficientes à abertura de uma via independente do desenvolvimento. Este estrangulamento, porém, não era apenas econômico, mas também fiscal, pois um verdadeiro alude de dízimos, impostos, obrigações e contribuições, arrecadados pelos funcionários do Reino, determinava que quase nada ficasse na Colônia para reinvestimento técnico e acumulação capitalista.

Durante a existência do escravismo pleno, o fluxo de escravos era uma constante, com diferenças regionais, conforme veremos quando estudarmos a dinâmica demográfica da escravidão. Por outro lado, o elástico progressivo do mercado externo exigirá que esse modo de produção se estabeleça com as suas características fundamentais, sen-

do que a mais importante era a existência do escravo como produtor – mercadoria e produtor de mercadoria. O sistema que funcionava como regulador da produção das colônias – quer na sua quantidade, quer estabelecendo o ritmo de rotatividade dos produtos nativos a serem adquiridos – era também o responsável pelo suprimento de escravos. Com isto, forma-se um circuito fechado articulado no sentido de subordinar as economias coloniais na sua totalidade, e não apenas em alguns aspectos particulares.

Nessa sociedade fechada, baseada no monopólio comercial (até a vinda de Dom João VI, em 1808), a própria classe de senhores de escravos não mantinha a hegemonia e o controle da comercialização do produto nem do preço dos escravos. Por esta razão, escreve Manuel Correia de Andrade, reportando-se a uma situação já posterior à abertura dos portos, isto é, sem o monopólio, mas na qual os senhores de engenhos não controlavam o preço do escravo:

“Para se compreender os eventos de 1817, 1821 e 1824, torna-se necessário fazer uma reflexão sobre a sociedade nordestina no período. Assim, a classe dominante era formada por grandes proprietários de terra e de escravos que se dedicavam à cultura da cana-de-açúcar e à pecuária bovina. Eles possuíam a terra e produziam para exportação, mas esta era controlada por comerciantes portugueses. Também, dificilmente os proprietários tinham acesso aos cargos públicos mais importantes. Limitavam-se a obter posições como oficiais de milícias e a ocupar cargos nas câmaras municipais. Os altos comandos militares, a alta magistratura e os cargos do governo ficavam em geral com funcionários de carreira, em sua maioria portugueses. Os exportadores de açúcar e de algodão, os chamados comissários, recebiam a produção dos grandes proprietários e a exportavam, recebendo uma comissão, ao mesmo tempo que importavam os produtos consumidos pelos proprietários, sem alternativa de controlar a exportação, ficavam na dependência dos comerciantes e em geral se endividavam.

Essa dependência econômica era muito danosa às atividades dos produtores que dependiam totalmente das importações dos produtos de consumo, assim como do abastecimento de escravos vindos da África e vendidos a preços elevados³⁴.

O trecho acima demonstra, com muita clareza, o processo de dependência que o sistema escravista no Brasil sofria na sua totalidade pela economia da Metrópole ou de seus representantes. Por isto, essa produção, para dar lucro ao produtor interno (senhores de engenhos e escravos) e desempenhar a sua função de abastecedor do mercado internacional, somente poderia funcionar satisfatoriamente na base do sobretrabalho escravo e de nenhum outro tipo de exploração, pois de outra forma não seria lucrativo nem para o polo produtor (colônia), nem para o polo distribuidor e/ou consumidor (metrópole). Seria um sistema antieconômico.

Brasil Reino e Brasil Independente: o escravismo consolida-se

A vinda de Dom João VI para o Brasil (1808), acompanhado de sua Corte, com magistrados, nobres, militares, corpo diplomático, intelectuais, conselheiros, clero e políticos, num total de cerca de 10 mil pessoas, determinou uma série de modificações de comportamento e de interesses na cidade do Rio de Janeiro. Medidas como a abertura dos portos a todas as nações, proposta feita por Cairu, criaram as condições para um comércio internacional livre de entraves asfixiantes do monopólio colonial, embora continuasse uma série de mecanismos que limitavam a livre ação dos produtores nacionais.

Essa liberdade de comércio bem pouco significou para o Brasil no nível de livre escolha de mercado, pois todas as nações que poderiam ser clientes dos nossos produtos estavam envolvidas nas guerras napoleônicas, restando-nos a Inglaterra como última alternativa. O processo de desenvolvimento interno desse período irá acontecer superestrutural-

mente, preservando-se a forma fundamental de trabalho que continua a produzir todo o valor dessa economia.

Ao contrário de ter havido uma crise na reposição dos plantéis de escravos, a importação de africanos cresce como a demonstrar que esse desenvolvimento seria tanto mais eficaz e dinâmico quanto mais fosse executado pelo trabalho escravo.

Caio Prado Júnior denomina o período que vai da chegada do príncipe regente à promulgação da Lei Eusébio de Queirós de *Era do liberalismo*, sem acrescentar, todavia, que esse liberalismo era um *liberalismo escravista*³⁵, isto é, o seu discurso liberal ia até os limites das relações existentes e a sociedade civil brasileira continuava não admitindo a população escrava nos seus quadros institucionais. Por isto mesmo, todas aquelas benfeitorias, que favoreceram e urbanizaram o Rio de Janeiro e outras regiões, foram feitas pelo trabalho escravo. A mesma coisa podemos dizer com o que aconteceu no interior, quanto à produção das fazendas de café, ou dos canaviais do Nordeste que continuavam a produzir dentro das mesmas técnicas e os mesmos instrumentos de trabalho da era colonial.

As tentativas de implantação da siderurgia, com técnicos importados – Varnhagen, Eschwege – tinham, também, como suporte básico de dinâmica operacional o trabalho servil³⁶.

Mesmo os movimentos contestadores que surgiram – no plano ideológico, portanto – antes ou logo depois da Independência, como a revolução pernambucana de 1817, a Confederação do Equador de 1824, a Sabinada de 1837, não colocaram nos seus programas políticos a abolição da escravidão. E não podia ser de outra forma. O escravismo satisfazia econômica e socialmente e ninguém pensava ou articulava um movimento que objetivasse substituí-lo por outro regime de trabalho³⁷.

Caso de José Bonifácio, no processo da Independência, é típico de como qualquer ideia que procurasse criticar, mesmo tangencialmente, a escravidão era repelida antes de ser submetida a uma análise crítica objetiva³⁸.

A chegada de Dom João VI, bem como a proclamação da Independência não alteraram a estrutura social e econômica do Brasil, que continuou repondo satisfatoriamente o seu plantel de escravos e produzindo, do mesmo modo, aquelas matérias para o mercado externo, agora mais diversificado e complexo. Pelo contrário, consolidou-se.

Em 1798, dez anos antes da chegada de Dom João VI ao Brasil, a sua população escrava era de 1.582.000, perfazendo 47,9% do seu total. Em 1818, três anos antes do seu regresso (26 de abril de 1821), tinham entrado 350.000 escravos africanos, elevando, com isto, para 52,5% o seu percentual no total da população.

Durante o reinado de Dom Pedro I, o tráfico dinamizou-se ainda mais e os traficantes tornaram-se personalidades importantes no Rio de Janeiro. José Honório Rodrigues escreve a respeito que "(...) Maria Graham obteve dados oficiais de mais 21.000 e quase 30.000 negros importados entre 1821 e 1822. O oficial alemão Schlichthorst fez o mesmo cálculo: 20 a 30 mil escravos eram importados e vendidos no Rio de Janeiro e cercanias. Era um negócio muito animado, no qual os traficantes investiam grandes capitais, especialmente por estarem temerosos de que a Grã-Bretanha acabasse por impor o fim da importação. Disse ele quando chegava um negro bronco entre 15 e 20 anos era comprado por 150 mil réis; uma rapariga valia menos. Um ano depois, o mesmo negro valia 200 mil réis.

O alemão chegou em abril de 1824 e em 1825 já a importação devia ter subido a níveis mais altos. Os traficantes eram os negociantes mais ricos da cidade, e muitas de suas casas podiam ser consideradas verdadeiros palácios³⁹.

Somente com a Lei Eusébio de Queirós – proibindo o tráfico internacional – concretamente surgirá o embrião de uma burguesia epidérmica que nasce muito tarde como classe e que não podia desempenhar aquelas funções dinamizadoras atribuídas a uma burguesia clássica nos moldes europeus. Aquilo denominado por Caio Prado Jr. de *O Império*

escravocrata e a aurora burguesa (1850-1889) é o período no qual o escravismo entra em crise progressiva a que denominamos de *escravismo tardio*.

Essa burguesia que se inicia no segundo e último período do escravismo era uma burguesia auxiliar, condicionada, dependente, apêndice e colaboradora dos interesses dos compradores, vendedores ou investidores da nova Metrópole: a Inglaterra. Os seus espaços econômicos, sociais e culturais já estavam tomados, as iniciativas pioneiras e acumuladoras de capitais já haviam sido ocupadas e funcionavam independentemente da sua liderança. Passou, a partir daí, a ser uma burguesia subalterna, que desempenharia funções caudatárias, porém, jamais assumiria o seu papel social e político de transformadora de uma nova etapa histórica da nossa sociedade através de uma proposta de nova ordenação social.

A vinda de Dom João VI e, posteriormente, a Independência não criaram nenhuma crise estrutural no sistema escravista. Se, como já se disse, esses dois acontecimentos marcam o fim do sistema colonial e a constituição de uma economia mercantil escravista, do ponto de vista do modo de produção nenhuma crise foi constatada⁴⁰.

Apenas houve uma transferência dos mecanismos reguladores do sistema para o Estado Nacional. Do ponto de vista estrutural, no entanto, o que se viu foi a consolidação desse modo de produção com o fortalecimento da classe senhorial. O aumento da importação de escravos e a dinamização da política de exportação são um sintoma disto.

Tanto na fase do chamado sistema colonial quanto na da chamada economia mercantil escravista, a essência do modo de produção não mudou: a mesma exploração do sobretrabalho do escravo através de formas econômicas e extraeconômicas; jornadas de trabalho de 14 e até 16 horas de duração; castigos corporais; taxa negativa de natalidade; mortalidade espantosa entre os componentes da classe escravizada, o que determinaria (numa fase como na outra) uma taxa de lucros compensadora, capaz de justificar e de criar as condições para a sua permanência e dinamismo.

Em 1830, já na fase denominada de economia mercantil escravista, com o Estado Nacional como mecanismo regulador e controlador do sistema, o Brasil conseguiu colocar-se como o maior produtor mundial do café; isto bem demonstra como o modo de produção escravista não sofreu nenhuma crise nesse período. Pelo contrário, os seus mecanismos de defesa ficaram mais próximos. A própria lei que surgiu nesse ano (por injunções da política internacional), proibindo o tráfico, nunca foi cumprida, prova da força que possuíam internamente os produtores de café e a classe senhorial das outras áreas que usavam o trabalho escravo como mão de obra adequada a esse tipo de economia.

Do fastígio ao início da crise

Pelo que ficou dito acima, compreende-se que a fase do *escravismo pleno* caracteriza-se pelo fato de as relações de produção escravistas dominarem quase totalmente a dinâmica social, econômica e política. Nessa fase, o número de escravos em regiões como a Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco, em alguns momentos, é maior do que a de homens livres. Por outro lado, como reflexo imanente dessa realidade, as lutas entre senhores e escravos são um fato *normal* e se manifestam numa sequência de módulos de resistência ao cativo que vão de intermitência nacional da quilombagem, às fugas, a suicídios, crimes individuais contra os senhores, feitores e prepostos, guerrilhas, assaltos nas estradas e engenhos, como também pela existência e prática de uma legislação terrorista que vai dos açoites à pena de morte imposta em contrapartida pelos senhores.

O sistema escravista consolida-se nessa fase. O número de escravos cresce constantemente e a produção através desse tipo de trabalho cria o clima de fastígio da classe senhorial. Esse fausto era obrigatório e fazia parte do *ethos* social dos senhores. O seu prestígio, especialmente nas cidades, era avaliado não apenas pela sua renda, mas, também, pelo número de escravos não produtivos que o cercavam. O comparecimento

à missa aos domingos não era apenas um ato religioso, mas, também, um ritual de poder que se exteriorizava no número de escravos acompanhantes. A emulação do poder passava pelos rituais simbólicos de prestígio dos membros da classe senhorial, sendo um deles a forma como se exibiam em certos atos.

Isto impunha uma situação de total dominação sob o elemento escravizado produtor, condições desumanas de tratamento, um sistema despótico de controle social, e, finalmente no setor público, um aparelho de Estado voltado fundamentalmente para defender os interesses dos senhores e os seus privilégios.

Para que essa situação pudesse ter êxito, e esse dinamismo obedecesse ao ritmo exigido e não entrasse em crise, foi criado o tráfico com a África o qual supria de novos braços aqueles que morriam ou eram inutilizados para o trabalho nas condições do regime escravista: morte em epidemias de varíola, cólera, sarampo, ou nas engrenagens e caldeiras dos engenhos, ou mutilações que os deixavam aleijados, cegos, com deficiências que os colocavam sem condições de trabalhar. Muitos deles, nesses últimos casos, eram alforriados para que aliviassem o senhor do ônus de alimentá-los. Desta forma, o fluxo permanente de africanos permitia ao senhor níveis de exploração altíssimos e uma margem de lucros que permitia a manutenção desse aparelho de luxo e fausto.

Esse fastígio, que decorria da exploração extrema do escravo produtivo, tinha, por outro lado, interna e externamente, fatores de deterioração contínuos ou intermitentes em face da estrutura de tipo colonial dessa economia. O monopólio comercial – até 1808 – determinava um nível de transação mercantil unilateral, pois a parte compradora era quem estabelecia os preços. Com isto, os senhores locais tinham de aceitar aquilo que lhes era imposto. Mas, por outro lado, o preço do escravo era estabelecido praticamente pelos traficantes ou por seus intermediários, fato que onerava ainda mais o seu preço. Enquanto o tráfico conseguia equilibrar a demanda de novos braços para a lavoura e outras atividades, as coisas se

equilibravam e a aparência de prosperidade contínua permanecia à superfície. Quando, porém, por qualquer pretexto ou razão, esse equilíbrio se rompia, os senhores começavam a murmurar e protestar contra aquilo que julgavam uma exploração unilateral contra eles.

Essa economia não permitia, portanto, a acumulação interna de capitais em nível capaz de poder dar um passo de mudança econômica e social qualitativo nem que fossem transformadas as relações de produção fundamentais. Com isto, ficava quase estagnado o seu dinamismo interno no nível de reprodução contínua do trabalho escravo quase de maneira circular, sem uma espiral ascendente que rompesse as barreiras estruturais. O escravismo criava os seus próprios mecanismos de estagnação econômica e social internos e era estrangulado externamente de forma quase completa pelo polo de poder da Metrópole. O latifúndio escravista (mesmo as regiões da pecuária) era, por essas razões, a forma fundamental de propriedade substantiva do sistema. Instalou-se, até 1850 no Brasil, nacionalmente, com particularidades regionais e históricas, o modo de produção escravista, em toda a sua plenitude, até quando não é mais possível a reposição da população escrava.

Rasgos fundamentais do escravismo pleno

Nesse período, que vai até mais ou menos 1850, podemos dizer que, com variáveis regionais, os rasgos fundamentais que o caracterizam são os seguintes:

- 1) Monopólio comercial da Metrópole (1808).
- 2) Produção exclusiva de artigos de exportação para o mercado mundial, salvo a produção de subsistência pouco relevante e que somente era suficiente em face do baixíssimo nível do poder aquisitivo (poder de compra) dos consumidores.
- 3) Tráfico de escravos da África de caráter internacional e o tráfico triangular como elemento mediador e mecanismo de acumulação na Metrópole.

- 4) Subordinação total da economia de tipo colonial à Metrópole e impossibilidade de uma acumulação interna de capitais em nível que pudesse determinar a passagem do escravismo para o capitalismo não dependente.
- 5) Latifúndio escravista como forma fundamental de propriedade.
- 6) Legislação repressora contra os escravos, violenta e sem apelação.
- 7) Os escravos lutam sozinhos de forma ativa e radical contra o instituto da escravidão.

Esses mecanismos permitirão o funcionamento de sistema escravista, ensejando:

- a) A eficiência na produção para o mercado externo via trabalho escravo;
- b) o controle das constantes revoltas e outras formas de descontentamento dos escravos que desgastavam sua estrutura e poderiam pôr em risco a sua eficiência em nível de produção e equilíbrio social.

Mas, concomitantemente, conforme veremos depois, inicia-se e desenvolve-se um processo de *modernização* sem mudança social em diversos aspectos da sociedade escravista, especialmente naquelas áreas que se dinamizavam com o surgimento da produção cafeeira, e, com isto, mudam as táticas de lutas dos escravos, passando a usar mais as formas passivas de resistência. No Norte e Nordeste, porém, essa *modernização* não se manifesta de forma visível ou relevante e o aparelho de Estado continuará vigilante contra os atos de rebeldia (quilombagem) dos escravos. Nessas áreas não penetradas pela *modernização* e que se situam como módulos arcaicos do modo de produção escravista em transformação, as preocupações das autoridades continuarão permanentes contra as revoltas dos escravos. Um documento elucidativo neste sentido é o ofício, datado de 30 de setembro de 1869, do presidente de província

do Maranhão, Franklin Américo de Menezes Dórea, enviado a todas as Câmaras Municipais, solicitando-lhes as seguintes informações:

- 1) Qual é o número ao menos aproximado da população escrava no município;
- 2) Qual é o número de escravos fugidos e a quem pertencem;
- 3) Qual é o número e a denominação dos quilombos existentes, com declaração de suas localidades;
- 4) Qual é o número presumido dos habitantes dos mesmos quilombos, livres e escravos, e desde quando se acham estabelecidos;
- 5) Quais os mais importantes deles e cuja importância é mais prejudicial à manutenção da ordem pública;
- 6) Em que se empregam esses quilombolas, se têm vivido pacificamente;
- 7) Quais os quilombos que têm sido batidos, quando, por ordem de quem e com que resultados;
- 8) Se os quilombos se comunicam com os índios das tribos que se têm sublevado;
- 9) Se comerciam e com quem;
- 10) Se consta que estão armados e municados⁴¹.

Verifica-se que naquelas áreas onde a modernização não havia chegado, a quilombagem ainda preocupava de forma direta as autoridades e sobre a sua dinâmica era que o aparelho do Estado exercia vigilância e se acautelava. O documento citado é rico de preocupações e demonstra como os escravos daquela área ainda lutavam de forma independente (com possível aliança com os índios levantados) – o que não acontecia mais nas áreas atingidas pela modernização. Dois anos antes da Lei do Ventre Livre, no Maranhão, o governador da Província ainda via nos quilombos uma ameaça à estabilidade da escravidão.

Por outro lado, não se pode negar uma série de modificações nas áreas mais dinâmicas do escravismo, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e

São Paulo. Nessas áreas, verifica-se um processo de modernização relativamente importante no setor tecnológico, e há uma série de reformulações de medidas políticas, procurando estabelecer táticas reordenadoras do comportamento das classes em fricção e recompondo a classe senhorial para os desafios que a decadência do sistema começa a revelar no seu conjunto. É a partir daí que as classes médias começam também a se sensibilizar com a substituição da mão de obra, e os grupos políticos procuram realizar as primeiras medidas para a substituição do escravismo.

Com esse processo de modernização injetado, que modificava tecnologicamente o escravismo, sem modificar-lhe a estrutura naquilo que ele possuía de fundamental, mas, ao mesmo tempo, subordinando a sociedade brasileira às forças de dominação que ao mesmo tempo a *modernizavam*, iniciou-se a última fase do escravismo, o *escravismo tardio*.

O ESCRAVISMO TARDIO

Quando dizemos, na nossa elaboração teórica, *modernização sem mudança* queremos afirmar que em determinada sociedade houve um progresso econômico, tecnológico, cultural, e em outras partes e níveis da sua estrutura sem uma modificação que a isto correspondesse nas suas relações de produção, ou seja, na sua infraestrutura. Desta forma, se, de um lado, a sociedade acumula, assimila e dinamiza aquilo que o desenvolvimento material, científico e tecnológico criou e aperfeiçoou, de outro lado, as relações entre os homens no processo de trabalho continuaram atrasadas e correspondentes a um estágio anterior e inferior ao da estrutura que avançou. Todo o suporte fundamental da sociedade fica, desta forma, em desarmonia com o desenvolvimento da outra parte que se *modernizou*. Cria-se uma contradição na estrutura que começa a produzir choques, assimetrias e conflitos como reflexos e reduções dessa diferença. Essas contradições e/ou desestruturação manifestam-se das mais variadas formas,

quer na área de trabalho, onde elas são mais agudas, quer no nível ideológico, gerando ideias em grupos e organizações que passam a reproduzir o que têm de *moderno*, isto é, a ciência e a tecnologia avançadas. Mas, por outro lado, ao serem aplicadas essa ciência e essa tecnologia elas irão servir aos detentores do poder, às suas instituições e elites executoras desse poder, que representam o passado e criam níveis de resistência à mudança social. Em outras palavras: o *moderno* passa a servir ao *arcaico*. Isto poderá ser feito de várias formas em cada caso concreto: ou por uma ruptura radical, ou por uma série de reformas parciais, dependendo do potencial objetivo das classes que compõem essa sociedade em conflito e/ou conciliação.

No caso da sociedade escravista brasileira, a sua peculiaridade é que, em pleno final do século XIX, quando um avanço tecnológico, científico e econômico revolucionava as relações sociais nos principais países da Europa e nos Estados Unidos, com repercussão na área periférica, esses novos recursos tecnológicos e científicos eram aplicados em um país ainda escravista.

Esta particularidade, a nosso ver, é a linha central que deve ser observada ao analisar-se a última parte do escravismo brasileiro, os conflitos emergentes, e a forma compromissada como a Abolição foi feita e as sequelas consequentes que perduram até hoje.

O escravismo moderniza-se e o Brasil fica dependente

Uma das características mais importantes dessa segunda parte do escravismo brasileiro, que denominamos de *tardio*, é o cruzamento rápido e acentuado de relações capitalistas em cima de uma base escravista. Com a particularidade de que essas relações capitalistas emergentes são dinamizadas, na sua esmagadora maioria, por um vetor externo: capitais vindos de fora e instalados aqui como seus promotores dinamizadores e dirigentes. Em face desse fenômeno quase todos os espaços econômicos, que poderiam ser ocupados por uma burguesia autóctone em formação, foram ocupados pelo capital alienígena, na sua esmagadora maioria inglês.

Esse capital, aqui investido de diversas maneiras e naquelas áreas estrategicamente relevantes para um processo autônomo de desenvolvimento da nossa economia, criou as razões do nosso subdesenvolvimento que perdura até hoje de forma cada vez mais traumática⁴².

O longo período de duração da escravidão no Brasil, que somente terminará já na época da formação do imperialismo, garroteou a possibilidade do desenvolvimento de um capitalismo nacional não dependente, fazendo-nos uma nação subalternizada economicamente às forças do capitalismo internacional, com todas as implicações políticas que isto determina. Ao lado de esses investimentos ocuparem os espaços dinâmicos da nossa economia, ela foi acompanhada por um processo de subalternização também política e cultural nos colocando sempre como devedores e culturalmente dominados pelas nações do centro, que comandavam o mercado capitalista mundial⁴³.

Os ingleses modernizaram o Brasil, mas através de estratégias de subordinação – sutis ou abertas – que determinaram progressivamente, à medida que nos endividávamos, esse processo de dependência. Desta forma, insistimos, não houve a possibilidade de formar-se uma classe burguesa nacional nas condições de assumir o comando desse desenvolvimento, mas as suas capas médias – inclusive políticas – foram prestar serviços auxiliares aos grandes incorporadores estrangeiros, investidores e filiais de bancos ou empresas que se instalaram aqui, transformando-nos em um simples entreposto mercantil e bancário dos seus negócios. O processo de industrialização foi também estrangulado, pois os ingleses faziam empréstimos em condições escorchantes às poucas iniciativas nacionais e, posteriormente, partiram para investir diretamente nesse setor. Em todas as áreas favoráveis de investimento esse fato se verificará. Estradas de ferro, portos, agroindústrias nordestinas (açúcar), companhias de gás e iluminação, moinhos, cabos submarinos, companhias de seguro, navegação fluvial, transportes coletivos e outras formas de investimentos econômico ou de *modernização* tecnológica eram controladas pelo capital

britânico. O comércio interno e o externo também não fugiam à regra, controlando, os ingleses, quase totalmente os setores de importação e exportação, tendo investido, também, na mineração.

Sobre este assunto, Douglas Cole Libby escreve: "as minerações estrangeiras instaladas em Minas Gerais no século passado, a Mina de Morro Velho, propriedade da Saint John d'El Rey Mining Company, sediada em Londres, se destaca em termos de escala das suas proporções e da sua produção aurífera. Além de ser a maior dessas minerações, Morro Velho foi, de longe, a mais lucrativa delas. Localizada na Vila de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas Sabará, município de Sabará, a Mina do Morro Velho experimentou, sob a administração da companhia inglesa, um crescimento quase ininterrupto de 1834 a 1886. Ela chegou a concentrar mais de 2.500 trabalhadores em suas operações, incluindo até 1690 escravos. Esta concentração de cativos é muito notável e talvez corresponde à maior força escrava empregada na história da Província. Tais números são sugestivos da dependência da Companhia St. John com respeito ao trabalho escravo e indicam a importância da participação deste nos novos processos produtivos introduzidos pelos ingleses. Assim, um exame do trabalho escravo da Mina de Morro Velho constituiria uma análise da mão de obra escrava utilizada na maior e mais bem sucedida empresa de mineração no Brasil Imperial⁴⁴.

Quanto às estradas de ferro, elemento estratégico para o escoamento dos nossos produtos, que eram embarcados no litoral para o exterior, podemos ver que os ingleses emprestavam, inicialmente, dinheiro às empresas nacionais em formação. Muitas vezes, porém, elas eram encampadas por não poderem resgatar seus débitos. Emprestaram inicialmente 700 mil libras a uma companhia de carruagens que fazia a linha de Petrópolis a Juiz de Fora, mas logo viram que o problema dos transportes no Brasil requeria soluções através de recursos técnicos mais substanciais e mais modernos. Emprestaram, em razão disto, 483 mil libras à Companhia Mogiana, repetindo o empréstimo de 483 mil

em 1880. Os empréstimos dificilmente eram resgatados, em consequência das altas taxas de juros e da baixa taxa cambial. Um exemplo é o da Companhia Paulista de Estradas de Ferro que tomou emprestada à Inglaterra a quantia de 150 mil libras, em 1871, com o prazo de vinte anos para o vencimento. Devido à desvalorização da moeda brasileira, quando o pagamento foi feito em 1898 (dentro do prazo estabelecido no contrato) somava mais do dobro em moeda nacional. Outras, porém, não conseguiram resgatar seus débitos.

Mas, mudando de tática, os ingleses passaram a investir diretamente nesse setor. Em fins de 1880 havia no Brasil 11 companhias inglesas de estradas de ferro, tendo esse número aumentado progressivamente, chegando, dez anos depois, a vinte e cinco. Entre elas estava a São Paulo (Brazilian) Railway Ltda., a mais importante, além da São Francisco Railway Co. Ltda., Conde D'Eu, Alagoas Brazilian Central, Great Western of Brazil, Bahia and São Francisco Railway, Paraguassu Stream Transroad (comprada pela Brazilian Imperial Central Bahia Railway) e Minas and Rio Railway.

As mais importantes dessas ferrovias foram instaladas na área cafeeira, principalmente em São Paulo, sem que isto implicasse o abandono de investimentos em outras de interesse como o Nordeste. Os objetivos dos ingleses neste contexto eram bem claros: escoar as sacas de café (vencida a barreira da Serra do Mar, através da construção da Estrada de Ferro de Santos a Jundiá em 1868) para o litoral, onde os navios, na sua maioria ingleses, levavam o produto para o exterior. Nesta direção de monopolizar estrategicamente a economia nacional elegem como objetivo prioritário a construção do porto de Santos na última década do século XIX, o primeiro no Brasil com características modernas.

No setor bancário, o mesmo fenômeno acontece. O London and Brazilian Bank, com um capital de um milhão e meio de libras esterlinas, todo inglês, estabeleceu-se no Rio de Janeiro em fevereiro de 1863, com filiais na Bahia, em Pernambuco, Santos e no Rio Grande do Sul. Duran-

te o primeiro ano, os seus negócios montaram a mais de dois milhões de libras esterlinas. Na mesma ocasião, o Banco Brasileiro e Português foi incorporado com as matrizes em Londres, sendo todo inglês o milhão de libras de capital. Por volta de 1913, os ativos dos bancos britânicos que operavam no Brasil, constituíam quase 30% dos ativos locais de todos os bancos estrangeiros que operavam no Brasil.

Entre as firmas britânicas que atuavam no Brasil na área de navegação, podemos enumerar a Anglo-Brazilian Steam Navigation Company, a Pacific Stream Navigation Company, a Real Companhia Anglo-Luso-Brasileira, a Merchant Steam Ship Company Limited, a Blue Star Line, a Maranhão Stream-Ship Company, a Nelson Line, a Booth Steamship Company, a Harrison Line, a Price Line e a White Star Line. Essas companhias de navegação fluvial eram complementadas pelo controle do comércio costeiro quase de propriedade dos ingleses, no período de 1866-1889.

Controlavam não apenas a navegação fluvial e costeira, mas também o comércio exportador e importador, assim como os seguros que eram feitos para proteger a carga de café embarcada em navios ingleses e cujos seguros eram feitos na Inglaterra. O serviço postal também passou a ser controlado pela Inglaterra. Em 1850 foi concedido contrato de serviço com a Royal Mail Steam Packet Company, depois de dez anos de o seu fundador, James MacQueen, haver firmado: "a Grã-Bretanha de posse de todos os meios de comunicação teria garantido, para ela grande influência política".

Os ingleses conseguiram, já em 1840, que metade da exportação do café fosse feita por firmas britânicas, pois inúmeros comissários e corretores eram ingleses ou essa importação e exportação se faziam através de filiais de firmas inglesas aqui instaladas como a Wilson & Sons.

Isto levou a que o mercado brasileiro fosse inundado de mercadorias inglesas. Mas, isto também era controlado por eles, pois, em 1850, de acordo com notícia de jornal da época, os fardos que chegavam da Inglaterra para o Rio de Janeiro (em navios ingleses) eram encaminhados

para sessenta e três comerciantes dos quais quarenta e um eram ingleses. Daí um inglês que estivera no Brasil ter dito ao *Times* de Londres, em 3 de março de 1897: "Quando eu cheguei ao Brasil em 1859, havia casas importadoras inglesas estabelecidas em todas as cidades costeiras". Essas casas importadoras dedicavam-se também ao comércio varejista, numa operação de ponta que fechava o circuito da comercialização da mercadoria importada. Importavam as mais diversificadas mercadorias, tais como: manteiga, conservas, açúcar especial, cerveja, arenque, canela, alvaiade, tintas, óleo de linhaça, betume, alcatrão, pólvora, salitre, gesso, giz, cobre, ferragens, barbante, lona, vela, fazenda de lã e carvão. Até patins para gelo conseguimos importar. Como se pode ver da lista, essas mercadorias não tinham outra utilidade senão o consumo. Os ingleses dominavam também facilmente o mercado de tecidos, mandando para aqui lenços, brim de linho, casimiras, merinós, filó branco, paramentos, rendas de algodão, meias etc., que eram revendidas no varejo por firmas comerciais britânicas.

Isto redundou na destruição, total ou parcial, da indústria artesanal, e esta foi substituída pelos produtos industrializados importados da Inglaterra. Desta forma, até as roupas para os escravos, antes feitas por tecidos nacionais através da indústria artesã, foram substituídas por tecidos importados, pois, segundo alguns fazendeiros, saíam mais baratos. Os instrumentos de trabalho como facões, machados, foices, enxadas, já vinham de há muito sendo importados para o trabalho dos escravos. Podemos conjecturar que esses escravos, que já operavam com instrumentos de trabalho ingleses e que depois iriam se vestir com tecido também importado, jamais podiam supor que o trabalho escravo, até neste detalhe, contribuía para enriquecer os capitalistas da Inglaterra. Era a modernização sem mudança social que produzia essa dialética irônica, uma negação da negação hegeliana do sistema. Em outro nível, nas relações internas, Peter L. Eisenberg, procurando interpretar a mesma realidade global, escreveria: "Sustento que a modernização – no sen-

tido de progresso e de reorganização da produção – e a conversão para o trabalho livre não restabeleceram a rigidez da indústria do açúcar em Pernambuco. Além disto, os agentes da modernização, os plantadores amparados pelos governos, aproveitaram o processo para consolidar a própria posição na economia e na sociedade local. Portanto, não houve mudança, no sentido de uma nova distribuição de poder e de renda⁴⁵.

O pano de fundo arcaico do escravismo continuava imóvel, enquanto os outros níveis da sociedade se movimentavam procurando ajustar-se àquelas condições de dependência que a área do trabalho livre estava abrindo.

Estratégias de dominação do Escravismo tardio

Os senhores de escravos aproveitaram o processo de modernização e, ao mesmo tempo, de dependência, para manterem os seus privilégios de classe e sobreviverem à passagem do escravismo tardio para o trabalho livre. Ficaram na dependência dessas forças econômicas *modernizadoras*. Mas, ao mesmo tempo, conseguiram estabelecer táticas de manipulação política para, de um lado, apoiarem esse processo modernizador-subalternizador, mas, de outro, conservar os seus interesses e privilégios que tinham como suporte as relações arcaicas no campo, no caso a permanência da escravidão ou, com o seu término, a conservação dos interesses das oligarquias latifundiárias que constituíam a classe senhorial. A passagem da escravidão para o trabalho livre não afetou por isto os interesses dessas oligarquias, pois, ao perderem os escravos, muitos deles já onerosos por serem membros de um estoque envelhecido, continuaram com a posse da terra, símbolo econômico e social de poder. E essa tática apelou para uma solução alternativa que permitisse a essa oligarquia continuar na posse da terra: a vinda dos imigrantes.

Tanto na época do escravismo pleno quanto na do tardio, os ingleses sempre investiram naquelas áreas de pique econômico, como foi com a agroindústria do açúcar no Nordeste, na época do fastígio da exploração

canavieira. Por esta razão, até 1850, as maiores firmas exportadoras inglesas situavam-se no Nordeste. As exportações de açúcar eram enviadas para a Inglaterra e iam através de firmas exportadoras britânicas. As exportações de açúcar no Nordeste aumentaram durante o período de 1850-1875 e os ingleses eram privilegiados devido à anulação dos direitos alfandegários de exportação do açúcar para a Grã-Bretanha. Os exportadores eram os mais importantes e influentes agentes do Nordeste, até que o açúcar começa a cair tanto em importância, quer absoluta, quer relativa, e o café surge como substituto ideal para o mercado comprador inglês.

Em 1834, aproximadamente, três oitavos do açúcar, metade da safra de café, e cinco oitavos do algodão eram embarcados por conta dos ingleses, embora, excetuando-se o algodão, muito pouco desses produtos fosse realmente desembarcado na Inglaterra. Do café embarcado no Rio, por exemplo, mais de trezentas e cinquenta mil sacas eram enviadas para os Estados Unidos, enquanto as Ilhas Britânicas recebiam menos de duzentas mil. As cidades hanseáticas recebiam umas três mil sacas menos que a Inglaterra, enquanto a Áustria importava mais de cento e vinte mil sacas.

Desta forma, a Inglaterra ficava como a grande redistribuidora do nosso café, auferindo enorme lucro nessa operação de comercialização; embora a metade da colheita do café do Brasil fosse comprada pela Inglaterra, somente um quinto da mesma era consumido nas Ilhas Britânicas. O restante era renegociado com o mercado europeu e norte-americano. Tanto os oligarcas do Nordeste como os da área do café, conscientes dessa situação, procuraram manipular uma tática de compromisso tendo como perspectiva o fim do trabalho escravo e a conciliação de seus interesses.

No setor urbano-industrial o Brasil moderniza-se e endivida-se

A partir do ano de 1850, deslocado o polo de dinamização da economia escravista brasileira, desloca-se, também, o fluxo de investimentos ingleses, os quais se transferem em grande parte para o Sudeste, São

Paulo e Rio de Janeiro, especialmente para o primeiro. Aí se concentra e se desenvolve ativamente a aplicação desses capitais ingleses até a Abolição, continuando após o golpe militar republicano.

Companhias de gás de propriedade inglesa, no ano de 1876, havia no Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Salvador, Fortaleza e Rio Grande do Sul. Na medida em que o Brasil se urbanizava, os ingleses se instalavam e dominavam a produção de bens de consumo obrigatório. Não havia brecha em que as necessidades de modernização (consumo) aparecessem sem que os ingleses nelas não se instalassem e a dinamizassem em proveito próprio.

Mas, os ingleses não apenas dinamizavam a *modernidade* brasileira, como, em contrapartida, procuravam impedir o desenvolvimento da nossa economia, especialmente nos setores bancário, ferroviário e industrial nascentes. No particular, do setor industrial, é significativo como procederam quando alguns brasileiros procuravam competir com eles na área em que estavam interessados em investir. O exemplo de Mauá é ilustrativo porque iniciou a sua carreira sob proteção dos ingleses e teve a sua falência decretada por solicitação deles em consequência de sua projeção como capitalista e investidor nacional. No particular, escreve o historiador Nelson Werneck Sodré: "Mauá não lutaria apenas com a resistência do latifúndio, levantadas pelos seus representantes políticos; lutaria também contra os investimentos britânicos que disputavam agora a renda nacional, buscando instalar-se nas áreas mais rentáveis, sob o regime de integrais garantias, e particularmente as de transporte, marítimo e terrestre, e dos serviços públicos. Suas iniciativas, por isso mesmo, vão sendo dificultadas e transferidas para os ingleses. Num só caso, o da *Botanic Garden Rail Company* a americanos. Pleiteia garantia de juros para a sua ferrovia e não obtém. Obtém-na os ingleses para as suas empresas ferroviárias na Bahia e no São Francisco e de Pernambuco e ao São Francisco. A sua companhia de iluminação do Rio passará a ser a *The Rio de Janeiro Gas Company Limited*; a sua companhia de navegação

no Amazonas passará a ser a *Amazon Stream Navigation*; a sua concessão para o lançamento do seu cabo submarino vai servir à *Brazilian Submarine Telegraph Company*; os seus esforços para a construção da ferrovia do Rio a Minas terminarão pela organização, em outras mãos, da *The Minas and Rio de Janeiro Railway Company*, com a diferença de tratamento: enquanto o projeto ou empresa é nacional, crescem as dificuldades, faltam as garantias; quando passam à gestão externa, acabam as dificuldades, crescem as garantias. O caso mais característico é o da estrada de ferro de Santos a São Paulo, prolongada depois a Jundiaí. A autorização para a construção foi dada a Mauá, em 1856; o privilégio era de 33 anos, com garantia de juros de 5% sobre o capital de 2.900 mil libras, garantia provincial posterior de 2%, e auxílio direto do governo de 100 mil libras. A da Bahia ao São Francisco conseguira, a contar de 1856, quando apenas organizada, garantia imperial de juros de 7% para o capital de 1.800 mil libras, prazo de concessão de 90 anos e privilégio de zona de 5 léguas de cada lado em igual período; a de Pernambuco ao São Francisco conseguira a garantia de juros de 5% sobre o capital que fosse necessário, prazo de 90 anos e privilégio de zona em igual período, mas eram ambas, desde o início, empresas britânicas. Mauá mandou realizar estudos técnicos da ferrovia ligando Santos a São Paulo, organizou a empresa, levantando o capital necessário para o início das obras. Logo, nas palavras do próprio Mauá, surgiu uma dificuldade imprevista: "(...) os agentes financeiros do Brasil, os srs. N. M. Rothschild & Sons, que haviam anteriormente *consentido* que sua firma aparecesse no *prospectus* para dar prestígio à combinação criada, *exigiram*, então, um pagamento daquela concessão de 20 mil libras dos primeiros fundos recolhidos do público efetivamente, tendo de Castro consultado o sr. Penedo e assegurando-lhe este ser o meio de *garantir a subscrição*, teve de Castro de ceder a mais esta exigência, realizando-se em seguida a subscrição das ações, (...) Começaram as obras e surgem novas dificuldades: os empreiteiros ingleses Robert Sharp e Filhos, estão às portas da falência, há uma dívida da ordem de 200 mil libras, os capitalistas ingleses,

conluídos com os empreiteiros, negam os pagamentos feitos por Mauá e cerceiam-lhe o crédito em Londres. Mauá leva a questão aos tribunais brasileiros, ganha na instância superior, mas cumpre-se decisão contrária de instância inferior: é a justiça inglesa que deve decidir, e esta decide, muitos anos depois pela prescrição e sem entrar no mérito⁴⁶.

Por este caso isolado, mas significativo, podemos ver como os ingleses além de se apoderarem daquilo que havia de mais dinâmico e lucrativo na economia brasileira, bloqueavam o desenvolvimento brasileiro através, entre outras coisas, através do protecionismo governamental que os beneficiava de forma acintosa. Em 1860, Teófilo Otoni referia-se a uma "oligarquia tenebrosa" que impedia o crescimento do capitalismo nacional, e o próprio Mauá escrevia que não compreendia "pôr em contribuição as forças produtivas do Brasil, pagando em ouro ao estrangeiro (e somente o estrangeiro, tal é a disposição da lei) a melhor parte do produto do seu trabalho nos anos mais felizes".

Essa situação de alienação da nossa economia se realizava ainda com o trabalho escravo em pleno funcionamento e que, também, entrará como um componente das barreiras, que uma burguesia fraca e nascente pudesse se desenvolver de forma autônoma. Esse escravismo tardio tinha como uma das suas características a violenta alta de preços da mão de obra escrava e do valor do próprio escravo que subira substancialmente a partir da proibição do tráfico internacional em 1850.

O escravo já não era mais comprado a baixo preço como no escravismo pleno. E, em certas áreas, a função do escravo também mudava. No Rio de Janeiro principalmente abriam-se casas para a venda de escravos – *casas de comissão* – e para seus donos os escravos não eram instrumento de trabalho, mas mercadoria em consignação para ser revendida com lucros.

A tecnologia nova serve à estrutura arcaica

Tivemos de nos referir antes que em determinados momentos a tecnologia nova serve a uma sociedade arcaica. No Brasil, um exemplo do

papel dessa *modernização* dentro da estrutura escravista é a instalação do telégrafo. Sabemos que, dentre outras medidas tomadas para modernizar-se o Brasil Imperial, o telégrafo foi uma das mais importantes porque dinamizou a área de comunicação de forma radical. A necessidade da sua implantação, segundo o historiador Pedro Calmon, deveu-se à precisão de controlar-se o contrabando de escravos após a Lei Eusébio de Queirós, de 1850. Segundo ele, Eusébio de Queirós precisava de comunicação rápida com o Litoral, para avisar as patrulhas que impediriam o desembarque de negros – extinto que fora o tráfico. Pediu aos professores de Física Paulo Cândido e Guilherme Schuch de Capanema que estudassem o telégrafo elétrico. Este último se deu inteiramente ao empreendimento. Dirigiu a repartição Central até a queda do Império. Em 11 de março de 1854 estava inaugurada a primeira linha, entre o Paço de São Cristovão, o Ministério da Guerra e as povoações marítimas mais próximas⁴⁷.

O telégrafo continua estendendo-se e alcança Petrópolis em 1855, Vitória em 1855, Natal em 1878, Fortaleza em 1881 e Belém em 1886. Havia, em 1889, 18.825 quilômetros de linhas⁴⁸.

Se o telégrafo foi instalado, segundo o historiador citado, para evitar-se o contrabando de escravos, a sua contrapartida também era verdadeira: ele serviu como veículo de comunicação para mandar prender negros fugidos, com rapidez. Os organizadores do *Clube do Cupim*, em Pernambuco, ao darem fuga a uma leva de escravos, incluíram um chamado Matias, e o seu proprietário, ao saber da fuga, telegrafou solicitando que o mandassem prender ao chegar a barcaça com os fugitivos à barra de Areia Branca, onde foi feita a captura⁴⁹.

Outro exemplo do papel social repressor dessa modernização dentro de uma estrutura escravista é o seu uso, em São Paulo, no mesmo sentido. Os fazendeiros de café acionavam-no constantemente como meio de comunicação, avisando as autoridades das fugas de escravos para que elas ficassem cientes e tomassem medidas cabíveis. Neste sentido, é eluci-

dativo e característico o relato do chefe de polícia, Barreto de Aragão, em dezembro de 1887, no qual afirma: "Havendo chegado ao conhecimento da Presidência por telegramas particulares de fazendeiros de Itu, Indaia-tuba, Capivari e Piracicaba que grande número de escravos se tinha revoltado e vagava por aqueles municípios, furtando-se ao serviço de seus senhores, aos quais intimidavam para conceder-lhes imediatamente carta de liberdade e pagar-lhes salários, confirmadas essas notícias pelas autoridades policiais desses lugares, ainda acrescento que uma leva de cerca de 130 escravos do Barão de Serra Negra, no município de Piracicaba, depois de conflitos que provocaram e em que tomaram parte na fazenda, sendo quase vítima dos seus ferozes instintos o referido Barão, se encaminharam fugidos, para os lugares em que os mencionados os aguardavam, para uma revolta geral, tomou V. Excia. a deliberação de fazer seguir uma força de cerca de 46 praças de cavalaria e infantaria, sendo 26 desta área e 20 daquela, determinou-se que em companhia dessa força de cerca de 46 praças de cavalaria e infantaria, sendo 26 desta arma e 20 daquela, determinou-se que em companhia dessa força, seguisse eu também, para providenciar como entendesse, a fim de pacificar esses escravos, prender os criminosos e tomar outras deliberações"⁵⁰.

A nova tecnologia, como se vê, funcionava de forma ambígua e, no contexto escravista, servia para dinamizar os mecanismos de defesa e os métodos de controle contra o escravo fugido. Era, portanto, uma modernização que tinha como função social o controle da mudança processada na estrutura da sociedade escravista da época, em benefício da classe senhorial.

Quando foi iniciada a navegação a vapor, este é outro indicador a ser computado, uma modernização importantíssima na área dos transportes, os traficantes dela se aproveitaram para instaurarem o vapor nos navios transportadores de escravos, armando *tumbeiros* com essa nova fonte de força, o que serviu para diminuir o trajeto da viagem da África para o Brasil. Essa inovação tecnológica também desempenhou o papel moderniza-

dor das técnicas do tráfico. Mais uma vez, o *moderno* prestava serviços ao *arcaico*. A medida, no entanto, não foi muito eficiente porque aumentou o número de mortos africanos, especialmente entre aqueles colocados perto das caldeiras dos navios. De qualquer maneira é outro indicador de que essa modernização foi aproveitada pelos escravistas em proveito próprio.

A mesma coisa podemos afirmar das ferrovias que modernizaram os meios de transporte no Brasil, na sua maioria inglesas, por sinal. Eram usadas não apenas para escoar mercadorias para as estações de embarque, especialmente portos, ou fazer conexão com as que chegavam ao litoral paulista, mas, também para transportar tropas para os sítios de agitação quilombola, depois de avisadas as autoridades – pelo telégrafo – pelos senhores de escravos, para capturarem esses grupos de negros fugidos nas diversas regiões paulistas servidas por estradas de ferro.

Essa *modernização* era, portanto, sociologicamente ambígua. Um exemplo dessa ambiguidade é o fato de ter sido criada uma Loteria Nacional com a lei de 1871 (Lei do Ventre Livre) para reverter os seus lucros ao Fundo de Emancipação destinado à compra de liberdade dos escravos. Os senhores de escravos ou possuidores dos mesmos, no entanto, aproveitavam-se de sua existência legal e faziam rifas que corriam obedecendo aos seus números e paradoxalmente rifando escravos como prêmios entre os acertadores. É o que se pode ver através de um anúncio da cidade de Fortaleza de pouco antes da Abolição:

"Quem tiverem (sic) os bilhetes com os números da rifa anexa a loteria do Rio de Janeiro que se extraiu no dia 27 de julho do corrente ano haja de apresentá-los ao abaixo assinado para receberem o que por sorte lhes saiu:

Casa	Nº 4.438
Sítio	Nº 5.260
Escrava	Nº 3.621
Cavalo	Nº 1.306"

Era, em conclusão, um processo de *modernização* que estabelecia toda uma constelação de valores na interação dos diversos grupos e classes, toda ela, mesmo modernizada, subordinada, no fundamental, aos interesses do capitalismo internacional (inglês), da classe senhorial dona de escravos e de grandes parcelas das chamadas livres desse modo de produção. Os escravos, como podemos ver, estavam totalmente privados dos seus benefícios e direitos de cidadania.

Modernização escravista e endividamento externo

Acompanhando o processo de modernização injetada em um modo de produção escravista, o Brasil endivida-se progressivamente com os agentes financeiros internacionais. O processo de dependência econômica e financeira progride à medida que esse tipo de modernização avança. Sem falarmos nos diversos empréstimos contraídos pelo Brasil no início do primeiro Império, ou seja o reconhecimento da dívida de Portugal para que nossa Independência fosse reconhecida pela Inglaterra, interessam-nos, aqui, aqueles empréstimos contraídos após as primeiras manifestações sociais do *escravismo tardio*. Convém dizer que esses empréstimos eram feitos através de condições altamente onerosas, com mecanismos de intermediação que nos prejudicavam enormemente e praticamente impediam o seu resgate no prazo estabelecido, ficando o Brasil, desde então, como cliente pagador de juros escorchantes e consecutivos, sem conseguir sair do círculo vicioso de pagar juros e continuar devendo.

Embora o nosso interesse central seja a dívida externa brasileira no período do *escravismo tardio*, não podemos deixar de registrar os empréstimos que contraímos antes, pois eles se constituem num *continuum* que vai da nossa Independência e ainda não terminou.

Procurando explicar as causas do nosso permanente déficit público, que nos obrigava a contrair esses empréstimos, escreve Heitor Ferreira Lima: "outro fator de desequilíbrio financeiro que sofremos decorria das

constantes remessas para o exterior que tínhamos de fazer. Um estudo de nossas finanças calcula que de 1850-1851 a 1890 as remessas para o exterior foram de 60.345.000 libras (Carlos Inglês de Souza: *A anarquia monetária e suas consequências*. Quadros sinóticos do movimento financeiro no Brasil). Com efeito, além dos pagamentos de juros e de amortizações que tínhamos de fazer dos empréstimos que contraímos no exterior, havia ainda a remuneração dos investimentos aqui feitos, os pagamentos dos fretes e seguros do nosso comércio exterior, as despesas com a nossa diplomacia, as remessas dos estrangeiros aqui residentes etc., reunindo um montante que ultrapassava nossa entrada de divisas, baseada quase que somente nos saldos do comércio exterior"⁵¹.

Como se poderá concluir sem muito esforço, a economia da fase do *escravismo tardio* não suportava a sangria monetária que o nosso tipo de desenvolvimento dependente exigia. Isto, porém, não era tudo. Se o Império, de um lado, garantia taxas de lucros aos que vinham investir no Brasil, de outro lado, dava garantias humilhantes para que os nossos empréstimos fossem realizados favoravelmente. Para que isto acontecesse tivemos durante decênios muitos impostos e taxas, rendas alfandegárias e até rendas ferroviárias empenhadas em garantia do pagamento desses empréstimos. Essa teia de dominação das finanças internacionais, durante o último período do *escravismo* no Brasil, criou internamente uma outra de suborno e corrupção administrativa, dificultando ainda mais o resgate desses compromissos. Nesse rosário de empréstimos a lavoura também se queixava por não ter uma contrapartida equivalente nesse processo. Os senhores de escravos (agricultores) queixavam-se disto no Congresso Agrícola realizado, por iniciativa do governo, em 1878. A falta de créditos acessíveis é uma das tônicas desses fazendeiros⁵².

Como vemos, esses empréstimos não favoreceram sequer a economia tradicional que já entrara em crise depois da proibição do tráfico negreiro. Esses empréstimos se diluíam em diversos níveis de compro-

missos, nada produziam e não davam retorno à dinâmica da nossa economia. Era uma máquina de endividamento em cadeia e progressiva.

A crise vinha de mais longe e Andrade Filgueira dirá em 1844 (ano da tarifa Alves Branco e seis anos antes da Lei da Terra): "o povo já perdeu a confiança na única indústria que alimenta a nossa riqueza, a indústria agrícola. Os capitais só procuram emprego em apólices, não enxergando segurança em outra parte"⁵³.

Na cidade de São Paulo, além da aplicação em títulos de empresas de serviços e bancos, o aumento de capitais investidos no setor mobiliário cresce qualitativamente. Escreve neste sentido Zélia Maria Cardoso de Mello: "ao declínio da participação do escravo corresponde o aumento da propriedade mobiliária. Mas não foi somente esta que ampliou seu lugar na riqueza; novas formas de valores mobiliários, particularmente as *ações* aumentaram a sua participação. Temos agora a renda capitalizada sob a forma de *imóveis* e *ações*. Sob este ponto de vista, tais indicadores representam um instrumento de medida das transformações que se operaram progressivamente a partir dos anos 70 do século XIX".

Afirma a mesma autora: "A partir de 1870, os inventários comportam contas bancárias a sugerir modificações que estão a ocorrer nesta sociedade. Traduz a aparição e desenvolvimento de técnicas financeiras novas, elas mesmas ligadas a inovações econômicas e portanto constitui outra medida de desenvolvimento da economia capitalista (...) Depois de aparecer um caso de conta em banco (1855), começam a aparecer casos de dinheiro depositado a juros, e letras bancárias, dois em 1863, seis na década de 70, onze nos anos 80 e seis entre 1890-95"⁵⁴.

Na cidade de São Paulo, província líder no dinamismo do trabalho escravo, podemos ver essa *modernização* na direção da economia capitalista, sem que, contudo, as relações escravistas fossem abaladas nas suas bases estruturais. O exemplo citado, tirado da realidade paulistana, possivelmente tenha encontrado similares no Rio de Janeiro ou em Minas Gerais. O certo é que no *escravismo tardio* já se cristalizava um espírito de poupança

e acumulação individual que possivelmente tenha sido reciclado como capital, embora insignificante para a criação de uma acumulação suficiente que livrasse a estrutura do escravismo tardio da sua condição de dependência. Não foram criadas as condições, insistimos, para a deflagração de um processo de acumulação suficiente para que se criasse uma burguesia independente, capaz, de um lado, de estabelecer aquelas condições necessárias para estruturar e desenvolver um mercado interno dinamicamente satisfatório de raízes internas (nacionais) e, de outro, de competir com os capitais estrangeiros aqui já investidos em áreas estratégicas rentáveis e socialmente dominadoras. Ficou como uma força menor nesse processo de *modernização* e de *endividamento*. Esse processo de modernização foi, também, o processo de decomposição do escravismo no Brasil.

Nesse processo de decomposição e ao mesmo tempo de preparação ao advento do trabalho livre no Brasil, muito antecipando o escravismo tardio, mas abrindo-lhe as perspectivas do seu desenvolvimento, foram estabelecidas cinco medidas modulares para a sua conclusão.

Segundo pensamos, foram as seguintes:

- 1) A Tarifa Alves Branco (1844)
- 2) A Lei da Terra (1850)
- 3) A Lei Eusébio de Queirós (1850)
- 4) A Guerra do Paraguai (1865-1870)
- 5) A política imigrantista.

A Tarifa Alves Branco

A Tarifa Alves Branco irá racionalizar o escravismo, já com um caráter protecionista a um setor industrial quase inexistente, mas foi idealizada como uma projeção no sentido de abrir as perspectivas para a absorção da mão de obra estrangeira que sobrasse do plano rural.

Antes da Tarifa Alves Branco vigorava a Tarifa Bernardo de Vasconcelos como instrumento regulador das importações e exportações no Brasil, que é de 1828. Ela determinava que os direitos de quaisquer mer-

cadorias e gêneros estrangeiros fossem igualmente fixados para todas as nações em 15% sem distinções de procedência. Segundo Afonso de Toledo Bandeira de Mello, essa medida tinha em vista anular as vantagens de nação mais favorecida que as potências obtiveram em tratados por ocasião do reconhecimento da nossa independência⁵⁵.

Para o mesmo autor, as primeiras nações assim favorecidas foram Portugal em 1825; França em 1826; Inglaterra, Áustria, Prússia, Liga Hanseática⁵⁶, Estados Unidos e Países Baixos em 1827; e Dinamarca em 1828. Com a Tarifa Bernardo de Vasconcelos os tratados comerciais ficaram praticamente sem efeito quanto às vantagens de nação mais favorecida, pois os direitos de 15% foram aplicados indistintamente às mercadorias de todas as potências.

Se a Tarifa Bernardo de Vasconcelos neutralizou privilégios internacionais, estabeleceu tarifas alfandegárias irrisórias. Por outro lado, o tratado de comércio anglo-brasileiro que somente deveria expirar em 1843 foi unilateralmente revogado pela lei de 30 de novembro de 1841, o que, segundo alguns autores, teria motivado da parte da Inglaterra o *Bill Aberdeen*⁵⁷.

Aliás, essa lei inglesa poderia ser incluída no pacote de medidas que iriam possibilitar o escravismo tardio. A Tarifa Alves Branco entra já como uma medida protecionista à indústria nascente. Em outras palavras: entra como um componente capitalista no bojo das relações econômicas e sociais que caracterizam esse período. Esse protecionismo, por um lado, procurava resguardar aquelas forças internas que tinham necessidade da criação de um proletariado *livre*, o qual estava sendo composto basicamente pelo imigrante. O negro escravo via, assim, antecipadamente barradas as possibilidades de – ao sair das senzalas – encontrar espaços para a sua integração na nova ordem econômica cujas premissas estavam sendo dinamizadas. Heitor Ferreira Lima, neste sentido, escreve: “para muitos, ainda hoje, a Tarifa Alves Branco não podia ter um caráter protecionista, porque, dizem, não tínhamos indústria a defen-

der, sendo a medida, por isso, de caráter fiscal. A prova, no entanto, de sua preocupação com o problema industrial está nessas palavras que faziam parte da sua justificação: “a indústria manufatureira nacional, em todos os povos, constitui o primeiro, o mais seguro e mais abundante escoadouro de sua agricultura, e a agricultura nacional, em todos os povos, constitui o mais seguro e o mais abundante escoadouro da sua indústria”. Em síntese, o que se pode dizer da Tarifa Alves Branco de 1844 é que ela, além de ser um contragolpe à atitude inglesa, tinha por finalidade aumentar a arrecadação alfandegária e desse modo melhorar a situação do Tesouro Nacional. Resumindo o significado da tarifa de 1844, escreveu um economista moderno: “Com a política econômica, Alves Branco pretendia: a) estimular a criação de indústrias nacionais; b) obrigar a Inglaterra a modificar a sua tarifa sobre o açúcar brasileiro, base mesmo de nossa vida econômica; c) criar novos mercados de trabalho; d) aumentar a receita do país”⁵⁸.

A intenção de abrir novos mercados de trabalho através da criação de indústrias significaria, como se pode concluir sem muito esforço, a criação de um setor de trabalhadores *livres* nas brechas da economia escravista. No caso particular do Brasil, a política de desvalorização do trabalhador nacional, especialmente do negro e do não branco para esse tipo de atividade, significava estimular a vinda de trabalhadores estrangeiros brancos capazes de dominar “técnicas mais avançadas de produção” e branquear a nossa população, segundo a ideologia predominante. Os escravos, como fica muito claro, estavam excluídos desse processo de mobilidade social, bloqueados pela sua condição de cor e de classe e por isto mesmo impossibilitados de competir nesse processo de *modernização* na área do trabalho.

Acrescente-se a isto todas as variantes da ideologia do *branqueamento* – racistas – da sociedade brasileira preconizada pelas nossas elites deliberantes e poder-se-á ver até que ponto essa *massa* de mão de obra em potencial da parte do escravo estava excluída desse processo. Além das

intenções protecionistas e fiscais, havia embutida, sub-repticiamente, uma intenção de modernizar o Brasil sem a participação do negro, ou seja, sem aquela população que continuava escrava.

Jairo de Abreu concorda com Heitor Ferreira Lima no aspecto protecionista (o que equivale a dizer numa visão capitalista da reforma), quando escreve: "o ano de 1844 é um marco histórico da nossa política alfandegária com a famosa Tarifa Alves Branco".

Justificando seu pensamento, cita o próprio Alves Branco que no seu relatório de 1845 assim se expressa: "Sendo o primeiro objeto da tarifa preencher o *déficit* em que há anos labora o país, era meu dever fazer que a nova taxa de direitos, que compreendesse a maior soma de valores portados, fosse tal, que provavelmente o preenchesse; e porque a renda dos 20% que em geral pagavam as mercadorias estrangeiras trazidas ao país importava de 12 a 15 mil contos, era evidente que, para se conseguir aquele fim, cumpria elevá-la em mais de 10% e tal é a razão por que em geral a importação estrangeira é tributada em 30%.

Acima desta cota foram taxadas de 40 a 60% as mercadorias estrangeiras que já são produzidas entre nós, como certas qualidades de vidros, o chá etc.; aquelas que podem ser substituídas como são o calhamaço, guines da Índia etc.; aqueles que temos equivalentes de perfeição satisfatória, como são o mogno e outras madeiras finas etc.; aquelas que pelo seu extenso consumo, e preço moderado, podem, sem vexame do povo, pagar uma alta imposição, como os vinhos etc. Foram taxadas abaixo daquela cota, isto é, de 25 até 2%, aquelas mercadorias, como farinha, o peixe salgado etc.; aquelas que são empregadas dentro do país em muitos misteres e artefatos, como folha de flandres, de cobre, ferro etc.; aquelas que são próprios para a instrução, como livros, mapas etc.; aquelas que dentro de um pequeno volume encerram um grande valor, como galeões, joias e pedras preciosas; aliviando finalmente de toda a custa de pagamentos, pela utilidade que podem prestar à nossa indústria, as máquinas de vapor que, conquanto tivessem

sido até hoje livres de direitos, pagavam contudo 5% de expediente e armazenagem adicional".

Depois de transcrever as palavras do próprio Alves Branco sobre os objetivos da tarifa, Jairo de Abreu conclui que "assim sendo, a chamada Tarifa Alves Branco tinha uma dupla finalidade: fiscal e protecionista. Alves Branco previa uma arrecadação de 18 mil contos por ano com essas tarifas, mas, em seu relatório, proclama com bastante contundência os designios da industrialização consubstanciados nessas medidas protecionistas. 'Um povo sem manufatura fica sempre na dependência dos outros povos, por conseguinte sem poder fazer transações vantajosas, nem avançar um só passo na carreira de sua riqueza'. E mais adiante: "é mister que com fé firme nos fatos que temos diante dos olhos, marchemos em demanda da indústria fabril em grande, através de uma tarifa anualmente aperfeiçoada, e de mais em mais acomodada ao desenvolvimento do país"⁵⁹.

Era como se estivéssemos em uma sociedade de economia livre. Não se computava a realidade de sermos uma sociedade escravista e, por isto mesmo, para conseguirmos ser uma sociedade industrial teríamos de abolir o trabalho escravo. Nisto a tarefa é omissa. O aceno à industrialização não levava em consideração nem o fato de termos uma grande massa de trabalhadores ainda considerada *coisa* e por isto incapaz de poder participar desse modelo de modernização, nem uma superestrutura jurídica e política que legalizava esse *status quo*, brecando qualquer possibilidade de mudança social nesse sentido. Havia duas sociedades no Brasil para os reformuladores da nossa sociedade. O *arcaico* que não era elemento de cogitação de modificações e por isto deveria ser ignorado. E um projeto *moderno* que não considerava esse mundo e poderia modernizar o Brasil descartando o lado *arcaico* como parte do nosso ser *social*. O modelo de industrialização nos quadros do escravismo era mais uma proposta ideológica de se modernizar o Brasil sem se considerar nossa realidade estrutural. Com isto mantinha-se uma sociedade arcai-

ca idealizando-se uma dinâmica impossível de ser conseguida dentro do modo de produção escravista no que ele tinha de fundamental.

Sobre esse dilema ideológico que estava por trás dessa proposta protecionista nada foi dito, mesmo por aqueles que tentarem analisá-la a partir de uma visão de progresso linear da nossa sociedade. O *liberalismo escravista* teve na Tarifa Alves Branco um dos seus momentos mais expressivos de manifestação e prática política. Reformar o Brasil, *modernizá-lo* de acordo com as experiências e os modelos liberais sem se considerar que éramos uma sociedade baseada no trabalho escravo foi uma constante daqueles ideólogos que desejavam ver o Brasil *moderno* dentro dos quadros arcaicos da escravidão.

A Lei da Terra

Veamos, agora, um outro mecanismo regulador e controlador montado para equilibrar e preservar os interesses dos senhores fundiários diante da possibilidade de uma Abolição com a integração dos ex-escravos na sociedade via doação de terras pelo Estado aos egressos das senzalas. O pensamento de qual seria a posição dos negros após se verem livres, foi sempre uma preocupação presente desses políticos e dos proprietários de terras. Era uma interrogação preocupante porque, pela legislação vigente, o Estado era proprietário das terras e somente a ele, através de doações, as terras podiam ser adquiridas.

Em face desta problemática, surge, em 1850, a chamada Lei da Terra, ou seja a lei nº 601, pela qual o Estado abria mão do seu direito de doar e colocava as terras no mercado para a venda a quem dispusesse de dinheiro para adquiri-las. Com esta reviravolta, o Estado passa a ser mero vendedor, e não distribuidor de terras de acordo com o interesse público. No particular, escreve Emília Viotti da Costa: "No começo da colonização, a terra era vista como parte do patrimônio pessoal do rei. A fim de adquirir um lote de terra, tinha-se de solicitar uma doação pessoal. A decisão do rei para a concessão do privilégio era baseada na

avaliação do pretendente, o que implicava considerar seu *status* social, as suas qualidades pessoais e seus serviços prestados à Coroa. Desta forma, a aquisição de terras, apesar de regulamentada pela lei, derivava do *arbitrium* real e não de um direito inerente ao pretendente. Por volta do século XIX, o conceito foi modificado. A terra tornou-se domínio público, patrimônio público, patrimônio da nação. De acordo com a Lei da Terra, de 1850, a única maneira de se adquirir terra era comprando-a do governo, o qual atuaria como mediador entre o domínio público e o provável proprietário. A relação pessoal que anteriormente existia entre o rei e o pretendente transformou-se numa relação impessoal entre o Estado e o pretendente. Em vez de uma dádiva pessoal concedida pelo rei segundo as qualidades pessoais do indivíduo, a terra podia ser obtida por qualquer pessoa com capital suficiente. Quando a terra era uma doação real, o rei tinha o direito de impor certas condições, regulamentando o seu uso e a sua ocupação e limitando o tamanho do lote e o número de doação recebida por pessoa. Quando a terra se tornou uma mercadoria adquirida por indivíduos, as decisões concernentes à sua utilização passaram a ser tomadas por esses mesmos⁶⁰.

Segundo podemos concluir do pensamento da historiadora Emília Viotti da Costa, em médio e curto prazo, quando os escravos fossem libertados, não haveria mais nenhuma possibilidade de um decreto abolicionista radical que incluísse no seu texto a doação, por parte do governo imperial, das terras capazes de fixá-los nas terras pertencentes à Nação. Pelo contrário. Dado o seu grau de descapitalização (quase absoluto, por sinal) no momento em que fossem libertados, as terras lhes seriam mercadoria de aquisição impossível. Com este mecanismo jurídico, a terra entrou no mercado tendo o Estado como vendedor. Aqueles que possuíam possibilidades monetárias ou de crédito privilegiado para adquiri-la seriam os novos proprietários.

Se analisarmos mais detidamente não apenas esta passagem do poder decisório sobre a aquisição da terra, mas o seu significado so-

ciológico mais importante ao propiciar possibilidades de contratos àquelas camadas que poderiam adquiri-la através da compra – populações livres –, poderemos concluir que à medida que se afastou o poder público do dever social de doar aos ex-escravos (quando saíssem do cativeiro) parcelas de terras às quais tinham o direito “por serviços prestados” e nas quais pudessem integrar-se, como proprietários, na conclusão do processo abolicionista, criaram-se as premissas da sua marginalização social.

Com essa lei, os escravos beneficiados com a Abolição ficariam impedidos de exigir ou solicitar terras ao poder imperial como indenização conseguida “por direito” durante a escravidão.

Por outro lado, possibilitava ao colono estrangeiro, pelo menos teoricamente, através dos seus recursos monetários ou com a ajuda da comunidade da qual eram originários, ou órgãos de solidariedade, adquiri-las para si e para sua família. Proporcionou ao colono estrangeiro a possibilidade da sua aquisição, ou, em último recurso, emigrar para outro país (como a Argentina), ou o regresso à pátria de origem. Aos ex-escravos estas alternativas não existiam. A Lei da Terra, se de um lado *democratizava* as possibilidades da sua aquisição mediante compra ao governo, de outro, o que provocou na prática foi uma barreira real para os ex-escravos após a Abolição, de adquiri-las. Conforme diz ainda muito bem Emília Viotti da Costa: “na primeira fase a propriedade da terra conferia prestígio social, pois implicava o reconhecimento pela Coroa dos méritos do beneficiário. Na segunda fase, a propriedade da terra representa prestígio social porque implica poder econômico. No primeiro, o poder econômico derivava do prestígio social; no segundo caso o prestígio derivava do poder econômico”⁶¹.

A Lei da Terra tinha, no fundo, conteúdo político. Ela deu um cunho *liberal* à aquisição de terras no Brasil, mas visava a, de um lado, impossibilitar uma lei abolicionista radical que incluísse a doação pelo Estado de parcelas de gleba aos libertos e, de outro, estimular o imigrante que

via, a partir daí, a possibilidade de transformar-se em pequeno proprietário, aqui chegando.

O problema da terra já vinha sendo estudado durante algum tempo e é discutido pela primeira vez no Conselho de Estado em 1842. Um projeto foi formulado nesse sentido e apresentado à Câmara dos Deputados no ano seguinte. Tinha como objetivo, além de regularizar a situação de formas de apropriação não legais, estender o controle geral da propriedade da terra no setor governamental o qual passaria a ser, a partir daí, o proprietário único e único agente comercializador das terras. Isso criaria condições para, através de um imposto sobre a terra, o governo obter recursos para subsidiar a imigração, único recurso reconhecido como capaz de resolver o problema da mão de obra na agricultura. Aparentemente a posse da terra ficava mais difícil, pois, mesmo o colono estrangeiro via-se na contingência de amealhar soma considerável para comprá-la, ao invés de arrendá-la de terceiros ou ocupar espaços devolutos. O que se desejava, em última instância, era, através dessa estratégia de *modernização*, conservar-se a grande propriedade, mas com o trabalhador livre importado, descartando-se, assim, definitivamente, a integração do trabalhador nacional, especialmente do ex-escravo negro, após a Abolição.

Diz por isto com razão Emília Viotti da Costa: “Se olharmos mais de perto o projeto de lei e os argumentos daqueles que o defenderam na Câmara dos Deputados, torna-se óbvio que os legisladores queriam fomentar o desenvolvimento do sistema de *plantation*, no que constituía a base da economia brasileira. Eles estavam dispostos a dar ao governo o poder para controlar a terra e o trabalho, apenas para assegurar o sucesso da economia tipo *plantation*. Em relação à terra o governo não era visto como proprietário, mas como um representante do povo, de quem derivava seu poder para controlar a terra e o trabalho. De acordo com as modernas ideias de lucro e produtividade, os legisladores procuraram forçar o proprietário rural a usar a terra de uma maneira mais racional.

Conscientes da necessidade de um novo tipo de trabalho para substituir o escravo, eles recorreram à imigração como fonte de trabalho⁶².

Como podemos ver, nessa fase do escravismo elaboram-se mecanismos estratégicos que possibilitariam, após essa fase tardia do escravismo, a chegada do trabalho livre de acordo com os interesses da classe senhorial e os segmentos e grupos a ela aderidos.

Tem razão, por isto, o historiador José Luciano Cerqueira ao afirmar: "quando se discute as formas de transição escravismo/trabalho livre, o que está em jogo é ganhar tempo para consolidar uma determinada forma de apropriação da terra"⁶³.

Ora, esse problema, básico desde o início da nossa colonização, que vinha sendo equacionado de longa data, encontra saída com a lei de 1850. Pela mesma razão José Luciano Cerqueira cita José Bonifácio que já se preocupava com o problema. Diz ele: "José Bonifácio, em suas *Instruções ao Governo Provisório de São Paulo aos deputados da Província às Cortes Portuguesas para se Conduzirem em Relação aos Negócios do Brasil*. Nesse documento – José Bonifácio –, que é de 1821, já colocara o seguinte: "considerando quanto convém ao Brasil em geral, e a essa Província em particular, que haja uma nova legislação sobre as chamadas sesmarias, que sem aumentar a agricultura como se pretendia, antes lhe tem estreitado e dificultado a povoação progressiva e unida, porquanto há sesmarias de 6, 8 e mais léguas quadradas, possuídas por homens sem cabedais e sem escravos, que não só não as cultivam, mas nem sequer as vendem e repartem por quem melhor as saiba aproveitar, originando-se daqui que as populações do sertão se acham muito espalhadas e isoladas por causa dos imensos terrenos de permeio, que se não podem repartir e cultivar por serem sesmarias; seguindo-se também daqui viver a gente de campo dispersa e como feras no meio de brenhas e matos, com sumo prejuízo da administração de justiça e da civilização do país; parece-nos por todas essas razões muito convenientes que, seguindo-se o espírito da lei do sr. D. Fernando sobre essa matéria, que serviu de fonte ao que

está determinado na Ordenação, Livro 4º, tit 43, se legisle, pouco mais ou menos o seguinte:

- 1) Que todas as terras, que forem dadas por sesmarias e não se acharem cultivadas, entrem na massa dos bens nacionais, deixando somente aos donos das terras meia légua quadrada, quando muito, com a condição de começarem logo a cultivá-las em tempo determinado que parecer justo.
- 2) Que os que têm feito suas terras só por mera posse, e não por título legal, as hajam de perder, exceto o terreno que já tiverem cultivado e mais 40 geiras acadêmicas para poderem estender a sua cultura, determinando-se-lhes para isso prefixo.
- 3) Que todas as terras que reverterem por esse modo à nação e de todas as outras que estiverem vagas, não se deem mais sesmarias gratuitas, senão aos poucos casos abaixo apontados; mas se vendem em porções ou lotes que nunca possam exceder de meia légua quadrada, avaliando-se segundo a natureza e bondade das terras e a geira acadêmica de 400 braças quadradas, em 60 réis para cima, e procedendo-se à demarcação legal.
- 4) Que haja uma caixa ou cofre público em que se recolha o produto dessas vendas, que será empregado em favorecer a colonização de europeus pobres, índios, mulatos e negros forros a quem se darão de sesmaria pequenas porções de terreno para o cultivarem e se estabelecerem⁶⁴.

A visão sociológica de José Bonifácio em 1821 é muito mais avançada do que a visão política dos elaboradores da lei de 1850 e mesmo dos abolicionistas de um modo geral. Isto porque José Bonifácio não tira ao Estado o direito de doar, mas recomenda que essas doações sejam feitas também a índios, mulatos e negros forros. A lei 601, no entanto, ao colocar as terras do Estado à venda, exclui essas camadas plebeias da possibilidade prática de acesso às mesmas e impede o surgimento de qualquer projeto

aboliconista radical que exija obediência àquela recomendação de José Bonifácio. Pelo contrário. Há nela um dispositivo autorizando que se faça um caixa com a venda desses terrenos para favorecer a sua compra por parte do imigrante.

Conforme dissemos anteriormente, ao invés de se *liberalizar* a posse da terra através da sua compra, o que o governo estava fazendo era impedir a sua democratização. Enquanto isto, o número de camponeses sem terra se multiplicava com a crise do sistema escravista. Em 1883, Louis Couty afirmava, analisando a situação: “a presença de escravos e junto deles vários milhões de camponeses, caboclos ou antigos agregados, sem atividades e necessidades, que ainda não são cidadãos úteis, pois não votam nem trabalham da mesma maneira contínua, são a verdadeira causa da ausência da riqueza de valor das culturas e também da insuficiência de impostos e das arrecadações. Todos sabem que bastaria dar aos 8 milhões de habitantes do Brasil a atividade dos habitantes dos Estados Unidos e da Austrália para que todas as dificuldades atuais fossem mais ou menos resolvidas”⁶⁵.

Dizia ainda, referindo-se ao mesmo assunto: “existe uma outra fonte de mão de obra que muitos velhos brasileiros ainda acreditam suficientes hoje. Referimo-nos aos 5 ou 6 milhões de camponeses mestiços que estão espalhados pelo Brasil, não só nas fazendas de negros do Rio de Janeiro e São Paulo, mas até bem mais longe, em Goiás, Mato Grosso até mesmo nos confins da Amazônia”⁶⁶.

Couty, um imigrantista convicto, achava, no entanto, que essa população desajustada por não possuir terra não poderia resolver o problema da mão de obra que se apresentava.

Para ele, o importante eram as medidas que facilitassem a aquisição de terras pelos imigrantes. Era esta, também, a opinião de Antônio Prado. Couty escreve, por isto: “Em São Paulo os italianos ou os alemães que conseguiram economizar como colonos contratados encontraram facilmente para comprar, ao redor das cidades de Campinas, Limeira e São Paulo, ter-

ras incultas parecidas com as das regiões marginais das estradas de ferro, que geralmente não são as próprias para o café; mas, como demonstra o Sr. Antônio Prado numa carta interessante que transcreveremos mais adiante, esses colonos que são pequenos proprietários não estavam satisfeitos porque suas pequenas culturas não lhes dão condições de prosperidade rápida. Tornam-se logo muito numerosos; concorrem entre si nas vendas dos legumes, do milho e do feijão e sobretudo invejam as plantações vizinhas do café, cana e mandioca, que produzem grandes lucros. Numa palavra – continuam descontentes – porque sentem-se obrigados a colonizar terras virgens de segunda qualidade. É necessário evitar esse descontentamento, se quisermos fazer o povoamento espontâneo”⁶⁷.

Verifica-se no texto de Couty que, enquanto os escravos permaneciam no seu *status* de semoventes e por isto sem nenhuma possibilidade de participarem desse processo de mobilidade social e os não brancos camponeses compunham uma população que se marginalizava progressivamente, na população de imigrantes estrangeiros já se criava uma camada proprietária, descontente por não possuir terras que a igualasse em nível de prestígio e poder aos grandes produtores de café, cana e mandioca.

Não queremos com isso dizer que a vida do imigrante tenha sido um mar de rosas. Mas o certo é que ele, nessa fase de passagem da escravidão para o trabalho livre, teve muito mais oportunidade de se transformar em proprietário do que o escravo na mesma época, o qual não teve nenhuma.

Como escreve Peter L. Eisenberg com muita propriedade: “O custo relativamente baixo de estabelecer-se na atividade cafeeira também aumentava a possibilidade do imigrante, um dia, tornar-se proprietário de terras no Brasil. Para preparar seu produto para a exportação, o cafeicultor tinha de colher, lavrar, secar, limpar, classificar, catar e ensacar – todas operações meramente manuais e mecânicas. Mesmo se completamente mecanizados, a colheita, o beneficiamento e a classificação custariam no máximo um ou dois contos. O produtor do açúcar, por sua vez, tinha de

cortar e moer a cana, e transformá-la quimicamente em açúcar ou álcool. Um investimento substancial em máquinas era inevitável e a modernização, como vimos, custaria no mínimo 50 contos. Não quero sugerir que os italianos se tornaram fazendeiros em uma geração, após a chegada ao Brasil, pois Michel M. Hall demonstrou que "tais estórias de sucessos eram raras. Porém, os promotores da imigração em São Paulo podiam proporcionar maiores estímulos e os imigrantes tinham mais o que escrever para a sua pátria do que seus companheiros pernambucanos"⁶⁸.

Zuleika M. F. Alvim fez um levantamento do número de imigrantes italianos que se tornaram proprietários logo após a Abolição. Ela escreve: "tanto em 1905 como em 1920, constatou-se que os proprietários italianos predominavam na araraquarense: 1.189 propriedades em 1905 e 2.630 para toda a região.

Em 1905, a araraquarense era aquilo que os sociólogos chamam de 'região de fronteira'. A implantação do café nessa área se deu entre 1890-1910 e ainda manteve sua importância depois de 1930. Podemos afirmar, então, no caso italiano, que a grande concentração da pequena propriedade, em números absolutos, caminhou paralelamente à fronteira de avanço do café para o Oeste"⁶⁹.

Podemos ver, portanto, nessa fase do escravismo tardio, do ponto de vista da população que se estruturava e reestruturava, com a entrada dos imigrantes, três níveis de estratificação principais:

- a) Os escravos que continuavam sem nenhum direito e possibilidades de mobilidade quase igual a zero;
- b) uma população camponesa composta de mestiços e negros livres sem terra;
- c) a população composta de imigrantes que já possuíam terra, constituindo-se em uma camada de pequenos proprietários.

Na dinâmica desse processo que culminará com a Abolição em 13 de maio, diminui a população escrava, aumenta a de camponeses sem

terra, descendentes de negros e índios – mestiços de um modo geral – e articula-se uma camada que se destaca da população de imigrantes e se constitui em pequenos proprietários. O direito do acesso à terra é portanto excluído na prática das duas primeiras populações, permitindo-se, através da poupança individual, ou o apoio institucional, a posse da terra aos imigrantes bem sucedidos.

Isto nas regiões onde se criaram mecanismos para que a empresa de imigração fosse montada e funcionasse. E nas outras regiões do país? Manuel Correia de Andrade analisando essa situação de transição da escravidão para o trabalho livre no Nordeste, especialmente na região de Pernambuco, onde os senhores de engenho em decadência não tinham capitais suficientes para importar imigrantes, escreve: "Era frequente, nessa região, os senhores de engenho por não poderem adquirir escravos ao alto custo, para suprir a necessidade de braços, facilitarem o estabelecimento de moradores em suas terras com a obrigação de trabalharem para a fazenda. Esses trabalhadores tinham permissão para derrubar trechos de matas, levantar choupanas de barro ou de palha, fazer pequeno roçado e dar dois ou três dias de trabalho semanal por baixo preço, ou gratuito, ao senhor do engenho.

Surgiu, assim, aquilo que se chamou *moradores de condição*, constituindo grande parcela dos trabalhadores do campo na segunda metade do século passado até nossos dias. Esses moradores procuram colocar-se sob a tutela do senhor de engenho; naquela época no interior nordestino não se gozava de nenhuma garantia governamental. Os senhores de engenho, embora as doações de terra se fizessem então, em proporções bem menores que na época de Duarte Coelho, quando as sesmarias podiam ter dimensões ilimitadas – passaram a ter a extensão máxima de quatro léguas de comprimento por uma de largo em 1695 – detinham grandes latifúndios e em suas terras eram senhores absolutos. Os desordeiros, os ladrões de animais agiam abertamente na região açucareira, criando situação incerta para a população. Alguns deles, como Antônio

Bernardo e o Cabeleira, ficaram famosos e vivem ainda no cançãoeiro popular (...) Os senhores de engenho, por outro lado, ocupavam assim melhor as suas terras, dispunham de braços para as lavouras e de pessoas que os acompanhassem nas lutas contra vizinhos (...) Os moradores viviam em choupanas e na maior pobreza, dispondo apenas de esteiras e panelas de barro, mas andavam sempre armados com uma faca chamada *peixeira* e de uso proibido pelas autoridades⁷⁰.

Nessas economias, quer do Sudeste, quer do Nordeste, com as suas diferenças regionais, a Lei da Terra de 1850 desempenhou a mesma função: impedir que a plebe e as populações que estavam prestes a sair do estado de cativo tivessem acesso à mesma. Criou os mecanismos de dependência dos sem-terra que perduram até hoje.

Neste sentido, Costa Porto, em um estudo sistemático sobre o sistema sesmarial e as consequências da lei 601, assim retrata a situação de um modo geral após a sua promulgação: "O problema do latifúndio brasileiro, em 1850, se repartia em quatro situações distintas que a lei 601 trata de disciplinar:

- a) Terras constituindo o domínio legal de privados, que as haviam recebido de sesmaria, preenchendo todas as condições legais, figurando como *sesmeiros legítimos*;
- b) solo pedido de sesmaria, mas cujo beneficiário não havia cumprido alguma exigência essencial, donde não lhe haver adquirido o domínio legal, podendo apontar-se como *sesmeiro não legitimado*;
- c) áreas simplesmente ocupadas por meros posseiros, simples *situação de fato* que não assegurava nenhum sentido de legitimidade em termos de domínio;
- d) finalmente nem distribuídas nem mesmo ocupadas – genericamente chamadas *terras devolutas* pertencentes à Nação⁷¹.

Prosseguindo na análise da Lei da Terra, o mesmo autor escreve: "tirante as terras de fronteiras, pois, a lei 601 liquida definitivamente

aquela tradição vinda desde 1534, abolindo a distribuição de sesmarias, encerrando o velho *paternalismo* estatal de distribuir solo gratuitamente. Quem quisesse terras do Estado teria de comprá-las⁷².

Concluído, Costa Porto afirma inapelavelmente: "ao lado da norma, a sanção do artigo 2º, se alguém se apoderasse de terras devolutas, como vinha sendo praxe, ou ocupasse terras alheias nelas derrubando mato, pondo-lhes fogo etc., seria despejado à força, perdendo as benfeitorias por acaso efetuadas, pagando os danos causados e sujeitando-se, ainda, à pena de dois a seis meses de prisão e multa de 100\$000⁷³.

Partindo da compreensão da função seletora dessa lei, Alberto Passos Guimarães afirma: "foi então que se projetou a Lei 601, a famosa Lei da Terra, talhada sob medida pelo figurino dos novos senhores do Império e mais tarde senhores da República – os latifundiários cafezistas de São Paulo⁷⁴.

E prossegue o mesmo autor na análise desse instrumento jurídico, afirmando: "inspirada como temos visto, nos postulados da *colonização sistêmica de Wakerfield*, a Lei de Terra visava fundamentalmente a três objetivos: 1) proibir as aquisições de terras por outro meio que não o de compra (art. 1º) e, por conseguinte, extinguir o regime de posses; 2) elevar os preços das terras e dificultar sua aquisição (o art. 14 determina que os lotes deveriam ser vendidos em hasta pública, com pagamento à vista, fixando preços mínimos que eram considerados superiores aos vigentes no país); e 3) destinar o produto das vendas de terras à importação de 'colonos'".

Contudo, conclui Alberto Passos Guimarães, "as resistências à promulgação dessa lei foram muito grandes, bastando ver que o projeto, apresentado em 1843, demorou no Senado sete anos, voltando para a Câmara, depois de várias alterações, só no ano de 1850". Nesse mesmo ano, durante sua discussão, um deputado teve ocasião de manifestar suas preocupações quanto às consequências que dela poderiam resultar e advertia: "esta lei (...) só serve para pôr em conflito toda a propriedade do país; por isto (...) deve ser meditada, muito discutida, porque pode ser um presente funesto e muito fatal que se faça ao país". Por fim, mesmo

aprovada, ficou sem ser executada durante quatro anos, até surgir seu Regulamento, baixado em 1854⁷⁵.

Os preços fixados pelo Estado foram de tal maneira proibitivos em termos de mercado que poucos foram os negócios realizados até 1858, quando o governo resolve, por pressão de políticos imigrantistas, permitir o pagamento das terras parceladamente. Tavares Bastos, um imigrantista ortodoxo, depois de uma análise dessa lei a partir dos interesses dessa política, afirma em sequência: "por agora, enquanto não se forma a corrente de imigração espontânea, é preciso riscar essa preocupação de ganhar com as terras públicas, de tirar receita da sua venda. Isto será exequível mais tarde em escala tal que compense toda a grandiosidade destes primeiros tempos"⁷⁶.

Essa análise nos leva a concluir, sem muito esforço de raciocínio teórico, que o objetivo não era vender terra, mas vendê-la ao imigrante, aliás, chamado por Tavares Bastos de "descendentes de raças civilizadas".

A política programada para uma manobra de *branqueamento* no seu nível ideológico nada tem a ver com o favorecimento à integração das populações brasileiras compostas de negros, mulatos, mamelucos e não brancos em geral. Com essa montagem seletora e discriminatória no setor agrário, essas populações ficam nos espaços marginais de estrutura agrária. Ela é montada, pelo contrário, para que a corrente migratória tenha possibilidades concretas de conseguir ser proprietária no Brasil. Finalmente, resguarda-se o latifúndio escravista de ver aprovada no Parlamento uma lei que doe as terras do Estado aos escravos libertados após a Abolição.

Estava fechado o circuito, estabelecendo-se a profilaxia que impediria a mobilidade da sociedade brasileira rumo a um estágio com possibilidades iguais para todos os seus filhos. Depois disto, a Abolição poderia vir sem nenhum susto ou trauma para as classes senhoriais. Tudo ficou sob controle.

As principais diferenças existentes entre o imigrante e o escravo podem ser analisadas no quadro seguinte:

O escravismo tardio descamba no capitalismo dependente

Diferenças de condições culturais, econômicas, políticas e sociais entre escravos e os imigrantes na fase do escravismo tardio

	Imigrante	Escravo
Situação Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação do grupo de família ou origem que se transferiu como unidade para o país receptor • Conservação nesses grupos familiares da língua originária, possibilitando a interação em nível de unidade de comunicação • Coincidência da religião dos imigrantes com a da área receptora 	<ul style="list-style-type: none"> • Destruição dos grupos familiares e linhagens com o tráfico militando a sua ancestralidade inclusive com o esquecimento dos seus nomes de origem. • Destruição das diversas línguas africanas e a sua substituição, através da submissão, pela língua do senhor. Desarticulação do aparelho de comunicação do escravo através de suas próprias línguas • Suas religiões eram identificadas como bárbaras, animistas e inferiores e combatidas como transgressoras aos padrões religiosos oficiais e dominantes
Situação econômica	<ul style="list-style-type: none"> • Cidadão • Trabalhadores • Interação em uma sociedade aberta de competição social no processo de mobilidade • Possibilidade de aquisição de temas através da poupança individual, familiar ou de financiamento • Direito de locomoção livre 	<ul style="list-style-type: none"> • Semovente • Trabalhador escravo • Permanência compulsória em um espaço social fechado na interação com os demais grupos e segmentos no processo de mobilidade, somente passando para a sociedade aberta, com restrições, na qualidade de liberto através da alforria • Impossibilidade total de direito à posse da terra • Locomoção tutelada pelo senhor
Situação política	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio embora não satisfatório das embaixadas dos países de origem e das suas famílias que agiam como grupos de pressão junto a essas embaixadas e ao governo brasileiro • Propaganda imigrantista na imprensa mostrando os imigrantes como trabalhadores superiores • Possibilidades de regressar ao país de origem ou ir a outros países se estivessem insatisfeitos com as suas condições de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • Nenhum apoio político das regiões de origem das suas famílias que se fragmentaram com o tráfico ou de governos independentes que não existiam • Propaganda racista mostrando a escravidão como superada e o negro como biológica, psicológica e culturalmente inferior para ingressar no trabalho livre • Impossibilidade absoluta de regressar as suas regiões de origem. Nem mesmo os africanos livres foram repatriados.
Situação social	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos regidos pelo Código do Império ao nível do estrangeiro • Proibição jurídica de ser punido com castigos corporais • Liberdade de ser organizarem em associações culturais e de auxílio mútuo 	<ul style="list-style-type: none"> • Nenhum direito, nem como estrangeiro, nem como cidadão • Direitos do senhor e do Estado de puni-lo, inclusive com diversas formas de tortura: açoites, tronco, anjinhos, gargalheiras, etc. • Impossibilidade de se organizar de forma independente a não ser de forma ilegal o que sempre despertava o temor.

Tudo isto demonstra como uma série de medidas e acontecimentos registrados, quase concomitantemente à abolição do tráfico internacional, veio a transformar o sistema escravista em um *escravismo tardio*. Isto determinará, por outro lado, uma série de modificações no comportamento quer dos senhores, quer dos legisladores, bem como no comportamento do próprio escravo. Para conservar o cativo, cujo preço aumentara de forma drástica e contínua, surgem as primeiras leis *protetoras* logo após a Guerra do Paraguai, acontecimento que foi um modificador importantíssimo na desarticulação do *escravismo pleno*. Por outro lado, o escravo negro, que até o final da primeira fase do escravismo (1850) lutara sozinho com sua rebeldia radical e como condutor político independente contra o estatuto da escravidão, começa a ser visto através de uma ótica liberal. As manifestações *humanistas, emancipacionistas* sucedem-se e o silêncio é rompido, discutindo-se à luz do dia a substituição da escravidão pelo trabalho livre. E as posições que refletem uma consciência crítica contra a instituição também aparecem, especialmente entre a mocidade boêmia e alguns grupos adeptos de um liberalismo radical em cujo bojo de reivindicações se incluía a Abolição.

Nesse contexto, de revisão ideológica da chamada opinião pública sensível às modificações processadas nas relações internas da sociedade brasileira, surgem as primeiras leis protetoras que se sucedem: *Lei do Ventre Livre* (1871), *Lei dos Sexagenários* (1885), *Lei que extingue a pena do açoite* (1886), *Lei que proíbe a venda separada de escravos casados* (1869) e outras que objetivam proteger o escravo como mercadoria valorizada pela impossibilidade da sua reposição como antigamente. Nesse sentido, algumas províncias decretam antecipadamente extinta a escravidão nos seus territórios. No Amazonas, ela se extingue em 1884, nesse mesmo ano no Ceará e em Porto Alegre.

Paralelamente, a escravidão regionaliza-se e aquelas antigas áreas de prosperidade da sua primeira fase – *escravismo pleno* – entram em decadência dando lugar ao surgimento de uma economia nova

que se desenvolverá já como segundo ciclo do escravismo no Brasil.

Rasgos fundamentais do escravismo tardio

Essa nova fase, para nós, já representa o estágio de decomposição estrutural do modo de produção escravista e terá os seguintes rasgos fundamentais:

- 1- Relações de produção escravistas diversificadas regionalmente de forma acentuada, localizadas na parte que dinamiza uma economia nova, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo, onde se concentrará de forma preponderante a população escrava.
- 2- Parcelas de trabalhadores livres predominando em algumas regiões, quer nas áreas decadentes, quer naquelas que decolaram com o café.
- 3- Concomitância de relações capitalistas (de um capitalismo já subordinado ao capital monopolista) e permanência de relações escravistas (Mina de Morro Velho).
- 4- Subordinação, no nível de produção industrial, comunicações, transportes (estradas de ferro), portos, iluminação a gás, telefone etc., ao capital inglês; no nível de relações comerciais, subordinação ao mercado mundial e sua realização, internamente, em grande parte, por casas comerciais estrangeiras, o mesmo acontecendo no setor bancário e de exportações.
- 5- Urbanização e modernização sem mudança nas relações de produção fundamentais.
- 6- Tráfico de escravos interprovincial substituindo o internacional. Aumento do seu preço em consequência.
- 7- Trabalhador livre importado desequilibrando a oferta de força de trabalho e desqualificando o nacional.
- 8- Empresas de trabalho escravo.
- 9- Empresas de trabalho livre como a colônia de Blumenau.
- 10- Empresas de trabalho livre e escravo como no sistema de parceria de Ibicaba em São Paulo e outras fazendas.

- 11- Influência progressiva do capital monopolista (estrangeiro) nesse processo.
- 12- Legislação *protetora*, substituindo a repressora da primeira fase.
- 13- Luta dos escravos em aliança com outros segmentos sociais. A resistência passiva substitui a insurgência ativa e radical da primeira fase.

Os abolicionistas assumem a hegemonia do processo

Como vemos, no *escravismo tardio*, entrecruzam-se e superpõem-se relações escravistas e capitalistas, conforme veremos analiticamente mais adiante. Mas há uma característica particularizadora e significativa, senão a preponderante: essas relações capitalistas, naquilo que elas têm de mais importante e significativo, não surgem quase nunca da nossa acumulação interna, mas foram injetadas de fora, implantadas por todo o complexo subordinador que atuava dinamicamente no polo externo, condicionando-nos econômica, social e culturalmente. Era um transplante vindo do centro para a periferia, sem contrapartida. Pelo contrário, éramos o receptor, e o centro, injetor de tudo aquilo que entendíamos por *modernização* no sentido do modelo capitalista. Com isto, há alterações significativas no comportamento da classe senhorial e dos segmentos a ela subordinados ou influenciados e dos escravos por extensão.

As grandes lutas radicais e violentas que vão dos séculos XVII até a primeira parte do século XIX entram em recesso. A composição étnica e numérica da classe escrava sofre transformações entre o primeiro e o segundo período. Já não são mais escravos vindos da África, mas nascidos no Brasil. O seu número também decresce de tal maneira que já são uma minoria demográfica. Estão, por outro lado, diversificados mais intensamente na divisão do trabalho e se urbanizam em cidades, como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, trabalhando de *ganho* ou de aluguel. Sofrem, também, a influência do papel das leis protetoras que passam a funcionar após a Guerra do Paraguai, acontecimento que, por seu tur-

no, também dará aos ex-escravos que de lá voltaram, uma visão mais nítida da cidadania – visão que eles transferirão aos cativos que ficaram na produção. Tudo isto acompanhado de uma série de transformações sociais como a abertura de estradas de ferro, portos (aos quais muitos se engajarão como trabalhadores), além de ecos da campanha abolicionista.

Nesta segunda fase do escravismo, novos mecanismos reguladores influirão também no comportamento dos senhores. O encarecimento do escravo, as leis protetoras, a opinião pública e a imprensa são mecanismos que passam a influir no tratamento dado aos escravos, embora, na sua essência, continue tão despótico e irracional como no seu início. Tudo isto produz um novo alinhamento entre escravos e senhores nessa fase do modo escravista que se decompunha.

Uma coisa, porém, não se altera: o escravo continua como propriedade, como coisa, ou, para usarmos um conceito econômico, ele continua sendo capital fixo, da mesma forma como era considerado nas Ordenações Filipinas e Manuelinas. Na sua essência, portanto, a situação fundamental do escravo permanece a mesma, com modificações apenas periféricas e secundárias nas táticas controladoras da sua rebeldia e racionalizadoras do seu trabalho.

Mesmo assim, há transformações, também, no comportamento do escravo. Não apenas pelas modificações táticas, mas por manipulações estratégicas da classe senhorial. O tráfico interprovincial desarticula, mais uma vez, a população escrava, desfazendo muitas vezes o grupo família. A lei que regula e procura proteger a família escrava, não permitindo mais a sua fragmentação na venda, faz-se quase fora do tempo, pois é de 1869. Ela surge mais como medida *reprodutora*, e não protetora, porque as famílias passam a ser matrizes de novos escravos no momento em que a reprodução desses elementos para o trabalho reprodutivo começa a escassear.

Se, na primeira fase do escravismo, esta desarticulação verificava-se ainda na África o mesmo irá acontecer aqui na segunda, quando os

escravos são vendidos das outras províncias para São Paulo e Rio de Janeiro, especialmente a primeira. A Lei que impede essa desarticulação familiar chega somente durante a Guerra do Paraguai, para impedir a total fragmentação do acasalamento escravo, pois a população negra foi aquela que mais sofreu em consequência do conflito, conforme já vimos. Junte-se a isto o grande número de homens convocados, todos eles jovens, para se entender as intenções do legislador.

Paralelamente há substanciais modificações e diferenciações tangenciais na economia brasileira no seu conjunto. Superpostas às relações de produção escravistas, implantam-se do exterior relações capitalistas dependentes. O capital monopolista internacional – fundamentalmente inglês – cria um complexo cerrado e dinâmico de dominação naquilo que a economia brasileira deveria dinamizar se tivesse forças econômicas internas (acumulação) de efetuar essa mudança qualitativa a fim de sair do escravismo e entrar na senda do desenvolvimento capitalista autônomo. O escravismo brasileiro, no seu final, ou seja, na etapa do *escravismo tardio*, já era um anacronismo aberrante em todos os níveis estruturais – econômico, social, cultural e psicológico –, e sua decomposição verifica-se simultaneamente ao início da dominação imperialista que entra em cena como ator principal do processo de estrangulamento do nosso desenvolvimento como nação. Conforme já dissemos em parte, a grande duração do escravismo brasileiro levou-o a encontrar-se com aquelas forças econômicas exógenas de dominação que não tinham mais interesse em exportar mercadorias, mas capitais. Nesse processo longo e permanente de dominação, preparam-se as premissas para a abolição se processar de tal forma que tanto essas forças externas quanto os antigos membros da classe senhorial encontrem no trabalho livre a continuidade e a manutenção dos seus privilégios existentes durante o escravismo. Essa conclusão que teve uma longa história foi determinada por um processo contínuo de dominação que foi confundido como sendo *progresso e modernização*.

Lei Eusébio de Queirós

De todas as medidas tomadas para o desenvolvimento do escravismo tardio e a sua solução no capitalismo dependente, a Lei de 4 de setembro de 1850, conhecida como a *Lei Eusébio de Queirós*, foi a mais direta nos seus objetivos e eficiente nos seus efeitos; foi inquestionavelmente aquela que atingiu de forma definitiva o escravismo pleno, nesse período de transição.

Proibindo a continuidade do tráfico internacional de africanos, estancou a grande fonte de reprodução da mão de obra cativa, determinando o seu fim em período não muito longo. Esvaziou, assim, a dinâmica demográfica que sustentava a escravidão.

Por essa lei, as embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras nos portos, enseadas, ancoradouros ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos – cuja importação ficou proibida pela Lei de 7 de novembro de 1831 –, ou os tivessem embarcado, deveriam ser apreendidas pelas autoridades ou pelos navios de guerra brasileiros. Naquelas nas quais não fossem encontrados escravos a bordo, nem os tivessem desembarcado proximamente, mas nas quais se encontrassem sinais de que se empregaram no tráfico de escravos, seriam igualmente apreendidas como se estivessem fazendo tentativas de importação de escravos. No seu artigo 2º, o governo imperial comprometia-se a estabelecer normas reguladoras da caracterização de negreiros. Os outros artigos da lei não são menos conclusivos e taxativos:

“Art. 3º – São autores do crime de importação, ou de tentativa dessa importação, o dono, o capitão ou mestre, o piloto e o contramestre da embarcação, e sobrecarga. São cúmplices a equipagem e os que coadjuvarem o desembarque de escravos no território brasileiro ou que concorrerem para ocultar ao conhecimento da autoridade, ou para os substituir à apreensão no mar, ou em ato de desembarque, sendo perseguido.

Art. 4º – A importação de escravos no território do Império fica nele considerada como pirataria, e será punida pelos seus Tribunais com as penas declaradas no art. 2º da Lei de 7 de novembro de 1831. A tentativa e a cumplicidade serão punidas segundo as regras dos arts. 34 e 35 do Código Criminal.

Art. 5º – As embarcações de que tratam os arts. 1º e 2º, e todos os barcos empregados no desembarque, ocultação ou extravio de escravos, serão vendidos com toda a carga encontrada a bordo, e seu produto pertencerá aos apresadores, deduzindo-se em quarto para o denunciante, se o houver. E o Governo, verificado o julgamento de boa presa, retribuirá a tripulação conforme as leis a respeito.

Art. 6º – Todos os escravos que forem apreendidos serão reexportados, por conta do Estado para os portos de onde tiverem vindo (...) ou para qualquer outro fora do Império, que mais convenientemente parecer ao Governo: e enquanto essa reexportação se não verificar, serão empregados em trabalho debaixo da tutela do Governo, não sendo em caso algum concedidos os seus serviços a particulares.

Art. 7º – Não se darão passaportes aos navios mercantes para os portos da Costa da África sem que seus donos, capitães ou mestres também tenham assinado termo de não receberem a bordo deles escravo algum; prestando o dono fiança de uma quantia igual ao valor do navio e carga, a qual fiança só será levantada se dentro de 18 meses provar que foi exatamente cumprido aquilo que foi estabelecido.

Art. 8º – Todos os apresentantes de embarcações, de que tratam os arts. 1º e 2º, assim como a liberdade dos escravos apreendidos no alto-mar, ou na costa, antes do desembarque, no ato dele, ou imediatamente depois em armazéns e depósitos sitos nas costas e portos, serão proces-

sados e julgados em primeira instância pela Auditoria da Marinha, e em seguida pelo Conselho do Estado. O Governo marcará em regulamento a forma do processo em primeira e segunda instância, e poderá criar Auditores de Marinha nos postos onde convenha, devendo servir de Auditores os Juizes de Direito das respectivas comarcas, que para isso forem designados.

Art. 9º – Os Auditores de Marinha serão igualmente competentes para processar e julgar os réus mencionados no Art. 3º.

De suas decisões haverá para as Relações os mesmos recursos e apelações que nos processos de responsabilidade.

Os compreendidos no Art. 3º da Lei de 7 de novembro de 1831, que não estão designados no Art. 3º desta Lei, continuarão a ser processados, e julgados no foro comum.

Art. 10º – Ficam revogadas quaisquer disposições em contrário.”

Esta lei entrou imediatamente em vigor, produzindo verdadeiro pânico entre os traficantes e aqueles interessados, direta ou indiretamente, no comércio de escravos. O legislador invocou a Lei de 7 de novembro de 1831 que ninguém cumpria e paradoxalmente, quando ela foi invocada em outro contexto (a discussão da Lei do Ventre Livre), alguns deputados afirmaram que ela não se encontrava mais em vigor. O certo, porém, é que as autoridades governamentais atacaram definitivamente o contrabando. Os proprietários das embarcações presas não encontravam mais espaços de manobras políticas, ou chicanas jurídicas respaldadoras e eram punidos.

Houve, é verdade, tentativas de se burlar a lei. Muitas foram imediatamente frustradas e apreendidas as suas cargas pelas autoridades brasileiras. No particular, um acontecimento marcou época: foi o desembarque de um contrabando de africanos em Serinhaém, Província

de Pernambuco, em 1855, obtendo vasta repercussão inclusive política em face dos personagens implicados e da reação agressiva da Inglaterra, através de seus representantes.

Diz neste particular um historiador que se iniciava, então, o desenvolvimento de um fato histórico conhecido como o *Desembarque de Serinhaém* e que comportava implicações as mais profundas, atingindo nossa soberania. E revelaria, também, neste *desembarque de Serinhaém*, o envolvimento das melhores famílias aristocráticas da zona do Nordeste em atividades negreiras, e nem o irrequieto Padre Pinto de Campos era totalmente alheio a esse tipo de transação. Ainda mais: as investigações das autoridades inglesas revelariam, também, a suspeição do Presidente da Província, o conselheiro José Bento. Na história da chegada desse navio negreiro foram envolvidos o conselheiro Drummond, Francisco de Paula Cavalcanti Wanderley e o presidente da Província José Bento, sobre o qual havia suspeita de haver sido avisado do desembarque e foi substituído do cargo em 1886. Mas, o caso de Serinhaém terminou com a maioria dos africanos apreendida nos engenhos dos Cavalcanti.

“Em 11 de novembro de 1855” – prossegue o mesmo historiador – “nove dos africanos subtraídos do palhabote eram localizados nas senzalas do engenho Cachoeira Velha de Serinhaém, pertencente ao major Inácio de Barros Wanderley, primo de *Chico Caçador* (o presidente da Província como era chamado José Bento CM) e de João Manuel de Barros Wanderley”⁷⁷.

O mesmo autor continua inventariando onde se encontrava o restante desses africanos contrabandeados, afirmando: “em 6 de fevereiro de 1856, nas matas do engenho Tabatinga, limítrofe do engenho Serrinha que é ocupado por Manuel Batista Barros Wanderley, Francisco de Barros Wanderley e Manuel Campelo de Barros Wanderley, aquele genro e os dois últimos filhos do coronel João Manuel de Barros Wanderley, consignatários do palhabote, foram localizados outros escravos.

Em 19 de março de 1856 foram encontrados mais dois escravos nas matas do engenho Serrinha, pertencente àquela família Wanderley.

Segundo Menezes Drummond em seu *Memorial*, os nove primeiros escravos teriam sido comprados por 9.000\$000; igual preço aos dez outros e os dois últimos teriam custado 1.300\$000”.

Os doze últimos escravos, continua Menezes Drummond, teriam sido adquiridos, através do Dr. José Felipe de Souza Leão. “Todo esse dinheiro foi tirado da Tesouraria da Fazenda, pelas verbas de Repressão do Tráfico e Polícia Secreta” – afirma ainda Menezes Drummond.

Menezes Drummond enumera diversas apreensões que se realizaram por todo o ano de 1856, em engenhos da família Wanderley.

Nos arquivos do conselheiro Nabuco de Araújo fomos encontrar uma “Relação dos africanos que foram apreendidos no *palhabote apresado na Barra de Serinhaém em outubro de 1855 e depositados nesta cidade nos Arsenais de Marinha de Guerra e no Colégio dos Órfãos*”, documento datado de 19 de agosto de 1856 e elaborado pelo doutor Policarpo Lopes Leão, então secretário do Palácio da Presidência de Pernambuco.

A relação “fala de 179 escravos, tendo falecido 42, a saber: de diarreia, 23; de cólera, 11; de tísica, 2; gastroenterite, 3; do coração, 2”⁷⁸.

O que aconteceu no período que vai da chegada do navio negreiro até o final do processo é uma tal sequência de cumplicidades, participação ou conivência entre as autoridades que determinou a intervenção do cônsul inglês no caso.

Não se conformando com a forma como a averiguação dos fatos e a punição dos responsáveis pelo contrabando estava sendo conduzida, o cônsul inglês – Cowper – em Pernambuco, entrou em ação e foi até Serinhaém ouvir como estavam se comportando as autoridades locais e conclui que a tripulação do barco fora avisada em tempo a fim de fugir e houve negligência. Informa isto ao Encarregado de Negócios Estrangeiros da Inglaterra. Afirma ainda que José Bento removeu as autori-

dades policiais e judiciais da cidade na época do contrabando, ficando Serinhaém acéfala, sem nenhuma autoridade para reprimir e punir o ato criminoso. Aponta inúmeros outros fatos incriminadores das autoridades brasileiras.

Em consequência dos fatos narrados pelo cônsul, o *Foreign Office* dirige-se agressivamente ao governo brasileiro, responsabilizando as suas autoridades pela forma negligente como estava se processando a punição dos culpados dizendo que, em face disto, "S. M. seria obrigada a recorrer ao emprego rígido dos poderes conferidos aos cruzadores britânicos pelo ato de 1845 (*Bill Aberdeen* – CM), por isso, que as autoridades brasileiras na Província de Pernambuco não só mostraram frouxidão que importava quase conivência na questão do negreiro chegado a Serinhaém em outubro de 1855 senão também que essas autoridades não quiseram recorrer a medidas legais e eficazes a fim de descobrirem ou de prenderem, quando forem descobertas, as pessoas comprometidas com esse negócio"⁷⁹.

O governo brasileiro, em contrapartida, por intermédio do seu ministro de Negócios Interiores respondeu estranhando os termos da nota do governo inglês e justificando o seu comportamento no episódio. Rebateu a pecha de negligente e a de possível conivência com os contrabandistas de africanos. O imperador Dom Pedro II referiu-se a esse incidente na sua Fala do trono de 1856, dizendo "a respeito das providências tomadas para a repressão do abominável tráfico de escravos, alguns aventureiros ousaram tentar novas especulações, mas, a vigilância do meu governo, auxiliado pela opinião pública, conseguiram malográ-las, como espero que sempre aconteça".

O governo imperial repelia, assim, a acusação inglesa de desídia ou mesmo cumplicidade das autoridades pernambucanas, mas silenciou e não protestou contra os termos da nota inglesa que repetia a ameaça de os canhões dos cruzadores ingleses voltarem a operar e patrulhar as nossas costas.

Nessa fase agonizante do tráfico, os contrabandistas muitas vezes mudavam de tática e encostavam o barco em locais desertos substituindo a carga por escravos velhos, os quais seriam depois confiscados. O arqueduke Maximiliano de Habsburgo esteve de passagem pelo Brasil em 1860 e testemunhou uma dessas engenhosas operações, assim a descrevendo: "Uma outra importância de Itaparica e degradante para a humanidade: no seu litoral distante, pouco habitado e pouco vigiado, ainda hoje, indo de encontro às leis, entra clandestinamente carne humana. Recentemente, desses misteriosos navios, fácil de ser identificados pela construção e forma, circulou pelo litoral, de maneira suspeita. Só depois de muito longo espaço de tempo, a autoridade lerda abriu os olhos, e o vagaroso navio guarda-costas foi acionado em direção à ilha. Todas as lunetas da Bahia acompanharam sua rota, para observarem o espetáculo que se desenrolava. Logo, porém, terminou a palpitante naumaquia⁸⁰. O acoitado condutor de escravos lançou ao mar 300 de seus fardos vivos e, como uma enguia, conhecendo bem as águas navegáveis, escapuliu oceano afora. Por sorte e porque sabiam nadar, os pobres escravos alcançaram o litoral próximo e, desde então, pertencem ao governo de Sua Majestade, que os enviou para a nova construção da ferrovia, para alegria secreta dos ricos senhores da Bahia.

E aí vejam, aconteceu um milagre: o Governo tinha assumido 300 escravos jovens, fortes e belos, de ambos os sexos, e, algumas semanas depois, o bando tinha se transformado em anciões, aleijados e alquebrados, um milagre, portanto, no sentido negativo. A coisa aconteceu simplesmente assim: os senhores da redondeza trocaram todos os seus refugos de escravos pela carne fresca da ferrovia. O número por cabeça permaneceu o mesmo nas listas do Governo, e os criadores de escravos renovaram admiravelmente seu material. Renovações clandestinas de tal natureza do elemento escravo não devem acontecer raramente. O Governo é por demais fraco e tem, além disto, pouca disposição para combater esse mal com eficiência. A maioria dos funcionários são, eles pró-

prios, grandes senhores de escravos. É verdade que, às vezes, é feita, *per l'onor della firma*, uma pequena investigação, por causa de alguns escravos que parecem ter sido contrabandeados. Mas há, também, para isso, uma solução: os senhores de escravos instruem os indivíduos suspeitos, que naturalmente ainda não falam o português, por bem ou por mal, a responder 'Minas' a cada pergunta dos juizes. 'Como você se chama?' Resposta: 'Minas' um nome muito comum entre os escravos. 'Onde você nasceu?' Resposta: 'Minas', uma das províncias principais do Brasil, mas também uma tribo muito importante de negros africanos, que fornece aos brasileiros a melhor carne humana. 'Onde você trabalha?' Resposta: 'Minas'. Minas são as minas de ouro e diamantes e constituem uma importante riqueza do país. O juiz que, naturalmente, também possui escravos, anota as três 'Minas', arquiva os autos, e a questão está resolvida, para satisfação de todas as partes"⁸¹.

Apesar, no entanto, desses recursos desesperados dos traficantes e da conivência retardatária de algumas autoridades, o certo é que essa lei impedindo o tráfico internacional de africanos deu o golpe de morte ao *escravismo pleno* no Brasil. A partir daí, o tráfico de escravos será feito interprovincialmente. Ele passará a ser o mecanismo de abastecimento de escravos para aquelas províncias onde a economia cafeeira estava se expandindo. O tráfico interprovincial passará a ser o mecanismo que irá substituir o africano importado e se constituirá em um dos traços do *escravismo tardio*. E, complementar a ele, o aumento do preço do escravo e a elevação progressiva de taxas que dificultavam esse processo migratório. Esse tráfico interno foi também proibido na medida em que favorecerá ainda mais a política imigrantista do governo. Era o golpe de misericórdia dado ao *escravismo pleno* no Brasil.

A Guerra do Paraguai

Um fato que contribuiu significativamente para a decomposição final do *escravismo tardio*, e a sua substituição pelo trabalho livre, foi indu-

bitavelmente a Guerra do Paraguai. Surgindo num momento em que já se haviam tomado aquelas medidas, às quais nos referimos, para a transição ser efetuada sem modificações substantivas das fontes do poder, ela foi a variável dinamizadora desse processo e desempenhou o papel de desagregador final do sistema em crise aguda.

De todas as medidas comentadas, estabelecidas como estratégias sociais, políticas e econômicas para o aparecimento do *escravismo tardio* e a substituição do trabalho escravo pelo livre sem modificações traumáticas e radicais na sua estrutura, como acontecimento que se juntou a essas predições foi a Guerra do Paraguai.

A guerra afetou em proporções muito grandes todas as formas e os níveis de atividades da vida nacional (trabalho, indústria, comércio, política) e conseqüentemente as relações escravistas que já vinham se deteriorando desde 1850, conforme já vimos; essas relações irão se deteriorar ainda mais com o conflito. Mas, antes de seu início, a situação financeira do Império era problemática; tendo em 1864 sido atingida por uma das crises mais pronunciadas, levando a que o pânico tomasse conta da estrutura bancária e comercial. Vários sintomas dessa crise se sucederam até que, em 1864, ela se apresentou de forma aguda e profunda. Houve retração de crédito para o comércio e a indústria. Atingiu inicialmente as casas concessionárias que operavam com o café. O segundo setor atingido foi o bancário com uma sucessão de falências e fechamento de bancos: a 10 de setembro daquele ano, a casa A. J. Alves Souto & Cia. cerrou as portas inesperadamente. Foi o começo do pânico. Houve uma correria às casas de crédito e as mais atingidas foram as de Gomes & Filho e a de Montenegro Lima & Cia. A dívida de Alves Souto ao Banco do Brasil já excedia 20.000 contos: o banco pediu ao governo liquidação daquela casa, recebendo resposta negativa. Uma verdadeira operação dominó seguiu-se, tendo uma testemunha da época assim registrado o fato: "Imagina que a praça do Rio de Janeiro acaba de passar pela mais forte crise que ela já tem sofrido. Basta te dizer que o sr. Souto suspen-

deu seus pagamentos. Dez mil credores e 50.000 contos de dívida: Isto é 5 milhões de libras esterlinas. No sábado, dia 9 deste mês, o Sr. Souto mandou pedir ao Banco do Brasil, ao qual já devia 14.000 contos, a quantia de 900 contos, para pagamentos que tinha que fazer. O Banco lhos negou: o Sr. Souto suspendeu imediatamente os seus pagamentos.

Muitas casas de primeira ordem, que deviam dinheiro ao Sr. Souto, assinaram a favor dele letras que, pelo fato da suspensão, venciam imediatamente. Estas letras estavam em poder dos bancos, e de particulares, a quem o Sr. Souto as tinha cedido mediante o pagamento em dinheiro. Essas ficaram gravemente comprometidas, porque não podiam prever e não estavam preparadas para esse pagamento antecipado.

Inúmeros credores que tinham depositado seu dinheiro no Souto sentiram-se logo fortemente atingidos. Entre esses credores, é de se ter pena sobretudo dos infelizes operários que são milhares deles e se tinham privado da fortuna da mesa, pode-se dizer, para guardar algumas centenas de mil réis para a velhice e para suas pobres famílias. Foi um alarme geral. As ruas, sobretudo as que ficam perto da Bolsa e dos bancos, estavam obstruídas pelos infelizes arruinados que pediam, aos berros, o fruto de suas dolorosas economias. A casa do Sr. Souto, em São Cristóvão, foi cercada por tropas, porque se temia um ataque dos amotinados (...) O povo afluiu de Gomes, Montenegro e Lima, Oliveira e Belo, Fortinho e Muniz, Dillon & Cia, a todos os Bancos, ao mesmo tempo, para exigir o pagamento imediato dos bilhetes ao portador sem prazo, das quantias depositadas em conta corrente; todos aqueles estabelecimentos pagaram durante três ou quatro dias milhares de contos de réis, na esperança de poder enfrentar a crise que julgavam passageira; mas como ondas de povo continuassem sempre a fluir, foram obrigados a fechar suas portas, menos a Casa Bahia, que ainda não suspendeu seus pagamentos, porque sofreu a investida por último. Como a desconfiança crescesse sempre se procurou o próprio Banco do Brasil, exigindo o pagamento em ouro dos bilhetes desse mesmo banco. O Banco do Bra-

sil pagou durante três dias perto de 4.000 contos de réis em ouro. Seu depósito era de 14.000 contos em ouro. É o que dá crédito ao seu papel-moeda. Se isso tivesse continuado, todo o seu depósito em ouro se teria esgotado e então seus bilhetes não sendo mais garantidos por valores metálicos, teriam perdido todo o crédito e teríamos visto rodar o único estabelecimento destinado a sustentar o crédito do país inteiro.

Que teria sido de nós com esse cataclismo? Tudo é papel de crédito no país: apólices do Governo, ações dos Bancos e das estradas de ferro, ações de várias outras indústrias, saques, letras de câmbio; não há nenhum valor metálico no Brasil (...). A agitação chegou a tal ponto que todas as ruas, sobretudo aquelas onde os Bancos se acham instalados, ficaram ocupadas pelas tropas. Pensou-se mesmo em dirigir uma petição ao Imperador, para *obrigá-lo* a tomar uma medida enérgica. Queriam marchar em massa para São Cristóvão. Era, enfim, um verdadeiro movimento revolucionário. Esqueci de falar-te no *Banco Rural e Hipotecário* que com 16.000 contos em contas correntes, foi, por sua vez, ameaçado de cair. Depois do Banco do Brasil é o nosso principal estabelecimento de crédito. Só os bancos *London and Brazilian Bank* e *Portuguese and Brazilian Bank* não ficaram muito comprometidos. Mas, que adianta, se os próprios títulos de que são portadores, os melhores títulos talvez, irão, aos poucos, em consequência do terror crescente do povo, perder gradualmente seu valor? Nessas graves circunstâncias, o Governo não soube tomar imediatamente uma medida salutar. Era preciso passar por cima da lei. Não se ousava fazê-lo. Ficamos de 9 a 16 em sessão permanente, muitas vezes das 7 da manhã até a meia-noite, na Secretaria das Obras Públicas e do Comércio, os Ministros, o Conselho de Estado, todos os oficiais de Gabinete. Estudavam-se deliberações enquanto a agitação crescia nas ruas⁸².

Reconhecendo essa grave situação em seu discurso do Trono, pronunciado em maio de 1865, por ocasião da abertura da Assembleia Geral, sua Majestade, o Imperador, reconhece que "a falência de algumas

organizações econômicas bancárias em que estavam depositadas as economias de milhares de pessoas, produziu no mês de setembro do ano passado uma crise assustadora". Por essas razões, conforme escreve um historiador: "O Brasil não estava em situação capaz de arcar com os gastos de uma guerra, por mais que algumas mentes levianas a considerassem uma simples excursão militar. O que vai resolver este impasse são os empréstimos da City, vindos em muito boa hora"⁸³.

Se no setor das finanças essa insegurança reinava, outros fatores negativos a ela se somariam. Com o estancamento do tráfico internacional o escravo subira violentamente de preço, principalmente na região Sudeste. O Brasil, por outro lado, havia rompido relações com a Inglaterra e isto dificultava (mas não impedia) a tomada de empréstimos a banqueiros daquele país. No Brasil, escreve J. J. Chiavenatto: "onde apesar da quase bancarrota de 1864 a situação econômica era mais estável (em comparação à Argentina CM) pelo próprio potencial de país gigantesco, a guerra iminente serviu para tirar da rua os desocupados – mesmo a contragosto deles – e estimular também fornecedores etc. Os empréstimos que o Império do Brasil e a Argentina começaram a receber, naturalmente, são sangue novo na economia desses países – a ninguém interessa a dependência que eles criarão no futuro; surge uma nova classe borboleteando em torno dos governos aliados, que usufrui de todos os modos da situação.

Criou-se assim uma situação de euforia; um falso progresso, que ao correr da guerra, porém, começa a ser desmontado, para se ver desmascarado após a vitória da Tríplice Aliança e os primeiros desentendimentos entre os aliados"⁸⁴.

Mas o nosso objetivo aqui não é descrever a Guerra do Paraguai, mas procurar os seus efeitos no contexto do *escravismo tardio* e o papel desempenhado pelos escravos e pelos negros de um modo mais abrangente na dinâmica de desagregação desse sistema. E a sua importância surge do paradoxo que é a participação compulsória dos escravos no

Exército brasileiro para lutarem contra um país onde não existia a escravidão. O escravo não tinha alternativas a não ser lutar, mesmo contra a sua vontade. Os filhos dos senhores de escravos ficavam em casa, enquanto os senhores, no seu absentismo cívico e patriótico assistiam confortavelmente o desenrolar do conflito. Por tudo isto, não é de espantar o grande número de óbitos entre escravos e os negros durante os anos que durou a guerra.

J. J. Chiavenatto escreve neste sentido que o governo "comprou milhares de negros escravos para lutarem no Paraguai (...) Não se sabe precisamente quantos negros o governo comprou das suas próprias senzalas, mas se sabe com segurança o número de negros que voltaram livres da Guerra do Paraguai. Voltaram 20 mil negros depois de cinco anos de lutas, e morreram na guerra entre 60 e 100 mil – este número conseguiu-se burilando as estimativas mais sérias, que aliás merecem melhor crédito que as estatísticas oficiais, omissas ou intencionalmente mentirosas (e não raro desaparecidos muitos documentos da época)"⁸⁵.

O conflito resultou, de fato, dos interesses ingleses na América do Sul, especialmente no Prata, mas, internamente, serviu também, entre outras coisas, de anteparo ideológico para sustar o pensamento crítico que ia se avolumando em relação ao trabalho escravo. As ideias abolicionistas desenvolviam-se progressivamente e o governo imperial viu no conflito um pretexto feito sob medida para neutralizá-las invocando o conceito de interesses da Pátria em jogo. Passou-se a invocar os chamados *brios patrióticos* contra aqueles que questionavam a escravidão no momento. O governo recorreu a um discurso cuja retórica disfarçaria o desejo de continuidade do trabalho servil. Haja vista o comportamento dos gabinetes conservadores durante o conflito. As ideias abolicionistas ficaram na defensiva e o governo aproveita esse período para estabelecer estratégias continuístas que não poderá desenvolver, após o conflito, por uma série de razões que ele não conseguiu prever e controlar. Por outro lado, conforme já dissemos, os escravos passaram a ser recrutados

compulsoriamente e alguns fugiam dos seus senhores para se alistarem como voluntários objetivando a liberdade prometida. Era, portanto, uma forma de evasão ao sistema. Ele é também alforriado pelo Império e os chamados escravos da Nação são incorporados às tropas brasileiras. Houve também – conforme assinalou Chiavenatto – compra de escravos por parte do governo para engajá-los diretamente nas tropas. O Ministério da Guerra encarregava desse tipo de transação agentes espalhados em diversas províncias. Prova concludente deste fato é o ofício enviado pelo presidente da Província de Minas Gerais nos seguintes termos:

“Palácio, 16 de maio de 1868

O Exmo. Sr. Ricardo Gomes Lagueiro apresentou-se-me querendo vender 18 escravos para o serviço de guerra. Segundo as ordens que tenho o pagamento de escravos comprados por conta do governo para o exército deve ser realizado na Corte; e não podendo eu apreciar qual a urgência que há atualmente para ainda fazer-se sacrifícios desta ordem, deixei de fazer qualquer contrato com o dito Lagueiro, e o apresento a V.Exa. que resolverá a semelhante respeito como julgar mais acertado.

De Ge. a V.Exa. M. Exmo. Sr. Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, Ministro Secretário Estado dos Negócios da Guerra.

José...⁸⁶

Os senhores, por outro lado, para fugirem ao dever de se incorporarem às tropas do Exército, enviavam em seu lugar escravos de sua propriedade em número de um, dois, cinco e até mais. Com a deserção quase total da classe senhorial e seus associados dos seus deveres militares, o Exército será engrossado substancialmente por escravos negros (alguns engajados voluntariamente, mas a maioria esmagadora de forma compulsória), capoeiras, negros forros, mulatos, desocupados etc., caçados arbitrária e violentamente para serem *voluntários da pátria*. Verdadeiras razias eram feitas no interior e nas cidades prendendo, coagindo ou obri-

gando os membros da plebe a serem incorporados ao Exército. Milhares de cidadãos tiveram de seguir contra a vontade, enquanto os membros das classes senhoriais, seus protegidos e de políticos influentes na Corte permaneciam assistindo à guerra. Por isto, o viajante alemão Max von Versen quando passou no Rio de Janeiro com destino ao Paraguai, à época da guerra, escreveu: “não tem produzido impressão favorável o que tenho visto até agora do exército deste país. Nas fileiras estão alistados somente negros, mulatos e a escória da população branca”⁸⁷.

Esta descrição nos mostra como as elites *brancas* se preservaram, mandando para a linha de frente aquela população da qual elas queriam se descartar por motivos sociais e raciais: a *escória*, segundo observação de fundo racista de von Versen. Neste episódio a ideologia do *branqueamento* funcionou de modo dinâmico, procurando reestruturar e reordenar etnicamente a nossa sociedade através de uma política seletiva e racista na qual os membros dessas elites *brancas* somente participavam do conflito (quando participavam) nos seus níveis deliberantes: postos de comando. Enquanto isto a plebe e os escravos negros formavam o grosso da tropa que iam matar ou morrer nos campos paraguaios.

A Lei nº 1.101, de 20 de setembro de 1865 (artigo 5º, §4º), e, depois, o Decreto nº 3.513, de 12 de setembro de 1865, facultavam a substituição do convocado ou recruta por outra pessoa ou pessoas, ou o pagamento de *uma indenização* ao governo. Com esse conceito monetário de patriotismo e a obrigação militar, criando as possibilidades dele de se eximir, o exército que foi combater no Paraguai era predominantemente negro. Os negros eram enviados coercitivamente em grande número para a linha de frente e foram os grandes imolados nas batalhas ali travadas. Registrando-se opiniões de viajantes estrangeiros chega-se à conclusão de que no Exército brasileiro “para cada soldado branco havia nada menos do que quarenta e cinco negros”⁸⁸.

Em face dessa realidade, J. J. Chiavenatto escreve ainda: “As consequências da Guerra do Paraguai foram terríveis para os negros. Os

mais fortes, em uma seleção que os tirou do eito para a guerra, morreram lutando. Os negros mortos somaram de 60 a 100 mil – há estimativas que informam até 140 mil. Isso na frente de batalha, no Paraguai. Cotejando-se porém estimativas militares brasileiras – Caxias inclusive – à margem da historiografia oficial, dos observadores estrangeiros, dos próprios aliados argentinos, chega-se com relativa segurança a em torno de 90 mil negros mortos na Guerra do Paraguai. Na guerra em si, porque outros milhares morreram de cólera durante a fase de treinamento, de disenteria, de maus-tratos nos seus transportes⁸⁹.

O mais paradoxal, como já dissemos, é que o Exército brasileiro dizia-se libertador do povo paraguaio, quando, institucionalmente, tínhamos a escravidão negra no nosso território. Isto, por outro lado, era explorado pelos paraguaios. Quando os comandantes aliados enviam ao general Estigarribia uma proposta para a rendição de Uruguaiana, ele, na sua resposta, entre outras coisas acusa o Brasil com uma interrogação: “Vossas Excelências mostram tanto zelo em dar liberdade à nação paraguaia, segundo suas próprias expressões, por que não começaram Vossas Excelências pela libertação dos infelizes negros do Brasil, que formam a maior parte de sua população e que gemem sob a mais dura e terrível escravidão para enriquecer e manter na ociosidade algumas poucas centenas de grandes do Império?”⁹⁰.

Na mesma linha de raciocínio, Solano Lopez dirigia-se ao presidente Mitre denunciando que prisioneiros paraguaios “na sua maior parte foram levados e reduzidos à escravidão no Brasil, e os que, pela cor de sua pele, se prestavam menos a ser vendidos, foram mandados para o Estado Oriental e as Províncias Argentinas, de presente, como seres curiosos, sujeitos à escravidão”⁹¹.

Segundo Eduardo Galeano, prisioneiros foram vendidos como escravos para trabalharem nas plantações de café de São Paulo. Denunciando essa situação (concordando, portanto, com a denúncia de Solano Lopez), Bartholomeu Mitre escreveu que, após a rendição de Uruguaiana, “nos-

so lote de prisioneiros em Uruguaiana foi mais de 1400. Estranhará V. o número, que deveria ser maior; mas a razão é que, por parte da cavalaria brasileira, houve, no dia da rendição, tal roubo de prisioneiros, que pelo menos arrebataram de 800 a 1.000 deles, o que mostra a V. a desordem dessa tropa, a falta de energia de seus chefes e a corrupção dessa gente.

Pois os roubaram para escravos. Até hoje mesmo andam roubando e comprando prisioneiros do outro lado. O comandante Guimarães, chefe de uma brigada brasileira, escandalizado desse tráfico indigno, me dizia outro dia que, nas ruas de Uruguaiana, tinha de andar dizendo que não era paraguaio para que não o roubassem⁹².

Isto não quer dizer que os paraguaios não fossem também racistas. Chamavam os soldados brasileiros de *cambá*, exatamente por ser o Exército brasileiro composto de negros na sua imensa maioria. O coronel Aquino, paraguaio, ao perseguir uma tropa brasileira em retirada, esporeou o cavalo lançando-se para frente, dizendo que tinha de matar alguns dos *negros* com suas próprias mãos, recebendo em seguida um tiro no ventre e morrendo dois dias depois. Foi promovido a general antes de morrer⁹³.

Os paraguaios nos seus jornais, que circulavam nos campos de batalha, veiculavam diversas notas referentes ao Exército brasileiro de forma depreciativa e irônica. Segundo uma testemunha ocular, “Lopez cuidou de aumentar os preconceitos e de atizar a irritação, mandando imprimir e distribuir no acampamento o periódico denominado *Cabichi* (abelha). Por meio de caricaturas e de poesias satíricas, essa folha divertia os soldados, vituperando com especial mordacidade os brasileiros, que eram alcunhados de macacos”⁹⁴.

Do ponto de vista de análise dos valores étnicos em jogo no conflito, verifica-se a existência de um prejulgamento contra o negro dos dois lados, sendo que, do lado do Brasil, esse julgamento tinha superposta a ele a existência dos grupos que o viam apenas como escravos e executavam uma prática que correspondia ao julgamento de valor e às diferenças

sociais concretas. Desta forma, se do lado paraguaio havia apenas uma visão etnocêntrica, do lado brasileiro, esse etnocentrismo tinha como suporte a sustentá-lo as relações escravistas. Desta realidade podemos apresentar como situação extrema o que os brasileiros faziam com os paraguaios, transformando-os em escravos, já que o tráfico africano havia sido extinto nada mais justo na lógica escravista do que transformar esses prisioneiros de guerra em escravos, como acontecia no escravismo clássico⁹⁵.

Esta dialética contraditória do sistema escravista manifestou-se, durante a Guerra do Paraguai, de um lado, no sentido de se recrutarem escravos para defendê-lo, e, de outro, de se escravizarem prisioneiros de guerra objetivando repor os claros que essa tática produziu, procurando, com isto, restabelecer o equilíbrio demográfico, a viabilidade e a *racionalidade* da escravidão. O número de prisioneiros transformados em escravos e o número de escravos brasileiros transformados em soldados não serão nunca computados, pois, segundo pensamos, as fontes que poderiam esclarecer esse processo ou se perderam ou foram apagadas. Isto, porém, não é o fundamental. O que desejamos destacar aqui é a lógica interna do sistema que, para sobreviver, atuou usando todos aqueles recursos de que o poder escravista dispunha e o uso de um código de moral concordante com o mesmo.

Na dinâmica social desenvolvida pela Guerra do Paraguai durante o seu transcurso podemos ver como as relações escravistas irão se modificando e se desarticulando, havendo uma modalidade de dinâmica social que irá redundar em um realinhamento de forças sociais e étnicas que irá caracterizar, cada vez mais, o escravismo desse período como *tardio*.

O escravo negro mobilizado compulsoriamente, que irá participar das operações militares, não terá mais a área de interação (restrita) que teria se continuasse no eito, no campo, ou como escravo de ganho, nas cidades. O seu relacionamento será outro, a sua individualidade será

diferente daquela que seria se ele fizesse parte dos escravos produtivos das fazendas. A hierarquia baseada na disciplina militar tinha conotações diferentes daquela existente nas fazendas. E atingia tanto o negro que fora escravo, como o branco livre pobre também mobilizado. O seu nível de consciência era, portanto, muito mais abrangente do que aquele que poderia ter na senzala. No particular, se o escravo negro não aproveitou a guerra para fugir, como aconteceu no século XVII, durante a invasão holandesa, dinamizando a República de Palmares, aqueles que seguiram para a frente de batalha voltaram com outra visão da escravidão. Dos primeiros – os escravos que ficaram nas fazendas – tinha temores. Caxias, que dizia em carta ao Imperador, “à sombra dessa guerra, nada pode livrar-nos de que aquela imensa escravatura do Brasil dê o grito de sua divina e humanamente legítima liberdade e tenha lugar uma guerra interna, como no Haiti, de negros contra brancos, que sempre tem ameaçado o Brasil, e desaparece dele a escassíssima e diminuta parte branca que há”⁹⁶.

Caxias, que tinha vasta experiência em enfrentar quilombolas na fase do escravismo pleno, destruindo os de Preto Cosme no Maranhão e o de Manuel Congo no Rio de Janeiro, equivocou-se quanto ao potencial insurrecional dos escravos na última fase da escravidão. Se a insurreição geral não aconteceu, por outro lado, aqueles que foram à Guerra do Paraguai adquiriram na sua maioria uma consciência crítica da sua condição. Afirma Eunice Aparecida de Jesus Parente: “terminada a guerra foi impossível manter os negros submissos, os libertos (ex-combatentes) exercem sobre os cativos profunda influência, além de auxiliá-los nas fugas”⁹⁷.

Além disso, do ponto de vista econômico, o Brasil saiu arruinado, fato que veio a agravar ainda mais a decomposição do sistema escravista na sua derradeira fase. Era o Brasil uma nação inteiramente endividada, com compromissos alienadores da sua soberania que produziam descontentamento e inquietação política em diversos segmentos da socie-

dade, passada a febre da invocação aos *brios patrióticos* como elemento justificador desse processo de endividamento progressivo. Por isto, o governo imperial manobra procurando impedir um conflito maior entre senhores e escravos através de medidas protetivas do cativo e, no plano internacional, saldar os seus compromissos financeiros assumidos durante o conflito, especialmente com o grupo Rothschild e o governo inglês. Um historiador da Guerra do Paraguai escreve neste sentido, procurando retratar com realismo a situação econômica do país:

“O Brasil ficou economicamente exaurido. Terá de recorrer aos empréstimos ingleses. Entre 1871 e 1889 contrai dívidas que montam a 45.504.100 libras. Seu comércio exterior está dominado por capitalistas britânicos. O café, seu principal produto de exportação, foi monopolizado pelas seguintes firmas: Schiwind Nekinnel, Ed Johnson and Co., Boje y Cia. Apenas um nome brasileiro, o último da lista. Em 1875, do volume de comércio de toda a América Latina com a Inglaterra 32% das exportações cabe ao Brasil Império. Nesse setor, o Brasil ocupa o primeiro lugar, com larga diferença em relação aos outros. Os investimentos ingleses, nesse ano, incluindo os empréstimos não amortizados, atingem a casa de 31.289.000 libras”⁹⁸.

Conforme já dissemos, a política econômica do Império, nessa fase tardia do escravismo, era deixar-se dominar pelo capitalismo inglês internamente e endividar-se externamente com nações e casas estrangeiras. E a Guerra do Paraguai foi um dos fatos que mais contribuíram para essa posição de quase insolvência da nossa economia e o final do modo de produção escravista no Brasil.

Conclusões

O que se deve concluir é que, com a passagem do escravismo pleno para o escravismo tardio, o bloco de poder escravista – o governo Imperial, políticos, intelectuais orgânicos e religiosos – foi criando, cada um na sua área de atividade, interesse e dinamismo, medidas que abriram

caminho para a substituição desse tipo de escravismo em decomposição pelo trabalho livre que já se manifestava nas brechas cada vez mais largas no regime de trabalho dominante. Porque uma coisa era certa para todos: a substituição do trabalho escravo pelo livre. Diante desta incerteza foram abertos os leques de alternativas institucionais para que esse mesmo bloco continuasse o seu papel na nova etapa que se avizinhava. Duas coisas preocupavam a esse bloco de poder: o problema da mão de obra e o problema da terra. Como seriam resolvidos esses dois problemas era a sua preocupação permanente. A mão de obra negra, em consequência de um trabalho ideológico planejado tanto pelas elites dirigentes como pelos políticos e empresários imigrantistas, interessados na vinda do trabalhador estrangeiro que lhes daria lucros, era vista como incapaz de suprir as necessidades de trabalho exigidas pela economia cafeeira. Por outro lado, o problema da terra, sempre sincronizado ao problema do poder, era visto como fundamental. Conservar-se a terra na posse dos mesmos proprietários e dificultar-se a sua aquisição por parte de outros grupos, que poderiam dividir o poder com ele, era uma questão a ser resolvida antes das modificações das relações de trabalho esperadas, especialmente no campo. E isto foi feito com a Lei 601, de 1850.

Eram estratégias de dominação daquelas classes que assistiram à *modernização* do sistema escravista no Brasil e procuravam, nesse processo de transição sem mudança social, reordenar seus interesses e os níveis de prestígio que poderiam ser ameaçados.

As providências tomadas foram analisadas anteriormente e dão a medida de como esse bloco de poder escravista manobrou para que a transição se verificasse de acordo com os seus interesses fundamentais e daqueles dos quais eram internamente os seus agentes caudatários: o imperialismo inglês.

Da conjugação desses dois interesses, internos e externos – que muitas vezes entravam em choques conjunturais e tópicos – foi criada a

política institucional que produziu a maneira como essa passagem se realizou.

Daí ser a segunda fase do abolicionismo um movimento simpático a grandes grupos de interesses e poder agrário, especialmente em São Paulo. Os dois perigos estavam sob controle. O movimento imigrantista e a Lei da Terra, de um lado, bloqueavam as grandes sobras de mão de obra nacional e – o mais importante – bloqueavam preventivamente a posse da terra pela massa escrava que iria sair, mais dia menos dia, das senzalas. O surto imigrantista iria impedir, por outro lado, o acesso dessa massa ao trabalho em outras atividades, colocando-a como sobrança nesse processo. Os abolicionistas não viram isto e, dentro do liberalismo formal dominante, não perceberam como esse bloco de poder tradicional manobrava as soluções para esses dois problemas fundamentais ao posterior desenvolvimento do Brasil de acordo com os seus interesses.

A visão realista de alguns fazendeiros, principalmente em São Paulo, era de pragmatismo que refletia uma visão capitalista do mercado de trabalho, contratando escravos fugidos de outras fazendas para trabalharem como assalariados nas suas. Aquilo que não podia ser sequer imaginado no século XVIII, dentro dos valores escravistas, e que feriria frontalmente a ética social por quem assim procedesse, tornou-se normal na fase conclusiva do escravismo tardio. E aí podemos ver, por outro lado, a mudança do comportamento do escravo durante as duas fases do escravismo. Isto não quer dizer que os escravos não resistissem à escravidão nessa segunda fase. Mas, a forma na qual se revestia o seu protesto era passiva, não configurava um pensamento de ação radical⁹⁹.

Queremos explicitar, com isto, que nesta altura de decomposição econômica e social da escravidão os valores éticos e as normas de comportamento senhorial também se fragmentaram. Esse comportamento pragmático, individualista e competitivo, que fazia um senhor de escravos contratar negros fugidos de outras fazendas para prestar serviço na sua, é uma negação daqueles valores senhoriais da época do escravismo pleno,

quando o espírito de solidariedade e de cooperação mútua fazia parte do código de ética dos fazendeiros e senhores de engenho. Era já para usarmos uma expressão comum, um “salve-se quem puder” que refletia a decomposição do comportamento senhorial como classe. Jamais um senhor de escravos, na época do escravismo pleno, aceitaria na sua propriedade um negro fugido de outra fazenda como trabalhador. Isto bem demonstra o grau de decomposição também ideológico em que se encontravam os fazendeiros, especialmente em São Paulo, na última fase do escravismo.

Era, também, o fim da ética e dos valores senhoriais escravistas, quando os compromissos de classe eram respeitados com base em critérios rigidamente estabelecidos consuetudinariamente, e a sua substituição no escravismo tardio pela ética e os valores do capitalismo, processo que refletirá toda a modificação nas relações sociais, no processo de trabalho e na hegemonia de outros grupos e frações de poder que já podiam estabelecer um projeto e o seu correspondente discurso, mas, sobretudo, um comportamento que jamais seria aplicado pelos antigos senhores de engenho, que tinham como palavra empenhada um *fió do bigode* e jamais aceitariam a ruptura desse pacto de classe centenário.

Isto porque no último período do escravismo já funcionava uma nova ética: a ética do capitalismo.

Os políticos abolicionistas conseguiram a hegemonia na dinâmica da luta de classes e os escravos condicionavam a sua ação a determinações desse grupo. Alguns deles, como os *Caifases*, em São Paulo, o *Clube do Cupim*, em Pernambuco, e as *Bastilhas* de Carlos Lacerda, em Campos, na Província do Rio de Janeiro, tinham até um discurso radical, pois se propunham a libertar os escravos por todos os meios. E é aí que está a diferença. Na primeira fase da escravidão, até aproximadamente 1850, os escravos não eram libertados por outros grupos políticos porque eram o sujeito da ação histórica. Na segunda fase, esses grupos radicais são os detonadores e controladores dos níveis da ação, e os escravos são o objeto dessa ação política libertadora.

A sociedade brasileira havia passado no período que medeia entre o *escravismo pleno* e o *tardio* por modificações substanciais, isto levou a que sofresse um processo de diversificação e de aumento de complexidade na divisão interna do trabalho, na composição da classe escrava e no bloco de poder. Os agentes econômicos que dinamizavam esse período já se situavam em outros patamares de ação quer ideológicos, quer econômicos e demográficos, e com isto os mecanismos de mediação impediam que os escravos assumissem a sua liderança.

É verdade que eles abandonavam as cidades e as fazendas. Mas eram fundamentalmente fugas e não confrontos. As medidas parlamentares que se sucederam durante esse último período, por outro lado, produziram uma diversificação de avaliação das mesmas entre os próprios escravos. Eram todas elas medidas protetoras e a massa escrava ao analisá-las tinha opiniões diferentes sobre os seus efeitos. Esta fragmentação ideológica do pensar escravo irá refletir-se no seu comportamento social. Ele não será mais o quilombola ou o insurreto urbano ou das estradas do século XVIII e início do XIX, mas um agente social que via como perspectiva de futuro ser um assalariado. É verdade que o quilombola não tinha um projeto político elaborado e se contentava com o fato de negar a sua condição de escravo, enquanto os segundos já viam o trabalho livre com o qual conviviam como um objetivo a ser alcançado.

José Maria dos Santos escreve a este respeito: "os escravos, antes da abolição, já haviam adquirido a consciência do trabalhador livre, compreendendo bem o valor econômico e a função social do seu trabalho, não resta a menor dúvida (...). Não era mais possível esperar que, mesmo tendo um prazo fixado à sua liberdade, ainda quisessem eles trabalhar gratuitamente, quando ao fim da semana viam os colonos a receber na sede da fazenda paga do seu labor"¹⁰⁰.

Assim como economicamente o escravismo se desfazia, desaparecia também no nível ideológico, e o pensamento liberal, que tinha embutido no seu ideário o trabalho livre, permeava os cérebros também de alguns

grupos escravos. Como se pode ver, a transição se realiza na sua totalidade, e não apenas em alguns níveis. Aquilo que o historiador Décio Freitas chama de processo de *desescravização* de última etapa da escravidão no Brasil recria um novo pensamento tanto na classe possuidora de escravos quanto nas áreas de trabalho livre e dos próprios escravos. Os suportes do poder também se fracionam ou diminuem por força da crise econômica na agricultura ou porque eles se chocam com novas estruturas de dominação mais modernas. Há nesse processo geral fatos que irão influir ainda mais em aspectos particulares como a Guerra do Paraguai, conforme já vimos. Foi exatamente para resguardar-se de possíveis surpresas que o bloco de poder escravista criou mecanismos de defesa capazes de preservá-lo e aos seus interesses fundamentais quando chegasse a conclusão do processo. O que conseguiu com êxito pois manteve incólume a estrutura da propriedade fundiária e conseguiu resolver o problema da mão de obra importando imigrantes e conservando os ex-escravos como massa marginalizada, reserva de segunda categoria do exército industrial.

Atuando concomitantemente no plano ideológico e político, as elites intelectuais elaboraram e desenvolveram a ideologia do racismo como arma justificadora dessa estratégia, qualificando o trabalhador nacional não branco de um modo geral, e o negro em particular, como incapazes de enfrentar os desafios da nova etapa de organização do trabalho que se apresentava com o fim da escravidão.

A conservação das estruturas de poder e domínio econômico sobreviveu à Abolição e foi expressa por Campos Salles, poucos meses antes, referindo-se à extinção da escravidão em um município paulista: "O maior merecimento desse fato, sr. presidente, é que ele se deu em plena paz, sem que o trabalho agrícola sofresse sequer uma pequena solução de continuidade. Isto quer dizer, sr. presidente, que felizmente para nós não se realizam os maus presságios daqueles que julgavam impossível realizar-se a grande transformação sem a dupla perturbação da ordem

pública e da produção agrícola; quer dizer portanto que está achada a solução do grande problema, porque, sr. presidente, o fato que se dá em um município é o mesmo que se há de produzir em toda a província, e fenômeno que se opera nesta província é o mesmo que se há de operar em todo o império¹⁰¹.

Querer ver, por isto, a Abolição como uma possível revolução democrático-burguesa no Brasil é no mínimo ingenuidade, pois nenhuma das reformas que essa revolução tem por objetivo executar foi feita com essa medida. Daí por que o problema da revolução burguesa no Brasil é um problema polêmico, especialmente porque muitos dos que a abordam tomam como paradigma as revoluções burguesas europeias como se tivéssemos de repeti-las aqui, na época do imperialismo e no contexto de uma sociedade que tinha até cem anos atrás como forma fundamental de trabalho a escravidão e as instituições correspondentes¹⁰².

A Abolição não mudou qualitativamente a estrutura da sociedade brasileira. Substituiu o senhor de escravos pelo fazendeiro de café, sendo que os últimos tomaram o lugar dos primeiros como seus herdeiros diretos e continuadores, cristalizando-se, por outro lado, as oligarquias regionais do Nordeste e Norte também apoiadas no monopólio da terra, como os antigos senhores de escravos.

Não podemos negar que o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre. Mas as estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária na dinâmica desse processo, ficando como borra, sem função expressiva. O Brasil arcaico preservou os seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à Abolição na sua estratégia de dominação.

NOTAS

- 1 - SILVA, Eduardo. "Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia". In: REIS, João J. & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito - a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 13 e segs.
- 2 - MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Flama, 1946, p.112.
- 3 - Ver nesse sentido os meus livros *Rebeliões da Senzala*. São Paulo: Editora Zumbi, 1959; 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* Rio de Janeiro: Conquista, 1977. *O preconceito de cor na literatura de cordel*. São Paulo: Resenha Universitária, 1976. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1981; 7ª ed. 1987. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global, 1983. *Quilombos - resistência ao escravismo*. 1ª ed., São Paulo: Ática, 1987; 3ª ed., 1993. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989; 2ª ed., 1992. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
- 4 - REX, John. *Problemas fundamentais de teoria sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972, p.122. Finley, por seu lado, analisando a sociedade política do Mundo Antigo, refere-se à divisão por vezes imprecisa entre conflito calmo e conflito violento, numa evidência de que o conflito pode adquirir formas muitas vezes não visíveis e outras vezes evidenciar-se mediante violência. FINLEY, M. I. *A Política no Mundo Antigo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p.125.
- 5 - Ver neste sentido as comunicações apresentadas no Seminário Internacional sobre Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo, organizado pelo CEDEPLAR-FACE, UFMG, em Belo Horizonte, 1990. A tendência de grande parte das comunicações vai neste sentido.
- 6 - MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988, p.219-250.
- 7 - No particular, sem que isto signifique coincidência de pensamento de seus autores sobre o assunto, ver: MOREL, Regina L. de Moraes. *A pesquisa científica e seus condicionamentos sociais*. Rio de Janeiro: Achimé/Socii, 1979. LAPA, J. R. do Amaral. *História e historiografia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. PRADO Jr., Caio. "Métodos Sociológicos". In: *Fundamentos*. São Paulo, nº 7/8, Dez./Jan. de 1949. RAMOS, Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965. IDEM. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Andes Ltda., 1957. GORENDER, Jacob. "Correntes Sociológicas no Brasil". In: *Estudos Sociais*, nº 3/4, dezembro de 1958. MOURA, Clóvis. *A sociologia posta em questão*. São Paulo: Ciências Humanas, 1976. IDEM. *Sociologia de la praxis*. México: Siglo XXI, 1976. IDEM. "Devoremos a esfinge antes que ela nos decifre", separata da Revista *Princípios*, nº 14. São Paulo, 1985. IDEM. "2º Congresso Brasileiro de Sociologia". In: *Revista Brasiliense*. São Paulo, nº 41, 1962. CLARE, Michel T. "Intelectuais e universitários na contrarrevolução". In: *Opinião*. Rio de Janeiro, nº 204, outubro de 1976. FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de*

revolução social. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1963. IANNI, Octavio. *Sociologia da sociologia latino-americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. PINTO, L. A. Costa. *Sociologia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. IDEM. "Sociologia e mudança social". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, vol. I, nº1, nov. de 1961. ADUSP. *O livro negro da USP – o controle ideológico da universidade*. São Paulo: Brasiliense, 1979. RIBEIRO, Darcy. "A Universidade latino-americana e o desenvolvimento social". In: *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano I, nº 3, julho de 1965. QUEIROZ, Maria Eugênia Pereira de. "Desenvolvimento das ciências sociais na América Latina e contribuição europeia: o caso brasileiro". In: *Ciência e Cultura*, vol. 41, nº 4, abril de 1989.

8 - BEAUD, Michel. *História do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.58.

9 - MARX escreve neste sentido que força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria. O trabalho nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, *trabalho livre*. O escravo não vendia sua força de trabalho ao possuidor de escravos, assim como o boi não vende o produto do seu trabalho ao camponês. O escravo é vendido com sua força de trabalho de uma vez para sempre a seu proprietário. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as de outro. *Ele mesmo* é uma mercadoria, mas sua força de trabalho não é sua mercadoria.

10 - SIMÕES, Carlos. *Direito do Trabalho e modo de produção capitalista*. São Paulo: Símbolo, 1979, p.122.

11 - MARX, Karl. *O Capital*. Livro 3, vol. 6, p. 890.

12 - SIMÕES, Carlos. Op. cit., p.121.

13 - CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou Camponês? – O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987. Sobre o Brasil, especialmente p. 114 e segs.

14 - LEPKOWSKI, Tadeusz. *Haiti*. Tomo I. Cuba: Casa de las Américas, 1968.

15 - DOSTOIÉVSKI, F. *Recordação da casa dos mortos*. São Paulo: Martins, s/d, (2 vols.), 1º, p.34-35.

16 - FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª ed. São Paulo: Kairós, 1983.

17 - Sobre o problema da distribuição da terra em Palmares, pode-se consultar Décio Freitas, Duvitaliano Ramos, Clóvis Moura e M. M. de Freitas. Quando estivemos em União dos Palmares e na Serra da Barriga como um dos coordenadores do Projeto Arqueológico Palmares (1992), executado pela Universidade Estadual de Illinois em convênio com o IBEA, Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (primeira fase), juntamente com os professores Charles Orser Jr. e Pedro Paulo de Abreu Funari, constatamos que praticamente não existe nenhum grupo ou segmento demográfico e étnico que se pudesse qualificar como descendente dos habitantes da antiga República. Na memó-

ria coletiva, as referências à República são muito tênues ou míticas, a não ser quando, por iniciativa dos grupos negros do resto do Brasil, comemora-se o dia 20 de novembro, data do assassinato de Zumbi. A festa é feita principalmente em União dos Palmares. A população local, porém, não demonstra possuir nenhum referencial histórico relevante do fato. Entre os moradores da Serra da Barriga, que hoje se reduzem a famílias, onde há um monumento a Zumbi erigido pelo Ministério da Cultura, existe uma referência mais acentuada, não apenas pelo monumento, mas especialmente porque mesmo à superfície, eles encontram artefatos de cerâmica elaborados pelos palmarinos, como cachimbos e cacos de louça de barro.

18 - Sobre as comunidades ou bairros negros que podem ter tido origem em quilombos ver: FERRARI, Alfonso Truillo. *Potengi – Encruzilhada no Vale do São Francisco*. São Paulo: Sociologia e Política, 1960. SILVA, Martiniano J. da. *Sombra dos Quilombos*. Goiânia: Barão de Itararé, 1974. BAIACHI, Mari de Nazaré. *Negros de Cedro – Estudo antropológico de um bairro rural em Goiás*. São Paulo: Ática, 1983. QUEIROZ, Renato S. *Caipiras negros no Vale do Ribeira*. São Paulo: FFLCH/USP, 1983. MONTEIRO, Anita Maria Queiroz. *Castainho: etnografia de um bairro rural de negros*. Recife: Massangana, 1985. SILVA, Carlos Benedito Rodrigues da. "A comunidade negra de Bom Jesus". In: *Cadernos de Pesquisa*, São Luiz, vol. 4, nº 1, Janeiro/Junho de 1988. FALCONI, Ivaldo. "Um quilombo esquecido". In: *Correio das Artes* (suplemento), João Pessoa, 29-09-1949; *O Estado de São Paulo*. "O Talhado não é mais do que uma longínqua favela", 1º de setembro de 1957. MOURA, Clóvis. "O Mimbór". In: D. O. Leitura, São Paulo, setembro de 1984. GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *A dimensão política da cultura no campo – uma luta, muitas lutas* (tese doutorado) mimeografado. GOMES, Núbia Pereira de Magalhães & PEREIRA, Edmilson Almeida. *Negras raízes mineiras: Os Arturos*. Juiz de Fora: EDUF-MINC, 1988. BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco*. São Paulo: Brasiliense, 1988. FRY, Peter. "Mafambura e Caxapura: na encruzilhada da identidade". In: *Para inglês ver*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Este artigo sobre a comunidade negra de Cafundó, São Paulo, foi escrito com a coautoria de Carlos Vogt e Maurizio Gnerre.

19 - ANDRADE, Manuel Correia de. *A Cabanagem*. Rio de Janeiro: Conquista, 1965. LINDOSO, Dirceu. *A utopia armada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. IDEM. "Negros papa-méis e negros escravos na guerra dos Cabanos". In: ANDRADE, Manuel Correia de & FERREIRAS, Eliane Moury (org.). *Atualidade da Abolição*. Recife: Massangana, 1991, p. 122-138. FREITAS, Décio. *Cabanos – Os guerrilheiros do Imperador*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

20 - "Documentos dos quilombos de Goiana". In: *Revista do Instituto Histórico de Goiana*, 1947-1948, p. 7-31. Convém salientar que, embora existindo agricultura nos quilombos, "tais práticas, entretanto eram difíceis a menos que o mucambo fosse isolado e relativamente estável". SCHWARTZ, Stuart. *Mocambos, Quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil Colonial*. Separata da *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 17, nº Especial, 1987, p.61-88. Nota p.75.

21 - As mais importantes informações sobre os Calungas devem-se à antropóloga Mari

de Nazaré Baiochi da Universidade Federal de Goiás, que os descobriu em 1982 e vem trabalhando desde esse ano em pesquisa sistemática sobre a comunidade. A ela deve-se, inclusive, além do interesse acadêmico, a preocupação social com o seu destino, de vez que há um projeto de construção de uma barragem nos terrenos dos Calungas que, se executado, iria inundar todas as terras, fazendo desaparecer a comunidade. Contra esse desrespeito não apenas ao direito dessa população que ali mora há mais de cem anos, mas à própria Constituição vigente, a professora Baiochi vem desenvolvendo um trabalho incessante para que não se cometa mais uma arbitrariedade contra essa população negra.

22 - SALLES, Vicente. *O negro no Pará*. Rio de Janeiro/Pará: Fundação Getúlio Vargas/Universidade Federal do Pará, 1971.

23 - As comunidades descendentes de quilombos que participaram desse encontro foram em número de 36. Compareceram à Comunidade de Tapagem, Comunidade Pacoval, C. Matá, C. Boa Vista do Trombetas, C. Jamari, C. Cachoeira Porteira, C. Sacuri, C. Batata, C. Varre Vento, C. Abuí, C. Coração de Jesus, C. Bacabal, C. Espírito Santo, C. Terra Preta, C. Boa Vista do Cumiã, C. São Sebastião do Salgado, C. Serrinha, C. Juary, C. Mãe Cué, C. Moura, C. Paraná do Abuí, C. Jaraucá, C. Monte Alegre, C. Carimum, C. Pancada, C. Arancuã, C. Samauma, C. Santa Terezinha, C. Palhal, C. Tarumã, C. Arapemã, C. Tripixi e C. Cristo Rei.

24 - A morte violenta de Pereira Coutinho repercutiu na Metrópole e o Rei cogitou de enviar uma expedição urgente para a Colônia a fim de punir os culpados e substituí-lo. Fernão Álvares, provedor da Casa da Índia, em carta datada de 10 de fevereiro de 1547, revela os planos desse projeto. "O soberano lhe escrevera mandando armar um navio para o Brasil, para o que entraria em entendimento com setenta oficiais, nomeados na carta, destacados para terras brasileiras, e concertar, com o patrão-mor Fernão Perez e demais oficiais do Armazém da Índia, a rota que a embarcação deveria seguir. O comandante da expedição seria Jorge Pimentel (...) Presumivelmente, estas razões que Vasco Fernandes teria desenvolvido nas suas conversações no Paço Real convenceram o Soberano, se não da inexecutabilidade, pelo menos do inadequado e inoportuno do seu projeto. Não se conhecem outras menções à expedição de Jorge Pimentel. Exatamente dois anos depois desta carta, partia do Tejo a armada de Tomé de Souza, não para substituir o donatário Pereira, mas para criar o governo geral do Brasil." CARNEIRO, Edison. *A Cidade do Salvador 1549 - uma reconstituição histórica. A conquista da Amazônia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.131-132.

25 - Este quilombo a que Varnhagen se refere, e cuja destruição foi iniciada em 1575 por Onofre Pinheiro, é o mesmo a que se refere Capistrano de Abreu, quando escreve que "só depois de falecido Lourenço da Veiga, sucessor de Luís de Brito e Almeida, foi que, por mandado de Cosme Rangel, andou um português por nome de Onofre com os índios das igrejas buscando e espiando os negros de Guiné alevantados, que por esta Bahia andam, e deu neles, de que tomou muitos, que se deram depois aos seus senho-

res. Conf. "Trabalhos dos primeiros jesuítas". Em: *Revista do Instituto Histórico*, nº 57, parte 1ª, p. 244. O fato ocorrido no tempo de Luís Brito é narrado assim na mesma crônica (loc. cit.): "Quando os negros de Guiné alevantados deram em casa de Cristóvão de Aguiar e lhe mataram dois homens e lhe roubaram sua fazenda, estes índios acompanharam a Cosme Rangel e a Diogo Dias (Vaz?) da Veiga, que foram a eles, e o destruíram, matando alguns tomando outros, que deram a seus senhores." Este é o mesmo quilombo a que se refere Roger Bastide, considerando-o o primeiro de que se tem notícias, atribuindo sua destruição a Luís Brito de Almeida, em 1575, afirmando que "o primeiro quilombo quase à época de início do tráfico negreiro, em 1575, e localiza-se na Bahia. Foi destruído por Luís Brito de Almeida." BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. 2 vols. São Paulo: Pioneira, 1971, vol. I, p.132. O que não é verdade, pois esse governador-geral não prosseguiu na empresa, conforme Varnhagen. Somente foi destruído por Cosme Rangel e Diogo Dias da Veiga, após a morte de Luís Brito de Almeida. É que Bastide fez essa afirmação baseado em Handelman que assim expressa sobre o fato: "O primeiro exemplo histórico conhecido foi na Bahia, em 1575, destruído pelo governador-geral dali Luís de Brito e Almeida" (conf. HANDELMANN, H. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1978, vol. I, p.307). O quilombo, no entanto, somente foi destruído definitivamente depois do governo de Luís de Brito e Almeida. É que ele foi considerado destruído no tempo desse governador-geral, mas continuou existindo, sendo efetivamente destruído após a sua morte.

26 - GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil (1500-1810)*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956, p.74.

27 - GANDAVO, Pedro de Magalhães. *História da Província de Santa Cruz e Tratado da terra do Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1964. p.34. Quando Gandavo fala em escravos está se referindo a índios escravizados.

28 - GANDAVO, Pedro de Magalhães. Op. cit., p.35.

29 - O problema da média de vida do escravo está sendo revisto por historiadores e sociólogos brasilianistas ou anexos, que procuram maquilar o sistema escravista no Brasil e apresentá-lo como superior ao trabalhador livre no modo de produção capitalista, repetição, aliás, do pensamento dos antiabolicionistas dos Estados Unidos que faziam a comparação entre a situação dos escravos naquele país e a dos trabalhadores europeus. Fato que se repetiu no Brasil, na década de 1930 com a obra de Gilberto Freyre. A mais radical revisão neste sentido atualmente, é preconizada por Robert Slenes e Pedro de Carvalho de Mello que chegam a estimar uma esperança de vida para o escravo brasileiro entre 28 e 32 anos, o que para eles "superaria em muito as estimativas de 7 a 15 anos de vida produtiva que se veem em narrativas de viajantes e que vêm sendo repetidas sem maior crítica na literatura secundária sobre escravidão." Não precisamos de argumentos mais convincentes para mostrar que essa tese é completamente ideológica (no seu mau sentido) e nada tem a ver com a verdade histórico-sociológica da escravidão brasileira. Em primeiro lugar, se considerarmos o ritmo de entrada de africanos no

Brasil, o coeficiente de sobrevivência apresentado por esses autores, mais os nascimentos naturais, teríamos uma superpopulação negro-escrava e como decorrência o seu aumento progressivo no conjunto da população brasileira.

Mas, ao contrário, ela somente pode equilibrar-se demograficamente em consequência do tráfico internacional. O problema de *racionalidade* ou *irracionalidade* do sistema escravista é outro aspecto que esses historiadores discutem com base no conceito weberiano de *racionalidade* dentro dos valores do capitalismo, sem verem que cada modo de produção tem a sua *racionalidade* específica, assim como tem as suas leis de superpopulação. Mas, para esses autores, constatar-se a precária vida útil do escravo é fazer "literatura secundária" (SLENES, Robert & MELLO, Pedro Carvalho de. "Análise econômica da escravidão no Brasil". In: *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus Ltda., 1980.)

Esta mesma corrente de cientistas sociais que estabelece uma vida útil do escravo maior do que a do atual operário tenta, também, romantizar a família escrava que teria sido um modelo quase puritano dentro dos quadros da família nuclear reconhecida pelo casamento religioso (católico). No sentido de repor o problema dentro dos seus devidos termos históricos, a professora Maria Luíza Marcílio escreve que "quando se analisa as séries de registros paroquiais de batizados de escravos, impressiona os elevadíssimos índices de crianças ilegítimas, com o único comparecimento da mãe e a declaração de serem filhas de pai incógnito. Os ilegítimos escravos, na segunda metade do século XVIII, representavam 88,6% dos nascimentos cativos na paróquia urbana de São José do Rio de Janeiro; já na paróquia rural de Jacarepaguá, com grandes fazendas de cana-de-açúcar e fortes escravarias, a ilegitimidade escrava era menor, de 59,9%, mas mesmo assim muito elevada. Na cidade de Salvador, na Bahia, no século passado, os escravos que lá nasceram quase na sua totalidade (98%) eram frutos de relações extramatrimoniais.

Isto é reflexo do pequeno número de escravos que chegaram a se casar. Em 1804, por exemplo, numa paróquia de Ouro Preto, dos 1.614 habitantes escravos, apenas 12 eram casados. A população da cidade de São Paulo no ano de 1798, que contava com 3.023 escravos, mostrava que 360 (11,9%) eram casados e 33(1,1%) viúvos. Estas proporções variavam de região para região e conforme a época, mas sempre exibindo uma diminuta minoria escrava que chegava ao sacramento do matrimônio, que legalizava as uniões conjugais.

Assim, as taxas de nupcialidade na população escrava foram sempre baixas, as mais baixas de todas as categorias; entre 0,5 e 3 escravos em cada mil habitantes 7 a 10 se casavam (...). Pelas evidências que temos encontrado, a maior parte dos escravos e escravas tinha como modelo ideal a ser atingido aquele do casamento na Igreja e da família monogâmica e estável.

Foram as condições de vida e as inúmeras dificuldades interpostas na vida do escravo que o levaram a uma vida sexual e familiar desvinculada de suas raízes africanas, e afastadas dos padrões propostos pela Igreja e pelo Estado no Brasil". MARCÍLIO, Maria Luíza. "Padrões da Família Escrava". In: *Travessia - Revista do Migrante*. Ano IV, nº 9, Janeiro/Abril de 1991, p.11.

30 - Sobre as importações brasileiras nesse período e o baixo poder aquisitivo dos brasileiros dessa época, Virgílio Noya Pinto escreve: "os monopólios entregues à Companhia Geral do Comércio do Brasil mostram que as principais importações brasileiras da Metrópole, na segunda metade do século XVII, eram constituídas de gêneros alimentícios e tecidos. Àquela companhia foi entregue o estanco dos vinhos, farinhas, azeites e bacalhau." E continua o mesmo autor: *A Memória* escrita em 1708 pelo Cônsul francês, em Lisboa, transmite com mais precisão quais os tecidos e demais mercadorias de maior comércio com o Brasil! (...) Fazendas comuns de lã, tecidos de linho que se extraem de Portugal; baeta, sarja, outras espécies de tecidos de lã, meias de seda e chapéus trazidos da Inglaterra e da Holanda; panos brancos denominados panicos, panos crus chamados aniagem grega, fechos de espingarda e cobre fundido próprios para os engenhos de açúcar que se fazem vir de Hamburgo; tecidos da Bretanha de menor largura, drogues, sarjas e brocados matizados de todas as cores que se extraem da França; tabi de seda, tafetás, linha para coser e papel que se faz vir da Itália.

Conclui que "este rol de artigos põe em evidência a limitação do mercado brasileiro no início do século XVIII, ligada não somente à escassez da população, mas também ao restrito poder aquisitivo dos colonos". PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Cia. Editora Nacional/MEC, 1979, p. 223-224. Para o mesmo autor, essa situação somente desaparecerá com o advento do ouro.

31 - AZEVEDO, João Lúcio de. *História de Portugal*. Portucalense. Apud. SIMONSEN, Robert C. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. 2 tomos, São Paulo, 1937, 1º, p.168.

32 - ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Salvador: Progresso, 1950, p. 17-18.

33 - CARDOSO, Ciro Flamarion S. *A Afro-América: a escravidão no Novo Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.24.

34 - ANDRADE, Manuel Correia de. *O povo e o poder*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991, p.52. Fernando A. Novais, além dos gastos de investimentos dos dois lados na empresa colonial induz outros elementos que impunham o trabalho compulsório, especialmente escravo para que ela fosse lucrativa: "A colonização da época mercantilista conforma-se no sentido profundo inscrito nos impulsos da expansão, ou seja, é o elemento mercantilista - quer dizer mercantil-escravista - que comanda todo o movimento colonizador. Produzir para o mercado europeu nos quadros do comércio colonial tendentes a promover a acumulação primitiva do capital nas economias europeias exigia formas compulsórias de trabalho, pois do contrário, ou não se produzia para o mercado europeu (os colonos povoadores desenvolveriam uma economia voltada para o próprio consumo), ou se imaginasse uma produção exportadora organizada por empresários que assalariassem o trabalho, os custos da produção no desenvolvimento do capitalismo europeu (os salários dos produtores diretos tinham de ser de tal nível que compensasse a alternativa de eles se tornarem produtores autônomos de sua subsis-

tência evadindo-se do salaríado: como poderiam, então funcionar os mecanismos do *exclusivo* comercial?).

Por outro lado, a produção colonial exportadora, no volume e no ritmo definidos pelos mercados europeus, atende pois às necessidades do desenvolvimento capitalista, que se podia ajustar ao sistema colonial, organizando-se em produção em larga escala, o que pressupunha amplos investimentos iniciais; com isto, ficava também excluída a possibilidade de uma produção organizada à base de pequenos proprietários autônomos, que produzissem sua subsistência, exportando o pequeno excedente." NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 85-86.

35 - Ver PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, s/d, p.131-213. A mais lúcida e penetrante análise do liberalismo brasileiro e os seus limites na ordem social escravista é "A consciência liberal nos primórdios do Império", de Emília Viotti da Costa, in *Da Monarquia à República – momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 4ª ed., 1987, p.119-138. Ver também: NEDER, Gislene. *Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé/Socci, 1979, *passim*.

36 - GOMES, Francisco de Magalhães. *História da Siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983, p.129. Sobre o problema da metalurgia explorada pelo trabalho escravo e a participação de estrangeiros, escreve Francisco de Magalhães Gomes: "o escravo negro ficava então sendo a principal mão de obra, mesmo especializada. Tornou-se um ponto primordial para desenvolver as fábricas de ferro. E o empreendimento no gênero que maior êxito obteve na Província de Minas Gerais, até o advento da nova era siderúrgica, foi a fábrica de João Monlevade. A razão principal do seu sucesso como industrial foi que, ele mesmo um engenheiro de minas da Escola Politécnica de Paris e membro do corpo de engenheiros de minas da França, treinava seus escravos para o trabalho nas suas forjas catalãs. A fábrica de Monlevade foi o único empreendimento verdadeiramente durável economicamente, dentro de uma escala maior, que existiu no Brasil. Seu organizador e proprietário fez com sua indústria como assinalavam os autores que trataram do assunto, uma razoável fortuna. O outro empreendimento que o substituiu até as proximidades do fim do século XIX, que foi a fábrica de Ipanema, só conseguiu essa sobrevivência de mais de oito decênios à custa de subsídios oficiais, pois era propriedade do governo."

37 - Ver neste sentido: LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817, estrutura e comportamentos sociais*. Recife: Massangana, 1988.

38 - Ver sobre o assunto: BONIFÁCIO, José. *Representação Apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*. Paris, Tipografia de Firmin Didot, MDCCCXXV. SOUZA, Octavio Tarquínio de. *José Bonifácio – 1763-1838*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1945, *passim*. COSTA, Emília Viotti da. "José Bonifácio: mito e história". In: *Da Monarquia à República – momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 4ª ed., p. 55-118.

39 - RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contrarrevolução – Economia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, 5 vols., 2ª, p.115.

40 - Pelo contrário. O que se viu foi um verdadeiro *boom* de exportação e a consolidação política dos senhores de escravos que passaram a comandar as resoluções políticas mais relevantes e consolidar as relações escravistas do recém-nascido Império Brasileiro.

41 - Este documento que se encontra no Arquivo Público do Estado do Maranhão nos foi fornecido pela pesquisadora Mundinha Araújo, nos proporcionando a possibilidade de divulgá-lo. A essa pesquisadora os nossos agradecimentos.

42 - Sobre este assunto escreve S. N. Eisenstadt: "a modernização da Europa ocidental e seus rebentos diretos – Estados Unidos e os domínios da língua inglesa – foram os únicos casos de modernização autóctone e autogerada, isto é, modernização que nasceu principalmente do desenvolvimento interno da própria sociedade. Todos os casos posteriores de modernização ocorreram numa situação diferente, na qual o impulso para a modernização decorreu em larga medida de influências externas, mercê do impacto de novos sistemas internacionais políticos, econômicos e intelectuais que se desenvolveram na esteira das mudanças iniciais da Europa ocidental (...) nessas sociedades o nível geral de diferenciação social e desenvolvimento tecnológico era muito mais baixo do que na Europa ocidental. A pirâmide social tinha o vértice mais fechado. A ampla base do campesinato era maior e mais distanciada dos outros grupos. Os grupos rurais, urbanos, religiosos ou profissionais mais autônomos eram menos numerosos e mais fracos, os governantes mais autocráticos. Quanto mais nos distanciamos para leste, tanto mais a nobreza se torna uma nobreza de serviço, com pequena autonomia de *status* ou bases independentes de propriedade de terras; tanto mais fechado o vértice da pirâmide social; tanto menos o âmbito das instituições urbanas independentes; tanto maior a importância inicial do estado de desenvolvimento e de mudança tecnológica e econômica." EISENSTADT, S. N. *Modernização: protestos e mudança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969, p. 99-100.

43 - Os dados econômicos do presente capítulo foram extraídos basicamente dos seguintes livros: MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973. GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973. MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia* (Prefácio e anotações de Cláudio Ganns). Rio de Janeiro: Zélio Valverde Livreiro Editor, 1942. LUZ, Lúcia Vilela da. *A luta pela industrialização no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961. BESOUCHET, Lidia. *Mauá e seu tempo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, s/d. Quando nos baseamos em outras fontes elas serão referidas em notas complementares.

44 - LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984, p.31.

- 45 - EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança. A indústria Açucareira em Pernambuco 1840-1910*. Rio de Janeiro: Campinas, Paz e Terra, 1977, p.17.
- 46 - SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit.
- 47 - CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959, 6 vols., 5º, p. 1699.
- 48 - Op. cit.
- 49 - VILELA, Carneiro. "O Club do Cupim". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, nº27, p.417-427.
- 50 - Apud AZEVEDO, Célia Maria Martinho de. *Onda Negra medo branco – o negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.206-207. Veja-se também: *Telegramas sobre revolta de escravos em Jacareí, 29 de agosto de 1887* (2 caixas). Arquivo do Estado de São Paulo (1874-1896). Para constatar a ambiguidade do uso da tecnologia no contexto escravista, queremos assinalar que os abolicionistas também se comunicavam pelo telégrafo por meio de mensagens cifradas. Para auxiliar na fuga ou dar assistência a um grupo de negros fugidos, os abolicionistas radicais telegrafavam: "Encomenda segue hoje trem 10 horas, espere estação". As palavras "fardo" e "rolo de fumo" designavam em geral escravos que deveriam ser protegidos pelos "Caifases".
- 51 - LIMA, Heitor Ferreira. *Histórias político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976 (2ª ed. atualizada).
- 52 - Para uma análise do pensamento dos agricultores expresso nas atas do Congresso Agrícola de 1878 ver: *Congresso Agrícola*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, bem como a introdução de José Murilo de Carvalho ao documento. Ver também: EISENBERG, Peter L. "A mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878". In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 167-194. Sobre a repercussão desse congresso no Nordeste e o comportamento dos senhores de terras locais ver: MILET, Henrique Augusto. *A lavoura da cana-de-açúcar*. Recife: Massangana, 1989, especialmente o trabalho comparativo que o autor faz entre o congresso do Sul e o que foi realizado no Nordeste. O problema do crédito agrícola continua sendo a preocupação dos agricultores mais do que o da mão de obra. No particular, ver os artigos de Henrique Augusto Milet que na questão da mão de obra, afora a oposição sistemática à importação de chineses, destaca a falta de crédito na lavoura como um dos principais obstáculos ao seu desenvolvimento.
- 53 - Citado CARDOSO, por Vicente Licínio. *A margem da história do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.
- 54 - MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza – São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria Municipal de Cultura,

- 1985, p.110. Ver no particular todo o capítulo "O legado dos inventários", p.63-100 e "A riqueza cativa", p.105 e segs.
- Ver também MELLO, João Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1987 (7ª Edição) *passim*.
- 55 - MELLO, Afonso de Toledo Bandeira de. *Política Comercial do Brasil*. Rio de Janeiro: s/editora, 1933, p.56 e segs.
- 56 - Liga mercantil de cidades do norte da Alemanha e ao redor do mar Báltico (N. do E.).
- 57 - Sobre o assunto assim se expressa o historiador Nelson Werneck Sodré com a sua autoridade incontestável: "Começaram a surgir no Brasil, as condições necessárias à alteração da política de total submissão ao predomínio britânico, ou em outros termos, a política de defesa da renda nacional, pelo estabelecimento de normas que atenuariam a sua transferência para o exterior. As providências têm início quando, em 1843, expira o prazo do acordo firmado em 1810 pela Corte de D. João, e cujo cumprimento fora transferido à fase da autonomia. A discussão a respeito tem sido inadequadamente confundida com a discussão de outro problema de que o Brasil e a Inglaterra eram partes, o do tráfico. Nada tem em comum, entretanto, bem analisadas as coisas, e nos limites em que acontecimentos dessa ordem e da mesma fase podem ser divorciados um do outro. A iniciativa britânica, de 1843, de alterar os direitos de entrada dos produtos oriundos dos países beneficiados pelo escravismo não apenas relacionava aqueles problemas como deixava claro o reflexo, na luta contra o tráfico, dos aspectos não éticos ligados à questão de concorrência: admitiam os britânicos que o escravismo permitia a determinados países vantagens sobre o que produziam sob outras condições de trabalho. Deviam os produtos desses países, pois, sofrer uma sobrecarga que alcançou o açúcar brasileiro, que pagaria 63 *shilings* de direitos, ao passo que o açúcar das colônias britânicas pagaria apenas 43 *shilings*. Só nesse ponto de partida os dois problemas se confundem. Porque no ano seguinte, separando já um do outro, o ministro Alves Branco apresentava o projeto que ficaria conhecido com o seu nome. Segundo esse projeto, a tarifa geral *ad valorem* de 15% de Bernardo Pereira de Vasconcelos seria substituída por longa lista discriminatória que, fundada numa elevação geral dos direitos a médias de 30 a 40%, atingia em certos casos a 60% e mais. Alves Branco mencionava as necessidades fiscais como motivo essencial da elevação das tarifas que propunha. Mas não antes de se referir: As manufaturas de algodão da Inglaterra, cuja importação no Brasil monta anualmente a perto de milhão e meio de libras esterlinas, terão de pagar o que a Grã-Bretanha carrega em portos no nosso açúcar. Aprovada a Tarifa Alves Branco, em 1844, o governo britânico respondeu com o *Bill Aberdeen*, no ano seguinte, estabelecendo continuidade na confusão que se estabeleceu entre o tráfico negreiro e a luta iniciada pelo Brasil para atenuar a evasão da renda nacional". SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p.126-127. Ainda sobre as conexões entre o *Bill Aberdeen* e as longas discussões diplomáticas entre o Brasil e a

Inglaterra no sentido de serem estabelecidas tarifas que favorecessem o Brasil no mercado açucareiro internacional em relação às medidas protecionistas inglesas a favor da produção colonial especialmente das Índias Ocidentais ver o livro: BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Expressão e Cultura/Edusp, 1976, especialmente os capítulos: "Tráfico de escravos, escravatura e impostos açucareiros" e "A lei Bill Aberdeen de 1845", p.207-254. Acreditamos ser esta a obra mais detalhada e interpretativamente correta sobre o assunto.

58 - LIMA, Heitor Ferreira. Op. cit.

59 - ABREU, Jaime de. "Evolução da Política Alfandegária Brasileira". In: *Notícias de Hoje*, São Paulo, 5 de janeiro de 1957.

60 - COSTA, Emília Viotti da. "Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos". In: *Da Monarquia à República*. São Paulo: Brasiliense, 4ª ed., 1987, p.141.

61 - COSTA, Emília Viotti da. Op. cit.

62 - IDEM. Op. cit.

63 - CERQUEIRA, José Luciano. "O negro e a abolição". In: ANDRADE, Manuel Correia de & FERNANDES, Eliane Moury (org.). *Atualidade & Abolição*. Recife: Massangana, 1991, p. 23 e segs.

64 - Loc. Cit.

65 - COUTY, Louis. *O Brasil em 1884 - Esboços sociológicos*. Rio de Janeiro: Fundação da Casa de Rui Barbosa, 1984, p.81 e segs.

66 - Op. cit.

67 - Op. cit. A carta de Antônio Prado a que o autor se refere é a seguinte: "Muitas vezes, nas colunas deste jornal, manifestei opinião que a colonização particular, tal como é feita em nossa província, não satisfaz os desejos do imigrante agricultor, que procura tornar-se proprietário da terra valorizada pelo seu trabalho.

Se o imigrante que se estabelece como colono particular é trabalhador e econômico, encontra nas fazendas recursos suficientes para sobreviver, em dois ou três anos, juntar um pequeno capital. Durante esse tempo, ele aprende a língua, aclimata-se e acostuma-se ao sistema de trabalho agrícola próprio ao País. Mas, apesar de todas as vantagens que fazem da colonização particular uma forma inicial de adaptação muito favorável ao europeu que chega sem capital, ele só aceita tal situação como uma transição que possa adquirir uma propriedade.

Aqueles que encaram dessa forma a condição dos colonos não deveriam se surpreender, quando acontece um fato como esse que foi comentado pela imprensa (italianos tinham economizado somas consideráveis numa das fazendas do Sr. Antônio Prado foram para o Rio da Prata. Mais tarde, descontentes e arruinados, alguns voltaram para a referida propriedade). Assim, imigrantes estabelecidos na Província de São Paulo, em

condições prósperas, preferiam as incertezas da nova adaptação em outro país que os chamava a continuar um trabalho no Brasil em terras que não lhes pertenciam.

Não acredito que nenhum outro motivo possa ter levado esses colonos a escolher o Rio da Prata, a não ser o fato de não terem podido tornar-se pequenos proprietários em condições prósperas". Antônio Prado, um imigrantista convicto, foi eleito vice-presidente da Associação Auxiliadora da Colonização em 1871. Em 1886, Martinico Prado anunciou a fundação da Sociedade Protetora da Imigração. O interesse de Antônio Prado era não apenas trazer imigrantes, mas fazê-los, também, proprietários de terras. Ver no particular: MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988, p.86 e segs.

68 - EISENBERG, Peter L. Op. cit.

69 - ALVIM, Zuleika M. F. *Brava Gente*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1989, p. 168-169.

70 - ANDRADE, Manuel Correia de. *O Povo e o Poder*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

71 - PORTO, Costa. *Estudo sobre o Sistema Sesmarial*. Recife: Imprensa Universitária, 1965, p.177 segs.

72 - PORTO, Costa. Op. cit.

73 - PORTO, Costa. Op. cit.

74 - GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. São Paulo: Fulgor, p.19.

75 - Op. cit.

76 - Op. cit.

77 - VEIGA, Gláucio. "O desembarque de Serinhaém". In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, nº 47, p. 217-328, 1975.

78 - Loc. Cit.

79 - Loc. Cit.

80 - A palavra naumaquia vem do latim *naumachia* e significa combate ou batalha naval (N. do E.).

81 - HABSBURGO, Maximiliano de. *Bahia 1860. Esboços de viagem*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982, p.153-154.

82 - SODRÉ, Nelson Werneck, Op. cit.

83 - Citado por Nelson Werneck Sodré, Op. cit.

84 - CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 6ª ed., 1979.

85 - CHIAVENATTO, Julio José. Op. cit.

86 - Documento transcrito por SENA, Marina de Avellar. *Compra e Venda de Escravos (em Minas Gerais)*. Belo Horizonte: s/editora, 1977, p.39.

Além da compra pelo governo de escravos para serem incorporados como voluntários, havia um processo de indução e mesmo de coação por parte do governo junto aos senhores de escravos para que fizessem doações. É o que se deduz dessa circular reservada enviada pelo Governo Provincial de São Paulo a todas as Câmaras Municipais da província e na qual se lê: 1ª Seção do Palácio do Governo de São Paulo, 13 de dezembro de 1866.

Reservado

Tornando-se cada vez mais urgentes a necessidade de remeter-se para o Paraguai novos contingentes de guerra, vou fazer um novo apelo aos sentimentos patrióticos dessa Câmara, apresentando-lhes um meio, que, sendo convenientemente aplicado, pode traduzir com a necessária prontidão o mais satisfatório resultado.

Sabem V. Mercês que S. M. o Imperador, possuído do mais ardente patriotismo, libertou 190 escravos da sua propriedade particular, para mandá-los como soldados, em auxílio dos nossos irmãos que, com maior denodo pleiteiam a causa da pátria.

Alguns capitalistas e fazendeiros desta Capital, de Campinas e de outros pontos da Província, têm já procurado imitar esse nobre exemplo de abnegação que com tanta magnanimidade acaba de dar o nosso imperador.

Se V. Mercês procurarem insinuar esta ideia grandiosa nos ânimos dos homens abastados desse município, tenho a profunda convicção de que aí acharão também V. Mercês imitadores.

A honra, a dignidade, a glória do Brasil acham-se empenhadas nessa luta que sustentamos na República do Paraguai.

É mister pois que não poupemos sacrifícios para conservar intactos esses bens preciosos, que nos foram legados por nossos pais, a fim de que possamos transmitir a nossos filhos igualmente intactos.

Espero pois que V. Mercês, bem convencidos da santidade da causa que sustentamos, bem como da necessidade de defendê-la a todo custo, façam o maior empenho em obter esse serviço dos cidadãos abastados desse município, que por certo quererão tornar-se imitadores desse sublime rasgo de amor da pátria, tão nobremente manifestado por S. M. e já aceito por alguns Paulistas.

Deus guarde a V. Mercês.

(a) Tavares Bastos.

(Ms. existente no Arquivo Municipal de Tiête - SP).

87 - PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. *Preconceito e igualdade jurídica no Brasil - a cidadania negra em questão*. São Paulo: Julex, 1989, p.63. Nelson Werneck Sodré confirma tanto o fato quanto a mudança de pensamentos desses escravos que lutaram no Paraguai, escrevendo: "essa composição seria afetada também pelo ingresso de libertos e de escravos, em grande número: a maioria da tropa regular que combateu no exterior

era constituída por negros; depois de carregar o fardo do trabalho, carregariam o fardo da guerra. Mas voltariam ao país com novo espírito, com capacidade muito mais ampla de analisar a sociedade escravista brasileira." *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p.143.

88 - VERSEN, Max von. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/USP, 1976, p.100. Esta situação de poder convocar um escravo para porem em seu lugar levou a um nível de corrupção imprevisível e foi assim descrita por uma testemunha da época: "Começou o recrutamento desordenado com os seus tons de barbaridade. Os homens válidos foram procurados como feras; parecia que a Bahia tomava o peito fornecer o pessoal necessário às funções de guerra. Varejavam-se casas, arrancavam-se rapazes ocultos nos armários e outros móveis domésticos. Às vezes, eram filhos arrimos de família que uma indiscrição qualquer apontara com esta sentença: 'Vai de presente ao Lopez'. Os comandantes de batalhões uns potentados na época: designavam os guardas, muitas vezes, sem atender às condições exigidas na lei. Os comandantes superiores tornaram-se simplesmente soberanos; a vaidade e o ódio colocavam acima de tudo. Quem não queria vestir a farda pagava uma mensalidade, a juízo do comandante, como auxílio às despesas com o fardamento da música e tinha designação de contribuinte. O cidadão que não se prestava ao serviço da Guarda Nacional apresentava um substituto, a quem o povo deu o nome de pataqueira, porque além do soldo, que era de noventa réis diários, recebia, particularmente, uma gratificação do substituído. Também o indivíduo recrutado ou designado para o exército podia obter escusa, dando um homem por si, a quem pagava certa quantia, previamente ajustada ou comprava um escravo para substituí-lo." QUERINO, Manuel. *A Bahia de outrora*. Salvador: Progresso, 1946, p.182-183.

89 - CHIAVENATTO, Júlio José. Op. cit.

90 - Apud THOMPSON, George. *Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Conquista, s/d.

91 - Loc. Cit. A denúncia de Solano Lopez é implicitamente reconhecida pelo Conde D'Eu, quando afirma referindo-se à distribuição de prisioneiros, após a vitória de Uruguaiana: "Os soldados prisioneiros serão igualmente distribuídos pelos três governos e os do terço que ao Brasil couber serão empregados na construção de estradas na província." (CONDE D'EU. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p.102). É óbvio que num país em que vigorava o modo de produção escravista, esses prisioneiros teriam de submeter-se ao tipo de trabalho escravo que lhes seria imposto.

92 - Apud THOMPSON, George. Op. cit.

93 - Op. cit.

94 - Ver neste sentido o trabalho de F. Riopardense de Macedo que, analisando o papel do jornal paraguaio de trincheira intitulado *Cabichui*, que circulava durante a guerra entre os soldados paraguaios, sempre destacava, como elemento crítico, o fato de o

Exército brasileiro ser composto na sua maioria de negros, quase sempre ex-escravos. O autor do artigo afirma que "afora alguns textos em guarani que se presume sejam dirigidos diretamente ao povo paraguaio, a maioria se ocupa principalmente com o combatente brasileiro. Neste sentido a gravura desempenha importante papel pois o brasileiro concorria com o maior número de analfabetos. Desde o frontispício, cuja gravura permanece em todos os números, a alusão é direta ao seu atraso. As vespas atacando furiosamente um negro era alusão depreciativa à instituição da escravidão, único país que ainda a mantinha na América do Sul.

No mesmo sentido são alguns textos quando se referem a macacos, rabo grande, rabo curto etc., nos quais, segundo Alfredo M. Seiferhold, historiador paraguaio, não se deve ver nenhum sabor de racismo; obedecia, pelo contrário, às condições especiais de luta, à necessidade de levantar o moral da própria tropa: o Paraguai não tinha escravos e possuía elevado índice de alfabetização.

É possível até que essas críticas negativas à composição do Exército brasileiro tenham influenciado positivamente no comportamento posterior dos comandantes. Não foram poucos os egressos que se tornaram abolicionistas e republicanos, influenciando bastante nas escolas militares da época. Não se pode dizer o mesmo da Marinha que até o começo do século atual conservava o castigo corporal que havia sido abolido em 16 de novembro de 1889 (...). A convocação dos efetivos para a formação das tropas aparecia também. Ao menos duas das maiores xilogravuras atentam para este tema, representando negros amarrados uns aos outros e arrastados pelas ruas. Em um deles a legenda explica: "Voluntários da Pátria". MACEDO, Riopardense F. "A xilogravura usada como arma na Guerra do Paraguai". In: D. O. *Leitura*, São Paulo, 10 de dezembro de 1991, p. 5-6.

95 - Já vimos como o Conde D'Eu implicitamente reconhece o trabalho compulsório dos prisioneiros paraguaios no Brasil. O interessante a anotar-se é que essa guerra de conquista era financiada pela Inglaterra que se dizia a campeã da luta contra o tráfico e a escravidão no mundo. Mais significativo é anotar-se que o Brasil e a Inglaterra estavam de relações diplomáticas cortadas até a declaração de Guerra ao Paraguai. Com este fato, a Inglaterra vitoriana assume uma atitude de conciliação e mesmo subalternidade e reata as relações com o Brasil. Sobre este ato de reatamento significativo assim se refere o Conde D'Eu: "Chegou ao Sul, por terra, o sr. Thornton, ministro britânico em Buenos Aires. Vem encarregado pelo governo da Rainha para exprimir ao Imperador o seu pesar pelas violências que haviam praticado os navios da estação inglesa no Rio de Janeiro em 1863, e pela ruptura das relações diplomáticas que se lhes seguiu e que até hoje tem durado. O Imperador marcou o dia de amanhã e a hora do meio-dia para o receber na barraca, com toda a solenidade que as circunstâncias comportavam. Foram convidados para assistir às cerimônias os comandantes de todos os corpos.

Cada um se veste o melhor possível para esta solenidade diplomática. Torna-se a armar a barraca com as velas e bandeiras; até se descobre um tapete. Ao lado, forma-se um batalhão de linha completo; além dos oficiais convocados, muitos outros vieram, desejosos de assistir a esta satisfação que se vai dar à honra nacional.

Tendo o imperador colocado ao fundo da barraca e a seus soldados o ministro e outras pessoas principais, o general Cabral introduz o sr. Thornton, que veio da cidade em carruagem escoltada por um destacamento de cavalaria; veste o uniforme diplomático com a comenda da Ordem do Banho. Depois das três reverências do estilo, pronuncia um longo discurso em francês, e, em seguida, entrega ao Imperador a carta da Rainha Vitória. Responde-lhe o Imperador igualmente em francês; e logo em seguida a música da *Niterói*, que está postada ao lado de fora, toca *God save the Queen* melodia que bem longe estávamos de supor que viessemos a ouvir aqui no fundo da Província do Rio Grande do Sul. De tarde, o sr. Thornton, em traje civil, veio visitar-nos à barraca de Augusto. É muito interessante a conversa do ministro inglês. Esteve ainda há pouco em Assunção, onde está acreditado, como em Buenos Aires, e dá curiosas informações acerca do despotismo paraguaio. Refere também como o exército paraguaio assassinou, na Província de Corrientes, uma família inglesa inteira. Só o chefe de família se salvou, apesar de terem-no os bárbaros invasores deixado com quatro feridas, e pôde vir a Buenos Aires contar o fato." (CONDE D'EU. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p.106-107).

96 - Apud CHIAVENATTO, J. J. Op. cit.

97 - PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus, Op. cit.

98 - POMER, León. *Paraguai: Nossa guerra contra esse soldado*. São Paulo: Global, 2ª ed., s/d, p.50.

99 - Neste particular, escreve com precisão Zilda Márcia Gricoli: "Os escravos e os imigrantes não foram ouvidos por meio de suas próprias vozes. Havia um deslocamento entre a ação e a representação, com sujeitos diferentes. Os intelectuais falavam em nome das classes subalternas. Os abolicionistas ficavam circunscritos a um espaço muito restrito da questão da Abolição. Eram majoritariamente românticos. Concebiam o escravo como herói, como aquele que tinha força de luta, ou como marginal, bandido idiotizado. A não ser através de grupos minoritários, como os dirigidos por Antônio Bento, por exemplo, que organizou a ação dos caifases - bandidos que atacavam fazendas, roubavam os escravos e os levavam para a liberdade -, ou então por Luís Gama, que também fez críticas bastante significativas no encaminhamento dado à questão da Abolição, os demais, como Nabuco, Patrocínio, entre outros, analisavam a escravidão sob o ponto de vista europeu. Eram os *pobres de Paris* que sofriam como se a escravidão fosse algo distante e alheio à realidade, e nada mais concreto sobre a população negra aparecia nas discussões.

Com a Abolição da Escravatura, este problema político-jurídico termina, mas a classe trabalhadora propriamente dita sofre um sério processo de pulverização. A massa escrava empreende sistemática fuga das fazendas, povoando o horror dos *vagabundos*, que se recusavam a aceitar um sistema de trabalho que, diga-se de passagem, ninguém escolheria para si. Com efeito, a marca da propriedade rural era muito forte para aqueles negros, e permanecer no espaço significava continuar submetido, uma vez que não

havia controle sobre o cumprimento da lei." IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Lutas Sociais na América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 61-62.

100 - SANTOS, José Maria dos. *Republicanos Paulistas e a abolição*. São Paulo: Martins, 1942, p.316.

101 - Apud SANTOS, José Maria dos. Op. cit., p. 316-317. O historiador Décio Freitas deu-se conta desse processo de diferenciação do escravismo brasileiro nessa última fase. Refere-se, por isto, a um processo de desescravização progressivo durante a sua trajetória. Em cima desse raciocínio levanta o conceito de formação social de transição para o seu último período, aquele que denominamos escravismo tardio. Assinala, por outro lado, a regionalização e diferenciação em cada área do mesmo, mostrando assim a necessidade de estudos, levando-se em conta essa particularidade. Diz ele: "A formação escravista brasileira não desapareceu por força da lei no ano de 1888. A lei apenas consagrou a nível jurídico uma transformação econômico-social que se operara a partir da supressão do tráfico. O que houve foi um lento processo de desintegração que se diversificou de região para região. Medrou por toda parte uma pluralidade de relações de produção, nenhuma das quais em sua forma pura. Durante um longo período, das relações de produção apareceram entremisturadas numa tal confusão que não há como determinar qual a que exercia dominância. No estado atual de investigação histórica, manda a prudência que se fale apenas em *formação social de transição*." FREITAS, Décio. *Escravos e senhores de escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p.162. ALMEIDA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e Transição – O Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. Embora sendo um estudo regional, a autora faz colocações que avançam na direção da identificação do final do regime servil no Brasil como sendo um *escravismo tardio* no seu conjunto.

102 - Sobre o problema de a revolução democrático-burguesa no Brasil ser encarada de diversos ângulos de observação, análise e interpretação: FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. IANNI, Octavio. *O ciclo da revolução burguesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. ROIO, Marcos del. *A classe operária na revolução burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990; IDEM. *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964; IDEM. *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (2ª ed. 1963). MELO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1988. BASTOS, Abguar. *História da política revolucionária no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 2 vols., 1969. IDEM. *Prestes e a revolução social*. São Paulo: Hucitec. BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986, 4 vols. BARBOSA, Lima Sobrinho. *A verdade sobre a revolução de outubro*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983, 3ª ed. SANTA ROSA, Virgílio. *O sentido do tenentismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983, 3ª ed. PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo, 1966. ANDRADE, Manuel Correia de. *Escravidão e trabalho "livre" no Nordeste*. Recife: Asa, 1985. GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Pau-

lo: Brasiliense, MASEO, Antônio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil – origens da autocracia burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. OLIVEIRA, Franklin de. *Revolução e contrarrevolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, 2ª ed. OCTAVIO, José. *A revolução estatizada – um estudo sobre a formação do centralismo em 30*. Mossoró: Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1984. DECCA, Edgard de. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981. FAUSTO, Boris. *A revolução de 30 – historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1972. Estes são alguns títulos que situam, de formas as mais diversas, a revolução burguesa no Brasil, o que vem demonstrar como é ainda um assunto inconcluso e problemático nas nossas ciências sociais.

II

População, Miscigenação, Identidade Étnica e Racismo

Sou nobre, e de linhagem sublimada,
Descendo, em linha reta dos *Pegados*,
Cuja lança feroz desbaratados
Fez tremer os guerreiros da Cruzada!

Minha mãe, que é de alcantilada,
Vem da raça dos Reis mais afamados;
Blasonava entre um bando de pasmados
Certo parvo de casta *amorenada*.

Eis que brada uma peralta retumbante:
"– Teu avô, que de cor era latente,
Teve um neto mulato e mui pedante!"

Irrita-se o fidalgo qual demente,
Trescala a vil catinga nauseante,
E não pode negar ser meu parente!

Luís Gama

O negro e o colonialismo endógeno de Portugal

A aventura colonial dos povos europeus, a partir do século XV, não foi apenas um ato de expansionismo geográfico, com o objetivo de conseguir novas áreas de dominação e rotas comerciais e marítimas. Este foi o aspecto horizontal e visível desse processo violento. Mas foi, também, um complicador étnico e um mutilador e estrangulador cultural. Complicador étnico porque introduziu compulsoriamente nas áreas colonizadas – América do Norte, Caribe, América do Sul – o componente africano que veio não apenas dinamizar demograficamente essas áreas, mas, também, involuntariamente, consolidar, com o seu trabalho, o escravismo nessas colônias. Mutilador e estrangulador cultural porque impôs pela violência, direta ou indireta, os seus padrões culturais e valores sociais usando para isto desde a morte e a tortura até a catequese refinada chamada de evangelização para dominar os povos escravizados.

Se no plano cultural assim procediam, no plano social alocavam essas populações – de nativos e negros africanos importados – nos estratos inferiorizados de trabalho. Uma divisão do trabalho rigidamente hierarquizada colocava as populações autóctones ou africanas importadas nos

últimos patamares da escala social, impondo como critério extremo de controle o estabelecimento da escravidão e da servidão.

Este foi o grande traumatismo do sistema colonial criado e consolidado por mais de quinhentos anos e do qual ainda não nos curamos totalmente porque novos mecanismos de subordinação neocolonial substituíram as primitivas e mais rudes técnicas de dominação.

No caso particular de Portugal – que está ligado ao que estamos analisando –, esse desequilíbrio étnico-social teve início com a fuga dos segmentos mais jovens para a aventura colonial, a crise da agricultura em decorrência disso e a necessidade de braços alienígenas para o trabalho especialmente agrícola e em outras atividades não qualificadas. J. Lúcio de Azevedo escreve neste sentido: “Voltando ao Tejo as naus traziam aquela multidão de negros – negros chamavam os portugueses não somente africanos, mas a qualquer raça diferente, baço de tez –, etíopes, índios, malaios, chinos e americanos cujos braços passavam a fazer na metrópole o trabalho que a empresa bélica arrebatava. Substituição degradante na qualidade. Esta influência de gente exótica era pasmo dos estrangeiros, que visitavam o país, e inquietava os naturais”¹.

Portugal, como vemos, por uma série de razões particulares (basicamente pela sua decadência econômica e demográfica) teve de fazer com que as relações de exploração colonial-escravista funcionassem dentro das suas próprias fronteiras – fato não ocorrido, pelo menos de modo significativo, em outros países colonizadores como a França, Inglaterra e Holanda. Em Portugal houve um singular colonialismo endógeno: os negros eram levados e alocados nas camadas sociais de trabalho compulsório. Não era, portanto, por uma preferência atávica de manter relações com etnias *exóticas* que assim procedia, mas por uma necessidade da sua economia decadente, com uma população trabalhadora insuficiente em consequência da expansão marítima. Mas, se de um lado Portugal trazia essa gente *negra*, de outro, coloca-a naqueles espaços sociais

desqualificados, praticando no seu território aquilo que reproduziria nas suas colônias de além-mar: a escravidão.

No caso de Portugal, a decadência econômica foi acompanhada de uma crise demográfica, obrigando-o a praticar aquilo que chamamos de colonialismo endógeno. Oliveira Martins teve oportunidade de referir-se ao problema. Se atentarmos na descrição que ele faz de Portugal, as relações de raça e classe entre a população local e as levadas para o país, veremos como se assemelham às que foram implantadas no Brasil pelos colonizadores: “a Justiça era um mercado, no reino e na Índia; e a nobreza ingênita, que além se traduzia em ferocidade, traduzia-se em Portugal num luxo impertinente e miserável. Era uma ostentação já não era um orgulho ingênuo. As classes sociais estavam confundidas, e os plebeus olhavam com desdém as profissões mecânicas para irem à Índia batalhar, afidalgar-se. Não haveria barbeiros, nem sapateiros, nem artífices se não fossem os de fora”².

O mesmo autor descreve desta forma o comportamento de um português que voltou rico da aventura da Índia: “O pobre mordida-se de inveja, diante do luxo insultante do que tornava da Índia rico, e se passava na Rua Nova com um estado oriental. Precediam-no dois lacaios, seguidos por um terceiro com um chapéu de plumas e fivelas de brilhantes, um quarto com o capote, e, em roda de mula, preciosa de jaezes e luzidia, um quinto assegurava a rédea, um sexto ia ao estribo amparando o sapato de seda, um sétimo levava a escova para afastar as moscas e varrer o pó, um oitavo a toalha para limpar o suor da besta à porta da igreja, enquanto o amo ouvia a missa. Eram todos oito escravos pretos, vestidos de cores agaloadas de ouro e prata”³.

Era uma sociedade em plena decadência que ia suprir-se de riquezas nas colônias. Mas, não apenas de riquezas: também de trabalhadores que iam compulsoriamente para a Metrópole a fim de serem escravizados. Esse colonialismo endógeno de Portugal, conforme já frisamos, decorreu, de um lado, de sua decadência e despovoamento, e, de

outro, da posse de territórios de além-mar capazes de enriquecer uma camada parasitária que vivia da ostentação e do fausto em cima da população local de pobres e miseráveis, mas incapaz de investir para dinamizar a economia de Portugal.

Esse colonialismo endógeno surgiu da necessidade de Portugal repor os braços para o trabalho, subtraídos pelas guerras e aventuras, bem como da ocupação das colônias. E o negro africano foi levado e escravizado para suprir esse vácuo demográfico.

José Ramos Tinhorão chega mesmo a afirmar que os historiadores portugueses têm uma tendência a subestimar essa população negra porque eles se prendem invariavelmente aos números fornecidos por Zurara na sua *Crônica de Guiné* que apenas se refere a "filhamentos" até 1448. Mas, segundo o mesmo autor, Duarte Leite demonstrou que além dos 927 cativos feitos, segundo Zurara, de 1441 a 1448, pelos navegadores, sob as ordens do infante D. Henrique e de D. Pedro, não corresponder à realidade (os cativos levados por Antão Gonçalves e Nuno Tristão em 1441, conforme carta régia de 22 de outubro de 1433, foram 38, e não 11 como escreveu Zurara, e em 1444 os mouros conduzidos por Lançarote e Lagos não eram 235, mas 650 como atestaria o navegador Diogo Gomes), a redução fica provada por uma carta de 25 de setembro de 1448 do próprio rei D. Afonso V".

Ainda José Ramos Tinhorão escreve, no sentido de estabelecer o total do tráfico de escravos África-Portugal, que: "o autor português que mais corajosamente especulou com base nessa realidade de números projetados a partir de um quadro fornecido por informações setoriais, mas de certa forma conclusivas, foi Vitorino Magalhães Godinho. (...) Propõe um cálculo de cifras do tráfico de escravos entre o cabo Branco e Serra Leoa 'a contar do meio do século XV e até 1505' em que, além de chegar àquele montante estimado de 1.000 a 2.000 cativos obtidos nas investidas predatórias, até 1448, estabelece um raciocínio baseado em indicadores históricos que conduz a um total surpreendente: de 1441

a 1505, teriam sido levados da África para Portugal 'pelo menos umas 140.000 cabeças humanas possivelmente 150.000'⁴.

Para nós, mesmo estes dados não são conclusivos. O mesmo autor mostra como os negros foram usados como escravos, em Portugal, na agroindústria das ilhas atlânticas e em obras públicas, serviços de bordo, trabalhos portuários, de carga e descarga, remadores de galés e barcos de transporte, vendedores de água, vendedores de carvão (ambulantes), removedores de dejetos para o serviço público municipal, vendedores de água (*negras do pote*), de peixe, artesões, negros de ganho e no campo na *cultivação da terra*, além de muitas outras modalidades de trabalho compulsório.

Analisando a estrutura e a dinâmica dessa situação, Tinhorão escreve: "Na verdade o que o exame mais detido da realidade econômica de Portugal durante o século XV parece indicar é que a desativação do sistema interno de exploração agrícola, com base na servidão – disfarçada ou não –, tendo libertado grande massa de trabalhadores, agora livres para escolherem a vida nas cidades ou a aventura da navegação (opção ao seu alcance pela concentração de grandes interesses na área do comércio exterior), conduziu ao incremento do emprego do trabalho escravo no próprio reino, pela sua possibilidade de superexploração constituir a continuidade de funcionamento da estrutura arcaica e ultrapassada, com um projeto tão avançado quanto o da produção colonial de bens para o mercado mundial"⁵.

Além do mais, existia uma situação de decadência demográfica em Portugal, em decorrência de séculos de política colonial fazendo com que os africanos negros trazidos dessa aventura fossem escravizados para suprir os seus claros populacionais na área do trabalho.

Comentando esta situação demográfica, Oliveira Martins escreve: "A diminuição da população progredia sempre, desde o princípio do século XV, e os sucessivos reveses nacionais fizeram com que dois anos depois de Alcácer Quibir, uma resenha que então se fez se visse não atingir um

milhão toda a população do reino. De 18 a 50 anos não havia mais de 18.000 homens, excluindo a nobreza e a gente que podia servir a cavalo”⁶.

Assim, como pode ser visto, a chamada “predisposição do português de se relacionar com raças *exóticas*” não é um fenômeno que teve a sua gênese nas colônias e o seu relacionamento com as populações colonizadas. É também, e principalmente, o resultado de um fenômeno inverso: a necessidade de trazer milhares de negros africanos para escravizá-los na própria Metrópole e com eles conviver, num colonialismo endógeno marcando fundamentalmente o comportamento do português não na direção de uma *democracia racial*, mas, pelo contrário, na de um comportamento que tinha a imagem do negro imbricada na imagem do escravo.

Nesse processo complexo e contraditório Portugal foi um caso particular. O sistema colonial foi um desarticulador étnico não porque ensejou a miscigenação, mas porque hierarquizou etnicamente as populações que nas colônias não faziam parte do seu aparelho de dominação. Daí vemos a miscigenação subordinada a uma escala de valores na qual os negros, índios e outras etnias ou segmentos étnicos eram considerados inferiores e destinados, por isto mesmo, ao trabalho compulsório (escravo), uma das marcas do colonialismo em relação às populações colonizadas.

Para José Capela, os invasores europeus do continente africano encontraram atrás de si uma secular experiência nessa prática. No caso específico, essa atividade vem dos tempos pré-romanos e sob o domínio imperial foi estabelecido grande tráfico de escravos, mantendo os visigodos esse comércio, mas a substituição da grande pela pequena propriedade agrícola, com o esfacelamento do Império Romano, aliada às ideias do cristianismo, diminuiu sua importância. Apesar dessa diminuição, a presença do escravo em Portugal não desapareceu nunca. Segundo o mesmo autor, essa presença está comprovada em documentos cartoriais.

Nos séculos XII e XIII esse comércio era realizado por todo o país e equiparava-se ao gado cavalariço, segundo o depoimento de Manuel Hele-

no na sua obra *Os escravos em Portugal*. A escravatura viria a manter-se até os tempos modernos e quando os portugueses passaram ao continente africano já tinham uma tradição escravista que se intensificou depois da diminuição que se seguiu ao esfacelamento do Império Romano. Para os portugueses, *o fazer escravos* nada tinha de novo para a aventura que começava.

Escreve textualmente José Capela que: “assim foi com toda a naturalidade que o tráfico de escravos se inscreveu, quase de imediato, como a grande mina das nossas conquistas e descobertas africanas. E não ater-nos à ideia que funcionou apenas na travessia do Atlântico, a caminho das Américas. Foi logo, desde o início, canalizado para Portugal, onde, no sul, a nova mão de obra começou a substituir os brancos nos ofícios. A Companhia de Lagos, que explorava o comércio das descobertas, fundou-se em 1444, e naquela cidade, havia o depósito da recolha dos escravos. A *Casa da Guiné*, que por 1481-1482 passou para Lisboa, com a designação de *Casa da Guiné e Mina* e que viria, mais tarde, a ser a *Casa da Índia*. Para os escravos se destinou, depois, a Casa dos escravos (...). Segundo o *Sumário de Lisboa*, de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, escrito por 1551, na população de Lisboa (100.595) havia 9.950 escravos. Trinta anos depois, segundo avaliação de Matteo Zane, a população da capital era de 200.000 pessoas, das quais um terço eram negros.

A abundância de escravos foi tal em Portugal que passaram a ser tema de quadros e ditos populares e influenciaram a toponímia”⁷.

Damião de Goes, o cronista da colonização portuguesa e cuja morte até hoje não foi esclarecida, afirma, em 1541, que calculava a entrada de dez a doze mil africanos anualmente em Portugal, vindos da África Negra, além dos que iam de Marrocos, Saara, Índia e do Brasil. Daí Cle-nardo escrever: “escravos pululam por toda parte. Todo o serviço é feito por negros e mouros cativos. Portugal está a abarrotar com essa raça de gente. Estou em crer que em Lisboa os escravos e as escravas são mais que os portugueses livres de condição”.

Por aí se vê até onde o trabalho do africano escravo era presente e significativo na sociedade portuguesa da época.

Em consequência de todos esses fatos, José Capela conclui:

“A escravatura, portanto, radicada nos hábitos nacionais desde antes da nacionalidade, encontraria nas descobertas um campo de manobra fácil. Como quer que fosse, vinha ao encontro de uma necessidade histórica que não era exclusiva de Portugal: a revolução burguesa de 1383-1385 acentuou a política comercial-marítima de Portugal e o desvio para a empresa ultramarina de grandes massas de população. Os escravos eram mão de obra necessária a um sistema em desenvolvimento acelerado e à sumptuária do mesmo. Logo a seguir, seriam as Américas a exigí-las em grandes quantidades”⁸.

A escravidão em Portugal, embora não se possa falar de um modo de produção escravista português, vinha de épocas imemoriais e, paradoxalmente, irá se desenvolver com a chamada revolução burguesa de 1383, a qual, dinamizando a economia portuguesa, exigirá trabalho compulsório nas construções e outros tipos de atividades. Em seguida, ao que se deduz, o sistema de expansão colonial lusitano passa a exigir a população escrava não mais no seu território com a intensidade de antigamente, mas nas suas colônias da América.

População e miscigenação no Brasil

Vamos agora situar historicamente o problema que decorreu em consequência dessa situação da Metrópole colonizadora e o Brasil, e, em seguida, analisar as ideologias de rejeição étnica e social criadas pelo aparelho de dominação aqui implantado, que era uma extensão daquele existente em Portugal. Procuraremos, também, demonstrar como esse aparelho de dominação determinou ou influenciou poderosamente sobre a situação onde essas populações, descendentes desses segmentos étnicos historicamente dominados, estão situadas atualmente, imobilizadas ou semi-imobilizadas no sistema sociocultural existente no Brasil.

O problema de uma nação-país ou área que se formaram após a expansão do sistema colonial e tiveram como componente demográfico membros de diversas etnias na composição da sua estrutura sociorracial – ou seja, a população nativa, a dominadora-colonizadora e aquela compulsoriamente trazida para o trabalho escravo – deve ser estudado levando-se em consideração o sistema de dominação/subordinação que foi estrategicamente montado, os elementos de controle social e de repressão organizados pelo grupo populacional dominante/colonizador como aparelho repressivo/organizador e a ideologia justificatória que essa estrutura de denominação produziu.

Nos países poliétnicos, formados em consequência dessa expansão do colonialismo, essas populações foram alocadas inicialmente em espaços sociais delimitados rigidamente pelas forças dominadoras que estabeleceram o papel, o *status* e a função de cada uma no processo de trabalho e o seu nível de valorização social e étnica. Dessa forma, não houve uma redistribuição populacional horizontal, igualitária, mas ela foi verticalizada socialmente à medida que as sociedades dominadas pelo colonialismo se diversificavam internamente e ficavam estruturalmente mais complexas. Essa distribuição populacional realizou-se dentro de padrões étnicos impostos pelas metrópoles.

Houve, portanto, uma imbricação entre etnia e *status*, etnia e valores sociais e etnia e papéis sociais e culturais. Estabeleceram-se critérios que determinaram a posição de cada grupo ou segmento étnico nos diversos níveis de estratificação, com barreiras e fronteiras que impediam o processo de mobilidade social em nível de igualdade de cada etnia dominada em direção ao cume da pirâmide social.

Podemos dizer que, com isto ficou estabelecido que, na sua base, estava a população escrava, inicialmente das etnias nativas e posteriormente das populações trazidas da África e os seus descendentes. Nas camadas intermediárias, as diversas formas de mestiçagem e, finalmente, a população composta dos colonizadores que ocupavam o seu cume.

Em segundo lugar, queremos demonstrar como essas populações etnodominadas iriam praticamente ser imobilizadas, como também se estabeleceram mecanismos imobilizadores e inibidores para essas camadas etnicamente inferiores, as quais, ao mesmo tempo, se multiplicavam via miscigenação. Por outro lado, todo o sistema administrativo, militar e religioso era também estruturado para ser a reprodução daqueles valores de dominação étnica que a cada grupo miscigenado era concedido pelo colonizador.

A miscigenação (fato biológico), por outro lado, não criou uma democracia racial (fato sociopolítico). Ela estava subordinada a mecanismos sociais de dominação, estruturas e técnicas de barganha e sanções religiosas e ideológicas. Esse conjunto de elementos e estratégias inibidoras determinava o imobilismo ou semi-imobilismo social, cultural e político das vastas camadas miscigenadas, isto porque os espaços sociais que davam *status* econômicos ou de prestígio social ou cultural lhes eram vedados, pois esses mecanismos de seleção étnica compulsórios reproduziam os níveis de poder econômico, social e cultural das estruturas de poder dominadoras que representavam os interesses da classe senhorial local e da Corte e o poder do Estado português.

No Brasil, historicamente podemos dizer que a população do colonizador, ou seja, a portuguesa, foi sempre, até o século XIX, menor do que a população das etnias dominadas (índias e africanas e seus descendentes) e, em consequência, o aparelho de dominação quer militar, quer ideológico tinha de ser violento, porque era uma simples continuação do aparelho de Estado português. O Brasil não possuía Estado próprio. Isso, portanto, fazia parte da mecânica defensiva do sistema colonial escravista, dirigido, em última instância, pelo Estado de Portugal. Por isto mesmo, essa minoria conseguia dominar. Quanto à população portuguesa inicial e o seu desdobramento demográfico posterior, escreve Artur Ramos: "Na sua *Viagem ao Brasil*, Spix e Martius consignaram que, antes da chegada do rei, a população do Rio de Janeiro podia ser calculada

em 50.000 almas, sendo o número de habitantes de cor superior ao dos brancos. De 1808 a 1817, vieram da Europa uns 24.000 portugueses, além de bom número de ingleses, franceses, suecos, alemães e italianos, aqui estabelecidos depois da abertura dos portos, como negociantes, técnicos e artesãos ou simples operários. A população total do país podia ser calculada em mais de quatro milhões de habitantes pelas alturas de 1819⁹.

Esse fluxo lusitano que representava a estrutura de poder dominante inicial – ainda segundo Artur Ramos –, sempre em minoria étnica, detinha, no entanto, o controle sobre a população poliétnica numericamente superior. De acordo com ele, "segundo dados do Departamento Nacional de Imigração, de 1884 a 1944, apenas 1.277.304 indivíduos de nacionalidade portuguesa entraram no Brasil"¹⁰.

A população branca inicial, minoritária em relação ao contingente demográfico de índios, negros e mestiços, conforme veremos depois, mas politicamente dominante, é que irá miscigenar-se com essas etnias não brancas majoritárias, mas dominadas. O seu *status* de dominação quer no setor administrativo, que representava o poder da Metrópole dominadora, quer no militar e econômico, patrimonial ou social constituía a estrutura de poder. Essa estrutura exerceu os mecanismos de dominação selecionadores, criou barreiras de dominação étnica, estabeleceu as formas de julgamento de brancos e não brancos, de homens livres e escravos, conseguiu evitar que existisse qualquer forma significativa de ascensão dos escravos (índios e negros) que não fosse extralegal, através das guerras dos índios contra os invasores e dos quilombos negros, insurreições e guerrilhas por parte destes últimos. As alforrias não chegavam a compor uma variável ponderável nesse contexto. Por outro lado, a Metrópole privilegiou os dominadores via estratégia de concessão de terras. Até hoje, através dessa estratégia do monopólio inicial da terra e de poder os descendentes das suas linhagens não sofreram nenhum processo significativo e desarticulador, nenhum processo de compreensão jurídica, social e cultural capazes de desarticulá-los

estruturalmente de modo substancial, permanecendo quase todos com patrimônios e *status* quase inalteráveis no polo dominador¹¹.

Quanto ao índio, particularmente, o primitivo habitante, a sua trajetória é bem diferente do grupo português que chegou como dominador. Se fizermos uma estimativa de 4 milhões de índios na descoberta – há quem estime em muito mais – o processo foi o inverso. Segundo Darcy Ribeiro, depois da fase genocídica da ocupação de 1900 até 1957 extinguiram-se 87 grupos tribais como comunidades étnicas. Mais de 30% das tribos desaparecidas pertencem a zonas que foram conquistadas pela economia pastoril e 45% pela economia extrativa (grupos de caucheiros, seringueiros, castanheiros e outros coletores de produtos florestais)¹².

Atualmente, esse extermínio prossegue através de grupos de garimpeiros e representantes de empresas transnacionais. Os índios destribalizados que se incorporaram aos camponeses pobres também são perseguidos, expulsos das terras ou assassinados.

A partir da época assinalada por Darcy Ribeiro uma política *desenvolvimentista* e de *modernidade* fez as coisas agravarem-se ainda mais. As fronteiras avançam, vão ocupando terras indígenas, assassinando caciques e procurando, muitas vezes, incluir os índios em projetos econômicos predatórios e antiecológicos que objetivam extrair as riquezas do subsolo daquelas terras. Sobre essa situação escreve Dalmo de Abreu Dalari: “A invasão de terras indígenas e a passividade do órgão governamental de proteção ao índio estão ligadas à visão desenvolvimentista, que não dá qualquer valor à pessoa humana, não leva em conta que os índios têm direitos de cidadãos e jamais admitiu a hipótese de fazer o desenvolvimento econômico *com o índio*, e não *contra o índio*.”

Os invasores de terras são, às vezes, meros aventureiros audaciosos que pretendem obter riqueza rápida de qualquer modo. Outras vezes são empresários e empresas de aparência respeitável, com amplos recursos técnicos e cálculos muito precisos quanto ao proveito econômico que poderiam tirar do solo ou do subsolo da terra dos indígenas. Mas

em todos os casos, a invasão é estimulada pela quase certeza, baseada na experiência, de que não haverá grandes obstáculos, pois o índio não dispõe de recursos para agir sozinho e a Funai tem autonomia limitada, estando limitada aos objetivos do governo¹³.

À essa expansão civilizadora, para Darcy Ribeiro, “três são as reações possíveis dos indígenas. A fuga para territórios ermos, com o que apenas adiam o enfrentamento. A reação hostil aos invasores, que transforma toda a vida tribal pela imposição de um estado de guerra permanente em que o funcionamento de muitas instituições se torna inviável e outras têm de ser dramaticamente redefinidas. A saída final é a aceitação do convívio porque este representa efetivamente uma fatalidade inelutável. Nela cairá necessariamente cada tribo, seja ao fim de longos períodos de fuga ou de prolongada resistência afinal tornada impraticável, assente na esperança de controlar a situação¹⁴.”

Sem querermos fazer uma análise estrutural e dinâmica do assunto, desejamos destacar como, hoje, os mecanismos de inferiorização étnica criados pelos primeiros colonizadores ainda exercem a sua estratégia através de outras formas de controle e sujeição capazes de manter a população indígena lesada e inferiorizada. Com isto, aquilo que se chamou *processo civilizatório* e que antes se chamava catequese e evangelização dos povos pagãos manteve os remanescentes das antigas populações indígenas reduzidas a apenas 185 mil (1982), marginalizados e subalternizados.

Queremos salientar, porém, que as tribos sobreviventes estão, no momento, reavivando a sua identidade étnica, fato que determina um nível de consciência dos seus direitos etnopolíticos bem mais dinâmicos e abrangentes. Contudo, esse renascimento da consciência será combatido e possivelmente neutralizado por estratégias de controle das atuais estruturas de poder e oligarquias territoriais. A chacina ocorrida em 28 de março de 1988 de 14 índios em Ticuna, no Igarapé Capacete, através de uma ação organizada pelo madeireiro Oscar Castelo Branco, mostra como a estratégia genocídica do tempo do descobrimento, embora *mo-*

dernizada, continua no seu dinamismo. A Funai, ao invés de tomar medidas de proteção e punição, demitiu professores índios que denunciaram a chacina. Em agosto de 1988, os criminosos foram postos em liberdade por sentença do Tribunal de Recursos¹⁵.

A diáspora negra no Brasil

Com as populações africanas e seus descendentes o fenômeno se repete, embora com métodos e estratégias diferentes.

Por outro lado, as estimativas sobre o número de africanos entrados e distribuídos para a América do Sul, Caribe, América do Norte e outras regiões, variam muito e a existência do contrabando de africanos dificulta ainda mais essa avaliação. Inclui-se nessa dificuldade a variável ideológica que é a posição assumida pelos demógrafos e historiadores em geral, no sentido de diminuir o total da *mancha negra* nos seus respectivos países. A ideologia do branqueamento entra como um fator que deve ser computado ao analisarmos os resultados dessas pesquisas históricas. Muitos interesses se cruzam para que não se consiga uma aproximação mais exata das proporções do tráfico que durou mais de quinhentos anos e foi um dos elementos da acumulação do capitalismo europeu. No particular, escreve Walter Rodney: "Um estudo recente sugeriu a cifra de dez milhões de africanos desembarcados com vida nas Américas, nas Ilhas do Oceano Atlântico e na Europa. Visto que é um número bastante baixo tem sido aproveitado por acadêmicos europeus apologistas do sistema capitalista e da sua longa lista de brutalidades na Europa e fora dela, na tentativa de se apagar a nódoa do tráfico europeu de escravos, acharam que era conveniente começar por minimizar esses números. (A verdade é que qualquer cômputo de importação de africanos que se baseie exclusivamente no registro de sobreviventes é necessariamente defeituoso dado que havia muita gente que tinha especial interesse em contrabandear escravos e reter os dados). Não obstante, mesmo se se aceitar a baixa cifra de dez milhões como uma base da avaliação

do impacto da escravatura na África no seu todo, as conclusões que daí podem ser legitimamente deduzidas espantarão aqueles que tentaram fazer luz sobre a experiência da rapina de africanos de 1445 a 1870¹⁶.

Há, contudo, autores que estimam em doze milhões o total de africanos levados especialmente para as Antilhas, colônias espanholas e Brasil¹⁷. Halps estima que de 1517 a 1807 não menos do que cinco milhões de africanos foram importados pela América e incorporados ao seu sistema de trabalho, especialmente nas *plantations* dos Estados Unidos, Brasil, Cuba e outras regiões de colonização espanhola na América do Sul. Os cálculos de E. E. Morel, citados por Artur Ramos, estabelecem os seguintes números para o período de 1666 a 1800:

1666-1789	Uma média de 70.000 escravos <i>per anum</i> importados para as colônias americanas, ou um total de 3.500.000.
1752-1762	Só a Jamaica importou 71.115 escravos.
1759-1762	Só Guadalupe importou 40.000 escravos.
1776-1800	Uma média de 74.000 escravos <i>per anum</i> foram importados para as colônias americanas, ou um total de 1.850.000.
Média Anual:	Pelos ingleses, 38.000; pelos portugueses, 10.000; holandeses, 4.000; franceses, 20.000; dinamarqueses, 2.000.

FONTE: Artur Ramos. *As Culturas Negras no Novo Mundo*.

Como forma indireta de se avaliar a importância e proporções do tráfico na formação e desenvolvimento estrutural do modo capitalista de produção, podemos apresentar alguns dados complementares, fornecidos por Max Weber, que, aliás, minimiza a sua contribuição como elemento importante na gênese do capitalismo, contrapondo-se a Sombart que o apresenta como um dos fatores proeminentes na sua estruturação e dinamização expostos no seu trabalho sobre a história econômica geral, onde escreve: "Pode-se calcular que no início do século XIX viviam nos territórios coloniais da Europa, 7 milhões de escravos. Entre eles a

mortalidade era muito grande, cifrando-se, ainda no século XIX em cerca de 25%; em épocas anteriores foi porém bem maior (...) De 1807 a 1848 importaram-se da África outros cinco milhões de escravos e o conjunto de exportados dali para as zonas transoceânicas pode ser comparado à população de uma grande potência europeia do século XVIII¹⁸.

Referindo-se de modo particular ao comportamento da Inglaterra após a abolição do tráfico, Weber afirma: "A resolução do Congresso permitiu aos ingleses esmagar o comércio de escravos dos outros, porém não impediu que eles próprios continuassem dedicando-se a um contrabando cada vez mais intenso dessa mercadoria. Assim, de 1807 a 1847, com a ciência e paciência do governo, foram trasladados 5 milhões de escravos da África para as colônias inglesas"¹⁹.

Se confrontarmos os diversos dados e números apresentados, oriundos de múltiplas fontes, podemos dizer que há diferenças quanto à quantidade exata dos africanos trazidos para o Novo Mundo. As inexatidões ou omissões apresentadas em relação ao tráfico negreiro no âmbito internacional repetem-se e muitas vezes se ampliam em relação ao Brasil. Não temos possibilidades de estabelecer o número exato de africanos trazidos compulsoriamente para o Brasil com o tráfico internacional. As estimativas variam e há – conforme já dissemos – uma tendência entre os nossos historiadores de minimizar o seu número em face da filosofia racial do branqueamento existente em grandes camadas da população brasileira que, em consequência de um sistema de dominação econômica e racial, já foi interiorizada no subconsciente de grandes camadas da população brasileira, inclusive não brancas. Essas estimativas oscilam desde as de Rocha Pombo, que afirma ter sido de quinze milhões²⁰, às de Renato Mendonça, que calcula esse tráfico em 4.830.000²¹.

Esse autor fez os seus cálculos baseado em estatísticas aduaneiras, excluindo, portanto, o contrabando que os historiadores da escravidão supõem tenha se iniciado em 1831, mas que já vinha se manifestando ativamente desde o século XVIII²².

Segundo Renato Mendonça, o quadro de importação de africanos é o seguinte:

Número de escravos entrados no Brasil				
<i>(avaliação feita baseada em estatísticas aduaneiras)</i>				
	Regiões	Entradas Anuais	Total Anual	Total de Importação
Século XVI	Todo o Brasil			30.000
Século XVII	Brasil Holandês	3.000		
Século XVII	Brasil Português	5.000	8.000	8.000
Século XVIII	Pará	600		
Século XVIII	Recife	5.000		
Século XVIII	Bahia	8.000		
Século XVIII	Rio	12.000	25.000	2.500.000
Século XIX	Rio	20.000		
até 1850	Todo o Brasil	50.000	1.500.000	
Durante o tráfico				4.850.000

FONTE: MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1935.

Fontes mais recentes, embora reproduzindo no substancial aquelas falhas e insuficiências de método e ideologia apontadas por Walter Rodney, procuram encontrar parâmetros através dos quais o tráfico internacional de escravos é avaliado e quantificado, especialmente em relação ao Brasil frente a outras áreas onde a escravidão foi implantada.

Philip D. Curtin já procurou demonstrar, no particular, que o Brasil foi o grande bastião do escravismo colonial. Para ele, cerca de quase 40% do total de africanos traficados foram trazidos para o Brasil, num total de nove milhões e quinhentos mil desembarcados no Novo Mundo, segundo seus cálculos. Nove vezes mais do que os Estados Unidos (6%) e mais que o dobro do que para a América Espanhola (18%), do Caribe Inglês (17%) e

do Caribe Francês (17%). Descontando-se as imprecisões das estimativas, temos, no entanto, em escala proporcional um painel do que foi o tráfico negreiro no Brasil²³. Cerca de 40% do tráfico internacional foram canalizados para cá²⁴, fato que determinou, indubitavelmente, a estruturação e dinamização de um modo de produção escravista no Brasil²⁵.

Manipulando várias fontes estatísticas parciais sobre o tráfico em relação ao Brasil, Herbert S. Klein fez um levantamento com a periodização que vai de 1531 a 1780 e de 1781 a 1855. Segundo as fontes usadas por ele, no primeiro período foi este o total aproximado de africanos importados:

Período	Nº período	Média Anual	% sobre o total de escravos desembarcados na América em cada século (1)
Total	1.895.500		33
1531-1575	10.000	222	33
1576-1600	40.000	1.600	22
1601-1625	100.000	4.000	22
1626-1650	100.000	4.000	43
1651-1670	185.000	7.400	43
1676-1700	175.000	7.000	43
1701-1710	153.700	15.370	43
1711-1720	139.000	13.900	30
1721-1730	146.300	14.630	30
1731-1740	166.100	16.610	30
1741-1750	185.100	18.510	30
1751-1760	169.400	16.940	30
1761-1770	164.600	16.460	30
1771-1780	161.300	16.130	30

(1) Esta estimativa exclui os africanos embarcados com destino à Europa ou ilhas do Atlântico, cujo movimento só adquiriu importância no século XVI.

Klein calcula para esse período um percentual de 30% em relação ao total de escravos desembarcados nas Américas em cada século. Estimativa que se aproxima, mas com um índice percentual menor do avaliado por Curtin para o total durante a existência do tráfico.

Ainda Klein, baseado nas mesmas fontes, e com as restrições quanto à exatidão por nós apresentada em relação àqueles períodos que fizeram tal avaliação, monta uma estimativa do período de 1781 a 1855 (cinco anos, portanto, após a Lei Eusébio de Queirós que aboliu o tráfico internacional de escravos no Brasil), que é a seguinte:

Quinquênio	Total	Sul da Bahia	Bahia	Norte da Bahia	Média Anual a cada década
Total	2.113.900	1.314.900	409.000	390.000	
1781-1785	(63.100)	34.800		28.300	(16.090)
1786-1790	97.800	44.800	20.300	32.700	
1791-1795	125.000	47.600	34.300	43.100	23.310
1796-1800	108.700	45.100	36.200	27.400	
1801-1805	117.900	50.100	36.300	31.500	24.140
1806-1810	123.500	58.300	39.100	26.100	
1811-1815	139.400	78.700	36.400	24.300	32.770
1816-1820	188.300	95.700	34.300	58.300	
1821-1825	181.200	120.100	23.700	37.400	43.140
1826-1830	250.200	176.100	47.900	26.200	
1831-1835	93.700	57.800	16.700	19.200	33.430
1836-1840	240.600	202.800	15.800	22.000	
1841-1845	120.900	90.800	21.100	9.000	
1846-1850	257.500	208.900	45.000	3.600	37.840
1851-1855 (1)	6.100	330	1.900	900	

(1) Não foi registrado nenhum desembarque entre 1853 e 1855. Apenas um navio, transportando aparentemente 300 escravos, chegou ao Rio de Janeiro em 1856 (KLEIN).

Podemos ver, pelos dados expostos, que as estatísticas ou estimativas de Klein aproximam-se das de Renato Mendonça. Devemos levar em conta, no entanto, as mesmas reservas feitas ao primeiro, fato que, aliás, o próprio Klein reconhece, confessando a precariedade das fontes, ao escrever, "após 1830, não se encontra nenhum registro em arquivo ou jornal por causa da proibição oficial do tráfico escravo naquele ano"; e: "A despeito da grande diversidade de dados registrados após 1700, encontramos lacunas importantes. Sabe-se, por exemplo, que o porto de Salvador foi um dos principais receptores de navios escravos. E, no entanto, não foi encontrado nenhum registro dimensionando a quantidade de escravos que lá desembarcavam de navios procedentes da África".

Continua o mesmo autor, demonstrando as dificuldades de fontes para um registro mais preciso do número desses africanos desembarcados ao afirmar: "A melhor fonte de dados existentes refere-se ao porto do Rio de Janeiro. No que diz respeito à maioria dos portos brasileiros, na realidade, a única série completa de dados, até agora encontrada, pertence à documentação das companhias e monopólio de Pombal, preservada pelo Arquivo Histórico do Ministério das Finanças em Lisboa"²⁶.

Regionalizando as origens do tráfico para esclarecer a procedência desses africanos, assuntos que vêm sendo discutidos com base no trabalho pioneiro de Nina Rodrigues²⁷, Klein nos apresenta o seguinte quadro:

Período	Total	Procedência	
		Costa do Marfim	Angola
Total	1.891.400	605.500	1.285.900
1701-1710	153.700	83.700	70.000
1711-1720	139.000	83.700	55.300
1721-1730	146.300	79.200	67.100
1731-1740	166.100	56.800	109.300
1741-1750	185.100	55.000	130.100
1751-1760	169.400	45.900	123.500
1761-1770	164.600	38.700	135.900
1771-1780	161.300	29.800	131.500
1781-1790	178.100	24.200	153.900
1791-1800	221.600	53.600	168.000
1801-1810	206.200	54.900	151.300

Mas (no que está de acordo o próprio Klein) Sérgio Buarque de Holanda demonstra as formas difíceis e as insuficiências de fontes, bem como os métodos empíricos como foram elaboradas essas estimativas²⁸.

Voltamos a insistir que essa população africana, ao vir compulsoriamente para o Brasil, deveria ser bem maior do que a computada pelos pesquisadores que se ocuparam do assunto, pois – apesar da opinião em contrário de Maurício Goulart²⁹ –, excluía-se do período do tráfico a variável contrabando, ou, quando ela é incluída, parte-se do pressuposto de que somente existiu a partir do século XIX, com a proibição do tráfico, quando o contrabando existiu também nos séculos XVII e XVIII. A lei de 1831 nunca foi respeitada, tanto assim que o contrabandista no século XIX era uma figura respeitada e influente no Império. Descrevendo essa situação, Robert Conrad escreve: "As autoridades brasileiras de todos os níveis cooperavam com os traficantes por várias razões interligadas na ambiência

nacional. Além do comportamento popular já mencionado em relação à escravidão e ao tráfico escravista, havia razões práticas para a cooperação e cumplicidade das autoridades brasileiras. A situação pessoal de muitas autoridades brasileiras simplesmente não permitia que aderissem irrestritamente aos princípios da lei de 7 de novembro de 1831 (...). Os subornos eram, naturalmente, um grande atrativo para os funcionários públicos. No Rio de Janeiro, alegava-se que as autoridades portuárias recebiam 800 mil réis pela liberação de cada navio preparado para o tráfico (...). Mais um indicativo da tolerância oficial para com o tráfico escravista foi o envolvimento aberto de oficiais dos altos escalões do Exército e da Marinha e o uso que faziam das próprias instalações governamentais nos negócios do tráfico. Vários oficiais militares, cujo controle das fortificações costeiras proporcionava-lhes uma vantagem evidente, foram particularmente notórios. Em 1836, quando o tráfico ilegal estava se tornando mais aceitável para a opinião pública, um certo coronel Vasques, comandante da fortaleza de São João, na entrada do Rio de Janeiro, transformou a própria fortaleza em um entreposto de escravos (...). Da mesma forma, os oficiais navais não resistiram à tentação e o ministro da Marinha parece ter sido conivente com as suas atividades ilegais³⁰.

Houve, também, juízes que cobravam percentagens para liberar navios apresados. Um dos maiores traficantes do Rio de Janeiro, José Bernardino de Sá, homem influente e abastado, foi diretor do Teatro de São Pedro e portador do título de Barão da Glória de Portugal, concedido pela rainha Maria da Glória e oficialmente reconhecido no Brasil pelo seu irmão o imperador Dom Pedro II.

Dinamismo demográfico da escravidão no Brasil

Esse componente demográfico trazido compulsoriamente da África, legalmente até 1831 e ilegalmente até aproximadamente 1860, foi distribuído de acordo com as necessidades, os interesses e os objetivos do modo de produção escravista implantado no Brasil e as necessidades da

economia de exportação na qual ele se apoiava e dela se sustentava. A sua distribuição espacial foi feita aproximadamente da seguinte maneira:

- A) *Bahia*, com irradiação para *Sergipe*, onde os escravos negros africanos foram redistribuídos para os campos de plantação de cana-de-açúcar, fumo, cacau, e para os serviços domésticos urbanos e, especialmente, em época posterior para os serviços de mineração na zona diamantina;
- B) *Rio de Janeiro* e *São Paulo*, onde os negros foram encaminhados para os trabalhos das fazendas açucareiras e cafeeiras da Baixada Fluminense e para serviços urbanos;
- C) *Pernambuco*, *Alagoas* e *Paraíba*. Focos onde se irradiou uma enorme atividade nas plantações de cana-de-açúcar e de algodão no Nordeste do Brasil;
- D) *Maranhão*, com irradiações para o Pará, região onde predominou a cultura de algodão;
- E) *Minas Gerais*, com irradiação para Mato Grosso e Goiás, com o trabalho voltado para a mineração durante o século XVIII³¹.

A este esquema proposto por Artur Ramos podemos acrescentar os africanos que entraram diretamente para a região amazônica, conforme pesquisas de cientistas sociais que realizaram trabalhos após a elaboração do esquema de Ramos³².

O fluxo e a distribuição espacial dos escravos africanos na Colônia e no Império obedeciam, como vemos, a uma estratégia imanente ao modo de produção escravista que se estratificava no Brasil desde os seus primórdios e eram subordinados às necessidades regionais nas quais ele se desenvolvia em cada período, ou ciclo, de exploração da economia da Metrópole.

Por este motivo estratégico, já em 1550 é enviado pela Metrópole um lote de africanos para a cidade de Salvador, a fim de serem repartidos os seus membros "entre os moradores, descontando-se o seu valor dos soldos destes". Isto bem demonstra a necessidade de mão de obra escrava

naquela época recuada, na área onde se instalara o primeiro Governo Geral, fato reforçado com o apelo de Nóbrega, solicitando, um ano depois, a Dom João III, a chegada de mais negros escravos para servirem no Colégio da Bahia. O alvará de 29 de março de 1559, dirigido ao capitão da ilha de São Tomé, ordenou que, em consequência de certidão passada pelo governador do Brasil, cada senhor de engenho tinha o direito de adquirir até 120 africanos escravos, pagando apenas um terço dos direitos da Coroa. A escassez da população negro-escrava e a substituição parcial (pelo menos nas zonas urbanizadas, e a partir do século XVIII) da escravidão indígena pela africana farão com que o número de africanos trazidos para a Colônia seja cada vez maior. Gabriel Soares de Souza atribuía, em 1587, para a Bahia uma população de 2 mil europeus, 4 mil negros e 6 mil índios. Maior, portanto, a população negra e índia do que a branca. A própria população negra africana era maior, isoladamente do que a europeia³³.

Essa escravaria africana que chegava aos portos brasileiros durante os séculos XVI e XVII era praticamente enviada ao Nordeste e Leste do Brasil, especialmente ao Nordeste açucareiro. O auge da prosperidade açucareira, por outro lado, fez com que a Holanda ocupasse o Nordeste e praticamente monopolizasse o tráfico naquela região durante o tempo em que aqui permaneceu. Vieira afirmava, definindo essa situação de acordo com os interesses dos senhores de engenhos, que "sem negros não há Pernambuco e sem Angola não há negros"³⁴.

No século seguinte, essa população negro-escrava desloca-se em grande parte para Minas Gerais. Em 1717, a população escrava mineira era de 33 mil pessoas e de 96 mil em 1723. Em 1786, para 362.874 habitantes, havia um total de 274.135 escravos. Na fase do auge das lavras, calculava-se que 80% da população estavam ocupadas na exploração do ouro, de forma direta ou indireta. Mas, com a decadência do *boom* da mineração, a população escrava também vai decaindo e aumentando a população livre, alforriada, composta de negros e pardos que irão incorporar-se à massa de desclassificados do ouro tão bem descritos e interpretados por Laura de Melo e Souza³⁵.

Em outras áreas, como a Bahia, o mesmo fato se verifica. Nos seus engenhos do interior a proporção era de 100 escravos para seis brancos no início do século XIX, índice que bem demonstra a prosperidade dos senhores de engenho locais, e, ao mesmo tempo, a sua insegurança latente face à desproporção entre a população branca livre e a escrava negra. Em Salvador, no mesmo período, a proporção era de 14 a 27 negros para cada homem branco.

O mesmo fenômeno poderá ser constatado na Capitania de Pernambuco, através da próxima tabela, sobre o dinamismo demográfico da população escrava e livre de 1772 a 1887.

De 1772 a 1887, a dinâmica demográfica de Pernambuco, incluindo-se livres, forros e escravos, foi a seguinte:

Ano	Escravos	Livres	Total	Escravos - Total (%)
1772-82			239.713	
1775			245.000	
1810			275.687	
1814			294.973	
1815			339.778	
1819	97.832	237.832	371.465	35.7
1823	150.000	330.000	480.000	31.3
1829	80.265	208.832	287.140	28.0
1832			550.000	
1839	146.500	473.500	620.000	23.6
1842	146.398	498.526	644.924	22.7
1855	145.000	548.450	693.450	20.9
1872	89.028	752.511	841.539	10.6
1873	106.236			
1882	84.700			
1883	83.835			
1886	80.338			
1887	41.122			

Fonte: Peter L. Eisenberg baseado em Dauril Alden, Souza Silva, Figueira de Melo, Oliveira Viana, Vieira Solto, *Diário de Pernambuco*, Augusto Pereira da Costa e Rodrigo Augusto da Silva.

Trazendo mais elementos analíticos e de compreensão a essa dinâmica demográfica da população escrava em Pernambuco, vamos transcrever uma notícia de jornal de 1886 (um ano antes, portanto, da que fecha a tabela acima). É a seguinte: "Estatística recentemente organizada registra o seguinte movimento da população escrava de Pernambuco a contar com o encerramento da matrícula especial (30-12-1873) até 30 de junho do ano passado (1885). Escravos inscritos na matrícula especial: 105.029. Entrados desde então, nos diversos municípios: 27.331. Saídos no mesmo período: 30.627. Maior número de saídos: 3.296. População matriculada e averbada: 101.730. No período acima mencionado diminuiu aquela população pelas seguintes razões: Obtidos: 12.554. Alforrias: 9.070. Total: 21.624. População a 30 de julho último: 78.803. Subdividindo-se do seguinte modo a mesma população em relação aos sexos: do sexo masculino – 38.847. Do sexo feminino – 39.936. As 9.070 alforrias classificam-se do seguinte modo: Pelo fundo de emancipação – 2.227. A título oneroso particular: 2.763. Por título gratuito particular: 4.080. No cômputo da população existente a 30 de junho último (79.803 indivíduos) nota-se a diferença de 303 escravos para menos do que deveria resultar dos elementos anteriores. Tal diferença, pouco sensível, é explicável pelas lacunas dos dados locais. Os elementos relativos a 11 municípios são os recolhidos em anos anteriores, do que resulta ser efetivamente menor a população do que aquela que a estatística mostra existir. Como é sabido, as averbações relativas a cada escravo efetuam-se à vista das comunicações que os proprietários são obrigados a dirigir em prazo improrrogável, às estações encarregadas das matrículas. A omissão destas comunicações, punidas por lei nimamente leve, e de indagações difíceis, dá frequente causa a que indivíduos falecidos, ou mantidos, se conservem inscritos na matrícula ou arrolados como escravos. Explicam-se, por este modo, as perturbações aparentes dos coeficientes da mortalidade da população escrava bem como o número relativamente pequeno das alforrias atestadas por algumas estatísticas"³⁶.

Esta longa transcrição de notícia de um jornal pernambucano é rica em elementos para a compreensão e a análise da população escrava naquela província, na época do escravismo, destacando-se o detalhe de que, nessa população escrava, o sexo feminino era superior, bem como a insignificância dos escravos alforriados por intermédio do Fundo de Emancipação.

Ao mesmo tempo, constata-se a diminuição dessa população escrava em consequência de óbitos, alforrias e transferências para outras províncias sem que houvesse uma perspectiva de reposição de novos escravos e um equilíbrio demográfico vegetativo via nascimentos. Convém notar que o número de alforrias voluntárias por parte dos proprietários também não é significativo, o que é surpreendente num momento em que o movimento abolicionista já estava em pleno funcionamento, já tendo sido fundada a Confederação Abolicionista em âmbito nacional com a participação de Joaquim Nabuco, existindo, também, em atividade o *Clube do Cupim*, como grupo de pressão fundado em 15 de maio de 1884 e que se dispunha a libertar escravos por todos os meios, quer legais, quer ilegais³⁷.

Como vemos, a distribuição e a dinâmica demográfica da população negro-escrava variavam (ativa e/ou passivamente) de acordo com as necessidades de dinamização regional que o sistema exigia, por sua vez subordinado aos interesses do mercado internacional. Funcionava como lei essa tendência de desaparecimento demográfico da população escrava, quer em termos absolutos, quer relativos.

Diversas estimativas ou recenseamentos foram feitos no sentido de estabelecer-se o cômputo da população escrava em atividade no Brasil, além daquelas já vistas anteriormente sobre o tráfico internacional. Pode-se ver, por todas elas, que o seu ritmo de crescimento no conjunto da população diminuiu criticamente após a Lei Eusébio de Queirós de 1850.

Podemos constatar isto por intermédio da tabela abaixo, onde é feito um levantamento dessa população escrava e a sua comparação com a

livre e na qual se pode comprovar a ação dessa tendência demográfica de diminuição da população escrava de 1789 a 1900:

Ano	Escravos	Livres	Total
1789	1.500.000		
1800	1.000.000	2.000.000	3.000.000
1808	1.930.000		4.396.132
1817	1.930.000		4.396.132(a)
1823	1.143.515	2.813.351	3.960.866
1830			5.340.000
1850	2.500.000	5.520.000	8.020.000
1854			7.677.000
1864	1.715.000		
1872	1.510.802	8.419.772	9.419.478(b)
1873	1.542.230		
1874	1.409.453		
1875	1.410.668		
1880	1.368.097		
1882	1.272.355		
1883	1.211.946		
1884	1.140.806		
1885	1.000.000		
1887	637.602		
1888	500.000		
1890			14.333.915
1900			17.318.556

(a) Em 1817, os dados incluem 800 mil índios.
(b) Recenseamento de 1872.

FONTES

Adaptado de PÁDUA, Ciro T. de. "Um capítulo da História Econômica do Brasil". In: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, XI (1945), p.175.
PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*, p.330.
SCHMIDT, T. Linn. *Brazil, People and Institutions* (2ª ed. Baton rouge, 1954, p.128).
VIANNA, F. J. Oliveira. *Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários realizados no Brasil, Recenseamento do Brasil, 1920* (Rio de Janeiro, 1922, I, 404-405-414), coordenados por Stanley J. Stein.

Se são corretas essas cifras ou possuem diferenças não ponderáveis que as ponham em dúvida ou fazê-las não representativas da realidade, podemos constatar uma tendência objetiva da diminuição da população escrava no Brasil, como uma das suas características ou leis tendenciais, ao contrário dos Estados Unidos, onde esse fenômeno demográfico não foi registrado. Há, ainda, uma particularidade significativa e intrigante: do ano de 1850, exatamente quando foi extinto o tráfico internacional, até 1864 (quatorze anos, portanto), há uma queda de 785.000 escravos na população brasileira, o que corresponderia a mais de 30% do seu total. Depois, mesmo continuando esse decréscimo demográfico contínuo ele não é mais tão significativo. Não podendo encontrar razões que possam explicar tal fenômeno no seu conjunto, levantamos duas hipóteses e um fato comprovado: as duas hipóteses seriam a de que, logo após a extinção do tráfico, os senhores continuaram, ainda durante algum tempo, tratando-os com a mesma brutalidade de antes, motivo pelo qual aumentou o percentual de mortes nos plantéis, sem haver a possibilidade de reposição dos mesmos via tráfico internacional. Outra hipótese é a de que alguma epidemia, como cólera, varíola ou febre amarela, tenha atingido a massa escrava de um modo especial, como, aliás, costumava acontecer. Finalmente, um fato que contribuiu em grande parcela para esse vácuo demográfico foi a Guerra do Paraguai, pois esta dizimou de 80 a 100 mil negros escravos enviados para os campos de batalha³⁸.

Esse decréscimo progressivo da população escrava quer em nível absoluto, quer regional poderá ser comprovado com a tabela da página seguinte.

Até 1850 o fluxo demográfico de africanos será uma constante pela necessidade de reposição contínua de escravos, em consequência do alto nível de mortalidade dessa população. Após a proibição do tráfico há um outro deslocamento demográfico de escravos; desta vez em direção às áreas prósperas do Sudeste e Minas que começam a comprá-los, através do tráfico interprovincial. Aquelas populações que estavam fixadas no Nordeste e Norte são enviadas, vendidas como mercadoria para as novas

áreas de trabalho, deslocadas para as novas áreas que decolam em consequência da expansão da cultura do café. Mesmo assim, não bastam.

Tanto isto é verdade que é chamado o imigrante para substituí-lo, embora nessa substituição estejam também imbricados interesses econômicos dos setores imigrantistas e ideológicos (racistas) das brasileiras. Vários níveis de interesse se conjugam nessa empresa, conforme já analisamos em outro local³⁹.

Província	1819	1823	1872	1873	1882	1885	1887
Corte			48.939	47.084	35.568	28.000	
Minas Gerais	168.543	215.00	370.459	311.304	279.010	226.000	191.152
Rio de Janeiro	146.060	150.549	292.637	301.352	268.881	218.000	162.421
São Paulo	77.667	21.000	156.612	174.622	130.500	128.000	107.829
Espírito Santo	20.272	60.000	22.659	22.207	20.717	15.000	13.381
Bahia	147.263	237.458	167.824	465.403	132.200	158.000	76.838
Pernambuco	97.633	150.000	89.028	106.236	84.700	66.000	41.122
Sergipe	26.213	32.000	22.623	33.064	26.173	20.000	16.875
Alagoas	69.094	40.000	35.741	36.124	29.439	22.000	15.269
Paraíba	16.723	20.000	21.526	25.817	20.800	16.000	9.448
Rio Grande do Norte	9.109	14.376	13.020	13.634	10.051	7.000	3.167
Amazonas	6.040		979	1.545	1.716		
Pará	33.000	40.000	27.458	31.537	25.393	18.000	
Maranhão	133.332	97.132	74.939	74.598	60.050	48.000	
Piauí	12.405	10.000	23.795	23.434	18.091	14.000	
Ceará	55.439	20.000	31.913	33.409	19.588		
Paraná	10.191		10.560	11.240	7.668	5.000	
Santa Catarina	9.172	2.500	14.984	15.250	11.049	8.000	
Rio Grande do Sul	28.253	7.500	67.791	98.450	68.708	49.000	
Goiás	26.800	24.000	10.652	8.800	6.899	5.000	
Mato Grosso	14.180	6.000	6.667	7.051	5.600	4.000	
Total	1.107.389	1.147.515	1.510.806	1.542.230	1.272.355	1.000.000	637.602

(a) Rio de Janeiro e a Corte (atual estado do Rio de Janeiro)

Fonte: OLIVEIRA VIANA. *Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários realizados no Brasil*, p. 404-405, 414; PÁDUA. *Um Capítulo da História Econômica do Brasil*, p. 156-157, 163, 165.

O sistema escravista decompunha-se. Em 1888, ano da Abolição, era o seguinte o total de escravos existentes:

Região	Número	%
Norte: Pará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Sergipe	130.000	18
Centro: Bahia, Espírito Santo e Mato Grosso	100.000	14
Sul: Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	480.000	68

Nota: Amazonas e Ceará já haviam libertado os seus escravos em 1884.

Fonte: SIMONSEN, Roberto. "As consequências econômicas da Abolição". In: *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano IV, nº XLVII.

Como vemos, era já uma escravidão bem diferente da de antes de 1850, quando vigorava o escravismo pleno. Uma população escrava já cruzava com o trabalho livre em diversos níveis.

Foi essa população, pouco mais de 700.000 escravos, que o movimento abolicionista libertou. Uma população residual se compararmos com o número de escravos da sua primeira fase – escravismo pleno – e, em muitos casos, já não tinha mais função ou razão de existir.

Miscigenação e Identidade Étnica

O colonizador português estabeleceu no Brasil, conforme já afirmamos, como filosofia étnica uma escala de valores no processo miscigenatório que ordenou a sociedade escravista de forma quase impermeável a uma mobilidade aberta que correspondesse à sua composição étnica. A miscigenação, fato biológico, ficou subordinada aos diversos valores etnossociais decorrentes dessa filosofia de ordenação social via qualificação por ela estabelecida, criando desigualdades decorrentes não da capacidade ou incapacidade de cada um, mas da sua cor e da sua ori-

gem de nascimento. Com isto, a miscigenação que muitos sociólogos e antropólogos ainda teimam em apresentar como um processo que democratizou a sociedade brasileira, pelo contrário, hierarquizou (via discriminação étnica) os estratos não brancos nas suas diversas gradações. Sem falarmos nos escravos que eram compulsoriamente classificados e conservados na condição de semoventes.

Assim, no Brasil o imenso grau de matizes cromáticos formados criou, em contrapartida, uma escala classificatória, considerando-se o indivíduo ou grupo tanto mais valorizado socialmente quanto mais próximo estivesse do ideal tipo étnico imposto pelo colonizador inicialmente e pelas elites de poder em seguida: o branco. Essa dinâmica discriminatória foi acompanhada por uma dinâmica de julgamento social que a completava, pela qual, à medida que esse processo discriminatório se aprofundava e a população se diversificava cromaticamente via miscigenação, criava-se, em contrapartida, um julgamento de valor para cada uma dessas diferenças.

O ideal tipo das elites brasileiras, como ideologia de prolongamento do colonizador, continuou e continua simbolicamente sendo o branco. O antimodelo étnico e estético, como símbolo nacional, continua sendo o negro.

Capistrano de Abreu, ao seu modo, visualizou o problema quando escreveu: "Examinando superficialmente o povo, discriminavam-se logo três raças, oriunda cada qual de continente diverso, entre as quais nada favorecia a medra de sentimentos de benevolência. Tão pouco apropriados a essa floração delicada, antolhavam-se seus descendentes mestiços, mesclados em proporção instável à receita da pele e à dosagem do sangue, medidas naquele tempo, quando o fenômeno estranho e novo, em toda a energia do Estado nascente, tendia à observação e ao requinte e atizava os sentidos até exacerbá-los medidas e pesadas com uma precisão de que nem podemos fazer ideia remota"⁴⁰.

Essa escala de valores étnicos vista por Capistrano de Abreu de modo empírico e meio impressionista é *racionalizada* progressivamente

por outros escritores. Debret já se antecipava a ele, estabelecendo um elenco de nuances cromáticas dentro da escala de valores étnicos da sua época. Apresentava um sistema classificatório com a respectiva hierarquização étnica e a correspondente valorização social de cada uma da seguinte maneira: "O governo português estabeleceu por meio de onze denominações usadas na linguagem comum a classificação geral da nação brasileira pelo seu grau de civilização:

1 – *Português da Europa, português legítimo ou filho do reino.* 2 – *Português nascido no Brasil, de ascendência mais ou menos longínqua, brasileiro.* 3 – *Mulato, mestiço de branco com negra.* 4 – *Mameluco, mestiço das raças branca e índia.* 5 – *Índio puro, habitante primitivo: mulher china.* 6 – *Índio civilizado, caboclo, Índio manso.* 7 – *Índio selvagem, no estado primitivo, gentio, tapuia bugre.* 8 – *Negro da África, negro da nação, negrinho.* 9 – *Negro nascido no Brasil, crioulo.* 10 – *Bode, mestiço de negro com mulato; cabra, a mulher.* 11 – *Curiboca, mestiço da raça negra com o índio*"⁴¹.

A esse sistema classificatório valorativo, criado pelo governo português, feito de acordo com o seu grau de civilização, Debret, apoiado em Ferdinando Denis dá a sua constituição demográfica da seguinte forma: "Essa população segundo dados autênticos transmitidos pelo senhor Ferdinando Denis, cujas informações são dignas de fé, eleva-se hoje a 4.741.558, dos quais 2.543.889 homens livres, 1.139.669 escravos e 800.000 selvagens desconhecidos"⁴².

A nota de Debret deve ter sido feita depois de 1839, ano em que regressou à Europa.

O seu significado sociológico implícito nesse sistema classificatório é o de que, nas sociedades poliétnicas, nascidas do sistema colonial, especialmente no caso brasileiro, há uma concordância embora não codificada entre o étnico e o social. Há uma estrutura social na qual se ordenam hierarquicamente, por meio de níveis de pressão e controle de variáveis, e com diferenças irrelevantes ou pouco significativas, os membros das etnias na estrutura de estratificação social das mesmas. O fato de estar a

sociedade brasileira em uma área, cujos polos iniciais de poder e dominação situaram-se na metrópole colonizadora, determinou que a população requisitada na Colônia, dentro do modelo escravista imposto, passasse a ser considerada coisa, semovente, estabelecendo distâncias sociais intransponíveis ou excepcionalmente transpostas, assim mesmo em níveis individuais. O sistema escravista aqui implantado para ordenar, desenvolver ou regular quer econômica, quer social e culturalmente, tinha de estabelecer um aparelho ideológico de dominação que o garantisse quer simbólica quer estruturalmente, da mesma forma que tinha de estabelecer um aparelho de repressão material com a mesma função.

Esse aparelho simbólico e material (ideológico-repressivo) incluiu na sua configuração e na sua dinâmica de pensamento a necessidade de ver as populações autóctones subjugadas inicialmente e os africanos para aqui transportados em seguida, como seres que tinham de humanos apenas a forma, chegando-se a discutir se os índios tinham alma, fato que só foi reconhecido em 1536 pelo papa Paulo III. Os negros só deixavam de ser *bárbaros* ou gentios pelo batismo, isto é, pela escravidão, como esclareceu Vieira⁴³.

Achamos, por outro lado, que esse sistema classificatório de bargem e seleção étnica poderá ser dividido em dois estágios. O primeiro funciona durante todo o sistema escravista. O segundo vai da Abolição até os nossos dias.

No primeiro estágio, as barreiras jurídicas e simbólicas e as limitações estruturais do sistema tiravam do escravo todos os direitos, impunham-lhe um imobilismo total e vitalício, barravam social e economicamente, pela coerção extraeconômica, a maioria dos habitantes do Brasil até o início do século XIX. Os escravos, quer negros, quer pardos, só podiam conseguir mobilidade social (vertical ou horizontal) de modo significativo e socialmente relevante por meio das fugas, dos quilombos, das insurreições ou do bandoleirismo quilombola. Somente através desses movimentos radicais eles reconquistavam a liberdade, ou mediante

alforrias compradas ou concedidas, muitas vezes quando o escravo já havia chegado quase ao fim da existência ou ficava incapacitado para o trabalho. Mesmo os libertos tinham uma série de restrições ao exercício da cidadania. Se africanos, eram considerados estrangeiros, se crioulos (nascidos no Brasil), podiam participar das eleições primárias, mas lhes eram vedadas as dignidades eclesiásticas, o acesso ao Poder Judiciário, o direito ao porte de armas e a livre locomoção noturna. "Tornar-se liberto não era o mesmo que tornar-se livre. Desta distinção encarregava-se a sociedade escravista de modo a perpetuar no ex-escravo as marcas da sua antiga condição servil. Mas os estigmas iam muito além do aspecto jurídico, determinando mesmo as próprias condições de vida do liberto"⁴⁴.

A mesma coisa acontecia nas milícias, onde as havia compostas de negros, de pardos e milícias de brancos agindo separadamente.

Os mulatos livres eram preteridos pela sua cor em vários cargos administrativos e militares. Tentando romper essa barreira étnica e de classe, criaram a *imprensa mulata* no Rio de Janeiro que vai de 1833 a 1867 e terá um caráter reivindicativo e agitativo, procurando mostrar as restrições sofridas pela sua condição. De acordo com Jeanne Berrance de Castro: "dos numerosos jornais que então apareceram, alguns, muito bem definidos por Nelson Werneck Sodré como *a imprensa mulata*, tomaram como lema a luta aberta contra a discriminação racial. Esses jornais dirigidos e impressos geralmente por mulatos adotaram títulos identificadores como: *O Mulato ou o Homem de Cor*, *O Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Crioulinho*, *O Meia Cara*, e quem sabe outros mais, cujos exemplares não foram conservados e que poderiam ter-nos fornecido valiosos elementos para novas abordagens, no estudo das relações entre pretos e mulatos no Brasil. O cunho nacionalista desses jornais é claramente manifesto e a linha política extremada republicana ou exaltada, e a razão é óbvia, pois eram grupos que favoreciam reformas radicais"⁴⁵.

Lutavam, portanto, por reivindicações específicas do seu *status* de cidadãos e contra as restrições que sofriam pelo fato de serem mu-

latos. Tinham, portanto, como objetivo conseguirem mais cargos na área administrativa (que lhes eram vedados), militar, eclesiástica e nas profissões liberais, pois o aparelho de bargagem étnica dificultava ou impedia, por intermédio de leis ou do costume, pela sua cor. No entanto, esses jornais não se erguiam e colocavam nas suas colunas o problema dos negros escravos, reivindicando a Abolição e o fim do trabalho servil.

Esse seccionamento ideológico da população não-branca, que setoriza as suas reivindicações, que vem desde o estímulo às diferenças tribais aproveitadas e estimuladas pelos colonizadores, até a rejeição ou indiferença dos mulatos livres de se incorporarem à luta pela abolição, defendendo nos seus jornais somente reivindicações específicas do seu segmento étnico, é também reflexo de uma tática de classe senhorial e dos seus aparelhos de dominação ideológica no sentido de dividir e neutralizar a unidade de toda essa população não branca, nas suas diversas gradações de miscigenação e de hierarquização social. Essa visão competitiva dentro dos diversos segmentos não brancos é uma manipulação antiga que vem desde o Conde dos Arcos em relação aos batuques.

No segundo estágio dessa estratégia, isto é, após o 13 de Maio, outros mecanismos de bargagem e hierarquização étnica foram acionados e dinamizados. Usando o princípio de que *todos são iguais perante a Lei*, essa estratégia de bargagem social se refina.

Isto levou a que o cidadão negro – o ex-escravo – não encontrasse oportunidade no mercado de trabalho, na interação social global, tendo um espaço social no qual lhe permitiam uma circulação restrita de tal forma que sua personalidade, sem conseguir criar mecanismos de defesa contra tal situação, se deformou pela ansiedade cotidiana que dele se apoderou desde quando saiu de casa e especialmente quando reivindicou cargos ou funções que a ele, por táticas sub-reptícias e não mais visíveis, não foram permitidos socialmente. Com o princípio de que *todos são iguais perante a Lei*, os mecanismos de bargagem étnica se refinaram, sofisticaram-se e

ficaram invisíveis, tem-se a impressão de que o seu achatamento social, econômico e cultural é uma decorrência das suas próprias insuficiências individuais ou grupais. Essa deformação da sua personalidade que é uma consequência do comportamento patológico das elites racistas termina segregando-o em um gueto invisível. Todos esses elementos fizeram da sociedade brasileira, no nível das relações raciais, especialmente entre negros e brancos, uma sociedade neurótica e produtora de uma paranoia social, quer entre os brancos, quer entre os negros.

Analisando historicamente esses fatos, desde o início da nossa formação étnica e social, elaboramos um quadro procurando refletir essa junção entre o étnico e o social de acordo com a escala discriminatória da sociedade brasileira:

Esquema do sistema de valores embutidos no processo miscigenatório no Brasil	
Branco	O ideal tipo étnico = SUPERIOR
Mulato	Tipo Intermediário étnica e socialmente. Cruzamento do negro com branco. Valor social: inferior ao branco
Mameluco	Tipo intermediário étnica e socialmente. Cruzamento do índio com o branco. Valorizado simbolicamente em certa época do século XIX. Atualmente compõe a massa do campesinato pobre.
Cafuso	Cruzamento do índio com o negro. Tipo intermediário igualado étnica e socialmente ao negro. Inferiorizado por este motivo socialmente.
Pardo	Tipo indeterminado etnicamente e pode ser: - Mulato (também chamado cabra quando pobre) - Moreno escuro - Moreno Claro - Moreno Jambo etc. - Socialmente qualificado pelo <i>status</i> social.
Índio	Tipo etnicamente folclorizado. Sociopoliticamente tutelado.
Negro	A negação do ideal tipo étnico, social e estético escolhido pela estrutura de poder dominante, quer no passado escravista, quer no presente: = INFERIOR.

No entanto, apesar de esse sistema classificatório hierarquizado social e culturalmente via valores brancos e negros encontrar-se como o símbolo do que é inferior estética, cultural e biologicamente, ele foi, como povoador, o maior contingente que tivemos, o maior trabalhador do período escravista e o maior disseminador cultural até o presente. Apesar da alta taxa de mortalidade existente nesse primeiro período e das condições negativas e coercitivas sob as quais exercia o trabalho, o negro conseguiu, através de nódulos de resistência cultural e social, resguardar-se da política semigenocídica do sistema até 1850, quando era peça descartável pelo seu baixo preço no mercado, em consequência do fluxo demográfico injetado por intermédio do tráfico internacional. A partir daí, na fase do *escravismo tardio*, apesar de momentos dramáticos para ele, como a Guerra do Paraguai, o comportamento da classe senhorial é obrigado a introduzir certas modificações, traduzidas em *leis protetoras*⁴⁶.

Mas, de um modo geral, submetidos os não brancos em geral e o negro em particular a um código consuetudinário de classificação baseado em uma escala de valores com base no ideal tipo branco, procuram organizar-se e reordenar-se cultural e socialmente por meio do estímulo do renascimento da sua consciência étnica, nos últimos tempos. Mas, a fragmentação cromática subordinada a esse código de valores racistas atingiu psicológica e existencialmente essas camadas e os segmentos subalternizados econômica, social e etnicamente, fato que produz uma interiorização neles desses valores impostos pela elite branca dominadora. E com isto procuram em grande parte fugir simbolicamente do seu *ser* étnico e social, e da sua concretude étnica para uma realidade simbólica, objetivando reconstituir o seu *ser* por intermédio do outro, ou seja, da concretude do dominador. As reações em contrário, verificadas no sentido de um reencontro com o seu *ser*, são muito recentes e somente atingiram uma pequena parcela da grande comunidade não branca do Brasil.

A perda parcial da identidade étnica

O processo de fricção interétnica durante a dinâmica do desenrolar histórico do Brasil teve diversos níveis, oscilando, no particular, do épico ao covarde. Durante todo esse tempo as culturas africanas dominadas foram reelaboradas como uma cultura afro-brasileira de resistência. Resistiram de todas as maneiras, procurando, durante esse tempo, encontrar forças dinâmicas internas para não se transformarem em uma cultura lupenizada pela dominadora. Em determinado momento, com esse processo de fricção permanente, a identidade étnica do brasileiro não branco e do negro em particular entrou em um estado de perplexidade, dúvida, ceticismo e ansiedade quanto à *situação* como ser, em um estado de semianomia.

Era a luta permanente pela preservação da sua identidade étnica que entrava em crise. Quando nos referimos à *situação* das relações interétnicas no Brasil, estamos de acordo com o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira quando diz:

“Acreditar que a *questão racial* do negro, por exemplo, se reduza a um problema de classe social, é simplificá-lo demasiadamente com o risco de obscurecer a inteligibilidade das relações entre negros e brancos e a cair no truísmo, segundo o qual a estrutura de classes condiciona de algum modo o estigma étnico ou racial. Achar, por outro lado que a especificidade da situação do negro – ou de uma minoria qualquer – seja de tal ordem que dispense a consideração comparativa de outros casos de relações interétnicas é empobrecer injustificadamente o campo de referência empírica e, por suposto, as possibilidades de construção de modelos mais abrangentes e de elaboração de teorias de maior alcance (...). A maior colaboração entre aqueles que investigam as relações interétnicas no Brasil, sejam entre índios e brancos, brancos e negros, nacionais e imigrantes que desfrutem da situação de minorias, parece-nos ser altamente desejável para se atingir um estado mais satisfatório sobre a dinâmica das relações interétnicas no Brasil, e, além disso, alcançarmos

uma explicação melhor de nós mesmos – membros da sociedade nacional – revelados nos *outros*, muitas vezes desmascarados como *homens cordiais*, portadores de ideologias mistificadoras da realidade interétnica – ou como se queira *racial* – entre nós⁴⁷.

Estas afirmações de Roberto Cardoso de Oliveira nos levam a outro nível de reflexão, mais particular e próximo: até que ponto a política do dominador permitiu que se guardassem reservas de resistência étnica suficientes para criar e desenvolver uma contraideologia de afirmação do negro como segmento étnico e agente social sem escamoteações, capaz de evitar que o não branco, de um modo geral, fugisse da sua própria realidade, sem a necessidade de criar uma realidade simbólica alienadora? Este problema tem sido pouco estudado, quer por brancos, quer por negros. Mas, ao que parece, os grupos não brancos, a não ser aqueles que não podem fugir à sua própria qualificação (como negro chamado *retinto* ou o índio tribalizado), fogem muitas vezes da sua realidade étnica para uma realidade cromática simbólica, quase sempre *superior* à sua, de acordo com a escala de valores do dominador. E a sua identidade étnica começa a desaparecer.

Aqui devemos dizer que entendemos por identidade étnica um nível de consciência individual ou grupal das suas origens ancestrais capaz de determinar a aceitação, reconhecimento e sua autoafirmação social e cultural a partir desse nível de consciência alcançado. A partir daí o agente conscientizado passa a contrapor-se aos outros indivíduos, grupos ou segmentos que veem na etnia a que pertencem uma *marca inferiorizadora*. Essa identidade possui uma dinâmica sociocultural capaz de determinar a organização de grupos ou segmentos dispostos a conservar e desenvolver os seus valores e padrões étnicos entrando em fricção com os grupos etnocêntricos que os marcaram. Mas, numa sociedade poliétnica e ao mesmo tempo organizada em classes e estratos com elementos de diversas etnias em posições diferentes e mesmo antagônicas, essa identidade pode adquirir diversos níveis desde

a agressividade até a diluição no *corpus* da cultura ou da sociedade abrangente.

No caso particular brasileiro, já estudamos esse fenômeno por meio dos conceitos de *grupos específicos* e *grupos diferenciados*, correspondendo os primeiros àqueles elementos que possuem e desenvolvem a sua identidade étnica e os segundos àqueles nos quais a identidade étnica se diluiu em diversos níveis⁴⁸.

Os grupos étnicos, as comunidades negras ou bairros rurais negros travam, portanto, uma luta permanente nos níveis econômicos e sociais para que os seus padrões culturais não sejam manipulados ou mesmo hostilizados pelos grupos de fora ou pela sociedade abrangente através dos seus agentes desagregadores.

Quando essa identidade étnica se dilui ou fragmenta, um dos recursos usados é a fuga do agente discriminado para uma identidade simbólica e ambígua. Com isto, procura refugiar-se nessa identidade simbólica e construída a fim de aproximar-se o mais possível dos membros do ideal tipo escolhido como superior pelas estruturas de poder dominantes no Brasil.

No que diz respeito à cor, esse fenômeno é facilmente visível no caso brasileiro. Procuram identificar-se simbolicamente com o tipo mais aproximado do branco. Com isto, procuram refugiar-se em uma identidade simbólica e distorcida, como se se olhassem em um espelho deformante. Uma prova disto foi o resultado da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*, realizada em 1980. Queremos esclarecer que a metodologia do IBGE (entidade responsável pela sua execução) é fazer com que o próprio entrevistado determine, assuma a sua cor. Identificaram-se etnicamente cento e trinta e seis cores diferentes, dizendo-se desde *cor de burro quando fuge*, até *lilás*, *melada*, *puxada para branco* e outros designativos bizarros e mistificadores da verdade. Nesse sentido, Marvin Harris conseguiu registrar nada menos do que 492 diferentes termos de significado racial simbólico no Brasil⁴⁹.

O que significa isto em um país que se diz uma democracia racial e o laboratório modelo para todos os países com populações interétnicas?

Significa que os segmentos não brancos através de um processo alienador interiorizaram os valores brancos das classes dominantes que os colocaram como sendo inferiores, num trabalho subliminar cujo resultado foi conseguir que essas populações queiram fugir do seu ser, da sua concretude étnica, refugiando-se numa identidade simbólica e deformada. Isto quer dizer, por outro lado, que a miscigenação não democratizou a sociedade brasileira nem aceitou os padrões culturais e étnicos não brancos como iguais. Criou em cima dessa população miscigenada uma escala de valores discriminatória da qual ela procura neuroticamente fugir.

Como vemos, o sistema classificatório fenotípico bloqueou socialmente ao invés de libertar, durante séculos, as oportunidades, em pé de igualdade, dessa população não branca. Essa estratégia centenária irá se refletir na situação atual, isto é, no perfil de estratificação social, econômica e cultural dos mesmos. Foi um sistema classificatório que conseguiu, com a roupagem de *democracia racial*, o imobilismo social dessa grande massa não branca, especialmente a negra, que até hoje se encontra na base da pirâmide social.

Essa identidade étnica ambígua e simbólica do brasileiro vem demonstrar, na prática, a inexistência de uma democracia racial, pois se não se tivesse estabelecido um sistema classificatório que discrimina socialmente cada cidadão pela sua cor, de forma não institucionalizada, mas socialmente dinâmica, não haveria, como contrapartida, essa necessidade neurótica de o brasileiro fugir de si mesmo, de sua cor real que o estigmatiza étnica e socialmente.

A trajetória histórica, social, cultural e econômica dos três segmentos étnicos – índio, branco e negro –, na formação, estruturação e desenvolvimento da sociedade brasileira, mostra como essa estratégia seletora e de barragem ou limitação do espaço social funcionou dinamicamente

durante quatrocentos anos. Basta que se observe a situação das populações brancas e dos seus descendentes na estrutura socioeconômica brasileira, a situação dos índios e seus descendentes e dos negros e seus descendentes nessa mesma estrutura. Logicamente, se as populações indígenas e negras eram, inicialmente, mais numerosas demograficamente e se as oportunidades sociais tivessem sido igualmente distribuídas, sem os mecanismos de barragem e restrições criados na atual sociedade brasileira, eles ocupariam um conjunto de *status* e exerceriam uma série de papéis sociais muito mais numerosos do que ocorre. Tal, porém, não aconteceu.

O último recenseamento, de 1980, mostrou precisamente o contrário. É suficiente que se diga, em relação ao negro, que participa competitivamente na economia global do capitalismo dependente (o mesmo não acontece com o índio que se o faz é em nível não significativo), que somente 0,4% dos seus membros comparecem na categoria de empregadores.

Particularidades do racismo brasileiro

Quando falamos de um sistema classificatório racial no Brasil, subordinado a uma escala de valores racistas, evidentemente não nos referimos a um código elaborado e institucionalizado legalmente. Assim como nunca elaboramos um *Código Negro* que regulamentasse as relações entre os senhores e os escravos, também não tivemos um tipo *apartheid* da África do Sul ou uma *Jim Crow* dos Estados Unidos. Da mesma forma como a Constituição do Império omitiu a existência da escravidão e o jurista Teixeira de Freitas tenha se recusado a colocá-la, quando redigiu o projeto de Código Civil do Império, assim também esse sistema classificatório racista não foi codificado e institucionalizado, embora tenha atuado dinamicamente durante quase quinhentos anos. Pelo contrário. Enquanto as classes dominantes, suas estruturas de poder e elites deliberantes aplicavam essa estratégia discriminatória, por meio de uma

série de táticas funcionando em diversos níveis e graus da estrutura, elas elaboraram, em contrapartida, como mecanismo de defesa ideológica a filosofia do *branqueamento* espontâneo via miscigenação, e como complemento apresentavam-nos como o laboratório piloto da confraternização racial, cujo exemplo deveria ser seguido pelos demais países poliétnicos. Essa dupla face do comportamento das estruturas de poder racistas do Brasil será o que iremos abordar na conclusão deste capítulo.

Podemos dizer, em primeiro lugar, que, no Brasil, esse problema (relacionamento interétnico) foi conduzido em relação ao índio e ao negro de forma diferenciada, mas com o mesmo conteúdo de destruição da consciência étnica e cultural de ambos.

Em relação ao índio, primeiro houve a fase genocídica de ocupação da terra e da destruição de milhares de seus membros. Depois, a fase da *cristianização*, da *catequese*, da chamada *evangelização*, ou seja, da destruição das suas religiões e de sanções àqueles que não aceitassem submissamente a religião do colonizador que exercia, nesse contexto, o papel de bloco ideológico do Poder⁵⁰.

Em segundo lugar, foi a invasão das suas terras em ritmo rápido e violento no início e, depois, lenta e constante, a destruição daquelas tribos que ainda resistiam à *integração* – situação que perdura até hoje. Criou-se o Estatuto do Índio no qual os seus direitos foram regulados pelos brancos, sem que eles pudessem intervir como agente social e cultural dinâmico⁵¹. Mas, de qualquer forma, os remanescentes dos povos indígenas não perderam totalmente a sua identidade, a sua territorialidade em parte. Com isto, têm polos de apoio que facilitam uma articulação de resistência, pois sabem até onde têm os seus direitos outorgados pelos brancos e aquilo a que têm direito legitimamente. A desigualdade entre o índio e o chamado homem branco iguala e une os índios na sua luta pela demarcação de suas terras (territorialidade), na luta contra a invasão das mesmas e procuram igualar-se em termos de cidadania. Com isto, a sua consciência étnica mantém a sua identidade que se dinamiza

no processo de resistência pelos seus direitos diferenciados porque lhes foram fixados de fora, mas persiste a memória ancestral coletiva.

Com o Negro, porém, a situação é diferente e as estratégias montadas foram mais sofisticadas e eficientes. O racismo tem outra tática para com ele. Em primeiro lugar, o negro é considerado cidadão com os mesmos direitos e deveres dos demais. No entanto, o que aconteceu historicamente desmente esse mito. Trazido como escravo, tiram-lhe de forma definitiva a territorialidade, frustraram completamente a sua personalidade, fizeram-no falar outra língua, esquecer as suas linhagens, sua família foi fragmentada e/ou dissolvida, os seus rituais religiosos e iniciáticos tribais se desarticularam, o seu sistema de parentesco completamente impedido de ser exercido, e, com isto, fizeram-no perder, total ou parcialmente, mas de qualquer forma significativamente, a sua ancestralidade.

Além do mais, após o 13 de Maio e o sistema de marginalização social que se seguiu, colocaram-no como *igual perante a lei*, como se, no seu cotidiano da sociedade competitiva (capitalismo dependente) que se criou, esse princípio ou norma não passasse de um mito protetor para esconder desigualdades sociais, econômicas e étnicas. O Negro foi obrigado a disputar a sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas. Podemos dizer que os problemas de raça e classe se imbricam nesse processo de competição do Negro pois o interesse das classes dominantes é vê-lo marginalizado para baixar os salários dos trabalhadores no seu conjunto⁵².

O racismo brasileiro, como vemos, na sua estratégia e nas suas táticas, age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz, é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente nos seus objetivos.

E por que isto acontece? Porque não podemos ter democracia racial em um país onde não se tem plena e completa democracia política, econômica, social e cultural. Um país que tem na sua estrutura social vesti-

gios do sistema escravista, com uma concentração fundiária e de rendas das maiores do mundo; governado por oligarquias regionais retrógradas e brancas; um país no qual a concentração de rendas exclui total ou parcialmente 80% da sua população da possibilidade de usufruir em padrão de vida decente; que tem 30 milhões de menores abandonados, carentes ou criminalizados não pode ser uma democracia racial.

Quando democratizarmos, realmente, a sociedade brasileira nas suas relações de produção, quando os polos do poder forem descentralizados através da fragmentação da grande propriedade fundiária e o povo puder participar desse poder, quando construirmos um sistema de produção para o povo consumir e não para exportar, finalmente, quando sairmos de uma sociedade selvagem de competição e conflito, e criarmos uma sociedade de planejamento e cooperação, então, teremos aquela democracia racial pela qual todos nós almejamos.

NOTAS

1 - AZEVEDO, J. Lúcio de. *Épocas de Portugal* Econômico. Lisboa: Livraria Clássica, s/d, 3ª ed., p.155.

2 - MARTINS, J. P. Oliveira. *História de Portugal*. Parceria PEREIRA, A. M. Lisboa, 1942, 2 tomos, tomo 2º p.28. O mesmo autor escreve sobre este assunto: "a agricultura estava inteiramente abandonada, os escravos desempenhavam todos os serviços domésticos e os estrangeiros todas as indústrias. Os portugueses viviam indolentes, luxuosos e miseravelmente. O belga, nem por vinte ducados ao ano, podia obter uma criada em Lisboa; e todo o serviço doméstico era feito por negros e mouros cativos. Os escravos, em número de dez mil, representavam a oitava parte da população da capital; e seus donos faziam deles criação para venda, como se fossem bestas. Em Évora, os negros eram mais do que os brancos; e o belga, que vinha de Salamanca, onde tivera casa farta, à moda do seu Brabante, dizia-se transportado a uma cidade do inferno.

A emigração dos naturais, a incessante importação de negros da África alterava a fisionomia da população e Garcia Rezende escrevia:

Vemos no reino meter
Tantos cativos crescer,
E irem-se os naturais,
Que, se assim for, serão mais
Eles que nós, a meu ver.

As manadas de escravas, criadas como rebanhos, pervertiam os costumes; "e Vênus", dizia o belga, "merece em toda a Espanha o nome de pública, como em Tebas, e mormemente em Portugal, onde é raro ver um mancebo contrair uma ligação legítima" (IDEM, p.27).

3 - MARTINS, J. P. Oliveira. Op. cit., p. 29.

4 - TINHORÃO, José Ramos. *Os negros em Portugal – uma presença silenciosa*. Lisboa: Caminho, 1988. Aliás, este livro de um autor brasileiro sobre a importância do negro em Portugal, como escravo, ou trabalhador compulsório de um modo geral, é indispensável para o cientista social que desejar entender o comportamento do colonizador português no Brasil e os seus mecanismos de repressão no nosso contexto escravista.

5 - TINHORÃO, José Ramos. Op. cit.

6 - MARTINS, J. P. Oliveira. Op. cit., p.73.

Maurício Goulart informa neste sentido: "Em 1512, indo Simão da Silveira ao Manicongo, recomendava D. Manuel que trouxesse os navios, na volta, bem carregados, especialmente de escravos. Os próprios régulos africanos, aliás, querendo ser agradáveis aos monarcas portugueses, mandavam-lhes escravos de presente. Foi o que fez, em 1487, o Príncipe Benin, da Guiné, oferecendo a D. João II cem negros, todos mancebos e bem dispostos.

Em Lisboa, para uma população de cem mil almas, numeravam-se dez mil escravos. Nicolau Clenardo assim se referia à capital dos reinos, em 1535: 'Portugal está a abarrotar com essa raça de gente. Estou em crer que em Lisboa os escravos e as escravas são mais do que os portugueses livres de condição'. Dificilmente se encontraria uma casa onde não houvesse uma escrava, que não se distingua de uma besta de carga senão pela figura. 'Os mais ricos têm escravos de ambos os sexos, e há indivíduos que fazem bons lucros com a venda dos filhos de escravos, nascidos em casa. Chega-me a parecer que os criam como quem cria pombas para levar ao mercado'. As escravas, de vez que o fruto seguia a condição do ventre, eram tanto úteis quanto mais parissem. Por isso, observava o belga arguto, 'longe de se ofenderem com as rebeldias das escravas, estimam até que tal suceda'.

Em 1552, havia em Lisboa doze corretores de escravos que o eram igualmente de cavalos. Aproximação instrutiva para a psicologia da época, comenta Lúcio de Azevedo. Enquanto isso,

(...) iam-se os naturais (...)

Iam-se, seguiam em legiões, numa corrida desvairada para as Índias. Só no período de 1497 a 1527, navegaram de Portugal para o Oriente trezentas e vinte naus, conduzindo oitenta mil homens".

GOULART, Maurício. *A escravidão Africana no Brasil das origens à extinção do tráfico*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p.27.

7 - CAPELA, José. *Escravidão - empresa de saque o abolicionismo*. Porto: Afrontamento, 1974, p.37-38.

8 - Op. cit., p.41.

9 - RAMOS, Artur. *Introdução à Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 2 volumes, 1947, 2º vol, p.112.

10 - RAMOS, Artur. Op. cit. Evidentemente esses números fornecidos por uma só fonte (o Departamento Nacional de Imigração) citado por Ramos são incompletos e não exprimem a realidade. O Itamaraty, dispondo de outras fontes, registra um total de 4.864.434 portugueses entrados de diversas maneiras no Brasil de 1886 a 1960 no seguinte ritmo: 1885: 7.611; 1890: 25.174; 1896: 36.055; 1900: 8.250; 1905: 20.181; 1910: 30.857; 1915: 15.118; 1920: 33.883; 1925: 21.508; 1930: 18.740; 1935: 9.327; 1940: 11.737; 1945: 1.414; 1950: 14.739; 1951: 28.731; 1952: 42.815; 1953: 33.735; 1955: 21.264; 1956: 16.803; 1957: 19.471; 1958: 21.928; 1959: 17.345. Apesar de faltarem alguns anos, estes números aproximam-se muito mais da realidade. Deste total não foram subtraídos, porém, aqueles que voltaram a Portugal (Fonte: *Brasil: 1960 - Situação, Recursos, Possibilidades*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Administração, 1960. p.145). Mas, o que sociologicamente interessa não é a mera quantificação dessa população portuguesa, mas os espaços sociais que ela ocupou inicialmente na estrutura da sociedade brasileira e a conservação desses espaços até os nossos dias. Neste particular, o sociólogo Cláudio de Albuquerque Bastos, num livro pioneiro de sociologia das linhagens no Brasil escreve:

"esta monografia pretende constituir-se em um estudo sobre a influência clânica na política brasileira, tentando mostrar como, em determinados casos, algumas famílias, de origem essencialmente portuguesa, vêm tendo o predomínio e domínio dos postos executivos do Brasil, desde a época da instalação do sistema de capitanias hereditárias em 1534, logo após o descobrimento do país, até os nossos dias".

BASTOS, Cláudio de Albuquerque. *Família & Poder*. Belo Horizonte, 1991, p.5. Ver ainda neste sentido: OLIVEIRA, Luís Antônio de & SIMÕES, Celso. *Portugueses no Brasil: situação sociodemográfica em 1980*. Comunicação apresentada ao 1º Colóquio Internacional de População de Expressão Portuguesa, Recife, 1988, mimeografado.

11 - Sobre essa conservação de *status* de famílias tradicionais de origem lusa de forma analítica ver BASTOS, Cláudio de Albuquerque, Op. cit.

12 - RIBEIRO, Darcy. *Línguas e Culturas Índigenas no Brasil*. Rio de Janeiro, p.34.

13 - DALLARI, Dalmo de Abreu. "Justiça para os Índios". In: *Folha de S.Paulo*, 23 de abril de 1983.

14 - RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p.220. A tendência de se integrar o Índio como força de trabalho, como elemento produtivo na economia de modelo capitalista vem de longe. Couto Magalhães defende-a quando escreve em 1876: "Tem se observado muitas vezes que os norte-americanos, muito mais adiantados do que nós, não encontram outro meio de catequizar os seus selvagens senão o extermínio. Certamente que os Estados Unidos são um grande país e têm muitas, muitíssimas coisas em que nos são superiores. Mas, daí não se segue que, tudo o que eles não puderam fazer nós também o não possamos, e nem tampouco que nos sejam superiores em tudo. Puderam eles porventura libertar os seus escravos sem derramar rios de sangue? Não. Pois nós vamos libertando os nossos no meio da mais profunda paz e sem ver parar e nem ao menos entorpecer as fontes da nossa riqueza (...) Temos, para utilizar o selvagem, duas fontes de riqueza em que eles não fizeram as suas provas, e nas quais temos tirado resultados conhecidos: nossos vastos campos apropriadíssimos como os de nenhum outro país do mundo, as indústrias pastoris, e nossas vastas florestas do Amazonas, Goiás e Mato Grosso, abundantemente providas de materiais para utilizar milhões de braços nas indústrias extrativas de borracha, cacau, salsaparrilha, cravo, óleo de copaíba, e multidão de outros que já representam, em nossa riqueza pública, uma soma de cerca de quinze mil contos de valor anual de exportações (...) Os norte-americanos extinguiram seus selvagens; nós, os sul-americanos, havemos de aproveitar os nossos, como os já estamos aproveitando em escala muito maior do que parece." MAGALHÃES, Couto. *O Selvagem*. Rio de Janeiro: Livraria Magalhães, 2ª ed. prefaciada e revista pelo sobrinho do autor, São Paulo. Ver na introdução todo o subtítulo *O selvagem como elemento econômico*. Devemos acrescentar, como elemento de reflexão final, que Couto Magalhães escreveu o seu livro *O Selvagem* em pleno regime escravista e a isto faz referência. Que tipo de aproveitamento de trabalho caberia ao índio nesse contexto: substituiria os escravos negros, à medida que os primeiros fossem

sendo alforriados, ou seriam escravizados? Sobre essa *mentalidade empresarial* ver: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A Sociologia do Brasil Indígena*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Tempo Brasileiro/Edusp, 1972, especialmente p. 74 e segs.

15 - Ver o documento RU AU I TICUNAGU ARU WUÍ (A lágrima de Ticuna é uma só) do Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões e do Projeto Estudos de Terras Indígenas – Museu Nacional/UFRJ.

16 - RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Lisboa: Seara Nova, 1976, p.135.

17 - A insuficiência de essas estatísticas refletirem a realidade está sendo julgada por vários historiadores que analisam criticamente os métodos usados até agora, todos eles procurando minimizar o total de africanos trazidos compulsoriamente para o mundo colonial.

18 - WEBER, Max. *História Económica General*. México: Fondo de Cultura Económica. p. 264-265

19 - WEBER, Max, Op. cit., p. 256. Weber, como sempre, confunde a forma com a essência dos fenômenos sociais, daí negar valor à participação do tráfico negreiro na origem e desenvolvimento do capitalismo. Isto porque ele via mais o lado organizacional do sistema e procurava caracterizá-lo por meio de sua racionalidade (do ponto de vista weberiano) e não como um processo imanente e objetivo, como o via Marx. Por isto escreve: “a escravidão a partir do século XVIII significa muito pouco para a organização econômica europeia; foi em troca um fato transcendental para a acumulação de riquezas dentro da Europa. Criou um grande número de financistas, porém somente em pequena escala contribuiu para desenvolver a forma industrial de exportação e a organização capitalista” (Op. cit., p.256). Compara-se esta afirmativa com os fatos apresentados por Eric Williams para se ver até que ponto Weber confundia o desenvolvimento no seu sentido imanente, objetivo e dinâmico com as técnicas de uma racionalidade introjetada no analista por esta própria realidade social.

20 - POMBO, Rocha. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, Inc. (5 volumes), 1º, p.98.

21 - MENDONÇA, Renato. *A influência Africana no Português do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935, p.69. Este autor, para chegar ao total que apresenta, sempre se baseia em fontes oficiais, o que restringe, em muito, as possíveis fontes para se ter um total mais exato das proporções do tráfico. O mesmo autor acha *exageradíssimo* o cálculo feito por Calógeras de quinze milhões de africanos importados, mas não apresenta razões que justifiquem essa reserva, como, aliás, Calógeras também não apresenta as razões que o levaram ao total que apresentou.

22 - Para se ter uma visão mais aproximada do vulto do contrabando de africanos, e, em consequência, a precariedade dos cálculos feitos sobre o seu total basta atentar-se

para que muito antes da Lei de 1830 ele já era praticado evidentemente visando a não pagar-se os dízimos da Coroa. Beatriz Westin de Cerqueira, ao estudar a escravidão em Ubatuba, cidade do litoral paulista, registra que o contrabando de escravos desde 1795 era registrado naquela vila, escrevendo que “em 1795, tinham-se tornado tão frequentes as notícias sobre o contrabando no litoral que o Vice-rei, Conde de Rezende, decidiu se fizesse uma averiguação acerca do assunto. Sebastião José do Amaral, encarregado da ordem, percorreu a ilha das Couves e chegou a Ubatuba, onde procurou o Juiz Ordinário, Francisco Homem da Costa, que lhe escrevera uma carta, advertindo-o a respeito do contrabando no litoral. Afirmava ser comum a chegada de contrabando vindo de Montevideu à ilha dos Porcos e das Couves (...) A rede era bem organizada. Dela faziam parte homens de prestígio político em Ubatuba, os quais possuindo cargos de confiança do governo, deles se serviam para encobrir a ação contrabandista. Entre esses, destacavam-se pela ação junto aos espanhóis e portugueses o capitão-mor Diogo de Escobar Ortiz e o tenente Manuel Pereira Jorge, que muitas vezes chegou a subir a bordo das embarcações espanholas, nelas comendo e bebendo. Recebeu este último, por vezes, presentes daqueles a quem protegia, fazendo também o câmbio da moeda brasileira com a prata castelhana (...). O alferes Lourenço Justiniano praticou o contrabando, a ponto de perseguir o Juiz Ordinário Francisco Homem da Costa, que tendo denunciado os escândalos do tráfico foi, por isso, preso “nas enxovias da cadeia dessa vila em um tronco de pé”. Posteriormente solto, teve sua propriedade confiscada pelo alferes (...). O governador Antônio José de Franca e Horta procurou, em 1802, impedir que continuasse esse tráfico, visto saber que homens importantes eram os próprios protetores de negociações ‘capazes de arruinar inteiramente as manufaturas nacionais’ (...). Essas medidas não reprimiram o contrabando. Acusações continuavam a ser apresentadas, buscas eram feitas e nada se encontrava. Camufladas e protegidas pela penumbra e pelas autoridades, canoas de voga levavam os escravos a outros portos próximos, retornando antes do amanhecer (...). Este tráfico litorâneo se estende do início do século XVIII até o ano da Lei Eusébio de Queirós (século XIX)”. Neste sentido, a mesma autora escreve: “Em 1850, o delegado de Ubatuba em carta ao presidente da Província escrevia: ‘V. Exa. declara que tem ouvido com sensível desgosto que no termo desta vila (Ubatuba) se fez esse tráfico inominável com o maior escândalo e descaramento (...) mas que a V. Exa. repugna acreditar que as autoridades desta vila favorecem os negociantes de negros novos, já estruturando-se as diligências que lhe são requeridas para a verificação do crime, já consentindo que no próprio ancoradouro desta vila entrem navios tendo a bordo utensílios comprovativos do crime de tráfico, aí se conservem e se preparem para novas viagens sem encontrar o mais leve embaraço por parte das autoridades. Se tais fatos existissem, Exmº Sr., se eles fossem verídicos, é inquestionável que as autoridades desta vila teriam faltado a seu dever, teriam cometido prevaricação; e, por isso, V.Exa. permitirá que eu – que sou uma dessas autoridades – afaste sobre mim o estigma de protetor de traficantes e decline a responsabilidade que sobre mim e mais autoridades pretenderam acarretar pessoas que ou por mal informadas procuraram ilaquear a boa

fé de V.Exa.' Estes são os termos de um ofício do delegado Antônio Gonçalves Barbosa da Cunha ao Presidente da Província, no dia 8 de Abril de 1850, cinco meses antes de ser decretada a proibição definitiva do contrabando, como se as autoridades, tardiamente, procurassem defender-se de possíveis acusações futuras. Mesmo assim, ainda há notícias de desembarques após a Lei Eusébio de Queirós". A mesma autora conclui o seu estudo afirmando: "apesar de tudo, sempre se falou em contrabando, apontando-se como focos de negociações ilícitas, ora ilhas, ora enseadas, buscando-se escravos novos nas fazendas, ora espreitando-se embarcações que, segundo se dizia, carregavam negros *nasão*". CERQUEIRA, Beatriz Westin de. "Um estudo da Escravidão em Ubatuba". In: *Estudos Históricos*. Assis (SP), nº 5, dezembro de 1966, p.51-56.

Esses últimos acontecimentos foram registrados depois de 1850. Se em uma simples Vila do litoral paulista, o contrabando de africanos era organizado ao nível de envolver diretamente importantes autoridades locais, calcule-se em todo o Brasil durante o período que antecedeu à Lei Eusébio de Queirós e mesmo a de 1831, pois, no século XVIII, ele já era constatado em Angatuba, pelo menos, durante todo o período colonial da escravidão. Esta é uma das razões que achamos que as estimativas sobre o total de africanos contrabandeados no Brasil são incompletas, porque se baseiam em fontes limitadas e em documentos oficiais.

23 - CURTIN, Philip D. *The Atlantic Slave Trade - A Census*. Wisconsin, 1969, *passim*.

24 - As diversas discussões sobre a existência ou não de um modo de produção escravista no Brasil foram analisadas na Introdução deste livro.

25 - KLEIN, Hebert. "Tráfico de Escravos". In: IBGE - *Estatísticas Históricas do Brasil*, vol. 3, Séries Econômicas, Demográficas e Sociais - 1550 a 1985, p.53 e segs.

26 - KLEIN, Hebert. Loc. cit.

27 - KLEIN, Hebert. Loc. cit.

28 - HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Prefácio". In: GOULART, Maurício. *A Escravidão Africana no Brasil*, 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

29 - Ainda sobre o tráfico consultar GOULART, Maurício. Op. cit. IDEM. "O problema da mão de obra: o escravo africano". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, II vol. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960. TAUNAY, Afonso de. *Subsídios para a História do Tráfico Africano no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1941. VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*. Salvador: Corropio, 2ª ed., p.1987. TAVARES, Luiz Henrique Dias. *Comércio Proibido de Escravos*. São Paulo: Ática, 1988.

30 - CONRAD, Robert Edgard. *Tumbeiros*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.119 e segs. Ainda sobre a avaliação do número de africanos entrados no Brasil, durante os séculos XVI, XVII e XIX, escreve Robert Edgard Conrad, pondo com razão em dúvida as baixas avaliações de alguns historiadores, que "o número exato de escravos importados para

o Brasil em um período de mais de trezentos anos jamais será conhecido, mas, considerando a informação citada acima, as baixas estimativas fornecidas por Goulart, Curtin, Buarque de Holanda e outros devem pelo menos ser reavaliadas". Segundo o próprio professor Curtin, a cifra de 3.646.800 foi aceita "principalmente porque é a soma das estimativas por período de tempo de (Frederic) Mauro e Goulart". A cifra exata foi consideravelmente mais elevada, que é concebível a entrada de mais de 5.000.000 de escravos no Brasil durante todo o período do tráfico. Esse total incluiria talvez 100.000 africanos no século XVI, 2.000.000 no século XVII, 2.000.000 no século XVIII e mais 1.500.000 nos últimos cinquenta anos de tráfico" (CONRAD, Robert Edgard. *Tumbeiros*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.43). No particular, segundo Francisco de Assis Barbosa, "em estudo posterior, Nircea Buescu reavaliou métodos e cálculos, e partiu das estimativas da população escrava, fixadas em épocas diversas. Nas estimativas, segundo Buescu, em *Exercícios de História Econômica do Brasil* (RJ, 1968), a importação total teria atingido 6.353.500 escravos, quase o dobro da cifra até o momento consagrada. Chegasse-ia, com tais números, a confirmar as seguintes proporções, entre a população livre e a escrava: 30% em 1600; 40% em 1700; 50% em 1850". BARBOSA, Francisco de Assis. "Movimento Abolicionista no Brasil". In: ANDRADE, Manuel Correia de & FERNANDES, Eliane Moury (org.). *Atualidade e Abolição*. Recife: Massangana, 1991, p.14.

31 - RAMOS, Artur. *Introdução à Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942, 1º vol, p.110.

32 - Sobre o tráfico africano e a conseqüente influência do negro na região amazônica, ver: SALLES, Vicente. *O Negro no Pará*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/UFP, 1971. DOAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*. 2 vols. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. FIGUEIREDO, Napoleão. "Repensando os estudos sobre a presença africana no Brasil e o tráfico de escravos na Amazônia colonial". In: *Boletim de pesquisa da CEDEAM*, Manaus, vol. 6, nº 11, julho/dezembro de 1987, p. 164-186. IDEM. "Presença Africana na Amazônia". In: *Afro-Ásia*. Bahia: CEAO, Universidade Federal da Bahia, nº 12, 1976, p. 145-160. IDEM. "O tempo e as gentes da África no Brasil e na Amazônia Colonial". In: *Diário Cultural*, suplemento do *Diário do Pará*, 03-10-1987. IDEM. "A diáspora africana na Amazônia". In: *Diário do Pará*, 26-05-1988. IDEM. *Amazônia, tempo e gente*. Belém: Prefeitura Municipal, 1977. LOUREIRO, Antônio. "Reflexões sobre a escravidão e uma visão da etnia negra no Amazonas". In: *Suplemento Literário Amazonas* (edição especial). Manaus, maio de 1988, p. 26-32. BRAGA, Roberto. *A escravatura negra no Amazonas*, loc. cit., p. 33-37. HENRY, Anaiza Vergolino & FIGUEIREDO, Napoleão. *A presença africana na Amazônia Colonial, roteiro analítico de uma documentação inédita* (mimeografado). Ver também: CARNEIRO, Edison. "A conquista da Amazônia". In: *A cidade de Salvador - A conquista da Amazônia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. AGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2ª ed., 1977. BRAGA, Roberto. "A escravatura negra no Amazonas". In: ACERVO - *Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 3, nº 1, jan.-jun. de 1988, p.51-60.

33 - SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil*, 3ª ed., 1938, *passim*.

34 - Padre Antônio Vieira, trecho de uma carta escrita em 1648.

35 - Laura de Melo e Souza escreve neste sentido, procurando demonstrar que, em Minas Gerais, não houve uma fase de fastígio econômico e outro de decadência, o primeiro reprodutor de uma situação de riqueza geral e de benefício para a plebe e o segundo decadente, da economia de mineração que "alusões à pobreza, à ruína, ao abandono a que ficavam relegadas as populações mineradoras representam a tônica dominante dos documentos do século XVIII mineiro, sejam eles oficiais ou não. Os dois textos que descrevem as festas barrocas apresentam-se, portanto, como extremamente destoantes no concerto geral; quase que se poderia dizer constituírem os únicos registros que fazem menção à riqueza e à opulência. Mais um motivo, pois, para se acreditar na *inversão ideológica* operada por intermédio da visão que as festividades conferiam à sociedade. Sendo, como já ficou dito acima, mecanismo de reforço, inversão e neutralização, a festa servia admiravelmente à perpetuação de um estado de coisas que interessava tanto ao lado metropolitano quanto à sociedade escravista colonial; em um e em outro, é o mando que se legitima, igualando as diferenças e, ao mesmo tempo, acentuando-as; é o poder que se faz autêntico para conferir um espaço às populações pobres - o mulato, o gentio da terra - e, simultaneamente, mantê-las respeitadas que a pompa ajuda a delimitar." SOUZA, Laura de Melo. *Desclassificados do Ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 2ª ed., 1986, p.30.

36 - *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 de janeiro de 1886.

37 - O Clube do Cupim era uma associação iniciática fundada em Recife para dar fuga aos escravos. Carneiro Vilela que o descreveu afirma: "fundou-se o *Club do Cupim* com vinte sócios efetivos que tomaram por nome de guerra os das vinte províncias do Brasil. Inspirando-se na admirável organização da Carbonária, cada um desses sócios tinha às suas ordens um capitão, este um subcapitão, que, por sua vez, devia ter às ordens ou comandar vinte auxiliares, os quais todos tomavam por nome de guerra o de qualquer localidade brasileira. Foi assim que o Clube do Cupim conservando sempre os seus vinte membros efetivos, dos quais saía uma executiva de três a cinco, chegou a contar com um corpo efetivo de trezentos e tantos auxiliares, cada qual mais dedicado, cada qual mais ativo, todos impavidamente solidários. Não tinha estatuto, sendo o seu único fim a libertação de escravo por todos os meios. VILELA, Carneiro. "O Club Cupim". In: *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, nº 27, p.417-421).

38 - Ver neste sentido: CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 6ª ed., 1979, *passim*. No capítulo sobre o escravismo tardio, abordamos o assunto mais analiticamente.

39 - Ver no particular: MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988, capítulo "O Brasil teria de ser Branco e Capitalista", onde o problema da política

imigrantista e os seus condicionamentos econômicos e ideológicos são abordados.

40 - ABREU, Capistrano de. *Introdução aos Diálogos das grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão. Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1943, p.31. A inclusão do componente como elemento diferenciador entre o escravismo clássico e o moderno foi destacada por Moses I. Finley, quando escreve que "os libertos do Novo Mundo carregavam na cor de sua pele, um sinal externo de sua origem escrava, mesmo após várias gerações, com gravíssimas consequências econômicas, sociais, políticas e psicológicas. Os libertos antigos simplesmente desapareciam no conjunto da população em uma ou, no máximo duas gerações". FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991, p.101. Este fato diferenciador, isto é, o componente étnico na base da contradição senhor - a branco e negro - a escravo é que muitos sociólogos da escravidão moderna não valorizam, chegando, mesmo, a chamar de racistas aqueles que procuram demonstrar essa particularidade e as suas consequências no contexto da sociedade que a substituiu nas Américas. Essa visão mecanicista, muitas vezes, fruto de um marxismo que não procura ver as particularidades, mas somente as analogias com os textos clássicos, vem demonstrar como há um atraso teórico muito grande na análise das particularidades do escravismo moderno, especialmente no Brasil.

41 - DEBRET, Jean Batista. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins, 2 vols. 1ª, p.87.

42 - DEBRET, Jean Batista, Op. cit., p.87

43 - A salvação do escravo pelo batismo era apresentada literalmente como uma dádiva divina. No particular, Vieira é explícito e, em um sermão dirigido aos escravos em 1633, afirmava: "Começando pois pelas obrigações que nascem do vosso novo e tão alto nascimento, a primeira e maior de todas é que deveis dar infinitas graças a Deus por vos ter dado conhecimento de si, e por vos ter tirado de vossas terras, onde vossos pais e vós vivíeis como gentios; e vos ter trazido a esta onde instruídos na fé, vivais como cristãos, e vos salveis (...). A Mãe de Deus antevendo esta vossa devoção, vos escolheu de entre tantos outros de tantas e tão diferentes nações, e vos trouxe ao grêmio da Igreja, para que lá, como vossos pais, vos não perdesseis e cá, como filhos seus vos salvasseis. Este é o maior e mais universal milagre de quantos faz cada dia, e tem feito por seus devotos a Senhora do Rosário" (VIEIRA, Padre Antônio. "Sermão décimo quarto, pregado, na Bahia, à Irmandade dos Pretos de um engenho em dia de S. João Evangelista, no ano de 1633". In: *Sermões*. Porto/ Lisboa: Lello & Irmão/ Aillaud & Lellos Ltda., 1951, 15 vols., vol. XI, p. 303-304.

44 - Ver neste sentido: OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O Liberto: o seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio, 1988, *passim*.

45 - CASTRO, Jeanne Berrance de. "A Imprensa Mulata". In: *Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 02-11-1968. Neste sentido, escreve Nelson Werneck Sodré analisando o fato: "As inquietações geradas em três séculos de domínio colonial, sob

a rígida estrutura do latifúndio, deflagrariam na fase de transformação em que se esboçariam os traços fundamentais de um regime novo, para a nova situação, a da economia. No fundo, as contradições repontavam, como a ação de forças ainda recentes contra a inércia do mundo rural. Traduziram-se sob formas as mais diversas, tal de apresentar o comerciante luso como responsável por todas as mazelas, propício a todos os golpes, misturando-se a condição nacional e a condição de classe, como já se começava a misturar, em relação aos africanos e seus descendentes, a condição de classe. Entre os pasquins da época, aliás, muitos denunciavam até pelos títulos: *O Crioulo, O Crioulinho, O Mulato, O Cabrito, O Homem de Cor* – o problema que surgia. Mas os elementos todos, aqueles que disputavam melhor posição, quando alguns a conquistariam logo, como os ligados ao comércio urbano, os que se rebelavam contra as imposições implacáveis do meio, e que vinham mais de baixo na escala social, o liberto, o artesão, o trabalhador urbano, o pequeno funcionário, e os que lutavam pela manutenção dos privilégios tradicionais, em defesa da sua preeminência social, política, econômica – todos não haviam encontrado ainda o instrumento adequado de luta, a finalidade segura de seus impulsos, nem mesmo os caminhos e a forma de preservá-los ou de conquistá-los". SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p.1811. Esta falta de finalidades e de rumos da população não branca levaria a que os mulatos se sentissem diferenciados da classe escrava negra e, ao invés de juntar-se à mesma, procuraram um objetivo de mobilidade não a incluindo na sua proposta.

46 - Essas leis protetoras podemos enumerar estando enquadradas neste sentido o Decreto nº 3.725 de 6 de novembro de 1866, que assegurava alforria aos *escravos da nação* (do governo) que lutaram na Guerra do Paraguai; a Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, ou a Lei do Ventre Livre, como é popularmente chamada, que declarava livres os escravos da Nação e outros filhos do ventre escravo; Lei nº 3.270 de 28 de setembro de 1885, conhecida como Lei dos Sexagenários, que reconhecia como livres os escravos com mais de sessenta anos, além de outros atos como não permitir a venda de casais escravos por anos diferentes e a abolição da pena do açoite.

47 - OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976, p. XIX.

48 - MOURA, Clóvis. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?*. Rio de Janeiro: Conquista, 1977, especialmente o capítulo "O negro como grupo específico e diferenciado em uma sociedade competitiva", p. 127 e segs.

49 - HARRIS, Marvin. "Referencial Ambiguity in the calculus of Brazilian racial identity". In: NORMAN, E. & SWED, J. F. New York: Afro-American Anthropology, The Free Press, 1970, p.75-86. Ver no mesmo sentido: WOOD, Charles H. *Census categories and subjective classifications of race in Brazil: an empirical assessment*. Comunicação apresentada ao seminário internacional *Desigualdade racial no Brasil Contemporâneo*, Belo Horizonte, 1990 (mimeografado).

50 - Sobre a situação atual do índio ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os direitos do Índio*. São Paulo: Brasiliense, 1987, *passim*.

51 - Cf. HASENBALG, Carlos. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

52 - Sobre a existência e as estratégias ideológicas do racismo brasileiro, negando-o ou constatando-o em várias abordagens e conclusões, consulte-se fundamentalmente: TORRES, Alberto. "Em prol das nossas raças". In: *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938, p.119 e segs. IDEM. *As fontes de vida no Brasil*. Rio de Janeiro, 1915. VIANA, Ataliba. *Gente sem raça*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1944, *passim*. FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1942. IDEM. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965, 2 vols. IDEM. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez, 1989. FERNANDES, Florestan & BASTIDE, Roger. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971, 2ª ed. IDEM. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955. NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco – estudos de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. IANNI, Octavio. *Escravidão e Racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978. IDEM. *Raças e classes no Brasil*. Edição ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1987. SILVA, Martiniano J. *Racismo à brasileira – raízes históricas*. Brasília: Thesaurus, 2ª ed., 1987. ASKHIDMOR, Thomaz. *Preto no Branco, raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. IDEM. "Towards comparative analyses of race relations since abolition in Brazil and the United States". In: *Latin American Stud.*, 4, I, I, I, 28. AZEVEDO, Thales de. *Cultura e situação racial no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. IDEM. *As elites de cor*. São Paulo: Cia. Editora Nacional. IDEM. *Democracia Racial*. Petrópolis: Vozes, 1975. IDEM. *Civilização e mestiçagem*. Salvador: Progresso, 1951. HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. IBGE, *Aspectos da situação socioeconômica de brancos e negros no Brasil*. BOXER, C. R. *Relações raciais no império colonial português*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967. DEGLER, Carl N. *Nem preto nem branco – escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1971. CARDOSO, Fernando Henrique & IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1960. VIANNA, Oliveira. *Raça e assimilação*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1932. IDEM. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956, 4ª ed. PINTO, L. A. Costa. *O Negro no Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1953. NASCIMENTO, Abdias do. *Quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980. IDEM. *Mixture or Massacre?* New York: Afrodiaspora Buffalo, 1979. IDEM. *Racial democracy in Brazil: myth or reality?* Sketch Publishing Co. Ltda. Ibadan, 1977. IDEM. *Genocídio do negro brasileiro – processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. CEDEPLAR-FACE-UFMG. *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*, Belo Horizonte, 1991. FILHO, Mário. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, 2ª ed. BROOKSHAW, David. *Raça & Cor na literatura brasileira*. Porto

Alegre: Mercado Aberto, 1983. SAYERS, Raymond, *O negro na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1958. BARBOSA, Maria Irene. *Socialização e relações raciais: um estudo de família negra em Campinas*. São Paulo: FFLCH/USP, 1983. FERREIRA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1981. CHIAVENATTO, Júlio José. *O negro no Brasil - da senzala à guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1980. MNU. *10 anos de luta contra o racismo*, São Paulo, 1988. Comissão dos religiosos seminaristas e padres negros. *Ouvi o clamor deste povo Negro*. Petrópolis: Vozes, 1987. MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989. IDEM. *As injustiças de Clio - o negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. IDEM. *O preconceito de cor na literatura de cordel*. São Paulo: Resenha Universitária, 1976. IDEM. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global, 1983. IDEM. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988. BOMILCAR, Álvaro. *O preconceito de raça no Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Aurora, 1916. MOTTA, Roberto M. C. "Raça, ambiguidade e demografia uma defesa de Gilberto Freyre". In: *Ciência e trópico*, vol. 1, Julho/Dezembro, 1972, nº 2. COUTINHO, José Maria. *O darwinismo social e o negro brasileiro*. Vitória, 1989 (mimeografado). FREYRE, Gilberto. *Problemas Brasileiros de Antropologia*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943. IDEM. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1943, 4ª edição definitiva. IDEM. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olímpio, especialmente o 2º tomo, capítulo "A República e o processo de miscigenação no Brasil". DINIZ, Almachio. *História racial do Brasil*. São Paulo: Cultura Moderna, 1934. OLIVEIRA, Waldir Freitas de. "Considerações sobre o preconceito racial no Brasil". In: *Afro/Ásia*, nº 8/9, Salvador, Junho/Dezembro, 1969.



Linguagem e Dinamismo Cultural do Negro

“Passando um senhor perguntou:

– O que escreve?

– Todas as lembranças que pratica os favelados, estes projetos de gente humana”

.....
Se eu pudesse mudar de favela! Tenho a impressão de que estou no inferno.

Sentei para escrever. A filha da Sílvia, uma menina de seis anos, passava e dizia:

– Está escrevendo, negra fidida!

.....
Choveu e esfriou. É o inverno que chega agora. E no inverno a gente come mais. A Vera começou a pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de banha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha e arroz a D. Alice. Era 9 horas da noite quando comemos.

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome.

.....
O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora.”

Carolina Maria de Jesus

.....
“Deus meu! Por uma questão banal de química biológica do pigmento ficam alguns mais rebeldes e curiosos fósseis preocupados, a ruminar primitivas erudições, perdidos e atropelados pelas longas galerias submarinas de uma sabedoria infinita, esmagadora, irrevogável!

Mas, que importa tudo isso? Qual é a cor da tempestade de dilacerações que me abala? Qual a dos meus sonhos e gritos? Qual a dos meus desejos e febre?”

Cruz e Souza

As culturas africanas transformam-se no Brasil em uma cultura de resistência

Um dos aspectos mais estudados quando se aborda o negro no Brasil é o da sua origem étnica e de qual cultural provém. No particular, a bibliografia vem se ampliando a partir de Nina Rodrigues¹, e continua através dos trabalhos de vários autores de níveis de importância e visão teórica e metodológica diferenciados². Essa preocupação com os grupos étnicos africanos trazidos para o Brasil e o seu respectivo valor cultural podemos encontrar no próprio Henrique Dias, na sua famosa carta escrita aos holandeses na qual, além de especificar o grupo de origem dos seus negros, explicita as suas qualidades culturais dizendo: "de quatro nações se compõe este regimento: minas, ardras, angolas e crioulos; estes são tão malcriados que não temem nem devem; os minas são tão bravos que aonde não podem chegar com o braço chegam com o nome; os ardras são tão fogosos que tudo querem cortar de um golpe; os angolas são tão robustos que nenhum trabalho os cansa"³.

Os traços de cultura de cada grupo étnico determinavam o comportamento dos seus membros na divisão do trabalho militar na luta contra os holandeses. Essa preocupação é constante em todos aqueles que desejavam avaliar a qualidade do negro africano como escravo ou como

executor de qualquer outro tipo de trabalho compulsório. Na mesma época da carta de Henrique Dias, o holandês Adrian van Der Dussen escrevia: "os de Angola são os considerados maus trabalhadores; os de Ardra são obstinados, maus, preguiçosos, sem iniciativa e difíceis de se adaptarem ao trabalho, mas que, entre eles, são capazes de sobrepassarem todos os demais em vivacidade e esforço, de tal modo que parece que os bons e os maus pertencem a nações diferentes. Por isto no tráfico em Ardra devem ser bem considerados, porque esse ramo mau faz dos ardras pouco procurados. Além disto, revoltam-se contra os que os dirigem e muitos fogem para as matas e fazem muitas maldades; são audaciosos e valorosos, não respeitam ninguém. Os calabares ainda são menos estimados do que os ardras, de vez que deles não se consegue nenhum interesse, nem coragem nem trabalho. Os negros de Guiné até Serra Leoa e do Cabo Verde não são muito trabalhadores, mas são limpos e vivazes, especialmente as mulheres, pelo que os portugueses os compram para fazerem trabalhar em suas casas"⁴.

Podemos ver, portanto, que os negros já eram vistos com aptidões diferentes, quer para a arte militar, quer para o trabalho de uma ou outras atividades não produtivas, como no caso das mulheres de Cabo Verde. Os africanos não eram, pelo visto, aqueles elementos uniformizados pela selvageria, mas membros de diversos espaços culturais que, por sua vez, determinavam modos de comportamento diferentes diante de situações idênticas de acordo com o nível de utilidade de cada um. De fato, se estudarmos os trabalhos acadêmicos posteriores, chegaremos à conclusão de que a África era um mosaico de culturas e não aquele conglomerado de indivíduos igualados no nível de semianimalidade como apregoavam os colonizadores. Por estas razões, os negros, ao chegarem ao Brasil, traziam, quer individualmente, quer em grupo, hábitos e costumes diferentes⁵. E essas diferenças se manifestavam dinamicamente, motivo pelo qual o colonizador fazia questão de não permitir exagerado número de negros da mesma nação próximos uns dos outros. Mas se es-

sas diferenças culturais demonstravam que eles não eram os selvagens que se divulgava, criavam, por outro lado, obstáculos a sua organização e unificação como *escravos*. A diferença mais importante neste sentido era a linguagem. As inúmeras línguas faladas por eles impediam a comunicação necessária para sua organização social e política.

Isto levou a que eles procurassem criar uma *língua geral* capaz de fazê-los serem entendidos mutuamente. Essa estratégia do escravo africano permitiu a elaboração no processo do trabalho (empiricamente) de um código de linguagem abrangente e capaz de fazer com que os membros dos grupos étnicos que falavam línguas diferentes passassem a se entender na condição de escravos.

Com a criação desse código de linguagem alternativo, puderam dar maior abrangência ao universo organizacional, de lazer, de práticas religiosas e de comunicação geral. Yeda Pessoa de Castro fala-nos de um *dialeto das senzalas* elaborado na interação do espaço escravo; com isso, eles conseguiam certa unidade de pensamento. A etnolinguista citada destaca a existência de um *dialeto das senzalas*, ao lado de outros como *dialeto rural*, *dialeto das minas* e *dialetos urbanos*. Sobre o primeiro, ele é o aspecto particular que nos interessa especificamente aqui. Yeda Pessoa de Castro escreve: "Nas senzalas, a necessidade de comunicação entre povos linguisticamente diferenciados deve ter provocado a emergência de uma espécie de língua franca ou *dialeto das senzalas*. O desenvolvimento não só das línguas bantos, como certas línguas banto e kwa, o que levou Greenberg (1966) a classificá-las em uma só família por ele denominada de *Congo-Cordofaniana*. Também é compreensível se o processo de nivelamento – consequência do isolamento tanto quanto do contato direto e permanente de inúmeros grupos linguisticamente diferenciados nas senzalas – tivesse sido induzido pela língua do grupo etnicamente majoritário ou de maior prestígio sociológico"⁶.

Sabida a importância substantiva da comunicação linguística para a interação entre grupos sociais, nada mais natural do que se ver nessa

estratégia do escravo um mecanismo de defesa importantíssimo para este conseguir, especialmente nas senzalas, um código de linguagem abrangente capaz de transmitir, a todos, suas estruturas básicas de pensamento e a sua mundividência ideológica. Podemos dizer, mesmo, que tal medida se constituiu em um ato político, na acepção mais ampla e abrangente do termo. Foi a partir da comunicação, transcendendo as limitações criadas pela multiplicidade de línguas, que os africanos começaram a unir-se ante a "desgraça comum", na expressão do Conde dos Arcos.

Acima da senzala, com o seu falar em desenvolvimento dinâmico, havia a casa grande, o aparelho de dominação do senhor que também usava a língua para transmitir os seus valores e interesses. À medida que os escravos se organizavam para o trabalho ou para se oporem a ele, já podiam, através da linguagem livre, articular as suas formas de comportamento grupal.

Por outro lado, nesse contexto colonial-escravista, as religiões africanas eram consideradas exóticas, fetichistas, perigosas, porque eram *práticas gentílicas* devendo, por isto mesmo, ser proibidas, ao contrário dos batuques que eram permitidos.

Isto acontecia, em primeiro lugar, por decorrência do monopólio do sagrado pela Igreja Católica Romana, pois somente os seus preceitos e dogmas de fé eram considerados verdadeiros, sacralizados e oficializados. Em segundo, a religião que detinha o monopólio da explicação do sagrado do mundo tinha poderes, também, para explicar o natural. Daí por que a Igreja Católica, através do que se convencionou chamar de *sincretismo*, procurou penetrar e desarticular o mundo religioso do africano escravizado, usando o método *catequista*, batizando-o coletiva e coercitivamente, num trabalho de *cristianização* o qual nada mais era do que tentativas, via estruturas de poder, de monopolizar o sagrado e influir por meio dessa estratégia no nível político, social e cultural. Esse *sincretismo*, por isto mesmo, era unilateral. Era um *sincretismo* de uma só direção. A

Igreja Católica somente permitia esse chamado processo sincrético de cima para baixo, jamais permitindo a *contaminação* dos seus princípios teológicos pelas posições *animistas, fetichistas* e, por isto mesmo, primitivas e pagãs das religiões dominadas e praticadas pelos negros escravos⁷.

Com esse sincretismo, de uma só direção, acreditava-se que, dentro de pouco tempo, essas religiões *primitivas* desapareceriam no bojo de um catolicismo popular, e este seria anexado à Igreja Católica, sem nenhuma relevância ou valor teológico. Assim, o escravo, vindo da África *bárbara*, via religião católica e escravidão, seria civilizado. Neste sentido, o historiador João Ribeiro escreveria: "a escravidão no Brasil foi para os negros a reabilitação deles próprios e trouxe para a descendência deles uma pátria, a paz e a liberdade e outros bens, que pais e filhos jamais lograriam gozar, ou sequer entrever no seio bárbaro da África"⁸.

Essa ideologia de uma escravidão civilizadora via religião católica é, como se vê, uma forma de escamotear como foi o colonialismo escravista que barbarizou a África. Pelo pensamento acima podemos ver que de um modo geral os escravos não podiam contar com a intelectualidade nativa, a qual, desde o começo, apoiava a escravidão como fenômeno natural ou indispensável à prosperidade do país, ao desenvolvimento da sua agricultura e da sua mineração. Desta forma, os próprios escravos, embora sem terem consciência do significado social dos seus atos, procuravam autopreservar-se e neste sentido elaboravam diversas estratégias que serviam como mecanismos defensivos contra a ordem escravista e os seus mecanismos de contenção social. Para nós, a criação de uma língua comum, o *idioma das senzalas*, e a preservação das suas religiões através nichos de resistência, usando muitas vezes uma tática ambivalente que era confundida como *cristianização*, foram os dois fatores culturais mais relevantes dentro de um contexto de escravidão e que possibilitaram a resistência social do negro e do livre até nossos dias. O primeiro partiu de uma *mudança* no seu falar, evoluindo do fragmentado das diversas línguas para o geral, o *dialeto das senzalas*. O segundo foi

um movimento *conservador* (de conservação cultural), isto é, através de táticas de acomodação, procurou conservar a sua identidade étnica via mundo religioso.

Esses dois movimentos surgiram, portanto, inicialmente como elementos de resistência cultural, desdobrando-se, depois historicamente em patamares de apoio à resistência social.

Foi uma luta secular, verificada por meio de uma dialética dramática durante quatrocentos anos e que até hoje perdura, em outro nível, com uma dinâmica de fricção interétnica e com níveis de consciência social já bem mais delimitados pelo menos na faixa de uma população negra de classe média urbana. Isto não implica dizer que durante a escravidão a luta não tivesse sido dramática. Pelo contrário: foi um corpo a corpo social e étnico que deu o perfil do escravismo brasileiro. O processo corrosivo dessa luta desgastou o oprimido e discriminado mais do que o opressor e discriminador, e, no particular, a história do negro brasileiro é um pontilhado de derrotas e é por isto que nunca o discurso oficial da história abriu espaços para ele. Há mártires-heróis negros, mas não há heróis vencedores negros. E essa sequência de reveses também atingiu o negro, o seu comportamento, sua perspectiva de vida individual, levando-o, muitas vezes, a interiorizar os valores dos brancos como tática de autoafirmação e de autodefesa, vendo-se de forma invertida no espelho quando se contempla.

Cultura de resistência

Durante a escravidão, no entanto, o negro transformou não apenas as suas religiões mas todos os padrões de suas culturas em uma cultura de resistência social. Essa cultura de resistência, que parece amalgamar-se no seio da cultura dominante, no entanto desempenhou durante a escravidão (como desempenha até hoje) um papel de resistência social – o que muitas vezes escapa aos seus próprios agentes, uma função de resguardo contra a cultura e estrutura de dominação

social dos opressores. Toda uma literatura, por essas razões, foi arquitetada e continua funcionando no sentido de demonstrar que as religiões africanas, e posteriormente as afro-brasileiras, são inferiores, no máximo consentindo as suas práticas, sob a fiscalização dos aparelhos de Estado.

A mesma coisa aconteceu com seus instrumentos rituais, que passaram a ser *instrumentos típicos*, como as suas manifestações simbólicas, sua música, indumentária africana e a cozinha sagrada dos candomblés. Tudo isso passou a ser visto apenas como folclore. E com isto, subalternizou-se o mundo cultural do africano e dos seus descendentes. A dominação cultural acompanhou a dominação social e econômica. O sistema de controle social passou a dominar todas as manifestações culturais negras, que tiveram, em contrapartida, de criar mecanismos de defesa contra a cultura dominadora.

Sempre a defesa do oprimido, do dominado, do discriminado é sociologicamente ambígua. Aquele que não pode atacar frontalmente procura formas simbólicas ou alternativas para oferecer resistência a essas forças mais poderosas. Dessa forma, o *sincretismo* assim chamado não foi a incorporação do mundo religioso do negro à religião dominadora, mas, pelo contrário, uma forma sutil de camuflar internamente os seus deuses para preservá-los da imposição da religião católica.

O conceito mais abrangente de *aculturação*, por seu turno, procurou explicar o comportamento atual do negro como sendo o fruto do contato contínuo entre o dominador e o dominado, desejando o primeiro impor os seus padrões culturais e o segundo, imitá-los e absorvê-los.

O sistema escravista, pelos métodos de repressão que os seus representantes praticavam, repeliu os valores das culturas dominadas. Em contrapartida, os seus adeptos procuravam disfarçá-los, fazê-los aparecer sob outras formas, mas sempre mantendo o seu significado simbólico inicial. Não havia como fugir à religião oficial, num tempo em que existia o monopólio do poder político e o monopólio do poder religioso,

pela classe senhorial e a Igreja Católica respectivamente. Daí o mecanismo de defesa sincrético dos negros.

A mesma coisa aconteceu com as suas línguas. Não possuindo unidade linguística os africanos foram obrigados a criar uma que fosse comum para que pudessem se entender. Os povos bantos que aqui chegaram em primeiro lugar e aqueles que habitavam a parte sudanesa da África, posteriormente, incorporaram ao nosso léxico milhares de vocábulos na estrutura do português. No entanto, ninguém, ou quase ninguém viu essa incorporação como um fator de enriquecimento vocabular, mas, muito pelo contrário, criou-se a palavra *chulo* para designar esses vocábulos. A mesma coisa poderíamos dizer em relação à indumentária, que passou a ser considerada roupa típica; da cozinha, da música, da arquitetura. Todos esses elementos culturais africanos foram classificados como cultura rústica, de *folk*, Folclore. Somente a cultura ocidental-cristã e capitalista tinha o direito de manipular os aparelhos de dominação cultural. Com isto, as manifestações culturais das populações oprimidas, as afro-brasileiras em particular, foram consideradas como elementos marginais à elaboração do *ethos* nacional pelos blocos culturais de poder dominantes no Brasil.

Autodefesa da cultura Oprimida

As culturas africanas, durante a escravidão, e dos afro-brasileiros, depois, diante dessa manobra asfixiadora da classe senhorial e do seu aparelho ideológico, passaram à função de instrumento de autodefesa dos oprimidos social étnica e economicamente. Durante a quilombagem os negros rebeldes encontravam em alguns dos seus padrões culturais elementos de proteção social.

No que concerne às religiões africanas, ou afro-brasileiras por extensão, a sua evolução/transformação no contexto escravista e à sua função social nesse contexto, Roger Bastide escreve: "Apesar das condições adversas da escravidão, misturando as etnias, fragmentando as

estruturas sociais nativas, impondo aos negros novo ritmo de trabalho e novas condições de vida, as religiões transportadas do outro lado do Atlântico não estavam mortas. Vieira exprimia bem esta posição entre a sociedade dominada e regulada pelas normas portuguesas e as civilizações, vindas da África, escrevendo que o Brasil tem o corpo (europeu) na América. Mas as crenças que permanecem confinadas nos segredos dos corações, que se exprimem em ritos cerimoniais, nem tomam formas coletivas de organização, estão fatalmente condenadas à morte. A religião, ou religiões afro-brasileiras foram obrigadas a procurar, nas estruturas sociais que lhes eram impostas, *nichos*, por assim dizer, onde pudessem se integrar e se desenvolver. Deviam se adaptar a novo meio humano, nesta adaptação não se iria alicerçar sem profundas transformações da própria vida religiosa. Tornava-se necessário encontrar entre as superestruturas – outrora em conexão com a família, com a aldeia, com a tribo – e as novas infraestruturas – a grande plantação no centro urbano, a escravidão e a sociedade de castas hierarquizadas dominada pelos seus senhores brancos – laços ignorados, formas de passagem inéditas, encarnando-se no corpo social, e este, por sua vez, deixando-se penetrar por esses valores diferentes como modelo ou normas”⁹.

O que Bastide demonstrou, no trecho acima, é que as culturas negras dominadas usaram diversas estratégias de preservação dos seus valores dentro do contexto social, onde estavam engastados como produtores, mas, por outro lado, como *seres*, isto é, elementos que poderiam transformar-se em agentes sociais coletivos e dinâmicos. Tanto as culturas banto, quanto as sudanesas que para aqui vieram, tinham isto em comum: transformaram-se em anteparos de resistência social do escravo. O escravo resistia com as armas das quais dispunha e as suas culturas desempenharam um papel meramente simbólico, outras vezes de veículo ideológico de lutas mais abrangentes da sociedade escravista.

O negro na literatura brasileira

No caso específico da Literatura o problema é mais visível e transparente. Deveríamos começar falando do negro como objeto de literatura e do negro como criador de literatura, no processo histórico que constitui a formação e desenvolvimento da nossa cultura literária.

Em primeiro lugar, o negro na Literatura Brasileira nunca foi herói. Não temos praticamente – salvo algumas tentativas residuais – nenhum livro que mostre o negro como herói, a não ser os anti-heróis de *Moleque Ricardo* de José Lins do Rego, do *Jubiabá* de Jorge Amado, e do próprio *O Bom Crioulo* de Adolfo Caminha. Nestes, o negro entra sempre como anti-herói, no sentido em que os padrões da Literatura Brasileira o entendem. Isto não acontece por acaso, evidentemente. Há todo um processo de barganha estético-ideológico impedindo que os criadores da Literatura Brasileira se voltem para o negro e procurem nele aqueles elementos que permitam transformá-lo em herói literário¹⁰.

Quando estudamos a fase do indianismo, a julgamos como sendo simples influência de toda a fase romântica da Literatura Francesa. Isso só ocorreu em termos. No indianismo, há uma conotação nacional, tendo sido usado para desviar o leitor do fundamental. Tínhamos uma sociedade escravista, onde o trabalho escravo era a forma fundamental de produção, e foi visto como necessário derivar para o índio o heroísmo nacional, transformá-lo em herói. Há um exemplo neste particular bastante significativo. A ópera de Carlos Gomes *Lo Schiavo* teve o seu enredo escrito por Taunay e o personagem central era um escravo negro. Por exigências cênicas, porém, substituíram o herói por um índio e transferiram a ação da ópera do século XVIII para o século XVI. O autor dessa transformação absurda foi o poeta Rodolfo Paravicini, sob os protestos de Taunay. Isso mostra que como símbolo do heroísmo não se podia colocar um negro. O negro tinha de ser na literatura, como nas artes em geral, aquela parte passiva, entrando como paisagem humana, aparecendo apenas para que o herói se destacasse¹¹.

Em cima de tudo isto, desta intelectualidade elitista e preconceituosa, vemos, também, a incapacidade de o negro criar uma cultura dentro dos cânones oficiais existentes na época. A literatura era feita por brancos e em toda a literatura da época vamos encontrar esta constante: o negro não aparece como herói; quando entra como personagem é a personagem boçal, engraçada, o que dá a conotação de que ele é inferior, exatamente para a exaltação do herói. Na medida em que essa literatura se forma surge uma ideologia na sociedade brasileira, a *ideologia do branqueamento*, isto é, a nação brasileira seria tanto mais civilizada quanto mais branca fosse e pudesse, então, expelir do seu componente étnico o negro, este praticamente era o que sujava a civilização brasileira nesse processo.

Quando se cria uma Literatura Brasileira, uma ensaística brasileira, ela é, praticamente, toda racista e não apenas em Oliveira Viana. Na obra de Euclides da Cunha, de Sílvio Romero, de Tobias Barreto, este inclusive era mulato, assim como nos romances de Graça Aranha, Júlio Ribeiro e outros, vamos encontrar, como uma constante, aquela determinação de dizer o que sujou, o que atrapalhou a dinâmica da sociedade brasileira não foi o fato de existir escravidão, mas o fato de existir o negro, como raça inferior. Há neste momento imbricação de tal maneira sutil que não se diz: o Brasil está atrasado porque foi o último país do mundo cristão onde o escravismo colonial foi abolido, mas, pelo contrário, o país está atrasado porque o negro entrou na sua composição étnica. No discurso de Euclides da Cunha, de Sílvio Romero e no de todos aqueles que deram conotação fundamental ao pensamento brasileiro, nós vamos encontrar um discurso racista. Afrânio Peixoto, substituto de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras, dizia que tínhamos de nos livrar do *mascavo* nacional, tínhamos de jogar fora a borra negra para nos transformarmos, dentro de duzentos anos, num país branco, ocidental e civilizado. Todos os outros seguem mais ou menos esse diapasão.

Podemos citar, como exceções, Alberto Torres e Manuel Bonfim, mas eles não constituem uma vertente capaz de influir no processo de domi-

nação do pensamento racista das elites, que construíram o pensamento do Brasil. Isso faz com que nossa literatura reflita, veladamente ou às vezes de forma ostensiva, esse racismo subjacente do pensamento da sociedade civil brasileira. Todos nós dizemos que somos antirracistas, mas na hora em que as situações concretas se apresentam, vemos esse racismo aparecer.

A imprensa negra

Em São Paulo, como manifestação cultural dos negros, houve a chamada imprensa negra que circulou de 1915 a 1963. Entre esses jornais, os mais significativos foram *A voz da raça* e *O Clarim da Alvorada*. Essa imprensa negra desenvolveu um trabalho cultural muito sério. Jaime Aguiar, um dos fundadores do *Clarim da Alvorada*, dizia que esses jornais foram criados exatamente para desenvolver os literatos negros que não tinham possibilidade de espaço em outros órgãos de comunicação. No entanto, ninguém considera os poemas, os sonetos e as crônicas publicados nesses jornais como literatura. São considerados pela crítica acadêmica uma subliteratura que nem merece ser estudada¹².

Há, porém, uma gama de trabalhadores intelectuais negros desenvolvendo, durante todo esse período, um trabalho cultural que não foi considerado. Ninguém procura examinar o trabalho feito por Jaime Aguiar e todos aqueles que lideraram esse movimento. Desde o primeiro – *O Menelik* – até a *Voz da Raça*, houve uma contribuição enorme, uma produção muito grande: sonetos, crônicas, apólogos, epigramas, sátiras, artigos sobre educação e protestos contra o preconceito racial. No entanto, tudo isso é considerado subliteratura ou subcultura. Por quê? Porque não entra no circuito ideológico do pensamento dominante, nem acompanha a sua semântica. A própria desarticulação da linguagem, comparada aos escritos da linguagem tradicional, não é estudada como parte de um *ethos* novo, através do qual os negros se manifestam, e que

não merece ser analisado gramaticalmente, mas como elemento de uma linguagem ajustada a toda uma vivência social, histórica e étnica do negro. Essa desarticulação significa, como o próprio Lima Barreto dizia, falando do seu estilo, a necessidade de se criar uma nova linguagem para expressar uma nova realidade. Isto é, um novo código, diferente daquele imposto como o obrigatório para quem deseja vencer na república das letras.

Ninguém até hoje, ao que parece, estudou essa imprensa como a portadora de uma linguagem alternativa, devendo ser considerada, dentro da sua estrutura de expressão, uma parte da cultura brasileira.

Há tempos, eu propus a um grande jornal de São Paulo a realização de uma mesa-redonda para se discutir essa nova literatura negra, que está surgindo por meio dos *Cadernos Negros* em São Paulo, a qual é vendida de mão em mão e não entra no circuito literário-mercantil. Eles me disseram que: isso não interessa; não quer dizer nada; não entra na contribuição oficial do que se entende por literatura erudita, por Literatura Brasileira, por literatura que interessa às editoras e à mídia intelectual e literária de São Paulo. Então será que, na formação da Literatura Brasileira, a contribuição do negro não foi a mesma em outras áreas e outros aspectos? Por que nós esmagamos e não consideramos a literatura negra e o seu código de linguagem como uma manifestação válida, já que estamos em um país pluricultural? Por que nós achamos que o monopólio do discurso cultural é uma forma de controle que deve ser exercida pelas elites as quais se autodenominam brancas, e, com isto, a palavra do negro, da forma como ele sabe e quer expressar (através dessa descoberta de uma linguagem desarticulada, que significa uma forma nova e livre de expressar uma realidade crítica) não é considerada como literatura?

Partimos dos critérios dominantes, muitos dos quais vindos de fora, para analisar essa literatura, mas essa literatura tem de ser analisada de dentro dela própria, da sua unidade estrutural, para sabermos até que

ponto ela está contribuindo para uma nova abertura da sociedade brasileira e da Literatura Brasileira.

Vemos, portanto, que essa nossa *democracia racial*, que funciona hipocritamente, hipocritamente funciona também quando faz o julgamento da literatura negra. Oswaldo de Camargo, Oliveira Silveira – sem falarmos na figura injustiçada do grande poeta Solano Trindade – e outros poetas têm uma produção que, se comparada à de outros literatos citados, elogiados e badalados, em todos os sentidos, é superior. No entanto, eles não entram naquelas portas fechadas que não permitem que a literatura seja reanalisada por outros critérios que não o deles. O espaço literário no Brasil é também um espaço de privilégio. E não se vai abrir mão desse espaço de privilégio para os negros, os quais produzem a sua literatura artesanal, vendida de mão em mão, como antigamente se passava de mão em mão as mensagens dos quilombolas. Essa particularidade significa que há um julgamento de valor preconceituoso em relação a essa literatura. Quando Lima Barreto lançou a sua obra, foi combatido. Diziam que ele escrevia mal, mas, numa carta de Austregésilo de Atayde, ele diz que não, escrevia assim conscientemente, porque queria criar uma linguagem de acordo com aquela realidade desarticulada e dinâmica que estava se formando na sociedade brasileira, especialmente no Rio de Janeiro. E quando o comparam a Machado de Assis, ele diz, nesta mesma carta, que Machado de Assis tinha medo de Antônio Feliciano de Castilho e ele não. Quando os negros também escrevem de forma diferente, essa forma diferente passa a ser forma inferior porque eles, os críticos, não aceitam uma literatura que exprima a diversidade cultural e étnica do País. Aí está um problema a ser discutido. Por que o Juó Bananere, que escreve numa linguagem dialetal italiana, é considerado autor de uma obra de arte literária e quando os negros escrevem dentro de uma estrutura diferente da tradicional lusitana, nós achamos que eles não sabem escrever, ele precisam aprender a língua do colonizador?²¹³

Parece-me que isso deixa entrever a necessidade de reformularmos os julgamentos por meio dos quais podemos reanalisar a produção dos novos poetas, dos novos escritores, dos contistas dos *Cadernos Negros* que estão aí. Até hoje não vi uma resenha sequer na grande imprensa sobre essa produção. À medida em que uma consciência crítica (na área cultural) se criar no Brasil, haverá necessidade também dessa reformulação, num país poliétnico que só aceita como literatura, aquela feita geometricamente ainda dentro dos padrões do colonizador português. Nós temos de ver que essas diferenças étnicas, essas diferenças de cultura têm que se traduzir, também, numa diferença de produção cultural, fundamentalmente a produção literária.

O monopólio da cultura no Brasil, o monopólio do saber, é também o monopólio do poder. É preciso, então, na medida em que democratizemos esta sociedade, tenhamos condições de abrir os leques democráticos, não apenas econômicos e políticos, mas também culturais, nós incorporemos essa produção de imprensa negra, dessa juventude negra que está escrevendo e participando num processo de renascimento negro. Essa produção precisa ser também considerada pluralisticamente como pluralista; é a cultura brasileira e não mediante o critério monopolístico imposto pela cultura do dominador colonizador, sem alternativas de outras formas de expressão que reflitam exatamente as grandes diversidades da nação brasileira.

Após a escravidão, os grupos que se organizaram como grupos específicos negros, na sociedade de capitalismo dependente que a substituiu, também aproveitaram os valores culturais afro-brasileiros como instrumentos de resistência.

Isto não quer dizer que se conservassem puros, pois sofrem a influência *aculturativa* (isto é, *branqueadora*) do aparelho ideológico dominante. É uma luta ideológico-cultural de expressão dialética travada ainda diante dos nossos olhos. O exemplo das escolas de samba – especialmente no Rio de Janeiro –, que perdem a sua especificidade

de protesto simbólico espontâneo de antigamente para se institucionalizarem, assumindo proporções de um colossalismo quantitativo e competitivo impopular e subordinando-se a instituições ou grupos financiadores que as despessoalizam, expressa muito bem o que desejamos afirmar.

Mesmo quando a temática é evidentemente de protesto, elas estão subordinadas a uma concessão ideológica, implícita ou explícita, a grupos que as dirigem, orientam, patrocinam e subordinam.

Há, também, da parte das matrizes ideológicas institucionais, um interesse muito grande em cooptar as organizações afro-brasileiras que atuam na área do lazer, no setor cultural ou religioso. Há uma penetração sutil e corruptora neutralizando ou procurando neutralizar por meio de uma abertura (via crédito e facilidades monetárias) que consegue, muitas vezes, usar essas instituições em proveito próprio. Em cima de um discurso de que há no Brasil uma democracia racial, e, ao mesmo tempo, usando um sistema classificatório que ao invés de democratizar hierarquiza os brasileiros pela cor, eles conseguem que os negros continuem na posição de quem espera benesses da casa grande, embora esse número de negros, principalmente nas grandes cidades está cada vez menor.

Essa identidade étnica somente poderá ser mantida se apoiada numa cultura de resistência, sem o que ela irá se diluindo progressivamente, ante o trabalho desagregador da cultura abrangente (dominadora), a qual trabalha, sempre, no sentido de apresentar-se como paradigma do processo civilizatório. Com o negro brasileiro, o afro-brasileiro, na trajetória que vai da formação do *idioma das senzalas* e da dinamização do candomblé e demais manifestações religiosas africanas até os nossos dias, o impacto da cultura dominante fez com que, de um lado, o idioma das senzalas e as línguas banto ficassem, ou fossem considerados línguas chulas, modo de *falar errado*, diante do código de linguagem do dominador, ou como falares de religiões de *minorias*. Foram folcloriza-

dos ou apenas consentidos. Neste processo, os afro-brasileiros foram perdendo as suas bases de conservação, preservação e dinamização da sua consciência étnica. O mesmo acontece com a sua produção literária.

Por outro lado, a população negra, em consequência da própria situação socioeconômica na qual se encontra, de um lado, e, de outro, dos mecanismos seletores racistas dessa sociedade, rearticula-se permanentemente como população oprimida e discriminada, procurando abrir espaços e ampliá-los, por meio de um constante dinamismo quer no nível de reabilitar o seu passado africano (religioso, musical e linguístico) quer social e político, protestando contra o preconceito existente na atual sociedade que a coloca nos últimos estratos consentidos (por indesejáveis). No entanto, esses movimentos, por força da própria situação na qual ficou a maioria esmagadora da população negra após a Abolição, são compostos por uma classe média urbana negra a qual não tem acústica para comunicar o seu discurso às camadas negras pauperizadas e marginalizadas. Daí vemos que essa cultura de resistência inicial formada pelos escravos foi se concentrando em uma parcela minoritária em relação à população afro-brasileira após a Abolição.

Da produção limitada ao negro dividido culturalmente

Devemos acrescentar, com base na análise anterior, que a produção cultural, especialmente literária, do negro tem sido quantitativamente quase insignificante em relação à literatura dominante *branca* por assim dizer. Se compararmos o que os negros produziram nos Estados Unidos e no Brasil, veremos que, inquestionavelmente, muito pouco foi elaborado nesse sentido entre nós. O aparecimento de escritores negros no Brasil representa uma produção muito tênue em relação à produção literária dos Estados Unidos. O surgimento da escritora negra Maria Firmina dos Reis, com o seu romance *Úrsula*, em 1859, surge como um caso quase isolado no século XIX, juntamente com as *Trovas Burlescas* de Luís

Gama, em São Paulo, que é do mesmo ano da romancista maranhense. Maria Firmina dos Reis, como mulher e negra, escondeu-se sob o pseudônimo de *Uma Maranhense*, o mesmo acontecendo com Luís Gama que se assina *Getulino*. Os mecanismos sociopsicológicos que determinaram essa atitude dos dois autores negros são possivelmente irresponsáveis, mas tudo leva a crer que foram determinados por um sentimento de defesa capaz de preservá-los de possíveis ataques da sociedade hostil¹⁴.

Isto poderá ter sido determinado ou influenciado possivelmente pelo isolamento no qual esses intelectuais se encontravam, de um lado em consequência de não existência de um segmento ou corporações negras culturais, de outro, da impossibilidade de se incorporarem em consequência da sua singularidade étnica, à grande literatura oficial sem branquear-se. Esse isolamento surge da inexistência quase total de uma produção literária negra. E não estamos nos referindo a uma produção realizada por negros, mas de uma produção feita por negros com uma temática de e para os negros. Nos Estados Unidos, pelo contrário, somente na área de criação feminina foi lançada naquele país uma coleção composta de 30 volumes escritos no século XIX, *The Schomburg Library of Nineteenth Black Women Writers*, reunindo poesia, ficção, memórias, diários e ensaios.

Para Maria Lúcia de Barros Mott, "essa coleção, organizada por Henry Louis Gates Jr., é resultado de uma pesquisa iniciada ainda em 1980, com o objetivo de recuperar a escrita das mulheres negras americanas. Até o momento foram localizados cerca de 12 mil textos de ficção, 18 mil poemas e 40 mil resenhas publicadas entre 1827 e 1940.

Segundo o crítico Eric J. Sundquist, do *The New York Times Book* (03-07-1988), os trabalhos incluídos nesta coleção têm um valor literário desigual. Ressalta, porém, a importância e o caráter precursor de alguns deles, como a coletânea de ensaios feministas escritos pela educadora Anna Julia Cooper, que defendia uma consciência cultural afro-americana autônoma, e a ficção de Pauline Hopkins, favorável a um feminismo pan-africanista¹⁵.

No Brasil, se fosse feita uma pesquisa no mesmo sentido, evidentemente, o número seria imensamente inferior. As próprias memórias de ex-escravos, tão importantes para se conhecer a sua situação e atuações, quase não existem no Brasil, ao contrário do que acontece nos Estados Unidos onde o seu número é muito grande: somente de mulheres foram relacionadas, na pesquisa a que estamos referindo, 12 memórias de ex-escravas. Um dos maiores líderes abolicionistas negros dos Estados Unidos, Frederick Douglas, durante algum tempo escravo fugido (quilombola), escreveu as suas memórias, documento de valor inestimável para se compreender as condições sob as quais viviam os escravos naquele país.

No Brasil, exceção feita ao trabalho *Sagrada Teologia do Amor Divino das almas peregrinas*, de Rosa Maria Egípcia de Vera Cruz, que é de 1763, mas cujo texto não foi publicado nem é conhecido na sua totalidade, podemos dizer que o romance de Maria Firmina dos Reis é a primeira obra elaborada e publicada por uma mulher negra no Brasil. No caso de outro negro produtor de obra literária, Luís Gama, o problema é mais diversificado, pois, antes dele, tivemos a obra de Gregório de Matos, mas de qualquer maneira um caso também isolado no panorama da sociedade colonial e sem assumir o nível de identidade étnica. Não há portanto no Brasil uma produção da população negra capaz de caracterizar a existência de uma literatura negra entre nós. Neste contexto, queremos destacar a obra do escritor negro baiano Souza Carneiro. Na década de 1930 publicou os romances *Meu menino* e *Furundungo* ambos tendo negros como principais personagens, e o último com um vocabulário elucidativo do texto com mais de 800 termos em uso no vale do Itapicuru e nas margens do São Francisco.

Os escritores mulatos, por outro lado, branquearam-se na sua totalidade, como Gonçalves Dias, Bilac, Alberto de Oliveira, Artur Sales, Machado de Assis e outros. O mesmo aconteceu com os autores de ficção. Houve uma diluição da consciência literária e étnica dos produ-

tores da cultura no Brasil, fato que poderá explicar a produção quase inteiramente *branca* dos autores negros. A própria obra de um Cruz e Souza é, na sua estrutura fundamental, um produto de uma constelação ideológica muito complexa e contraditória, situando-a como uma poesia sem vínculos mais profundos com a problemática afro-brasileira e as culturas africanas. Somente no seu poema *O emparedado*, poema que só foi publicado postumamente, encontramos um discurso voltado em primeiro plano para a sua condição e os problemas existenciais e étnicos do negro.

Cruz e Souza escondeu a sua angústia, não a transformou em poesia autoafirmativa da etnia negra. Alguns dos seus analistas atualmente estão procurando encontrar na sua atividade política de abolicionista uma compensação que o absolva do seu *absenteísmo étnico* quase completo como poeta¹⁶.

Acreditamos que, muitas vezes, a subjetividade do negro intelectual tem embutida uma imagem *branca* do universo, o seu ser encontra-se, muitas vezes, em contradição ou choque com a realidade que ele tem de enfrentar no nível social e econômico. Daí muita sutileza na sua forma de expressão e, outras vezes, a expressão do seu pensamento através de símbolos culturais *brancos*. Desejamos dizer, com isto, que o intelectual negro, embora sentindo o impacto e as ressonâncias de problemas como o racismo, o isolamento racial, o peneiramento étnico no mercado de trabalho, exterioriza-se de uma forma que os expressa dentro de padrões da estética tradicional, fugindo a todos os padrões de uma estética afro-brasileira. Com isto, procura defender-se, ocultando a sua indignação social e racial por meio daqueles valores que a sua subjetividade assimilou e comanda o seu comportamento mais profundo de escritor. Essa contradição cria, muitas vezes, uma ambivalência de expressão e simbolização da realidade. Os poetas negros, cuja interioridade já foi moldada pelos valores *brancos*, expressam na sua obra a contradição entre ela e a realidade sociorracial. De um lado,

a situação objetiva na qual se encontram os negros e, de outro, os valores estéticos brancos assimilados pelo seu ser.

Os mecanismos psicológicos ocultos que, muitas vezes, não chegam ao nível de consciência podem determinar um tipo de ambiguidade que deixa incompreensível o seu comportamento social e a sua produção cultural. O intelectual negro tem assim um painel de dinamismo individual muito contraditório, pois tem de se expressar na linguagem erudita, com uma temática quase sempre escolhida da problemática que não é afro-brasileira, e, ao mesmo tempo, tem de submeter a sua obra ao julgamento de leitores e críticos que a consideram apenas por intermédio dos seus valores estéticos convencionais, vale dizer, dos padrões *brancos* que dominam a cultura brasileira.

Esses mecanismos podem, muitas vezes, determinar ou influir, direcionar ou modificar a estrutura formal das obras dos negros. Mesmo entre aqueles que se apresentam em primeiro plano como afro-brasileiros (intelectualmente) há a necessidade de uma decodificação do seu pensamento, linguagem e símbolos para encontrarmos a essência oculta do seu discurso.

Isto demonstra não apenas a ambiguidade do discurso do negro, com critérios valorativos muitas vezes racistas da cultura brasileira, cultura que condiciona, no nível da produção dos negros, o seu nível de aceitação ou rejeição. Daí termos de reconhecer e procurar entender as causas que condicionam a postura do negro intelectual quando ele se situa como produtor de cultura. Para conseguir *status* dentro dos padrões estéticos e culturais das instituições produtoras, prestígio e privilégio, o autor afro-brasileiro ou aceita o código formal, semântico e gramatical dominante ou é rejeitado.

O exemplo de Carolina Maria de Jesus é ilustrativo e possivelmente concludente: autora de um dos livros mais representativos sobre a situação do negro marginalizado, tendo, pelo fato de ser membro desse universo marginal, conseguido não apenas refletir sobre ele, mas vivê-lo na sua elaboração literária, criando uma linguagem adequada a esse

pensamento, foi um ponto-limite na literatura escrita por negros. Apesar do êxito editorial da obra, pelo seu *exotismo*, Carolina Maria de Jesus jamais foi considerada uma escritora, mesmo por alguns membros da intelectualidade negra. Ela não preenchia as condições necessárias para se incorporar a essa *inteligência* negra que luta por um passaporte na república das letras institucionalizadas.

No entanto, do ponto de vista da especificidade que deveria ter uma literatura negra no Brasil, *Quarto de Despejo*¹⁷ é a sua mais representativa obra, criando, inclusive, um código de linguagem específico à sua condição de favelada e que não teve continuadores. Ninguém entre a intelectualidade negra procurou reelaborar essa linguagem como sendo uma particularidade étnica e cultural, mas abandonou as suas diferenças em relação ao discurso acadêmico por considerá-lo defeituoso. E a sua obra foi semimarginalizada, passado o momento do êxito promovido pela elite *branca*, e ficou sem continuadores ou analistas mais verticais. A militância intelectual negra demonstra, com isto, aquilo que chamamos de ambiguidade nessa produção cultural.

A produção cultural, especialmente literária, dos negros brasileiros tem de passar obrigatoriamente pelo discurso, os padrões, normas e regras *brancas* de elaboração. Não há possibilidade, por esta forma, de um discurso estruturalmente radical, capaz de romper o discurso tradicional, contentando-se com a imitação da produção negra em outros países, especialmente os Estados Unidos.

O intelectual negro dividido: Arlindo Veiga dos Santos

Um exemplo dessa ambiguidade à qual estamos nos referindo, e, talvez, um caso-limite no particular (polo oposto ao de Carolina Maria de Jesus), é o de Arlindo Veiga dos Santos, fundador da Frente Negra Brasileira, e, por outro lado, um dos ideólogos do *Patrianovismo*, movimento monarquista, nacionalista, antissemita e elitista.

Adepto de uma postura independente do negro, articulador de um projeto negro – talvez o mais importante após a Abolição – e que terminou com a formação de um partido político dissolvido logo após o seu reconhecimento pelo golpe de Estado de 1937, ele personificou a imagem dessa *intelligentsia* negra que, se de um lado sentia a discriminação social e étnica pela qual passava a comunidade negra, de outro, tinha o seu pensamento integrado em uma postura monarquista, nacionalista, católica e elitista. Por outro lado, foi um dos fundadores da Frente Negra Brasileira, cujo lema, colocado no frontal do seu jornal *A Voz da Raça* era: *Deus, Pátria, Família e Raça*, slogan que foi praticamente decalcado da palavra de ordem dos fascistas daqui, da Ação Integralista Brasileira, que era *Deus, Pátria e Família*. Como se pode concluir, Arlindo Veiga dos Santos procurava, mediante um discurso étnico radical, expressar uma interioridade *branca*, elitista e conservadora.

Os livros que publicou e conhecemos¹⁸ refletem a essência de um pensamento voltado para uma transcendência filosófica inteiramente desvinculada da problemática racial, embora o seu autor tivesse uma prática de militante engajado no movimento de protesto negro. Arlindo Veiga dos Santos era, de um lado, Chefe-Geral da Ação Imperial Patrianovista Brasileira e, ao mesmo tempo, presidente da Frente Negra Brasileira. Ao expor o seu pensamento político e ideológico, escrevia: “Na América quem souber observar um pouco a situação presente verá o desespero em que se defrontam dois poderes ingentes: Um, o ianquismo interesseiro, louco *fazedor*, ativista absoluto, pragmático, metalizador de tudo (como uma nação dominada por Sião e paraíso dos judeus); outro, a civilização cristã, de Íbero-América, civilização esta que, infelizmente, em virtude do liberalismo, maçonismo, agnosticismo e tiranias de doutrinas político-sociais que dominaram desde o século XIX, não pode frutificar e desabrochar com toda a força contida no germen lançado há séculos pelos apóstolos da Igreja Católica”¹⁹.

Arlindo Veiga não era apenas contra os maçons e judeus e não católicos de um modo geral, mas era, também, um antiliberal convicto, escrevendo, por esta razão, ao procurar traçar uma política realista para o Brasil: “é o romantismo dos que estão atrasados um século a respeito do valor das formas de governo e andam a propor o *parlamentarismo* desmoralizado em todos os países adiantados, inclusive na França onde se faz a crítica mais rigorosa à comédia do parlamento. Porém, os nossos patrícios cultos ainda estão lendo Rousseau e os discursos parlapatões dos pregoiros da Enciclopédia e da defunta revolução francesa (...). É o romantismo despótico dos que já querem fazer da futura Constituinte uma obra de compadrismo político, alijando fora dela (como os cismadores de 91) toda gente que pense diferente em certos problemas capitais. É a deslealdade de certos meios sociólogos que pensam em pôr à margem do supremo código os valores reais de antes da revolução como Oliveira Viana, Tristão de Ataíde, Contreiras Rodrigues etc. É o preconceito antirreligioso dos que timbram em pôr à margem da realidade a existência real do fator religioso na vida, na formação, desenvolvimento e conservação dos povos”²⁰.

Com esta formação político-ideológica conservadora, antisemita, antimacônica e antiliberal, Arlindo Veiga procura focar o problema racial brasileiro e especialmente o preconceito contra o negro. Refere-se, nesse sentido, a um fato ocorrido durante a estada do rei Alberto da Bélgica no Brasil, quando o preconceito racial aqui foi constatado, da seguinte forma: “A nossa covardia racial é uma das cousas tristes sobre o planeta.

Estando em São Paulo, tomou o Rei Alberto um bonde, parece que da linha *Barra Funda*. A hora era *cheia*. Sua Majestade no bonde. Num dos bancos um pretinho só. Ninguém, apesar do aperto, homens, matronas, moços e moças *chics*, novos-ricos (verdureiros de ontem), ninguém foi ao banco do pretinho (...) para não estar perto de negro à vista do Rei (...).

Diz Medeiros e Albuquerque em seu livro *Tests*: ‘Lente houve, e célebre, na Faculdade de Direito de São Paulo, que formulara claramente esta regra: “Negro não precisa ser doutor’.

E sistematicamente reprovava todos os alunos de cor preta.

‘Pátria em formação’. Só estará formada quando aqui houver unicamente arianos dolicocefalos.

A revolução ensinou-nos muita coisa. Entre elas, mostrou que o desfile dos fortes soldados do Sul, do Centro e do Norte, que a massa das nossas tropas não é ariana (...) graças a Deus: é morena”.

E continua expondo o seu pensamento neste particular: “Veja-se porém: atiraram-se o luso, o negro, o bugre e o mestiço, pelo sertão bruto e conquistaram, plantaram, povoaram e criaram o Brasil. Fizeram-no potência, só eles. Separamo-nos, depois, de Portugal, por nos crermos ‘algo definido’, por nos julgarmos ‘nós mesmos’ e não Portugal. Fizemo-nos respeitar no mundo, impusemo-nos e fomos árbitros de questões sérias surgidas entre os Estados orgulhosos do seu poderio. Inluímos seriamente na vida internacional e, pela economia, pesamos como fortíssimo produtor. Com a república que felizmente se foi, perdemos de muito o brilho diplomático, todavia permaneceu grande parte do valor econômico.

Olhando para o passado distante, vemo-nos vencendo franceses, ingleses, holandeses, espanhóis etc., porque já criamos na nossa identidade inconfundível religiosa, racial, nacional, brasileira.

Tudo isto que aí está (foi dito muito pela rama!) representa uma campanha de mais de quatrocentos anos. E, se não quisermos falar da época da estrangeirização ativa que data de 1889, digamos redondamente 380 anos. Pois bem, depois de tudo – ‘pátria em formação!’ Não é ridículo, não é para fazer tremerem os manes dos nossos antepassados essa gratuita negação?!”²¹

Arlindo Veiga dos Santos, pelo que expusemos, tinha um projeto de estrutura política nacional, com o nacionalismo, o catolicismo e, do ponto de vista de formação étnica, um país no qual surgiria uma raça cósmica, emergente do nosso passado comum, sem a participação de etnias adventícias. Não há, segundo pensamos, uma proposta de negritude, mas da formação de uma nação na qual essas etnias iniciais

–português, índio e negro – construiriam as matrizes que dariam os ali-
cerces fundamentais dessa triangulação étnica desembocando em uma
raça brasileira morena.

Não podemos ver no seu pensamento um direcionamento radical rei-
vindicativo do negro, mas uma proposta de formação de uma nação na
qual o negro entraria como um dos seus componentes e se resguardaria,
via valores nacionalistas, do racismo que se diluiria progressivamente, à
medida que esses valores conservadores – catolicismo, monarquismo e
autoritarismo – se afirmassem como valores politicamente dominantes.

O seu pensamento é importante para se compreender esse aspecto
da consciência dividida da intelectualidade negra brasileira.

Arlindo Veiga dos Santos é um exemplo, portanto, que comprova a
penetração dos valores *brancos* na consciência do negro intelectual bra-
sileiro. Se horizontalmente ele tem uma mensagem étnica de protesto,
ou de contestação à situação do negro no Brasil, verticalmente a sua vi-
vência reproduz os padrões e valores da civilização, da cultura e dos
postulados religiosos, políticos e ideológicos dos brancos. Em última
instância, tem a personalidade dividida, porque se de um lado protesta
contra ela, de outro é um dominado subliminarmente pela cultura do
dominador²².

Linguagem, repressão e ansiedade do escravo (o desabafo do cativo)

Ninguém hoje em dia discute mais a importância sociológica da lin-
guagem como elemento fundamental, ou importantíssimo, de interação
social, veículo de transmissão dos valores e representações entre os gru-
pos. Essa importância impõe, portanto, a análise do seu papel em cada
sociedade específica e as modificações e/ou adaptações sofridas durante
a ação dos grupos em contato, ou em conflitos, entre si.

A linguagem é basicamente a forma pela qual os símbolos, o conhe-
cimento e a realidade empírica cotidiana são transmitidos de um local

para outro, de um grupo e de uma época para outra. Nesse processo
de interação, a linguagem desenvolve-se dentro de um contexto organi-
zacional e dinâmico específico: no contexto de uma estrutura social. E
assim como é o elo de transmissão fundamental desses valores, símbo-
los e significados, deles também recebe influência quer horizontal, quer
vertical. Isto é, quer na sua totalidade territorial, quer verticalmente, ou
seja, entre os grupos que compõem o sistema de estratificação social e
de classes. Queremos dizer, com isto, que numa sociedade dividida em
classes, camadas, estamentos e grupos, organizada por intermédio de
uma norma particular de família, de religião, de propriedade e de cultu-
ra, a linguagem diferencia-se internamente como elemento de expressão
dentro da mesma estrutura morfológica em razão das necessidades de
comunicação entre esses grupos diferenciados social, econômica e cul-
turalmente.

Por tudo isto, o esforço de expressar-se e, com isto, comunicar-se, do
membro de uma classe ou grupo superior, ou subordinado, no sistema
de estratificação, concretiza-se na escolha do vocabulário, na entonação
da voz, altura e conotação da mesma, e, especialmente nos significados
sociais que se tornam diferentes em cada caso.

Numa sociedade escravista, como a brasileira até 1888, o modo de
expressar-se do senhor para com o escravo e do escravo para com o se-
nhor, embora sendo manifestado por meio da mesma língua, tem co-
notações de significados diferentes. Isto não quer dizer uma diferença
apenas de linguagem, mas reflete toda uma carga de diferenças psico-
lógicas decorrentes da posição na qual os membros que se expressam
ocupam no sistema de estratificação social ou de classe. Isto produz, em
contrapartida, cargas de tensão e de conflito, pois o elemento inferiori-
zado social, econômica e culturalmente muitas vezes pensa uma coisa,
mas, por outro lado, sente-se bloqueado e tem de expressar-se de outra
forma porque se o fizesse de maneira diferente (de acordo com o seu
pensamento) iria ferir, transgredir normas hierárquicas e violar padrões

de comportamento estabelecidos. O escravo, no modo de produção escravista, é obrigado a ter, no diálogo com o seu senhor, uma linguagem passiva, de concordância absoluta com ele. Tem de selecionar os vocábulos, modular a entonação, medir o tempo da resposta e o seu conteúdo.

Desde o amanhecer, a sua linguagem era programada: inicialmente repetir, sem entender o seu significado simbólico, as palavras da missa ou da oração matinal. Depois, o eito e o diálogo com o feitor: era o diálogo de uma só via, no qual um dos polos era o sujeito e o outro o objeto. Diálogo de uma só voz ativa, no qual o escravo era simples receptor e o feitor o transmissor. A hierarquia escravista exigia do escravo uma contenção verbal compulsória que, certamente, deveria criar bloqueios psicológicos e ansiedade permanentes pois o esquecimento de um preceito qualquer ou de norma de comportamento à qual estava submetido o seu falar com o senhor, ou seu preposto, podia causar-lhe diversos tipos de punição. Como esquecer de tomar a bênção em voz alta? Ou de não erguer a voz acima do permitido? Ou não dar o tratamento adequado a cada um que com ele interlocutava, como a esposa do senhor, filhos, filhas, o feitor ou o vigário do engenho ou fazenda?

Em todo esse espaço de tempo, ele não podia usar uma negação que contrariasse o que o grupo senhorial ordenava. Não podia dizer *não*. E é justamente essa contradição entre o pensamento do escravo e a sua verbalização programada coercitivamente que produz uma tensão permanente nele. A verbalização que extrapolasse do código de linguagem aprovado poderia ser considerada uma forma de rebeldia, indisciplina ou negligência. Ela era analisada dentro do julgamento global que se fazia da conduta do escravo. Isto pode ser comprovado nos anúncios de escravos fugidos em jornais da época, nos quais, entre as suas características identificadoras encontramos, quase sempre, a maneira como ele falava. Um detalhe importante que não escapava ao seu senhor.

Daí a angústia ou pelo menos a ansiedade permanente no diálogo. Não era um diálogo coloquial, solto, mas estabelecido pelos padrões que

regiam as formas de comportamento que garantissem a total submissão do escravo. Essa dificuldade de verbalização, em consequência de sanções impostas socialmente, o levava a posições inibidoras que o resguardassem de possíveis surpresas traumatizantes. Terá de responder apenas de forma passiva, sem interferir nas decisões já estabelecidas; finalmente, o escravo possuía uma verbalização mutilada que não exprimia o seu pensamento. Não podia exprimir um pensamento crítico em relação à realidade existente. Muitas vezes, mesmo pensando o que deveria dizer, faltava-lhe a coragem para transformar essa vontade em ato e soltar a frase que expressava aquilo que pensava, com medo que o senhor o ouvisse. Poderia ser considerado uma agressão à disciplina. Por isso, o escravo muitas vezes achava mais fácil uma agressão física, uma violência corporal a uma ofensa verbal, a um xingamento, um "filho da puta", um "vá à merda", um "corno", um "estou de saco cheio", ou mesmo uma simples frase de descontentamento contra a ordem recebida, o que lhe seria catártico, porém de consequências imprevisíveis. Essa contenção do pensamento por barragens da sua fala através mecanismos sociais inibidores poderá ter sido a causa de muita violência do escravo sem razões aparentes.

A passagem do africano *boçal* a *ladino* implica toda uma estratégia cultural de adaptação não apenas linguística, mas social, na medida em que abre para ele a possibilidade de inteirar-se do universo do senhor, dos seus valores, dos seus símbolos e do seu poder por intermédio da língua que lhe é transmitida, com palavras carregadas de significado ideológico. O universo, o qual ia se abrindo e era por ele interiorizado, era aquele cujo significado o senhor lhe comunicava por meio da linguagem escolhida para que ele fosse apenas um bom escravo.

Isto não quer dizer que ele não reagisse com mecanismos de resistência, com estratégias variadas, com isso conseguindo também que os senhores procurassem se entender por meio da linguagem do escravo, assimilando palavras das suas línguas, usando-as e incorporando-as ao

seu linguajar cotidiano. Mas essas palavras, quando usadas pelo senhor, já vinham peçadas de um significado simbólico e ideológico diferente. E neste particular podemos ver que no processo de interação esses dois sistemas de comunicação – o do senhor e o do escravo – não ficam estanques, isolados ou incomunicáveis, mas se constituem numa dinâmica recíproca constante.

Mas, no fundamental, essa dinâmica dialética tinha na linguagem do senhor a sua força maior que lhe advinha da posse do poder não apenas político e econômico, mas, também, do poder de dispor do próprio corpo do escravo. O poder no seu sentido abrangente, unilateral e compacto como era exercido no Brasil escravista interferia, direta ou indiretamente, em todos os níveis de interação dessa sociedade. Por esta razão, as palavras fundamentais, as palavras-chave eram ensinadas pelo senhor e/ou seus prepostos ou pelo padre e demais representantes da Igreja Católica. Com isto, o código de comportamento da sociedade escravista ia implícito nessa aprendizagem.

Daí essa linguagem mutilada, limitada, e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de o escravo verbalizar o seu pensamento que funcionava em outro universo de valores. A coerção econômica e extraeconômica como estratégia de dominação do escravo (inclusive o seu corpo) agia também como barreira para o diálogo coloquial, entre o senhor e o cativo. Todas as demais formas relevantes de interação entre o senhor e o escravo configuravam um mecanismo de dominação/subordinação que se refletia na linguagem, na forma de falar e expressar-se, e, o que é mais importante, determinava *como* o escravo devia usar a palavra ao dirigir-se às pessoas distribuídas nos diversos níveis dessa sociedade, ordenada para manter os senhores sempre senhores e os escravos sempre cativos.

Queremos insistir particularmente naquilo que era a contradição entre o pensamento do escravo e os mecanismos inibidores os quais o impediam de verbalizá-lo, produzindo em tal situação conflitante uma carga de ansiedade que muitas vezes se extravasava na violência física

contra o seu senhor ou pessoas afins (familiares ou feitores). Desta forma, o escravo que assim procedia, ou por isto fugia, libertava-se social e catarticamente, por meio dessa violência contra a repressão ao seu mundo interior de pensamento.

Muitos escravos usaram a violência contra os seus senhores e familiares sem motivo aparentemente justificável, de acordo com os valores da sociedade escravista. No entanto, esses atos eram a conclusão de um longo período de mutilação interior do seu pensamento que protestava, mesmo intuitivamente, contra a situação na qual se encontrava.

Queremos acrescentar que esse verdadeiro ritual estabelecia uma contenção verbal compulsória ao escravo, quando em diálogo com o seu senhor era muito mais visível e atuante nas zonas rurais, sendo menos sistemático e rígido nas zonas urbanas. Mas o comportamento do senhor era comum em ambas, especialmente em relação ao escravo do eito, que trabalhava na agricultura ou na mineração.

Livros de viajantes contam, nesse sentido, como o escravo tinha de se comportar nos momentos de diálogo com os seus senhores, havendo inclusive fazendas nas quais os senhores exigiam que os seus escravos, após falarem com eles, se retirassem de costas, em sinal de respeito à sua condição.

Mas, o certo é que havia, como norma, um verdadeiro cerimonial inibidor para o escravo quando ele tinha de dirigir-se ao senhor, fato que bloqueava a verbalização do seu pensamento.

Hermann Burmeister aqui esteve por volta de 1850 e afirma no seu livro de impressões sobre o Brasil: “de noite, quando voltam do trabalho, reúnem-se debaixo das janelas da sala principal, onde se procedia à contagem. Em seguida, rezavam alguns minutos, dando, depois, as boas noites ao patrão. Somente então é que podiam ir para os seus alojamentos. Os chefes de turma, constituída em geral por 13 homens, eram escravos que se distinguiam pelo comportamento. Mantinham-se sempre junto aos homens, garantindo a disciplina deles. Quando um escravo desejava

alguma coisa do patrão, era levado à presença deste pelo seu chefe de turma, que lhe é superior hierárquico, uma espécie de caporal²³.

Pelo descrito, o diálogo do escravo com o seu senhor era estabelecido através de um controle que certamente o inibia na fala que ele mantinha. Com certeza, o chefe da turma ficava sabendo antecipadamente o que ele pretendia expor, a fim de não criar áreas de atritos possíveis no diálogo. Era uma censura à qual ele estava sujeito de acordo com as normas estabelecidas. Em outras fazendas a volta do escravo do trabalho era mais humilhante, tendo sido registrados fatos que bem demonstram o grau de subalternização no qual ele estava submetido. O mercenário alemão C. Schlichthorst que serviu no exército Imperial de 1824 a 1826, narra: "no tempo do Rei, vivia na Praia Grande, lugarejo do outro lado da baía, um rico brasileiro que era um verdadeiro demônio para os escravos. Todas as noites chamava-os e mandava que escolhessem entre 25 açoites ou *beijar o velho*, como chamava seu bastão, rematado por uma cabeça bárbara esculpida em madeira.

Os que preferiam beijar o velho e humildemente se curvavam para ele, levavam uma bordoadada na cara que lhes fazia o sangue esguichar da boca e do nariz. Os outros recebiam sem piedade, os 25 açoites. O cruel senhor não se divertiu por muito tempo dessa maneira. Certa noite, ao regressar do Rio de Janeiro, com sua mulher, numa embarcação, os negros aproveitaram as trevas que enegreciam a baía e os lançaram à água. Antes, porém, maltrataram a mulher de modo bestial, cevando todos nela seus apetites carnis. O marido morreu afogado; mas ela foi salva e, quando o Rei não queria confirmar a sentença de morte pronunciada contra os pretos, ela, pode-se dizer que o compeliu a isso, protestando que nenhum monarca tinha o direito de indultar um crime daquela natureza, sobretudo cometido por escravos²⁴.

Sem entrarmos na análise da simbologia fálica do ato, desejamos salientar, aqui, a atitude passiva dos escravos que se sujeitavam a praticá-lo ou se submeterem ao açoite. Pela descrição do autor, não havia nenhu-

ma voz de protesto naquele momento, nenhuma interlocução polêmica quanto ao direito de o senhor sujeitá-los ao comportamento humilhante e, em contrapartida, a violência extrema da qual lançaram mão quando houve oportunidade. Cabe acrescentar que eles deviam ter intuído a intenção simbólica (ou não?) daquele ato, descarregando a sua violência na posse sexual da mulher do senhor que os humilhara. Vemos aqui como a *linguagem contida* por esses escravos transformou-se em agressão e violência quando os símbolos senhoriais do poder não estavam presentes. Quando o senhor não estava protegido pelos símbolos do poder senhorial e a força material que os garantia, mas na dependência física dos seus escravos, eles se libertaram de todo o rosário de humilhações e poluição moral da cena. Readquiriram a voz ativa como sujeitos históricos e revidaram a agressão com a violência extrema.

Outro exemplo dessa violência extrema do escravo surgida de maneira repentina nos é dado pelo historiador João Brígido: "Os negros começaram a resmungar; e sempre foi mau agouro, nos ergástulos, o cativo resmungar". O autor escreveu isto referindo-se ao massacre da barca *Laura II*, no ano de 1839. A barca estava navegando havia mais de 49 dias e aportou em Fortaleza. Um dos escravos da tripulação vai à presença do comandante e fala do tratamento desumano, pois estavam famintos. Os marujos cativos não tinham praticamente nada para comer. O escravo havia quebrado, com isto, o código de disciplina, pois exprimia o descontentamento dos demais. E isto não era permitido. Em resposta ao que diz o escravo, o comandante manda-o chicotear diante dos seus companheiros. Em consequência desse ato, os marujos tramam a revolta em silêncio. Às 9 horas da noite do dia 10 de julho de 1839, Constantino (o escravo que falara em nome de todos) assume o comando e ordena o massacre. O comandante Francisco Ferreira, português, o contramestre, prático, dois marinheiros e um passageiro são lançados ao mar. O único branco que escapa, o marujo Bernardo, ficou a serviço dos rebeldes. Desembarcam, são presos e condenados à força.

João Brígido conclui que “presos os negros desmentiram todo o medo com que fugiram e confessaram, com assombrosa lealdade, o que havia feito cada um, dando o seu testemunho da inocência dos demais. O que havia na consciência deles era a melhor noção de Direito; entendiam que deviam partir ao meio todo o senhor que os tolhesse”. Foram fuzilados, sendo Constantino o único a subir à forca.

Mesmo nem sempre resultando nessas explosões de violência, o cotidiano do escravo caracterizava-se ou pelo silêncio frente ao senhor, ou o falar consentido e muitas vezes compulsório. Havia um código de linguagem ao qual o escravo tinha de obedecer sob pena de punição. Nas festas religiosas, segundo testemunho de Ewbank, “quando um escravo entra na sala para acender velas, saúda os membros da família erguendo a mão direita e dizendo ‘Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo’, ‘A bênção’. Deixar de pronunciar tal saudação é considerado atitude desrespeitosa, merecedora de açoites”²⁵.

Eram rituais de subalternização a que o escravo estava obrigado. Assim, podemos ver como o escravo era contido e subordinado aos valores do senhor, não apenas na linguagem como também na própria expressão corporal. Tinha de saudar o deus da religião do senhor, prestar-lhe reverência, pedir para ser abençoado pelos presentes e prestar serviço ritualístico de acender as velas do altar. Se não obedecesse a todo esse ritual de subordinação social aos presentes e não cumprisse esse ritual do catolicismo, estava sujeito a sofrer um castigo corporal, num verdadeiro ato de expiação. Desta forma, quando ele estava diretamente sob controle do seu senhor ou seus prepostos, o escravo ou silenciava ou falava uma linguagem que contradizia com o seu pensamento ou estourava em atos de violência.

Muitas vezes, porém, o silêncio era imposto pelo hábito. O mesmo Ewbank narra o seguinte episódio elucidativo: “Enquanto eu admirava o jardim, um homem desceu correndo a escada, chamando: ‘João... José... João...’. Logo depois dois negros seminus largaram no chão as enxadas

com que trabalhavam. O homem lhes dirigiu três ou quatro palavras, quando se aproximaram e a ambos empurrou para o corredor, por onde sumiram. Que foi que ele lhes disse? – perguntei. ‘Venham cá para serem vendidos’ – foi a resposta. Houve algo naquela ordem e na maneira por que foi dita, em sua subtaneidade e na silenciosa aquiescência daqueles pobres coitados ao serem empurrados para dentro – que senti um calafrio me percorrer o corpo. Em forma e espírito, pareciam as palavras de um antigo carcereiro ao dirigir-se ao condenado na manhã da execução: Saia para ser enforcado”²⁶.

Ainda sobre o silêncio imposto ao escravo, o mesmo autor narra o fato a que assistiu no leilão de escravos no Rio de Janeiro. Uma criança escrava ia ser leiloada juntamente com a sua mãe, mas a “criança não chorava em voz alta, que isso não era permitido às crianças escravas”²⁷.

Mesmo nos momentos em que era açoitado, esse código devia ser respeitado. Debret narra, descrevendo uma das suas pranchas na qual desenhou um negro sendo açoitado: “O infeliz representado no primeiro plano, depois de amarradas as mãos sentou-se sobre os calcanhares, passando as pernas entre os braços de modo a permitir ao feitor que enfiasse uma vara entre os joelhos para servir de entrave; em seguida, facilmente derrubada com um pontapé, a vítima conservava uma posição de imobilidade que permitia ao feitor saciar a sua cólera. Ousando apenas articular uns gritos de misericórdia, o escravo só ouve como resposta “cala a boca negro”²⁸.

Por essas razões sumariamente apresentadas, não há como fugir à evidência de que a linguagem do escravo – quando ele estava sob o controle direto do senhor, de um preposto ou membro da família – era silenciar ou falar de forma passiva, afirmativa ou restrita àquilo que lhe era perguntado. O escravismo, para manter-se, tinha de subordinar o escravo em todos os seus níveis e este foi um dos mais importantes: manter o pensamento do escravo contido pelo aparelho de dominação escravista.

Por outro lado, quando o escravo não estava diretamente coagido, inibido ou reprimido pelo senhor, seus prepostos imediatos ou representantes do poder, a sua loquacidade era por demais significativa não apenas em nível coloquial individual, mas em nível de manifestação coletiva, através de várias atividades grupais onde o falar e o cantar tinham uma função catártica indiscutível. Podemos dizer mesmo que o negro escravo, ao se desinibir da camisa de força ritualística da linguagem imposta pelo senhor, a qual o obrigava a um código de linguagem passivo e apenas concordante, expandia-se em manifestações coletivas de libertação simbólica por meio da palavra e da música. Até hoje, isto é visível nos descendentes de escravos que compõem a população negra no Brasil.

NOTAS

- 1 - RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 3ª ed., 1945, passim.
- 2 - Ver neste sentido: RAMOS, Artur. *O negro brasileiro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2ª ed. aumentada, 1940, passim. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2 vols., 4ª ed. definitiva, 1942, especialmente o 2º volume. Esse filão de estudos produziu uma bibliografia imensa que não cabe ser enumerada aqui.
- 3 - DIAS, Henrique. "Um cartel de desafio". In: CARNEIRO, Edison. *Antologia do negro brasileiro*. Rio de Janeiro/ Porto Alegre: Globo, 1950, p.80.
- 4 - DUSSEN, Adrian van Der. *Relatório sobre as Capitanias conquistadas no Brasil pelos Holandeses*. Rio de Janeiro: IAA, 1947, p.92.
- 5 - RAMOS, Artur. *Introdução à Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943, especialmente a segunda parte: "As culturas negras", p.292, passim.
- 6 - CASTRO, Yeda Pessoa de. *Os falares africanos na interação do Brasil Colônia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1980, p.15.
- 7 - Ver neste sentido: MELO, Antônio Gonçalves de. "Um governador colonial e as seitas africanas". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Pernambucano*, vol. 42, p. 41-45, Recife, 1952.
- 8 - RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Cruz Coutinho, 1900. Ver no particular todo o capítulo sobre a escravidão negra das p. 147 a 154. Terminando o capítulo, João Ribeiro, depois de exaltar a benignidade e benemerência dos senhores de escravos via religião católica, enumerando as concessões que eles fizeram para amenizar a condição dos cativos, escreve: "não é nosso intento fazer a apologia da escravidão" e desenvolve o seu pensamento por meio do trecho que transcrevemos acima.
- 9 - BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1971. Ver no particular, a religião servindo como articuladora de uma ideologia cultural de resistência, todo o capítulo III do primeiro volume desse trabalho, intitulado: "O protesto do escravo e a Religião", das p. 113 a 140.
- 10 - O negro como personagem central é praticamente desconhecido na nossa novelística. Um exemplo negativo neste sentido é o conto *Pai contra mãe*, de Machado de Assis. Na sua urdidura, através recursos de vários níveis, o autor coloca o leitor torcendo para que o personagem branco prenda a personagem negra-escrava e assim possa salvar o filho que estava doente e sem remédio, recebendo o dinheiro pela sua captura salvando-o da morte.
- 11 - Consultar sobre o assunto: BANDEIRA, Antônio Rangel. "Carlos Gomes – no centenário de II Guarany". In: *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, nº CLXXXI, 1970, p.17 e segs. Escreve ele: "Sabe-se que Taunay rejeitou a paternidade do argumento de

Lo Schiavo, tais as absurdas alterações que nele foram feitas pelo poeta Rodolfo Paravicini, autor do libreto. Mas Carlos Gomes não teve culpa, pois até mesmo pedira a Taunay que o entrecho não tivesse mais índios. Já estava cansado de bugres (...). Mas as chamadas 'exigências cênicas' – eufemismo que servia para acobertar preconceitos e o conservantismo – transferiram a ação do século XVIII para o século XVI. Assim, onde havia negros surgiram novamente bugres.", p.25.

12 - Sobre a moderna produção literária dos negros no Brasil, ver: BERND, Zilá. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Brasiliense, 1988. LOBO, Luiza. "A literatura negra contemporânea". In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, nº14, setembro de 1987, p.39-109. KENNEDY, James. "Bibliografia da literatura afro-brasileira contemporânea". In: *Estudos Afro-Asiáticos*, nº15, Rio de Janeiro, junho de 1988. VÁRIOS AUTORES. *Reflexões sobre a literatura afro-brasileira*. São Paulo: Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, 1985. Ver também a coleção *Cadernos Negros*, São Paulo, editados pelo Quilomboje e a visão seletiva dessa produção contida nos livros *AXE* de Paulo Colina e *A Razão Chama* de Oswaldo de Camargo (org.).

13 - BANANERE, Juó. *La divina incrensa*. São Paulo: Folco Masucci, 1966. Juó Bananere (Alexandre Marcondes Machado) teve no apresentador da 2ª edição do seu livro, Mário Leite, um justificador do seu linguajar com o argumento de que "a presença do italiano e de sua descendência, no complexo demográfico de São Paulo sobrepuja muito junto das demais correntes migratórias, procedentes da Europa e da Ásia, incluídas suas largas proles esgalhadas em todo o Estado", daí ter o autor enfeitado "sob a curiosa designação de *Divina Incrensa* um pouco de prosa, poesias da própria lavra, outras, em paródias de versos notáveis, e no mesmo dialeto macarrônico com que iniciara a sua carreira" (Op. cit., p.7-8).

14 - Cf. REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Rio de Janeiro: Presença, 1988. GAMA, Luís. *Trovas Burlescas & escritos em prosa*. São Paulo: Cultura, 1944.

15 - MOTT, Maria Lúcia de. *Submissão e resistência – A mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.

16 - Ver no particular o trabalho de Raymund Sayers, "O poeta negro no Brasil: o caso de João Cruz e Souza", publicado no seu livro *Onze Estudos de literatura brasileira*, pela Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1983, p.81-109. Roger Bastide também se ocupa do problema escrevendo "Quatro estudos sobre Cruz e Souza" no livro *A poesia Afro-Brasileira*, Editora Martins, São Paulo, 1943, p.87-109.

17 - JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo (diário de uma favelada)*. São Paulo: Francisco Alves, 1960, *passim*.

18 - SANTOS, Arlindo Veiga dos. *Contra a Corrente*. Edição *Pátria-Nova*, cidade de São Paulo, 1931 e *Ordem Nova* na qual ele se intitulava Chefe-Geral da *Ação Imperial Patrianovista Brasileira*, Edição *Pátria-Nova*, Cidade de São Paulo, 1933.

19 - SANTOS, Arlindo Veiga dos. *Contra a Corrente*. São Paulo, 1931.

20 - SANTOS, Arlindo Veiga dos. Op. cit.

21 - Op. cit., p. 48-49. Vamos transcrever em seguida o Programa do Patrionovismo como está no livro citado, para se ter uma visão global do seu pensamento político, ideológico e étnico:

I – *Credo* – Privilégio do Catolicismo. Religião obrigatória nas escolas públicas, nos quartéis, institutos hospitalares e correccionais etc.

II – *Monarquia* – Imperador responsável que reine e governe, escolhendo livremente os seus ministros. Base municipal sindicalista de organização do Estado Imperial. Direitos majestáticos da Dinastia Nacional, aclamada pela nação do fundador político da Pátria Imperial Brasileira, D. Pedro I e, agora, representada por S. A. I. Dom Pedro Henrique.

III – *Pátria e Raça Brasileira* – Afirmação da Pátria Imperial Brasileira; sua valorização espiritual (religiosa, intelectual e moral) física e econômica. Afirmação da raça brasileira em todos os seus elementos tradicionais e novos integrados (filhos de estrangeiros). Solução séria e definitiva do problema negro-índio-sertanejo. Formação e valorização física, intelectual e religioso-moral nacionalista da Raça Brasileira. Definição da situação do estrangeiro dentro do Império instaurado. Reação contra todas as formas do Imperialismo Estrangeiro no Brasil.

IV – *Nova Divisão Administrativa* – Divisão do País em províncias menores, meramente administrativas. Educação obrigatória especial contra o espírito regionalista e intensificação do amor à cidade natal ou município, célula da Pátria Imperial.

V – *Organização Sindical* – das classes profissionais de produção espiritual (religiosa, moral e intelectual) e econômica; clero, magistério, artes liberais, artes mecânicas, agricultura, comércio e indústria nacionais e outras, como base da verdadeira representação nacional.

VI – *Capital no Centro do Império*.

VII – *Política Internacional Nacionalista Ativa e Cristã*. Entendimento Especial Ibero-Americanista. (Op. cit., p. 92-93).

22 - Esse distanciamento de Arlindo Veiga dos Santos de problemas de uma *negritude* em primeiro plano das suas preocupações filosóficas podemos ver por meio dos títulos dos capítulos do seu livro *Para a Ordem Nova*. São Paulo: Pátria-Nova, 1933. São os seguintes: *o individualismo e suas consequências* – Encíclicas precedentes à *Rerum Novarum*; *A Encíclica Quadragésimo Anno*; *Os benefícios da Rerum Novarum*; *A doutrina social e econômica*; *Meios de redenção proletária* – *Meio de restaurar a Ordem Social*; *Reforma das instituições*. *Meios*. *A economia, o Socialismo e o Comunismo*, *A reforma dos costumes*, *Elogio do Papa*, *Elogio do Cardeal Arcoverde*, *Ser Santo*, *Ação Católica*, *A pergunta de São João Batista*. *Caridade e Humildade* – *Sonho profético do Beato João Bosco*, *A caminho*, *A fé antiga e imortal*. Era a temática de um militante católico e de um filósofo adepto das posições de Jackson de Figueiredo.

- 23 - BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, p. 162.
- 24 - SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é - 1824-1826 - (Huma vez e nunca mais)*. Rio de Janeiro: Getúlio Costa, s/d. p.133.
- 25 - EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil ou - Diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. 2 vols. São Paulo: Conquista, 1973, 2º vol., p.385. Debret registra outro ato de religiosidade compulsória do escravo da seguinte maneira: "A *Ave-Maria* impõe igual número de obrigações religiosas ao negro católico. Por ocasião da *Ave-Maria* da manhã deve ele fazer o sinal da cruz repetindo o mesmo gesto na *Ave-Maria* da noite, mas com a obrigação de apresentar-se ao seu senhor a fim de desejar-lhe boas noites, recebendo em troca um sinal de aprovação manifestado por um simples movimento de cabeça. E deve-se sentir muito feliz nessa circunstância não lhe infligirem o castigo preparado desde manhã. Cabe-lhe dizer uma oração em comum, antes de deitar-se (...) Finalmente, a *bênção meu senhor* é a fórmula que a negra ensina aos seus negrinhos, mesmo aos de peito, para os quais ela própria pronuncia as palavras, estendendo-lhe o bracinho. Em resumo, é para o negro uma demonstração de respeito e de dedicação". DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2 tomos, 1940, 2º tomo, p.155.
- 26 - EWBANK, Thomas. Op. cit., p.287.
- 27 - Idem, Ibidem.
- 28 - DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e história do Brasil*. São Paulo: Martins, 1940, p.195.

IV

Especificidade e Dinamismo dos Movimentos de São Paulo

É falso pensarmos que a militância do movimento negro está a salvo das sequelas que o racismo provoca em qualquer negro.

*Luíza Barros **

* (MNU - *Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado*, nº 20 - outubro/novembro/dezembro de 1991)

O negro urbano emergente: novos aspectos da questão racial

Para se conhecer mais profundamente a emergência de uma série de organizações e grupos negros em centros urbanos, como está acontecendo atualmente, devemos fazer um pequeno apanhado histórico do seu comportamento após a Abolição; a desarticulação social à qual foi submetido e como ele se aproveitou de diversas formas de organização paralelas – ou grupos específicos – para sobreviver social, econômica, cultural e existencialmente. Foi um movimento cheio de zigue-zagues, havendo, mesmo, muitas dissidências entre eles. Inicialmente, essas organizações tinham cunho religioso, beneficente e cultural, mas terminavam como clubes de lazer, ou mais especificamente como casas ou salões de bailes. Isso levava a que aqueles negros mais conservadores delas se afastassem, muitos procurando criar outras entidades. Essa atitude partia daqueles elementos que tinham uma ideologia segundo a qual o negro devia igualar-se ao branco pelas virtudes morais e pela cultura. Por isso, combatiam a cachaça e o samba nesses centros, os próprios bailes e o comportamento boêmio de certos indivíduos e/ou grupos. Uma ética puritana permeava o pensamento desses negros, fato que se manifestará constantemente na *Imprensa Negra*¹.

Mas, sem possibilidades de o negro frequentar as entidades brancas, todas elas impermeáveis ou quase à sua presença, ele tinha de continuar a se organizar – num fenômeno que era apenas, em muitos aspectos, repetição do que já existia antes da Abolição, quando o negro escravo, para não ser extinto social e mesmo biologicamente, organizou-se de diversas formas: confrarias, *cantos*, entidades de auxílio mútuo para compra de alforria, quilombos etc., mantendo, com isso, uma série de valores e patamares de defesa interligando-se positivamente.

Após a Abolição, no entanto, houve um período no qual o negro não encontrava possibilidades de se integrar economicamente e encontrar a sua identidade étnica de forma não fragmentada e confusa. Daí uma fase onde ele, como o elemento mais onerado no processo de passagem da escravidão para o trabalho livre, desarticulou-se social, psicológica e culturalmente. Mas sempre procurou, em nível organizacional, reencontrar-se.

O desenvolvimento urbano de São Paulo, por outro lado, tal como se verificou, não beneficiou o segmento negro. Pelo contrário. Por uma série de mecanismos discriminadores, ele foi jogado para a periferia do sistema social, cultural e econômico, criando-se ao mesmo tempo, uma série de barreiras ideológicas, da qual a mais abrangente e permanente é o preconceito racial.

O preconceito racial ao lado do processo de marginalização imposto ao negro são os dois elementos determinadores do seu comportamento. Determinam as suas formas de organização e o seu comportamento individual.

Para quem convive com os negros de forma sistemática durante um tempo relativamente grande, em um país no qual existiu a escravidão até recentemente (pouco mais de cem anos) uma coisa salta aos olhos: o seu comportamento ainda está fundamente marcado pelo relacionamento que havia entre senhores e escravos no passado no nível de dominação/subordinação. Essas reminiscências produzem, por seu turno, mecanismos sociopsicológicos de compensação simbólicos – de desajus-

tamento, reajustamento e ajustamento –, fazendo a sua personalidade ser atingida e impossibilitada de reagir a não ser de forma diferente das camadas brancas, diante do mesmo fato. A barragem que ainda persiste e muitas vezes se aguça nas áreas de competição e, por outro lado, a falta de uma visão não setorializada do problema por parte de grande parte dos negros os levam a procurar, por meio de um comportamento ambíguo, contornar essas barreiras sem uma visão mais abrangente do problema. Quando convivemos com o negro que não procura forçar a mobilidade social e se conserva congelado na posição que lhe foi concedida, sem protestar, esse traumatismo de choque com a realidade não se manifesta em primeiro plano, ficando em estado latente.

Acostumado com o comportamento rotineiro de subalternidade, ele adapta-se, acomoda-se, procurando, dentro das constelações fechadas de atitudes e reações (comportamento subalterno, excesso de etiqueta, conformismo com o *seu destino*), não entrar em choque com as barreiras que o separam da sociedade *branca*. Isso passa a ser *natural*. Cria normas justificatórias do seu estado de carência e desintegração social quase absoluto. Estende este comportamento anômico a quase todas as situações as quais tem de enfrentar. Somente quando um fato inesperado e violento o obriga a tomar atitudes divergentes daquela unidade de comportamento tradicional e rotineira ele reage de quatro formas principais: através de uma subalternidade ainda mais acentuada, através da ambiguidade, mediante agressão ou da ansiedade.

Essa agressividade, que se manifesta quase sempre sem refletir ou ser decorrência de uma ideologia que a justifique (agressividade política), leva-o a autoafirmar-se inesperadamente e sentir-se momentaneamente superior àquele que o humilhou ou introduziu elementos de compressão social mais acentuados e que o atingiu individualmente, criando novas respostas à situação/problema enfrentada.

O problema da agressividade do negro neste contexto, como resposta a estímulos exteriores também agressivos, ainda não foi analisado

satisfatoriamente até situá-lo como uma forma de autoafirmação étnica. Não lhe sobrando muito espaço para realizar-se socialmente, ele explode momentaneamente por meio da agressividade, inclusive sexual, procurando desta forma derivar o seu traumatismo e paranoia social através de um ato que seria a negação da sua subalternidade social e étnica.

Por outro lado, o problema do seu comportamento ambíguo deve ser encarado levando-se em consideração, em primeiro plano, as limitações do espaço social que ele tem para se realizar e desenvolver a sua personalidade, e a compressão múltipla que a sociedade *branca* faz para esse espaço não ser ampliado. Convém notar, ainda, que esse espaço reservado ao negro urbano pobre significa, no espaço social total, aquele que está num semivácuo ocupacional e cultural por não ter quem o queira preencher. Essa estreiteza, essa exiguidade do espaço social comprime toda a personalidade do negro. A partir daí, ele começa a ver a sociedade como algo imóvel e petrificado, hierarquizada desde o começo do mundo como está, e procura elementos de compensação nas religiões afro-brasileiras tradicionais ou adere às religiões salvacionistas como a pentecostal, Testemunhas de Jeová e outras (Peter Fry)². Pelas mesmas razões, porém, pode assumir um comportamento agressivo, conforme já afirmamos. A própria criminalidade do negro, já apontada tantas vezes e estatisticamente demonstrada na área do crime da pobreza, nasce – fundamentalmente – da situação socioeconômica na qual ele se encontra na sociedade abrangente (discriminatória), mas, também, estimulada pela necessidade de destruir o tampão compressor que o oprime econômica, cultural e psicologicamente por intermédio de uma série de valores *brancos* aos quais ele está subordinado e que, desde a sua infância, acostumou-se a ouvir como sendo superiores àqueles criados pelos negros e por esse motivo devem ser obedecidos sem discussão. Ele pratica o crime não apenas pelos resultados materiais, mas também por uma vingança simbólica de romper com os valores sagrados impostos pelos brancos. A agressividade apresenta-se, então, como a forma pela

qual ele se superioriza e consegue restabelecer a unidade da sua personalidade ambivalente. Por outro lado, essa agressividade serve para que, diante de alguns setores da comunidade negra, ele adquira *status* de prestígio capaz de projetá-lo ao nível de segurança.

Por outro lado, a visão *setorizada* que o negro tem do branco (a recíproca é ainda mais verdadeira) leva-o a manter-se em guarda todas as vezes em que inicia contatos mais estáveis e patrimoniais com os brancos em termos de negócio, atividades profissionais, ligação familiar ou educacional. Em primeiro lugar, ele visualiza um branco genérico, para somente depois ver o sócio, o colega de classe ou de serviço, o futuro parente etc., individualmente, com as suas qualidades e os seus defeitos, na sua concretude pessoal.

Há, portanto, estereótipos criados pela barragem que o branco erigiu e impôs e que, atingindo o negro, revertem, posteriormente, como um bumerangue contra o criador de barragem étnica. Esse mecanismo circular responde por muito da incompreensão que está surgindo ultimamente nos movimentos negros.

Convém notar, por outro lado, que a agressividade de alguns grupos intelectuais negros, especialmente universitários, é bem diferente da agressividade surgida nas camadas marginalizadas das favelas, dos pardieiros e se traduz objetivamente como um fenômeno social na criminalidade do pobre.

Esses grupos intelectuais fazem questão, consciente ou inconscientemente, de negar as suas possíveis ligações ou ações comuns com as camadas negras marginalizadas ou criminalizadas que constituem a grande maioria do negro brasileiro.

Por isso, criaram uma forma de violência *refinada, civilizada*, mediante formas de comportamento simbólico (o cabelo *black power* e outras manifestações exteriores) ou de rejeição, inclusive em nível de relações pessoais com brancas e brancos. Ficam desenvolvendo e valorizando ideologicamente discussões culturais para saber se Beethoven era ne-

gro, se Pushkin e Balzac também o eram, alimentando, com isto, um Ego paradoxalmente branco.

Desta forma, a agressividade daquelas camadas proletarizadas, marginalizadas ou criminalizadas tem um conteúdo mais profundo de crítica social e étnica porque na sua base estão os problemas socioeconômicos capazes de, por si sós, justificarem atitudes divergentes, no caso a criminalidade. A agressividade de uma camada negra pequeno-burguesa nasce da tentativa de quererem os seus membros ganhar espaços sociais isoladamente (individualmente) depois de haverem assimilado uma filosofia individualista e níveis profissionais relativamente compensadores.

Em outras palavras e abordando o fato sob outro ângulo, isto é, da perspectiva das ideologias, essa posição no espaço social cria uma *ideologia de rejeição* da parte dos grupos pequeno-burgueses negros. Surge naqueles pequenos grupos que, descartando a alternativa de conseguir mobilidade social de forma massiva, através de movimentos de mudanças sociais globais (revolucionárias), optam pela solução individual, e, a partir do seu patamar pessoal, familiar ou profissional, procuram atingir níveis mais elevados, estes sequer sonhados pelos segmentos negros marginalizados.

Esta segunda forma de agressividade simbólica é, em última análise, uma introjeção (interiorização) dos valores brancos em uma camada negra que procura *status* de pequena burguesia ou mais raramente de alta burguesia e, para tal, de um lado, despreza o negro marginal(izado), para com ele não se confundir ou ser confundida, mas, de outro, através de atitudes divergentes individuais, chama a atenção para a sua, destacando-se pelo exótico e cria formas de agressão simbólica através das quais compensa o seu Ego negro por intermédio do Alter branco.

Faz-se notar em ribalta: isto é, pela sua imagem e não pelo seu ser.

É fácil perceber como esse tipo de agressividade cria certas áreas no nível da classe média à qual esses grupos pertencem. Nas universi-

dades, especialmente, o negro procura defender-se do preconceito real não mais como simples negro, descendente de escravos, forçando as barreiras criadas em todos os níveis pela sociedade branca para o seu ascenso social, porém como cidadão negro que já alcançou um patamar de integração relativo em termos da situação da juventude brasileira no seu conjunto e negra em particular. Muitos, sensíveis a determinadas correntes intelectuais, procuram reformá-las a fim de adaptá-las à nossa realidade, sem, contudo, assimilar muitas vezes a problemática na qual daria conteúdo sociologicamente radical a essa práxis agressiva.

Quando dizemos *agressividade* queremos expressar aquela forma de comportamento surgida no decorrer de uma situação problemática e transformada em um ato extremo de força (verbal, corporal ou simbólica) contra o objeto que produz, com a sua ação, o desequilíbrio no comportamento habitual e normal da pessoa, grupo ou instituição negra por eles atingidos. Essa agressividade, por não refletir, na sua essência, um comportamento capaz de canalizar esses estados emocionais para níveis políticos, com propostas ideológicas revolucionárias nas quais os negros pudessem racionalizar e dinamizar esse protesto, quase sempre termina por criar problemas pessoais em nível emocional, para o autor ou autores dessa agressividade.

Isso não quer dizer que, em muitos casos, isto é, quando há um ato de agressividade contra a comunidade negra, ou a um dos seus grupos ou membros, a reação de agressividade do negro como revide não tenha um significado em qualquer dos seus níveis, inclusive no político. Mas não tem significação correspondente em nenhum dos seus níveis, ao grau de agressão que a sociedade branca, preconceituosa, seletiva e autoritária, impõe como padrão normativo.

Isto porque lhe falta uma ideologia que transforme a reação do negro em uma contrapartida de ação capaz de responder dinâmica e radicalmente ao ato agressor. Essa setorização ideológica dos movimentos negros, especialmente a sua elitização em algumas áreas, impede-os de incorporar

a eles a grande massa negra anônima, favelada e criminalizada a qual não tem oxigênio social para falar, reagir à agressividade maior contra ela dos órgãos de repressão que a agridem diariamente. Os protestos contra essa agressão permanente feitos pelos grupos da classe média negra são também simbólicos. Não há uma incorporação permanente através de uma práxis política que una esses dois universos da população negra.

Quanto às formas de comportamento predominantes do negro metropolitano (São Paulo) podemos destacar, em seguida, aquelas mais significativas³:

SUBALTERNIDADE – Concordância com os espaços que lhes são conferidos. Tendência a uma moral puritana. Reconhecimento de que no Brasil há uma democracia racial. Negação de que já foram discriminados como negros alguma vez.

AMBIGUIDADE – Excesso de etiqueta. Verbalização oposta ao pensamento. Ironia disfarçada em elogio. *Malandragem* nas relações com o branco.

AGRESSIVIDADE – 1) Agressividade física: criminalidade; comportamento marginal; uso de drogas (maconha); 2) agressividade simbólica: exibicionismo nos trajes (muitas vezes *africanos*). Exibicionismo nas atitudes sociais e regras de etiqueta em reuniões. Exibicionismo do seu poder econômico (externo) principalmente em espaços *brancos*; 3) agressividade sexual: exibição de brancas em lugares públicos como objeto sexual. Subestimação da mulher negra sexual e socialmente. Subestimação do homem branco. Comportamento fálico com a mulher branca; 4) agressividade compensada: agressividade simbólica que compensa em frequentar grupos sociais brancos e neles mostrar tipos de agressividade e atitudes *exóticas*; 5) agressividade econômica: exibição de *status* de negro rico em vários níveis, inclusive casando-se com mulher branca.

ANSIEDADE – Sentimento que se apodera dos negros todas as vezes que têm de transpor espaços sociais desconhecidos. Ele, paradoxalmente, poderá transformar-se em agressividade, tudo dependendo da reação

dos grupos que compõem o espaço. Se for de rejeição, o negro ou pode cair na subalternidade, aceitando o comportamento do outro agente social, ou poderá partir para atitudes agressivas ou procurar segurança (proteção) via forças mágicas aderindo a religiões salvacionistas.

É verdade que esses tipos de *subalternidade*, *ambiguidade*, *agressividade* e *ansiedade* não se manifestam puros. Isto somente muito raramente, em casos particulares da dialética social e racial. Mas eles tipificam aproximadamente o comportamento e a ideologia subjacente de uma classe média metropolitana negra.

Podemos ver, que, por exemplo, o comportamento sexual dos grupos que representam o comportamento subalterno é também ambíguo. No comportamento sexual interétnico desses grupos negros de classe média, especialmente da geração passada, eles fazem questão de ter uma vida familiar rigidamente integrada com o controle soberano do comportamento dos seus filhos e parentes dependentes, e exercem o papel de *chefes de família* com autoridade muitas vezes excessiva e exigindo de todos (especialmente do sexo feminino) normas de comportamento moral puritano. Ao mesmo tempo, em grupos restritos, longe de casa e de pessoas ligadas à sua atividade profissional, procuram aventuras, especialmente com mulheres brancas, muitas delas prostitutas profissionais. Aliás, eles preferem esse tipo de ligação comercializada que não tem prosseguimento mais longo ou profundo, a terem casos com brancas com implicações mais relevantes e duradouras, capazes de desarticular as suas relações familiares institucionalizadas e abalar o seu nível de dominador e exemplo moral de família.

Já os jovens negros da classe média diferem dos mais velhos e se realizam por meio de uma das formas de agressividade sexual. A agressividade difere da dos velhos em dois planos: 1) Não são ambíguas, mas são, pelo contrário, apresentadas publicamente como elemento compensador. Procuram relações com brancas não profissionais, que vão encontrar em grupos boêmios e supostamente radicais na conduta sexual, em

ambientes artísticos ou culturais onde essa forma de liberalismo se pratica; 2) procuram prolongar essas relações em termos de união semipermanente (encontros permanentes e públicos, mas sem união definitiva) ou amigação que raramente termina em casamento por várias razões: resistência da família da moça (se for branca); saturação sexual dela e seu deslocamento para outro país onde vai esquecer; ou falta de recursos econômicos satisfatórios.

Por outro lado, os negros da geração passada (tomando-se por base que uma geração tem em média 25 anos, podemos situá-los na casa dos cinquenta anos) preocupavam-se muito e ainda se preocupam com a *imagem* do grupo familiar, e com a sua no centro desse grupo, enquanto os jovens atuais, pelo contrário, parecem tomar, na maioria das vezes, uma atitude contestatória em relação à família, talvez porque tenham sofrido na infância a força repressora da autoridade paterna e, por extensão, materna, pois a mulher negra da classe média preocupa-se muito em obedecer às ordens e normas de comportamento ditadas pelo marido, especialmente no círculo familiar, talvez, também, pelas contradições e técnicas de subordinação que circulam nos espaços sociais nos quais têm contato.

Esse contraste de comportamento se aguça e conflita à medida que os jovens negros, ao mesmo tempo em que assimilam certos valores da sociedade de consumo (capitalista), superpõem a essa assimilação certas atitudes contestatórias meramente exteriores, procurando com elas, através de uma agressão simbólica via viés *anarquista*, criar áreas de atrito no próprio grupo familiar. Essa agressividade simbólica intrafamiliar chama também a atenção sobre a sua pessoa nos círculos que ela frequenta, mediante a narração dos seus conflitos com a família, e, muitas vezes, a sua separação dela.

A falta de uma ideologia mais abrangente, dinâmico/radical (revolucionária) por parte desses jovens leva-os a ter uma personalidade dividida. De um lado, procuram exaltar a *negritude*, sem, contudo, conceituar objetivamente o que entendem pelo termo. Criam centros e grupos fe-

chados os quais têm vida efêmera e, ao mesmo tempo, num plano mais abrangente, desenvolvem um relacionamento de autoafirmação na medida em que se realizam sexualmente com brancas.

Franz Fanon retrata, a nosso ver, de forma magistral a introjeção dos valores brancos na ânsia do negro de ter relações com uma branca: "Desposo a cultura branca, a beleza branca, a brancura branca. Nesses seios brancos que as minhas mãos ubiqüitárias acariciam, é a civilização e a dignidade brancas que faço minhas"⁴.

Isto quer dizer que a ansiedade por não ser branco e se compensar não apenas sexualmente, mas em todos os níveis da sua personalidade mutilada, por isso mesmo, nesses jovens negros da classe média, há uma espécie de ritual de iniciação sexual: possuir uma branca, uma *gringa* a qual a partir daí passa a ser procurada por outros negros jovens, porque já iniciada no jogo sexual interétnico, na medida em que cada um transmite (possivelmente de forma exagerada e fantasiosa) seu comportamento como parceiro de cama.

Forma-se um tipo de relacionamento deformado e ao mesmo tempo paradoxalmente conflitante e alienado porque é composto de elementos de *ambigüidade*, *agressividade*, *subalternidade* e *ansiedade*. Isto como consequência de esses jovens não terem assimilado uma ideologia que supere a alienação social, sexual e étnica. Não fazem uma análise mais profunda de como eles também estão explorando sexualmente as jovens brancas para poder obter a sua autoafirmação nem que seja simbólica. É verdade que a recíproca também é verdadeira. As jovens brancas, na sua maioria, que procuram relacionamento com o negro não o fazem por um comportamento *natural*, mas na procura do *exótico* e ocasionalmente excitante, ou por uma posição contestatória e de agressão familiar para desarticulá-la, afirmando que teve relações sexuais com um negro.

Como vemos, os grupos negros da classe média de São Paulo encontram-se em um dilema, no nosso entender: ou fazem uma ponte social, política e cultural com a grande massa negra proletarizada e margina-

lizada, ou vão reproduzir, na sua ideologia, os valores da pequena burguesia. E estes não têm cor.

Dois universos negros e sua dinâmica divergente em São Paulo

1

Uma reflexão teórica sobre a situação ideológica da classe média negra na cidade de São Paulo parece-nos que ainda não foi feita dentro de parâmetros dinâmicos e dos elementos de diversificação verificados à medida que, de um lado, a sociedade global fica mais complexa, e, de outro, essa camada se vulnerabiliza às modificações e diferenciações verificadas nessa dinâmica. De um lado, temos o ascenso de pequenos grupos negros nos níveis burocrático, artístico, econômico, esportivo e universitário etc., e, de outro, o achatamento econômico, social e cultural da grande massa negra, população dominante nas favelas, na criminalidade, na marginalidade, no subemprego ou no desemprego. Esse processo de diferenciação deverá produzir níveis de comportamento diferentes e elaborações ideológicas divergentes, consciente ou inconscientemente. Esse comportamento se diversifica em muitas variáveis sociais, psicológicas e existenciais tendendo, de qualquer maneira, a estabelecer uma dinâmica ideológica que se não é uniforme tem, pelo menos, alguns pontos de referência comuns.

No presente capítulo, queremos nos referir ao segmento negro urbano da cidade de São Paulo até o ano de 1990. Na caracterização dos elementos componentes desses estratos médios podemos dividi-los em: a) Universitários; b) burocratas; c) elementos dos meios artísticos ou esportivos em geral; d) segmentos diretamente ligados à área política. Com isto, desejamos delimitar um universo o qual se configura como um segmento diferenciado do outro universo negro a que podemos chamar de

plebeu, composto de favelados, desempregados, semiempregados, delinquentes e mendigos. Esses dois universos do negro urbano paulistano nem sempre se harmonizam. Pelo contrário. A observação indica que o cruzamento desses dois universos não é obrigatoriamente harmônico.

Isto porque a alocação de um e de outro no espaço social não é idêntica e muitas vezes se chocam ou se friccionam. De forma mais analítica, devemos dizer que o componente ideologizado da classe média negra *letrada* é composto de profissionais liberais, pequenos empresários, universitários, burocratas de diversas repartições (federais, estaduais e municipais), políticos profissionais (com mandato ou sem mandato, mas vinculados ao mundo político), artistas, cantores, atores de Rádio e TV, escritores, jornalistas, componentes de conjuntos musicais, funcionários de estúdios, esportistas profissionais, administradores de pequenas empresas e outros de igual nível social. O segundo universo, *plebeu*, é composto de operários, favelados, delinquentes, aproveitadores de restos de comida e vestuário, ladrões contra o patrimônio, baixas prostitutas, lúmpens, desempregados, horistas de empresas transnacionais, catadores de lixo, lixeiros, domésticas, faxineiras, *margaridas*, desempregados(as), alcoólatras, assaltantes, portadores de neuroses das grandes cidades, malandros e desinteressados no trabalho.

A partir de agora, trataremos desses dois universos negros como *letrado e plebeu*, sendo que no primeiro incluiremos os diversos grupos que compõem a insignificante classe média negra e, no segundo, os grupos que compõem a pobreza e a miséria do segmento negro analfabeto, de pouca ou sem nenhuma escolaridade, empregados de baixa renda ou biscateiros, além dos desempregados.

2

As diferenças de expectativa de vida, comportamento e conduta, racionalizações ideológicas consequentes, as aspirações socioculturais têm

valores e, por isso, objetivos diferentes e muitas vezes antagônicos nesses dois universos negros. E essas diferenças de comportamento dos dois universos estão permeadas pelo universo *branco*. No universo *letrado*, os valores brancos de educação, etiqueta, saber, lazer e outros são incorporados, total ou parcialmente, pelos seus membros; o segundo, *plebeu*, rejeita os valores do universo *branco* como prática, não conscientemente (visão ideológica), mas por impossibilidade de projetá-lo e/ou atingi-lo mesmo como projeto utópico, porque não tem condições de sequer *pensá-lo* nem condições de elaborá-lo como projeto de vida social e/ou individual.

A incorporação, ao universo *plebeu* do negro, das propostas sobre a questão racial no Brasil, elaboradas por parte daquela camada negra letrada e economicamente ajustada em nível de classe média, é dificultada pelas posições que a camada letrada negra assume em relação ao universo negro *plebeu*. Embora reconhecido como componente do problema negro teoricamente – o universo *plebeu* –, não é reconhecido como força social e étnica capaz de solucionar ou tentar resolver o dilema pela sua posição na estrutura social e racial no Brasil. Ele é visto como um elemento instrumental sobre o qual a camada letrada negra deve atuar, considerando-o elemento de estudo, sem uma vinculação estrutural e especialmente dinâmica com o mesmo. A partir daí, ao tempo em que denunciam ou simplesmente constatarem a existência da pressão ideológica, social e racial sobre o universo *plebeu*, dele se distanciam na prática étnico-política e estabelecem linhas de barragem informais para que não se confunda o negro reivindicante intelectual classe média, especialmente universitário ou burocrata, com o negro marginal, isto é: favelado, desocupado, assaltante, *trombadinha*, malandro, estuprador, mendicante ou criminalizado. Eles são usados apenas simbolicamente para dar conteúdo, pelo exemplo da sua existência, das barragens sofridas geralmente pelo negro. As estatísticas, os percentuais de negros preteridos nas diversificadas profissões, tudo isto é aproveitado para mostrar-se o peneiramento social, cultural, psicológico e étnico a que o

negro – abstrato – está sujeito. Mas, por outro lado, esses estudiosos acadêmicos negros afastam-se das camadas plebeias e grupos marginais, nos quais esse preconceito diário e selvagem dá concretude ao dilema negro em São Paulo.

Esses dois universos do negro, um *letrado* e outro *plebeu*, quase sempre não se cruzam na práxis política, especialmente de política racial.

O negro marginal, quase sempre por ser favelado, desempregado ou biscateiro, organiza-se mais no nível dos indivíduos de igual situação social à dele, muitas vezes, nem sabendo sequer da existência desses grupos de reivindicação étnica da classe média negra, nem da sobreposição do preconceito racial ao seu problema social. Na área urbana dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais – isto é, nas regiões Sudeste e Centro do Brasil onde há um processo de diversificação econômica, ocupacional, cultural e étnica maior do que nos outros estados –, as organizações e grupos negros estabeleceram estratégias de ação que, se não excluem, pelo menos colocam em secundário a realidade social e cultural do negro do universo *plebeu*.

Esse discurso ideológico negro bipartido se evidencia muito durante as campanhas eleitorais. Os líderes negros, ou melhor, as personalidades negras que partem em determinado momento para a disputa de cargos eleitorais, sentem, nesse momento, o grande hiato que há entre a sua atuação como membro da comunidade negra, situado no universo letrado, e as necessidades e reivindicações do universo negro *plebeu*. Há um hiato entre comportamento étnico e discurso eleitoral.

Queremos dizer, com isto, que nos momentos de composição e competição eleitoral, como em outros momentos de ajustamento e conchavo político, os grupos negros da classe média ajustam-se aos padrões do sistema e agem da mesma forma que os grupos ou organizações dos brancos no sentido de obterem resultados práticos individuais ou grupais sem levarem em consideração as reivindicações sociais e étnicas do universo *plebeu* negro.

Aliás, cabe acrescentar como elemento de esclarecimento metodológico o que entendemos como sendo *comunidade negra* na área que delimitamos como universo de análise. Para nós, ela é flutuante, tem conotações que se diversificam na função e na dinâmica de acontecimentos e decisões da grande sociedade, os seus grupos de decisão e comportamento governamental.

O que, portanto, chamamos de *comunidade negra*, conforme já havíamos estabelecido inicialmente, divide-se e ao mesmo tempo compõe-se de uma classe média minoritária negra a qual estabelece as regras do discurso ideológico, e de outra que chamamos de *plebeia* na qual esse discurso quase não tem ressonância, ou se tem é muito diluído por interferência de fatores mais imediatos e urgentes na práxis do universo da plebe negra. Essa diferenciação de objetivos e de perspectivas empíricas prende-se a uma série de fatores que os diferenciam, conforme veremos em seguida.

Em primeiro lugar, os elementos negros que entram no processo competitivo eleitoral aderem àqueles partidos que, por injunções momentâneas (eleitorais), necessitam de negros no seu quadro de candidatos a fim de conseguirem votos de negros para a sua legenda, sem que isto interfira na sua trajetória programática fundamental. Muitas vezes apenas incluem genericamente alusões ou intenções sobre o problema do negro, assim mesmo apenas sobre o preconceito racial, referência que satisfaz aqueles negros que têm militância política nesses partidos tradicionais e mediante essas alusões podem se aproximar da massa negra *plebeia*. Com isto, têm elementos para manipular em curto prazo (eleitoral) o potencial dos negros que se encontram na periferia e constituem a grande massa marginalizada da população não branca.

Voltam-se, então, para aquele universo que ficou abandonado por essa elite negra da classe média. Mas, por outro lado, como essa ligação é epidérmica e circunstancial, o negro periférico, favelado, desempregado, criminalizado também é manipulado pelos políticos tradicionais

brancos e, desta forma, conforme os resultados das eleições mais próximas, demonstram que *negro não vota em negro*.

Há, em consequência, um inconformismo ou uma fronteira ideológica porque, de um lado, o negro de classe média apela para o componente *cor* nesses momentos e destaca o preconceito racial, mas, de outro, essa massa negra marginal também é manipulada pelos políticos tradicionais. Muitas vezes ou quase sempre racistas, esses políticos também usam elementos de manipulação ideológica em cima da camada de negros marginalizados e desprotegidos, oferecendo-lhes vantagens econômicas e empregatícias fora do item *cor*. Essas promessas seduzem a grande massa marginalizada negra, que substitui uma postura de reivindicação étnica por possíveis vantagens econômicas individuais.

A frustração constatada pela camada politizada negra, após cada eleição, na qual negros participam nos diversos escalões eleitorais, demonstra, muito bem, o grau de diferenciação ideológica existente em consequência desses dois universos (*letrado e plebeu*), ou seja, o do negro da classe média intelectualizado e o da grande massa negra marginalizada.

Essa grande distância social e ideológica entre o universo do negro da classe média – ideologizado por correntes do movimento da negritude, como *Black Power, Panteras Negras, Malcom X, Luther King, Angela Davis*, entre outras, surgidas no âmbito internacional – e o cotidiano da massa negra, especialmente paulistana, precisa ser analisada mais profundamente. Evidentemente, alguns grupos ou entidades negras voltam-se para o universo do negro da plebe, mas o fazem objetivando mais uma atitude assistencial do que de empatia e identidade étnica e social.

As paralelas desses dois universos muitas vezes somente se encontram no infinito. As distâncias sociais, as suas correspondentes diferenciações ideológicas, políticas e culturais e as consequentes estratégias reivindicativas ou integrativas, muitas vezes divergentes, fazem o movimento negro urbano paulistano não se solidificar em um grande universo. Pelo contrário. Quase sempre ele se caracteriza pela forma-

ção de grupos que se fecham inclusive à interação de outros grupos negros. Mesmo no nível dos grupos com o mesmo *status* social, econômico e cultural, há divergências muito grandes na interpretação do *dilema racial*.

Em São Paulo (Capital), onde a diversificação da divisão do trabalho é muito mais complexa do que em outras cidades e regiões do país, esse fato irá se refletir, também, nas posições ideológicas de diversos estratos da comunidade negra. A dinâmica estabelecida e as metas a serem alcançadas, por isto, divergem mais do que convergem. O maior ponto de convergência, o mais abrangente é, indubitavelmente, o preconceito racial, pois o elemento *cor* é o mais observável e julgado negativamente pela sociedade *branca*. E o racismo surgido desse julgamento atinge e traumatiza (ou sensibiliza) esses componentes de classe média negra que têm consciência étnica.

Em primeiro lugar, o segmento negro *letrado* procura ascender e realizar-se na base da ideologia da classe média *branca*. É neste universo de valores e perspectivas de vida que esse segmento elabora a sua ideologia étnica. Mas, em segundo, é desse segmento letrado que surgem, em contrapartida, os ideólogos raciais radicais do movimento e também os seus intelectuais orgânicos, conforme veremos oportunamente.

Podemos dizer que há um verdadeiro gradiente ideológico que vai da mentalidade conservadora, puritana e conformada de certas famílias e os seus chefes, quase sempre com mais de sessenta anos, e vinculados à área burocrática, até os grupos de jovens negros que elaboram uma ideologia racial radical revolucionária ou de reformismo social. Nesse primeiro universo, o negro organiza-se através de uma série de vínculos ideológicos com movimentos de outros países, mantém contato direto ou simbólico com eles, assimila os seus valores e propostas musicais e até mesmo imita elementos de estética africana ou norte-americana *black*. Consome livros sobre o problema negro internacional, assimila as músicas negras internacionais e as recria nacionalmente.

Segundo levantamento feito pelo ISER (Instituto de Estudos da Religião) em São Paulo (Capital), há 90 entidades negras organizadas. Ainda seguindo o perfil traçado por esse instituto, "(...) analisando os nomes das entidades que compõem a relação, percebe-se que dois terços das primeiras palavras referem-se prioritariamente à forma de organização. Os termos mais correntes são, por ordem decrescente: *Grupo*, *Movimento*, *Sociedade* e *Associação*"⁵.

Prossegue o mesmo texto: "*Grupo*, o termo mais encontrado na lista, indica uma valorização das relações informais. Em relação a *Grupo*, a denominação *Sociedade* apresenta um sentimento mais tradicional e institucionalizante. Pode-se também indagar se *Sociedade* não remete igualmente à história do negro, reatualizando, de certa forma, as antigas Sociedades Antiescravagistas da época da Abolição"⁶.

Detenhamo-nos, agora, em uma análise semântico-ideológica dessa realidade: *grupo* lembra o quilombo, a organização pequena e fechada; *movimento* remete-nos aos eventos de dinâmica social e racial, como as insurreições do século XIX em Salvador; *sociedade* nos leva a repensar as organizações mais abrangentes, como as ligas de alforria e confrarias religiosas; e, finalmente, *associação* poderá memorizar as organizações abolicionistas, como os Caifases.

De todas essas unidades organizacionais negras aparecidas ultimamente há uma com o nome de *movimento*, o *Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial*, depois modificado para *Movimento Negro Unificado (MNU)*, que apresentou inicialmente a proposta mais radical em termos de mudança social, isto é, de dinamização da nossa estrutura, incluindo e enfatizando ou priorizando as modificações radicais nas relações raciais e sociais.

Fundado em 18 de junho de 1978, em São Paulo, num ato público nas escadarias do Teatro Municipal, reuniu mais de três mil negros e membros de entidades democráticas. Para esse ato foram recebidas moções de apoio dos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Rio de

Janeiro, Sergipe, Alagoas e dos negros presidiários da Casa de Detenção de São Paulo.

Esta reorganização ideológica determinou uma reordenação organizacional dinâmica e foi um acontecimento que refletiu a elaboração de uma consciência crítica mais radical do negro metropolitano de São Paulo. Por outro lado, o fato refletiu, pela abrangência da solidariedade de outras unidades políticas do território nacional, também uma sincronia com outras áreas desse mesmo nível de reflexão.

Tal sincronia poderá ter-se dado por: a) Existência de fatos simultâneos que determinaram a solidariedade àqueles acontecidos em São Paulo; ou b) um nível de consciência racial sincrônico que determinou a atitude de solidariedade.

No primeiro caso, temos a evidência, comprovada por diversas pesquisas, da existência desse preconceito racial em nível nacional. A constatação da manifestação de protesto e solidariedade ao movimento paulistano de, pelo menos, seis estados evidencia e registra já uma articulação ideológica do negro em caráter nacional. Pela primeira vez, depois da Frente Negra, os negros unem-se e organizam-se em um movimento unificado⁷.

Essa dinâmica, por outro lado, desenvolvia-se embutida em um contexto político ditatorial, autoritário e inibidor. E é precisamente nesse ambiente que há essa articulação dos negros, talvez porque o contexto autoritário (ditadura militar) tenha estimulado, ainda mais, as manifestações racistas de grupos ou pessoas que faziam parte do aparelho do poder. Não iremos contar aqui a história do MNU, mas delimitar, se possível, as coordenadas ideológicas e as suas diversas gradações de liderança e abrangência.

Por que, durante a ditadura militar, articula-se essa nova dinâmica negra? Haveria, de um lado, uma ligação entre o discurso ideológico autoritário e, de outro, resistindo-o, o protesto negro? Haveria, por outro lado, uma articulação ou uma aproximação entre as propostas

dos grupos e partidos que se opunham à ditadura e essa articulação dos negros paulistanos? De um modo geral, podemos dizer que os espaços sociais do negro diminuíram muito durante a ditadura militar. Mas, ao dizermos isto, não queremos generalizar porque houve, concomitantemente, um processo de diferenciação com uma dinâmica de mobilidade social perceptível na camada *letrada*, na base do chamado *milagre brasileiro*. Se essa mobilidade conseguiu elevar alguns negros ou mesmo grupos do universo *letrado*, por outro lado, penalizou ainda mais o universo *plebeu*.

O primeiro, num processo de acomodação social e política, conservou os seus patamares burocráticos e universitários, enquanto o outro pela própria dinâmica imposta de achatamento salarial, social e cultural do pobre em geral foi atingido de forma violenta, isto é, o negro do universo plebeu, alocado entre favelados, subempregados e desempregados, foi ainda mais penalizado.

Esse processo de diferenciação econômica, social e cultural colocou ainda mais distantes esses dois universos do negro brasileiro, especialmente o paulistano. No entanto, paradoxalmente, o Movimento Negro Unificado funda-se e se desenvolve através de quadros da classe média negra, ou seja, do universo *letrado*, o menos atingido pela política econômica da ditadura militar.

Como explicar sociologicamente este fenômeno? A primeira pergunta à qual se deverá responder é: *por que o protesto não saiu de baixo para cima*, já que os negros das camadas pauperizadas e marginalizadas eram aqueles que mais sofriam social e individualmente as barreiras raciais, sociais e culturais contra eles estabelecidas? Isto é: quais teriam sido as razões que determinaram um processo de tomada de consciência étnica e organizacional não no universo mais atingido e prejudicado com as barreiras raciais, mas no universo letrado que já possuía espaços sociais bem mais largos nos diversos níveis dessa sociedade competitiva e racista?

Devemos considerar, preliminarmente, até que ponto esse universo negro *letrado* foi ou não atingido por correntes ideológicas contestadoras de outros países e o seu reflexo na sua conduta. A partir da década de 1960, a classe média negra paulistana assimilou os movimentos de reivindicação e protesto verificados nos Estados Unidos. Especialmente os nomes de Luther King, Malcom X, Mohamed Ali e Angela Davis eram familiares a essa camada negra. Os próprios grupos e entidades negras existentes difundiam essa efervescência política e étnica. Por outro lado, o negro do universo *plebeu* agrupava-se mais em torno de entidades de cultura popular, como, especialmente, as escolas de samba, que produziam uma cultura de assimilação de padrões brancos e sofriam, e sofrem, um trabalho de cooptação muito bem organizado pelos diversos órgãos institucionais a elas ligados. Esse negro do universo *plebeu* foi atingido pelo impacto ideológico com que a *massa média* (em menor proporção) e a mídia eletrônica (de forma compacta e permanente), além de outros instrumentos, propostas e mecanismos, atuaram e determinaram a sua posição nada reflexiva sobre a sua situação e condição étnica no momento.

No universo letrado, outro reforço foi a independência dos países africanos, especialmente aqueles de língua portuguesa, como Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau. Esse referencial novo, manipulado pelo universo *letrado*, abriu-lhe um leque de atividades no seu nível, muito grande, mas não permitiu ou ampliou a visão do universo *plebeu* que pouco foi influenciado por esses acontecimentos políticos.

Não queremos negar que houve tentativas de membros e/ou grupos do universo *letrado* de cruzar a sua ideologia étnica com o *plebeu* ou de grupos e elementos não *letrados*. No entanto, segundo as nossas pesquisas, elas nunca chegaram ao seu final com êxito.

O que acontecia era a reprodução de uma ideologia assistencialista no mundo negro, isto é, não havia uma identidade para uma ação comum dos dois universos. Havia, por outro lado, uma liderança organi-

zacional e algumas vezes institucional do universo negro *letrado* procurando injetar a sua ideologia racial, política e cultural no universo *plebeu*. Não havia, como não há, portanto, uma convergência social e ideológica, mas, pelo contrário, um movimento de cima para baixo de convencimento, de imposição desse universo *letrado* sobre o outro. Mesmo quando a discussão se verticalizava, quando se deixava de discutir certos problemas que atingiam e atingem apenas o universo *letrado* – como, por exemplo, a Lei Afonso Arinos que considerava simples contravenção a proibição de negros entrarem em boates, serem recusados em estabelecimentos de ensino ou restaurantes, passando-se a discutir o problema da barragem do negro no mercado de trabalho, o preconceito de alunos e professores no círculo de primeiro e segundo graus, a rejeição de negros até para aqueles empregos menos remunerados –, essa discussão é feita e/ou patrocinada pelas instituições do universo *letrado*, como aconteceu no 1º Encontro de Sindicalistas Negros de São Paulo, realizado em 1986, organizado e dirigido, inclusive, no seu temário, pelo Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, órgão subordinado ao governo paulista.

No sentido mais particular, queremos dizer que os atos realizados pelos segmentos do universo *plebeu* foram programados e, de certo modo, direcionados pelos membros do universo *letrado*. Houve, portanto, não uma integração de universos, mas uma hierarquização, na qual o universo letrado, por intermédio de seus membros, impunha ou estabelecia, determinava ou pautava e coordenava os objetivos finais, as discussões e as conclusões do universo *plebeu* e dos seus membros. Esta postura hierarquizante talvez tenha influído para que os negros do universo não letrado se refugiassem ou se reordenassem em organizações, grupos ou segmentos de reivindicações populares nos quais o problema racial e as consequentes posturas de reivindicação étnica não fossem colocados em primeiro plano, mas as de salário, habitação, educação, segurança e transportes – objetivos que sendo sociais e econômicos são,

por força do peneiramento imposto ao negro, também raciais, mas, para eles, não são assim diretamente traduzidos.

Isto, segundo pensamos, cria um processo seletivo de valores reivindicativos entre os dois universos negros. No *letrado*, há, em primeiro plano, a necessidade de se reivindicar a igualdade étnica porque, em muitos aspectos, ele já conseguiu patamares sociais de classe média; no segundo, *plebeu*, pelo contrário, o interesse maior é a reivindicação social, econômica, educacional, de saúde e segurança, pois ele ainda não conseguiu se estabelecer e dinamizar-se no plano do negro classe média.

Tudo isto irá se refletir no nível político, tornando-se frequente ouvir-se nos dois universos: *negro não vota em negro*.

O problema eleitoral e o movimento negro

Esse movimento que se estruturou durante a ditadura militar, por meio da formação de entidades negras com várias denominações, irá se fragmentar, paradoxalmente, com a chamada *redemocratização lenta e gradual* a partir do governo Geisel. Isto porque ela desagrega, divide e, algumas vezes, antagoniza pessoas e/ou grupos negros diferenciados ideologicamente e passam a compor o corpo social de partidos os quais se enfrentam eleitoralmente. Cria-se uma fragmentação do grupo letrado que tem ambições político-eleitorais pessoais, e, com isto, o movimento que, no tempo de ditadura militar, havia estabelecido um órgão coordenador e mobilizador de âmbito nacional (MNU) passa a articular-se em grupos menores e algumas vezes hostis, com objetivos eleitorais imediatos divergentes. Fragmenta-se assim aquela tentativa do negro de organizar-se nacionalmente com uma proposta de resgate étnico e social. Muitos dos seus componentes passam a ser militantes daqueles partidos que se formaram em seguida, como PMDB, PSDB, PDT, PSD, PT, PSB, PCB, PCdoB e outras siglas. Muitas delas não apresentavam nenhuma proposta concreta de significado ideológico,

doutrinal ou político no que concerne ao dilema racial brasileiro. Esse processo de fragmentação dentro do universo letrado evidentemente irá refletir-se no universo plebeu, e é isto que desejamos analisar em seguida.

De fato, as pesquisas tanto de órgãos de informação como trabalhos acadêmicos sobre o comportamento eleitoral do negro na capital paulista, pelas razões apresentadas acima, confirmam o axioma empírico de que *negro não vota em negro*.

Uma das razões relevantes nesse processo de diferenciação de comportamento é que, nesse momento, se cruzam duas unidades: o negro candidato e o negro eleitor, o primeiro saído do universo letrado e o segundo, quase sempre, do universo plebeu. E, conforme já analisamos anteriormente, se o primeiro universo, *letrado*, aparece como componente de prestígio social e político, compondo o setor politizado e instruído, com isto, capacitando-o a cargos de *status* elevado política e economicamente, o segundo continuará sendo objeto, elemento passivo, no processo eleitoral e com isto não vê diferença entre votar em um candidato branco ou em um negro, pois ambos o tratam da mesma forma, isto é, como objeto dos seus desejos de mobilidade social e política. Conforme já dissemos anteriormente, os universos cruzam-se, chocam-se em certos níveis e por isto não se integram. Por outro lado, o universo plebeu é, também, manipulado pelos segmentos, grupos ou partidos brancos, os quais se, de um lado, incorporam ao seu programa ou proposta de governo algumas reivindicações dos negros, no nível da retórica, de outro, impedem a radicalização dos mesmos não permitindo que assumam posição hegemônica ou ativa no processo, instrumentando-os no sentido de exercerem um papel meramente complementar e/ou passivo.

Isto traz, como consequência, uma dinâmica contraditória e algumas vezes antagônica entre o negro candidato e o negro eleitor. Toda uma carga ideológica do negro plebeu ou marginal é descarregada carticamente por ele contra o negro branco, isto é, candidato⁸.

Neste sentido, os resultados obtidos pela professora Ana Lúcia E. F. Valente, analisando as eleições de 1982, em São Paulo, são elucidativos. A análise coloca vários níveis da realidade do negro paulista no processo eleitoral, mas dá especial atenção aos aspectos ideológicos do movimento negro, abrindo, assim, espaço para uma discussão do seu comportamento enquanto *ser político*. Ela afirma: "a partir do surgimento de grupos negros de reivindicação política, novo sentido foi dado à luta contra a discriminação racial. Na expectativa de romper com propostas assimilacionistas presentes sobre a questão racial, outros mecanismos ideológicos passaram a ser utilizados como estratégia de mobilização do segmento negro. As discussões em torno da cultura e o estabelecimento de limites grupais constituíram-se, então, em peças ideológicas fundamentais nos discursos dos militantes negros.

A princípio com o objetivo de reencontrar e recuperar a identidade étnica, o Movimento Negro busca um retorno à África, mediante a valorização de sua cultura e da raça negra, embora não se proponha a recuperação da totalidade africana, mas apenas ao reconhecimento de uma marca cultural historicamente identificada ao grupo⁹.

É evidente que esse discurso cultural como articulador de uma estratégia político-eleitoral tem pouco significado para o universo do negro da *plebe*. Embora se possa supor, em nível teórico, uma possível revivescência, por meio dele, da consciência étnica do negro *plebeu*, na prática eleitoral isto, no entanto, não se verifica. O problema da *identidade* somente pode ser uma ferramenta política para aqueles grupos ou segmentos que têm uma mínima consciência de que está sem ela ou parcialmente a possuem. Isto é, a consciência lhe foi tirada ou parcialmente bloqueada. O que não acontece com o negro da plebe paulistana cujo universo de memória étnica é quase nenhum e cujo comportamento por mecanismos sociais inibidores se cifra em atitudes de agressividade, de ansiedade pela sua posição social, pela disputa dramática dos espaços quase inexistentes para ele.

Como prova de diversificação desses dois universos negros em relação à consciência étnica vamos transcrever a exposição que um grupo de trabalho elaborou para a pesquisa *Os negros no mercado de trabalho na grande São Paulo*. Nele, se lê como característica do universo *plebeu*: "Do ponto de vista da vivência cotidiana, os indivíduos também se manifestam ora de maneira claramente racista, ora através de um racismo camuflado ou, ainda, pelo reconhecimento de situações igualitárias. Neste sentido, as entrevistas da Pesquisa de Emprego e Desemprego refletem diretamente essas situações, tanto em relação às dificuldades do pesquisador que realiza as entrevistas domiciliares, quanto em relação ao informante negro que, assumindo uma concepção dominante, não se identifica com a sua etnia, recusando-se a ser caracterizado pela cor não branca"¹⁰.

Evidentemente que esta fuga à etnia considerada inferior se refletirá na manipulação eleitoral e nos seus resultados. Neste sentido, Ana Lúcia E. F. Valente escreve na sua pesquisa sobre o resultado dos questionários distribuídos, para concluir: "entre os 415 negros que não votaram em candidatos negros, 166 (40%) afirmavam que não os conheciam e 79 (19%) que não tiveram um motivo especial para não terem votado em negro. Se somarmos esses números absolutos aos 125 negros que votaram em candidatos negros, temos um total de 370 indivíduos. Seguindo essa linha, se um trabalho de orientação organizada do *voto negro* tivesse sido efetivado como foi proposto por militantes, potencialmente, nesta amostra 65,5% dos negros teriam votado em candidatos negros. No entanto, para que isso acontecesse ou, que eventualmente fosse conseguido no futuro, seria necessário que a distância entre militantes e *bases* fosse diminuída, o que, entre outras coisas, significa, que militantes negros devam lidar com conceitos mais conhecidos da grande massa negra"¹¹.

Isto, porém, é problemático na prática política. Os segmentos negros do universo *letrado*, responsáveis pela elaboração de uma ideologia e de uma estratégia de ação empírica, criaram um pensamento que condicio-

na a sua atividade em diversos níveis e com isto procuram dinamizar a comunidade negra no seu conjunto ideologicamente, projetando, para isto, alguns postulados, tendências ou posições utópicas não atingindo o universo *plebeu*, e que para João Batista Borges Pereira se resumiriam em:

- O advento de uma era para os negros;
- a esperança de um futuro fraterno;
- a inversão na dialética das cores;
- a meta da integração.

A esse conjunto de generalizações e postulados ideológicos – muitos dos quais foram requintadamente elaborados, outros apenas aflorados em nível de tendências e alguns apenas instituídos pelas organizações ou grupos negros –, Borges Pereira coloca como mecanismo regulador dessa estratégia o problema de raça e de classe que permeia ou dilui as posições ideológicas do negro paulistano. Para ele, a ideologia da integração coloca em discussão temas latentes para a comunidade como o preconceito de cor ou de raça e preconceito de classe, que é para ele o grande domínio de ambiguidade do negro. Essa ambiguidade representaria um grande desafio para o projeto político do grupo. Ele escreve, neste sentido: "(...) como os teóricos acadêmicos ao estudarem o negro, os partidos políticos e os próprios negros não sabem como lidar com essa ambiguidade. Os partidos políticos tratam o negro ora como parte de uma nebulosa minoria carente de participação social, onde se alinham as mulheres, homossexuais, índios etc., ora como componente desadjetivado da sociedade brasileira, nivelando desta maneira os seus eventuais problemas específicos aos problemas nacionais. E a representação do modelo multirracial brasileiro passa para os teóricos e práticos da política, que aliás se infiltra por todos os planos da cultura nacional¹².

Essa conceituação de uma ambivalência feita por Borges Pereira de forma teórica é confirmada pela pesquisa de Ana Lúcia E. F. Valente sobre as eleições de 1982 em São Paulo. Veja na tabela seguinte.

Negro deve votar em negro	Sexo		Idade				Estado Civil			Instrução			Renda			Total
	M	F	18/25	26/35	36+	S.	C.	outros	B.	L.	S.	até 50	51-150	+151		
Não Opinaram	4.0	4.7	1.2	5.7	7.8	2.5	5.6	16.7	8.0		1.0	6.1	5.4	4.3		
Sim (sem explicação)	7.0	11.8	11.1	5.7	9.8	8.4	12.9		8.0	14.1	3.0	6.1	2.9	4.7	9.2	
Não (sem explicação)	1.0	3.5	2.5	4.0	2.5					1.5		4.1	1.0	2.3	2.2	
Sim ("para valorizar a raça"; "para ter representação"; "os negros devem se unir")	23.0	20.0	21.0	15.1	29.4	21.0	22.2	25.0	20.4	26.6	15.2	22.4	22.6	18.6	21.6	
NÃO NECESSARIAMENTE ("depende do candidato, da plataforma, do partido e opção pessoal")	65.0	60.0	64.2	73.5	49.0	65.5	57.4	58.3	60.2	57.8	78.8	61.2	58.1	74.4	62.7	
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	99.9	100	100	100	
Total	(100)	(95)	(81)	(53)	(51)	(119)	(54)	(12)	(88)	(64)	(33)	(49)	(93)	(43)	(185)	

Achamos, pelos números da tabela, que a faixa do universo negro *letrado* vota muito mais nos candidatos negros do que os componentes do universo *plebeu*. Isto significa que a *negritude* ainda não conseguiu elaborar uma ideologia global capaz de conscientizar a comunidade negra no seu conjunto. Não precisamos dizer que nessa dinâmica se cruzam as categorias de raça e classe. Parece-nos que a questão crucial que se reflete nas diversas ideologias e subideologias do mundo negro na cidade de São Paulo ainda não responde às necessidades da solução desses dois níveis que ainda marcham paralelos. Acreditamos que somente uma posição dialética em relação ao problema poderá unir esses dois níveis da questão (raça e classe), e com isto surgir uma posição dinâmico/radical capaz de unificar os universos – negro letrado e o marginal.

Ao afirmarmos, pois, a existência e coexistência, paralela de dois universos do negro paulistano, e, ao mesmo tempo, afirmarmos que somente uma posição dialética poderá superar a contradição entre a visão e o conceito de raça e de classe em um país poliétnico, cabe um momento de reflexão para que o nosso pensamento fique bem esclarecido.

Devemos situá-lo como um esforço de discutir um problema sempre aflorado, mas nunca aprofundado sobre essa contradição: até que ponto, numa sociedade de capitalismo dependente e poliétnica como a brasileira, o problema racial poderá ser enfrentado e resolvido, sem se enfrentar, concomitantemente, o problema da alocação social e da composição racial. Obviamente que essa articulação dinâmica e contraditória, geneticamente ligada com o nosso passado escravista, foi determinada ou fortemente condicionada por mecanismos de barragens atuantes, os quais, embora sem aparecerem obrigatoriamente no nível de consciência social elaborada, fazem parte do subjacente psicológico e/ou ideológico do brasileiro médio.

O problema racial brasileiro, no particular do negro, como todos os problemas das sociedades divididas em classes, passa pelo problema das classes sociais e suas respectivas lutas e a ele estão subordinados,

total ou parcialmente, consciente ou inconscientemente. A avaliação dos níveis de subordinação em cada caso e momento específico depende da análise concreta de cada um. Mas, no caso do negro urbano de São Paulo, essa convergência sociorracial cria divergências ideológicas no nível de elaboração de um pensamento social por parte da camada letrada que o elabora. Há a elaboração de um pensamento fragmentado, que procura dicotomizar o social e o racial, o problema de classe e de raça, como se o racismo fosse epifenomênico, nascido por geração espontânea ou fruto das diferenças físicas entra a população. Ao tempo em que essa camada negra intelectualizada, classe média ou remediada, elabora a ideologia da militância negra, procura criar suportes teóricos que desligam o racismo da exploração social e econômica, cultural e sexual do negro como se uma coisa nada tivesse a ver com a outra. Essa separação bem demonstra como os dois universos negros têm como base de raciocínio realidades bem diferentes; daí, certamente, ou com certeza, o paralelismo de pensamento e ação em relação ao problema, no qual se inclui o racismo social do brasileiro. O primeiro universo em termos idealistas ou utópicos: isto é, de que o racismo é fruto de um sentimento inato do branco contra o negro (e neste caso o problema seria insolúvel) ou de elementos culturais e estéticos. O segundo universo negro sente, e por isto interpreta, de forma realista, o problema, sentindo que esse preconceito racial o lesa no dia a dia, na disputa de cargos, empregos, salários, espaços sociais que lhes são negados e, por isto, ele não é gratuito, mas faz parte de um mecanismo seletivo que visa a barrá-lo, preteri-lo e discriminá-lo no processo inexorável de competição da sociedade capitalista. Esta é especificamente a função social do racismo na sociedade de competição selvagem do Brasil, especialmente em São Paulo, onde o modelo de capitalismo dependente desenvolveu-se completamente.

E é esta contradição que impossibilita, ou dificulta, o encontro de uma esteira ideológica na qual a convergência entre esses dois níveis de realidade – o social e o racial – possa conseguir uma síntese capaz de

unir essas duas problemáticas e se possa apresentar uma proposta de solução que os unifique.

O problema do negro faz parte, pois, do problema nacional e dele não se desliga pelas suas particularidades, mas, pelo contrário, essas particularidades e especificidades devem ser incorporadas ao processo de transformação política, social e cultural da nação brasileira. Porque o problema do negro brasileiro não é apenas o do racismo existente contra ele, como pretendem alguns segmentos da comunidade negra, mas é um problema que passa pela sua integração social, econômica, cultural e psicológica ao seio da nação e à sua desmarginalização como cidadão. O esquecimento deste elemento atomiza muitos grupos negros que não têm uma visão abrangente do problema. Por exemplo, durante a passagem do centenário da Abolição, muitos trabalhos foram publicados, alguns de protesto radical sobre o seu significado, no entanto nenhum movimento foi feito pelas entidades negras no sentido de se democratizar a sociedade brasileira – étnica, social e economicamente – por meio da exigência política da fragmentação da grande propriedade fundiária, o que integraria milhões de negros hoje marginalizados em face da altíssima concentração da propriedade fundiária entre nós. Isto porque se etnicamente ele é negro, socialmente ele é *boia-fria*, *sem-terra*, *rendeiro*, *assalariado agrícola*, *agregado*; em outras palavras, faz parte da massa subalternizada e discriminada pela estrutura arcaica da nossa sociedade no setor agrário, cujas linhagens de proprietários nos remontam, em muitos casos, até aos senhores de escravos¹³.

A beleza negra e a autoafirmação cultural

Ainda no nível de uma ideologia da negritude da cidade de São Paulo, temos a presença de uma cultura de classe média negra (universo *letrado*) que destaca, através de uma dicção literária e, ao mesmo tempo, engajada aos valores culturais *afros*, remetendo-nos a uma estética e a uma valorização cultural dos costumes e do comportamento do negro

via padrões africanos. Nesse desdobramento, durante as últimas décadas, desenvolveu-se uma dinâmica que procurava, e procura, levar ao negro elementos de autovalorização étnica e social. Surgiram grupos que reelaboraram certos padrões culturais africanos, especialmente a sua indumentária.

É uma revalorização cultural simbólica com a qual essa camada negra *letrada*, ou que dela sofre influência, se reencontra com as suas raízes étnicas ou se autovaloriza socialmente. Os produtores dessa subideologia procuram se articular e dinamizar por intermédio de entidades, grupos ou instituições nos quais projetam com atos isolados ou atividades grupais esse anseio de reencontro e autovalorização. Editam publicações, folhetos, montam livrarias, fazem festivais da juventude e divulgam padrões de estética africana. Chegam a montar estabelecimentos de beleza afro, casas de moda ou culinária africana ou outros estabelecimentos do gênero. Ao mesmo tempo, reivindicam a existência de uma literatura *negra* (não obrigatoriamente afro-brasileira) que se desenvolve paralelamente à literatura convencional *branca*.

O grupo *Quilomboje* foi fundado no ano de 1980, com diversas atividades desenvolvidas no meio intelectual negro de São Paulo, entre as quais a edição anual da série *Cadernos Negros* (poemas e contos de forma alternada); rodas de poemas diversas (uma forma de declamação espontânea contrapontada com músicas feitas, cantadas e tocadas pelos membros do grupo com a participação dos presentes) desde 1981.

Seu líder é incontestavelmente, até agora, Cuti (Luiz Silva), nascido em Ourinhos em 31 de outubro de 1951, cidade situada ao sul do estado de São Paulo. Residiu vinte anos na cidade marítima de Santos e mora atualmente (1990) em São Paulo (Capital). Licenciou-se em Letras pela Universidade de São Paulo, no ano de 1980. É funcionário público e professor e foi o fundador da série *Cadernos Negros* do grupo. Trabalhou no jornal *Jornegro* (extinto), órgão da também extinta *Federação das Entidades Afro-brasileiras de São Paulo*. Foi membro de vários FECONESUs (Fes-

tival Comunitário Zumbi, encontros de negros que se realizam anualmente em cidades do interior do estado, desde 1978). Tem publicado os seguintes livros: *Poemas de Carapinha, Batuque de tocaia e Suspensão*. Todos foram publicados pelo próprio autor, sem chancela editorial¹⁴.

Por outro lado, os FECONEZU eram festivais de confraternização, feitos pelos jovens negros todos os anos, sob a direção dos paulistanos, em cidades do interior do estado escolhidas previamente. Destinavam-se a incentivar o sentimento comunitário do negro, a troca de experiências culturais e artísticas e também a criar condições de interação de lazer e colóquio entre os elementos dos dois sexos. Neste sentido, serviram para relaxar as relações entre os diversos grupos negros e exaltavam a expectativa anterior à realização anual desses eventos. Desde 1978, esses encontros se realizam anualmente no mês de dezembro, coincidindo com a data da morte de Zumbi. Por outro lado, segundo depoimentos de participantes desses encontros, muitas vezes as diferenças ali se manifestavam, havendo atritos e discussões, sem que fossem em nível de diminuir a importância e o papel catártico e confraternizador dos eventos.

Outros grupos ou entidades, como o *Grupo de Trabalhos Profissionais Liberais e Universitários Negros (GETEPLUN)* e o *Aristocrata Clube*, trabalham na base de um liberalismo negro elitista que tem como objetivo destacar o negro nos quadros sociais, culturais e profissionais incentivando-o a apoderar-se da cultura do branco (não do africano), capacitando-se por meio dela, cultural e profissionalmente para dar o exemplo, ou seja, demonstrar que o negro não é aquele elemento que quando não suja na entrada suja na saída. Tem vida social requintada, com bailes e uma seleção rigorosa nos seus quadros sociais. O GETEPLUN chega a elaborar festas que lembram rituais iniciáticos para aqueles negros que terminam o curso universitário a fim de que eles se comprometam a se portar como exemplos a ser imitados. É uma ideologia bastante ocidentalizada através da qual os padrões de avaliação do êxito se sobrepõem ao da presença racial.

O *Aristocrata Clube* atua mais na área do lazer, mas com a mesma filosofia em relação ao papel e ao comportamento do negro classe média, divulgando e executando bailes com requintes de indumentária e etiqueta, construindo um clube de campo para os seus sócios e não se ligando a nenhum movimento reivindicativo da camada plebeia.

Esse clube, como o próprio nome diz, foi projetado e funciona como uma entidade cultural e de lazer da pequena camada de negros situados social e ideologicamente no nível de patamares econômicos que alcançaram e não têm interesse maior em participar das lutas raciais e sociais do negro pobre.

Valorização da estética africana

Valorizando os padrões de estética negros, especialmente a beleza da mulher negra, há um movimento no sentido de exaltar-se as formas africanas, detalhar a moda africana e produzir moda semelhante, ou com base nela, aqui no Brasil. Além dos institutos de beleza afro-brasileiros que trabalham com penteados afros, há casas de moda típicas, uma delas a *Akua'Ba*, na rua do Seminário, a qual explica o significado do seu nome em um prospecto de promoção afirmando que *Akua'Ba* é "um termo utilizado na Costa do Marfim para dar boas-vindas, *Akua'Ba*, seja bem-vindo(a).

Na tribo Aschanti de Gana *Akua'Ba* é o nome dado à boneca que as mulheres grávidas usavam na barra da saia para garantirem filhos perfeitos, sendo que a boneca com a cabeça redonda representa a mulher e a boneca com a cabeça quadrada o homem. "Na mesma tribo, nome dado à boneca que as meninas brincavam para ter filhos bonitos".

Depois dessa identificação com a estética africana e o seu simbolismo mágico, os proprietários passam a expor a finalidade do estabelecimento, afirmando que ele tem "como proposta resgatar a cultura afro no que diz respeito à vestimenta, fator importante de integração e resistência a uma massificação calcada em um estereótipo, ou seja:

a cultura dominante branca impõe seus padrões, visando a uma homogeneização visual, onde todos os fatores devem convergir para o conceito do belo”.

Tendo em vista que “cabelos, maquilagem, vestimenta e outros aspectos se limitam a esta visão descaracterizando a cultura afro”, os seus proprietários expõem a sua proposta que não é apenas estética, pois aqui o visual se incorpora a uma valorização dos padrões culturais africanos, mas também ideológica. Transformando esse visual restaurado e simbolizado em um padrão de resistência cultural, conclui que “*Akua’Ba* propõe inovar o vestir, que o negro respeite o seu sentimento de colorir, soltar as formas, legado nosso deixado por culturas milenares que constituem a nossa história.

Que as formas se soltem, entorcem, contornem, puxem amarrando o corpo negro a sua essência”.

A reconstrução do visual africano, ou sua tentativa conseguida parcial ou simbolicamente, é, portanto, essa proposta ideológica, a qual por meio da moda, projeta o anseio de um *revival*, no *hoje*, dos padrões de *culturas milenares* que seriam a base da estrutura sentimental e existencial do negro brasileiro. Como estamos desenvolvendo a análise do prospecto, há toda uma proposta ideológica da função do ateliê cujo texto de propaganda estamos expondo e analisando. Ele desnuda um anseio de restauração da indumentária apoiada em um *ethos* particular do africano capaz de fazer com que o negro brasileiro ou o afro-brasileiro reencontre as suas raízes milenares e nela se incorpore parcialmente, na segurança de que somente assim conseguirá preservar-se como *ser* e, por extensão, pessoa, grupo, etnia ou classe.

O que achamos significativo, aqui, é como os organizadores de um estabelecimento comercial, do ramo da moda, projetam uma ideologia implícita na sua produção, recorrendo, para isto, a mitos e símbolos africanos para divulgar a sua proposta comercial, desejando reincorporar o negro brasileiro ao seu passado africano, reelaborando símbolos e pa-

drões os quais o negro brasileiro já não tinha mais condições de memória capazes de rearticulá-los.

Evidentemente, segundo o nosso raciocínio, na produção desse ateliê está embutida toda uma proposta de renascimento negro-africano, excluindo-se, de forma sistemática, a aculturação com o modo de vestir do branco que representa uma forma de dominação cultural e corporal. É um rompimento com a cultura ambivalente (aculturada) de certos grupos e segmentos negros, de aceitação por alguns da cultura ocidental e a afirmação através da indumentária, do visual das suas culturas africanas na sua existência milenar, reconduzida para o *agora* do negro paulistano. A leitura do volante de propaganda da casa AKUA’BA decodificada nos mostra que um setor do negro paulistano está reivindicando uma forma de impor-se através da revitalização desses padrões estéticos simbólicos que a indumentária representa no seu universo existencial.

Neste particular, a revista *Ébano*, que circulou em 1980-81, é significativa e prolonga, ou melhor, antecipa a proposta da AKUA’BA, embora através de uma forma ambígua, sem a posição de definição antiaculturativa da primeira, mas, pelo contrário, avançando em direção a uma posição de integração de padrões culturais africanos e ocidentais na base de uma identificação com os níveis econômicos da comunidade negra *letrada* e os padrões da classe média branca.

No seu primeiro número – dezembro de 1980 –, a revista reflete uma filosofia étnica de resgate à beleza da mulher negra, da família negra, dos valores culturais do negro brasileiro e da simbologia religiosa africana. Há, na revista, um leque ideológico muito diversificado na base do que foi dito. A capa valoriza a *família negra* brasileira da classe média, vestida com trajes afros, num ambiente sofisticado. Ela, ele e o filho. Ela de cabelos alisados e roupa longa, ele com bata e calça social comum. O filho (de presumivelmente três a quatro anos) está também com uma bata “africana”. Na legenda interna para a capa, a redação informa tratar-se de “família afro-brasileira: Eliane,

Thiago e Junior, vestidos pela Boutique Olow Afrik. Penteados de Sidney e Zuleika"¹⁵.

Esse primeiro número projeta o painel da revista e por isto mesmo deve ser analisado como o resultado da síntese de um pensamento elaborado pela classe média negra paulistana. O seu sumário é uma síntese desse pensamento. Além da reportagem da capa com o título "Charme, beleza e elegância negra", destaca, incluindo como chamada de capa: "A consciência negra de Milton Gonçalves"; "O herói Zumbi"; "O ídolo corintiano Wladimir"; "Yemanjá: não é a rainha do mar"; e "OSCHOSI: é fêmea".

Nota-se, assim, que o maior destaque é para a beleza negra, o seu charme através da indumentária de recorte africano, a entrevista de um ator negro famoso, o fato histórico mitificado de Zumbi; a exaltação da negritude de um jogador de futebol também famoso e dois artigos sobre mitologia iorubana.

Queremos destacar que essa manipulação de uma ideologia da negritude da classe média urbana, segundo já falamos, não tem ligação estrutural ou orgânica, histórica ou existencial com aquela elaborada no nível do universo plebeu, fato que levou João Batista Borges Pereira a escrever que "o negro como grupo sempre se mostrou indiferente ou ambivalente em relação à sua cultura, ou a cultura a ele identificada. A ambivalência ocupa o lugar da indiferença à medida que o meio negro foi se estratificando de modo a permitir a visualização de dupla camada socioeconômica.

Num polo está a maioria da população, formando a imensa massa negra e se alinhando, como os mais deserdados brasileiros, independentemente das suas origens étnicas. Para essa massa, não há lugar para preocupação com a cultura negra e outras filigranas de igual teor. O universo cultural no qual se move e lhe dá sentido a existência lhe é importante porque se confunde, naturalmente, com o próprio fluxo de sua vida. Essa massa vive a sua realidade cultural, sem se preocupar em

classificá-la, sem se interessar pelo que pensam dela. É algo inerente à sua própria condição humana.

No outro polo, começando a desenhar uma pirâmide ainda sem cume pronunciado, está o pequeno segmento que se destacou, em diferentes épocas e por múltiplas vias, dessa mesma massa e que constitui, hoje, uma classe média negra um tanto nebulosa. É um grupo reconhecido – e que se reconhece – como uma espécie de *elite negra* e de onde saem os ideólogos e os arregimentadores de consciências políticas do negro. A sua ascensão social tirou-a da indiferença pela sua marca e a jogou num cipoal de contradições onde, raça, cultura e classe social se cruzam dentro de limites indefinidos. Tal posição lhe dá consciência aguda da necessidade de reencontrar ou recuperar sua identidade de grupo diferenciado, que se perdeu historicamente e se perde, a toda hora, naturalmente, constitui-se em elemento privilegiado para a construção ou reconstrução da identidade grupal"¹⁶.

Este projeto de reconstrução que as entidades de reelaboração das culturas africanas constroem, conforme vimos com os exemplos que demos e continuaremos a analisar, bem demonstra como essa classe média negra paulistana necessita de valores simbólicos de sustentação para se recompor e compor-se com a interação do resto da sociedade branca no nível de identificar-se com as culturas ancestrais, muitas vezes mitificadas (por desconhecimento da sua realidade), mas como elemento mantenedor de uma postura de contestação aos valores brancos dominantes.

No mesmo número da revista *Ébano*, ainda no nível de valorização da beleza da mulher negra e de reelaboração de uma estética de *moda* capaz de confrontar-se com a cultura branca nesse setor, encontramos páginas ilustradas com modelos negras sob o título geral de: "Felinas, doces e belas" e "Elegância, charme e beleza". Nesse bloco ilustrado, a revista mostra onze fotos de modelos negras exibindo trajes de moda ocidental, mostrados por negras e mulatas, sendo que apenas três exi-

bem cabelos trançados tipo africano e as outras, cabelo alisado e de corte ocidental. Nenhuma com o penteado *black power*.

É, como se vê, uma posição ambígua, pois ao tempo em que se procura uma valorização do negro como padrão estético, busca-se sub-repticiamente mostrar-se o belo por meio do negro que se aproxima do padrão estético greco-romano. Exemplo disto é a contracapa da revista, um comercial, por sinal da Boutique "Olow Afrik", que se anuncia como possuindo agências em Nova Iorque, Londres, Roma, Paris e Rio (nenhuma na África), e estampa uma linda modelo mulata ocidentalizada, cabelos alisados, de calças compridas e blusa branca, com uma frase sobre a foto na qual se lê: "Jeans Ébano". Essa dualidade ou ambivalência de valores mostra como a classe média negra paulistana, através dos seus agentes culturais, ao tempo em que procura destacar o negro, aproxima-se dos padrões brancos para autovalorizar-se.

Livraria matriz de consciência étnica

Como uma iniciativa cultural mais consciente da identidade negra, podemos destacar a criação de uma livraria em São Paulo com estoque específico de literatura sobre o negro. Nesse nível de recomposição das suas raízes étnico-culturais um grupo que se destacou da classe média paulistana montou esse estabelecimento dedicado à divulgação e comercialização de livros e revistas africanos e/ou afro-brasileiros. Idealizada a partir de 1986 (dez anos depois da fundação do MNU), a *EBOH Editora e Livraria Ltda.* vem desenvolvendo esse projeto. Por trás da comercialização de livros, há, segundo explicam os seus fundadores, uma proposta de valorização da cultura negra.

Expondo esse programa no *Acorda Negro*, boletim informativo dos grupos negros da Grande São Paulo, declaram: "nossa proposta é muito mais que manter uma livraria e editora. Esta é apenas uma das faces do chamado projeto *Eboh* que pretende, de uma forma apartidária, atingir o maior número possível da população negra de nosso País, sem

nos preocuparmos com os 500 militantes que há anos vêm discutindo a questão negra, com métodos e fórmulas viciados que acabam não levando a nada. Essa é a nossa razão de existir"¹⁷. As palavras são de Márcio Damásio um dos proprietários da livraria *Eboh* que abriu recentemente as suas portas – novembro –, e é a primeira livraria especializada em temas de autores negros. Já contando com quase 1.000 títulos nas áreas de: poesia, romance, infanto-juvenil, política, educação, sociologia, antropologia, religião, arte, humor, esportes, quadrinhos, culinária, música, teatro, cinema, jornais, revistas etc.". Visando a divulgar a literatura negra brasileira e, em geral, a atividade artística e intelectual do negro brasileiro, bem como incentivar e apoiar autores independentes, a *Eboh* promoveu, desde que foi fundada, diversos lançamentos de livros que se inserem no seu campo de atuação (temas e autores neutros). Cada lançamento compreende a cessão do espaço físico, a divulgação do evento através da imprensa, a produção e distribuição de convites, a comercialização da obra, ou seja, toda a sua produção cultural-comercial.

Um jornal de bairro, noticiando a existência da livraria e divulgando a sua filosofia editorial, escreve: "Segundo seus proprietários, o advogado Mário Souza Lopes, o químico Isidoro Teles e o sociólogo Márcio Damásio, militantes do movimento negro, desde 1970, a *Eboh* é um projeto independente que surgiu da reflexão sobre a cultura negra no Brasil. É necessário que se promova uma reciclagem na reflexão sobre a experiência histórica, social e cultural do negro. Isso deverá envolver todos os segmentos raciais e sociais do Brasil"¹⁸.

A declaração é de um dos sócios e gerente geral. Como se pode concluir, há uma filosofia integrativa subjacente na proposta dos fundadores da livraria e, segundo um dos seus diretores, há a necessidade de se envolver todos os segmentos raciais e sociais do Brasil na mesma proposta, esperando com isto que se visualizasse a solução do problema do negro no Brasil de uma forma globalizante, através do envolvimento de todos os segmentos raciais e sociais do Brasil interessados em

resolver a problemática social-racial do País. É, portanto, uma proposta de reciclagem ideológica sobre as atividades dos movimentos negros, vistos de forma crítica pelos elaboradores da proposta ideológica da livraria. Evidentemente que até o momento os seus autores não conseguiram romper as fronteiras dos dois universos negros: o *letrado* e o *plebeu*. Mesmo porque a sua própria ferramenta de trabalho, o livro, é o menos indicado para esse movimento de integração, de um lado, pelo seu alto custo e, de outro, pelo enorme índice de analfabetismo entre os negros do universo *plebeu*.

No entanto, a ideologia do grupo que organizou o estabelecimento comercial com uma proposta ideológica embutida, isto é, uma congregação étnica e social, continua na esteira de uma camada de negros que não fazem aquela ponte capaz de unir os dois universos. A própria posição de profissionais liberais faz com que eles tenham uma visão total ou parcialmente institucionalizada do problema. É uma proposta ainda em curso e dinamização no ano de 1990, e os seus resultados ainda imprevisíveis.

Como vemos, o projeto *EBOH* articula-se com a camada da classe média paulistana e procura fazer a difusão da identidade étnica afro-brasileira por intermédio de livros e outras publicações, mas, por extensão, a própria produção editorial. Mas, ao mesmo tempo, esse espaço cultural negro de autoafirmação étnica, de estrutura comercial, é também um polo aglutinador no nível ideológico dessa proposta de interessar o negro, por meio do livro fundamentalmente, ou de reuniões comunitárias do mesmo tipo de estabelecer vínculos de solidariedade étnica e cultural.

Desvincula-se, desta forma, dos grupos e organizações negras tradicionais em São Paulo por uma proposta *modernizante* para a solução do problema.

Segundo pensamos, desvincula-se dos grupos e organizações negras tradicionais em São Paulo por uma proposta *modernizadora* para a

solução do problema que se acumula a cada momento, especialmente depois que o negro começou a receber o impacto de informações de todos os níveis e de todo o mundo através da mídia eletrônica e de outros canais de informação. Por isto, em artigo publicado no jornal *Shopping News*, Jorge Foster, depois de analisar a modernização da produção de artistas negros, escreve: "No mesmo bairro do Bexiga, onde se localizava no passado o quilombo da Saracura e onde Elza Soares rompeu em público as barreiras que separavam seu trabalho de modernidade, está nascendo um novo projeto, capaz de representar para a literatura negra uma outra espécie de libertação. Trata-se da criação da livraria e editora *EBOH* inteiramente dedicada a temas de autores negros. Seus idealizadores querem, com isto, "colocar no mesmo alguidar a pluriexplosiva produção reflexiva do negro, no Brasil e no Mundo"¹⁹.

Essa ideologia de modernização não impede, porém, que os seus proprietários organizem reuniões na sua sede em homenagem à *velha guarda* militante, responsáveis pela edição da *imprensa negra* em São Paulo. Foram homenageados nessas reuniões: José Correia Leite (*Clarim da Alvorada, Clube Negro de Cultura Social e Jornal Alvorada*), Raul Joviano do Amaral (*Frente Negra Brasileira, Voz da Raça, Jornal Alvorada*), Henrique Antunes Cunha (*Clarim da Alvorada, Associação Cultural do Negro*), Eunice Cunha (*Clarim da Alvorada e Clube Negro de Cultura Social*), Francisco Lucrecio (*Frente Negra Brasileira*), Euclides Silvério dos Santos (*Progresso*), Aristides Barbosa (*Novo Horizonte e Associação Cultural do Negro*), Oswaldo de Camargo (*Níger e Jornal da Tarde*).

Como se pode concluir, a ideologia étnica dos fundadores da livraria não descartava, pelo contrário incorporava, a herança de luta étnica que antecedeu de muito à sua fundação, somando essa herança à sua proposta de modernização, reconhecendo a historicidade dessas lutas através de líderes negros do passado. É, portanto, um pensamento que não deseja ou não propõe uma fratura entre o moderno e o tradicional nesse processo permanente de tomada de consciência étnica e da iden-

tidade do negro paulistano. Há que particularizar, ainda, as afinidades ideológicas ou afetivas entre os líderes do grupo da livraria e os velhos líderes, todos eles ligados a um nível de atividade também intelectual. Isto talvez sirva de elo de continuidade de uma experiência acumulada e não desprezada, substituída ou esquecida na reelaboração de uma ideologia moderna do negro metropolitano de São Paulo. Não seria, pelo visto, uma atitude de saudosismo, mas uma recuperação do passado dinâmico por meio do remanescente de formas paralelas ou convergentes à postura da editora, isto é, o jornalismo militante da comunidade negra do seu tempo em destaque. Isto nos leva a considerar que a proposta em elaboração nesse grupo livreiro-editorial não descarta o passado de lutas dos negros em São Paulo, especialmente do segmento *letrado*, no processo de conscientização de uma proposta cultural integracionista, e, ao mesmo tempo, reavaliadora da dinâmica de reelaboração de uma consciência da geração que o precedeu.

A memória dessa imprensa negra passa por toda a história, que as gerações mais jovens guardam com muita sensibilidade e respeito, pois a consideram, apesar das grandes diferenças existentes nesses jornais, como afirmação ideológica dos seus realizadores, um momento substantivo no transcurso das lutas do negro paulista. Daí, talvez, a incorporação, mediante uma homenagem, desse legado prático e ideológico do passado pelos fundadores e responsáveis do discurso ideológico da livraria *EBOH*.

Numa visão sociológica mais analítica e vertical do ponto de vista do significado dessa postura, podemos ver que essa ideologia do grupo (ou segmento, se considerarmos também os frequentadores da livraria) atua em dois níveis diferentes. É uma reelaboração do pensamento do negro paulistano no nível cultural, mas, ao mesmo tempo em que atua nesse nível, tenta modernizá-lo, abandonando aquilo que se poderia chamar de *revival* africano, especialmente no aspecto religioso, atuando, pelo contrário, como uma força dinamizadora da sua modernização. Mas,

por outro lado, essa modernização não exclui, mas incorpora as velhas lideranças negras, a militância do passado, que atuaram, na sua época, também como catalisador modernizante no seu tempo, ou seja, por intermédio da chamada imprensa negra de São Paulo. De fato, se analisarmos o conteúdo desses jornais, veremos que eles também pregavam à sua maneira um comportamento moderno para a época, por meio da divulgação de códigos de moral e etiqueta que se afastavam fundamentalmente daqueles traços culturais africanos que hoje são revalorizados por certos grupos negros, como o candomblé, a macumba, o samba e outras ressonâncias das culturas africanas em território brasileiro²⁰.

Conclusões

A constatação de ordem sociológica da existência de dois universos do negro paulistano, um *letrado* (classe média) e outro *plebeu* (proletário e marginal), leva-nos a uma série de conclusões de ordem teórica que nos remetem, por sua vez, a repensar a práxis do nível reivindicativo étnico-social dos segmentos negros paulistanos no seu conjunto e das respectivas ideologias e táticas de ataque-defesa implícitas. Não se pode deixar de assinalar que o segmento letrado é o mais sensibilizado com a problemática étnica, a qual, para ele, centra-se no preconceito racial, na discriminação do negro no mercado de trabalho, especialmente em certas áreas de prestígio social e/ou privilégio econômico, como a televisão, teatro, e, de outro lado, na posição do grande segmento negro no nível da plebe, que luta mais pela sua sobrevivência econômica, social e mesmo biológica, perdendo, neste nível de situação concreta e dramática a sua consciência étnica, a sua ancestralidade, a sua herança cultural africana e uma possível memória de retorno às suas matrizes.

Enquanto o primeiro segmento negro, minoritário, procura reacender os valores culturais, religiosos e históricos da África, o segundo atém-se a uma luta corpo a corpo, cotidiana e inglória pela sobrevivência. Enquanto o primeiro segmento detém certas formas e estratégias de

privilégios e/ou prestígio social ou econômico, embora sofrendo restrições por ele reconhecidas em diversos níveis de interação com o branco, o segmento plebeu afunda-se na luta pelo cotidiano da sobrevivência, pelo imediato de cada dia, não tendo, por isto, condições subjetivas de elaborar um projeto reivindicativo apoiado na ideologia do segmento de classe média negra urbana da grande cidade. Segmento que difunde um discurso como resposta de preservação cultural e de defesa contra o preconceito racial. As distâncias sociais refletem-se numa distância ideológica diferenciadora, fato que não permite a união desses dois universos negros na elaboração de uma política unitária, capaz de apresentar propostas que resolveriam o problema do negro ligando-o à solução dos problemas da classe operária e dos marginalizados na sociedade em geral, entre as quais se inclui a grande massa negra urbana²¹.

Este nível de raciocínio leva-nos, por extensão, a analisar essas divergências do movimento negro, com dois universos, como uma consequência da dicotomia básica existente na sociedade brasileira, especialmente em São Paulo, ao nível de classes sociais. Uma coisa está imbricada na outra, mas têm particularidades que fazem com que os dois universos não se integrem e estabeleçam uma dinâmica de ação comum. Há fronteiras no movimento negro que reproduzem essa diferença e, por isto, devem ser consideradas analiticamente como elemento particularizador. São dois universos que na área metropolitana de São Paulo quase sempre se cruzam, ou vão em paralelas, mas quase nunca se integram.

Além desta diferença no universo negro bipartido, há um cruzamento ideológico antagônico ou diferenciado formando outro nível de contradição ou conflito que é aquele existente entre o pobre explorado branco e o negro também explorado, em consequência da ideologia racista que foi inculcada no primeiro e se desdobra à medida que a competição do capitalismo dependente se aguça num país poliétnico e que tem como um dos parâmetros seletores a cor da pele dos seus habitantes.

Com isto, o problema das classes sociais se diversifica e assume aspectos particulares e ambíguos, pois no seio das classes oprimidas e das suas frações há um segmento que se julga superior pela cor da pele.

Por esta razão, o próprio branco explorado julga-se – não diremos sempre, mas em muitos casos, especialmente em casos concretos de disputa do mesmo emprego – com mais direitos do que o outro (negro) na ocupação dos espaços sociais, culturais e econômicos capazes de dar estabilidade plena ao trabalhador. Essa defasagem ideológica, entre o explorado branco e o negro ou não branco, além de explorados e discriminados etnicamente, cria uma contradição suplementar que dificulta, outras vezes anula, a solidariedade de classe e a sua consequente práxis política. O preconceito faz com que o negro, além de explorado pelo sistema capitalista, seja discriminado pelos blocos de poder por um racismo que determina a seleção de pessoal nas empresas e por grandes camadas da população branca pobre, também exploradas.

É neste complexo sociocultural contraditório e ambíguo, quer econômica, quer etnicamente, que os movimentos negros devem atuar, procurando, muitas vezes, concentrar a sua dinâmica em particularidades, como o preconceito de cor (racismo), a discriminação no mercado de trabalho, o casamento interétnico e a violência policial. Mas, segundo pensamos, falta-lhes uma política globalizadora e dialética do problema, capaz de apresentar elementos analíticos e conclusivos sobre esse universo negro que se biparte e desse outro universo que a ele se contrapõe, o universo *branco*, em que se choca com o primeiro já dividido pela situação na qual os negros se situam na alocação de classes sociais no sistema capitalista, em uma sociedade poliétnica e com uma cultura herdada ainda em grande parte do sistema escravista.

NOTAS

- 1 - Ver FERREIRA, Miriam Nicolau. *A Imprensa Negra Paulista (1915-1963)*. São Paulo: FFLCH-USP, 1986, *passim*. MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. Capítulo "A Imprensa negra em São Paulo", p.204-217. MOURA, Clóvis e legendas de FERREIRA, Miriam N. *Imprensa Negra*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1984.
- 2 - FRY, Peter Henry & HOWE, Gare Nigel. *Duas respostas à aflição: umbanda e pentecostalismo*. In: *Debate & Crítica*, São Paulo, nº 6, julho de 1975, p.75. CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de. *Kardecismo e Umbanda*. São Paulo: Pioneira, 1961, *passim*.
- 3 - Quando citamos a classe média metropolitana negra, estamos nos referindo à cidade de São Paulo, no ano de 1985.
- 4 - FANON, Franz. *Pele Negra, máscaras brancas*. Porto Alegre: A. Ferreira, s/d, p.95.
- 5 - *Catálogo de entidades de movimentos negros no Brasil*. Comunicações do Iser, nº 29, 1988.
- 6 - Loc. cit.
- 7 - Ver neste sentido: ANDREWS, George Reid. *Racial Democracy and Political Democracy: Black Protest in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Comunicação apresentada ao Seminário Internacional sobre Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo, Belo Horizonte, 1990 (mimeo). IDEM. *Blacks and Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1991, *passim*.
- 8 - Em 1982, foi organizada, em São Paulo, a FRENAPO (Frente Negra para uma Ação Política de Oposição). Depois de várias reuniões com ativistas, quase todos do PMDB, nas quais foram discutidos problemas relacionados com a política e a sua ligação com a comunidade negra, o órgão desestruturou-se, não resistindo à dialética contraditória de interesses partidários e divergências ideológicas. Os negros diversificaram-se em partidos antagônicos, sendo que Adalberto Camargo, Teodosina Ribeiro e Mário Américo, deputado federal, estadual e vereador, respectivamente, terminaram as suas trajetórias eleitorais no PDS, o mesmo acontecendo a Paulo Rui de Oliveira que chegou por esse partido a ser o primeiro negro presidente da Câmara Municipal de São Paulo.
- 9 - VALENTE, Ana Lúcia E. F. *Política e relações raciais. Os negros e as eleições paulistas de 1982*. São Paulo: FFLCH-USP, 1986, p.33-34.
- 10 - Pesquisa de emprego e desemprego (principais resultados) da Grande São Paulo - SEADE/DIEESE, 1985, p.8.
- 11 - VALENTE, Ana Lúcia E. F. Op. cit., p.96.
- 12 - PEREIRA, Borges, Batista, João. "Parâmetros ideológicos do projeto político dos Negros em São Paulo". In: *Revista do Instituto de Assuntos Brasileiros*, nº24, 1982, p.59.

13 - Neste sentido, em um documento do MNU datado de outubro de 1984, o problema da terra é abordado via Ligas Camponesas. Escrevem os seus autores que "no início dos anos sessenta, os nordestinos, que viviam no campo, se uniram para lutar pela posse da terra - a reforma agrária - dando o nome de Ligas Camponesas foram um fenômeno típico do Nordeste, não se reproduzindo em outras regiões do país. Pelo menos não se tem, até agora, notícias da existência de alguma organização com a mesma intensidade em outras regiões. Só as Ligas Camponesas de Mamanguape e Souza - cidades da Paraíba - juntas reuniram filiadas na casa das dezenas de milhares (...), as Ligas Camponesas em pouco tempo se multiplicavam e se alastravam às centenas em todo o Nordeste. A população do campo, agora organizada, com grande rapidez se tornava uma nova força histórica, trazendo sérias dores de cabeça aos latifundiários; contudo, em março de 1964, o golpe militar pôe por terra aquela formidável organização. Impiedosamente reprimidos, com os seus líderes assassinados, as Ligas são dispersadas. E o povo daquela região que outrora presenciou os seus filhos - os heróis populares - em menor número e sem nenhuma orientação política, enfrentaram forças militares ou policiais superiores à sua capacidade, assistia agora atônito, as Ligas Camponesas serem dissolvidas sem resistência alguma". "Movimentos negros sociais e políticos no século XX". In: *1978-1988 - 10 anos de Lutas Contra o Racismo*. MNU, 1988, p.72-73.

14 - Um componente do QUILOMBOJE assim expressa a sua ideologia racial e cultural: "Alguns olhos apressados e dogmáticos rejeitam a poesia afro-brasileira atual acusando-a de ainda ser limitada ao enfoque negrista de valorização do ser negro presente no início da Negritude. Mas é preciso considerar que, na realidade brasileira, estas questões têm permanecido latentes, confundindo, embaralhando a percepção e enfraquecendo psicologicamente o brasileiro negro ou mestiço preponderantemente negro. E porque persistem na sociedade brasileira estruturas e padrões enraizados no passado racista é que esse debate continua e é fundamental para o equilíbrio psicológico do negro. Conquistado esse equilíbrio, será possível estruturar-se politicamente de forma mais ativa e participante. Por isto mesmo que tais questões, embora pareçam superadas para as outras latitudes, para nós brasileiros correspondem ao ritmo tardio com que as conquistas populares acontecem na sociedade brasileira. Por outro lado, essa questão do tempo não nos é totalmente desfavorável porque, se componentes polêmicos da Negritude ainda persistem no debate brasileiro sobre a questão racial, temos a vantagem de que chegando aqui tardiamente esses componentes foram mesclados com outros valores e perspectivas, possibilitando-nos pensar a Negritude além dos limites naturais existentes à época da eclosão do movimento. Dessa forma, para nós, a negritude acabou sendo associada a significados e símbolos inexistentes à época da atuação de Cesaire e Senghor. Lumumba, Black Panthers, Luther King, Malcom, Angela Davis, Guerras de Libertação das ex-colônias portuguesas em África trazem para cá uma dimensão, uma consciência de que, para enfrentar eficientemente a secular exploração e marginalização, não é possível ficar apenas ao nível de cor da pele, da oposição preto X branco". MINKS, Jamu. "Literatura e Consciência".

In: VÁRIOS AUTORES. *Reflexões*. São Paulo, Quilomboje/Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, 1985, p.18-19.

15 - Revista ÉBANO, ano I, nº 0, São Paulo, dezembro de 1980.

16 - PEREIRA, Borges e BATISTA, João. *Negro e Cultura Negra no Brasil atual*. Separata do vol. XXVI da *Revista de Antropologia*, São Paulo, 1983, p.100.

17 - *Acorda Negro*. Boletim Informativo dos grupos negros da Grande São Paulo, São Paulo, maio de 1987, ano 2, nº3.

18 - *Jornal da Bela Vista*, São Paulo, 27 de março de 1988.

19 - "Somando o moderno às raízes da tradição". *Shopping News*, São Paulo, 16 de novembro de 1986.

20 - Esta posição do grupo da livraria que visa a uma modernização do movimento negro em São Paulo, e, ao mesmo tempo, reuniu os velhos militantes da imprensa negra para um ato de confraternização pelo reconhecimento da sua atuação, não poderá significar, simbolicamente, por outro lado, uma posição de validar o seu poder de decisão por meio da sabedoria dos mais velhos, conselho dos mais experientes (idade=sabedoria) de acordo com os padrões africanos embutidos nessa postura de modernização? Seria uma forma de ver por esta fonte ancestral a legitimação intuitiva, num ritual iniciático inconsciente da aprovação pelos velhos da ação dos grupos e do seu projeto de modernização? Isto é problema para os antropólogos encararem e responderem.

21 - Esta situação dúplice dos movimentos negros no presente é uma das razões, segundo suponho, que determinam o seu comportamento. O endeusamento dos heróis do passado, transformados em mitos ou símbolos da raça, como é o caso de Zumbi, preenche a lacuna de grandes líderes negros no presente. *Zumbi está vivo*, cartaz de propaganda de marcha contra o racismo no Rio de Janeiro é bem ilustrativo dessa postura, bem como outras manifestações da comunidade em relação ao herói de Palmares. A mitificação de Zumbi, a escolha do dia 20 de novembro, aniversário da sua morte como Dia da Consciência Negra, a fundação de um memorial Zumbi, as marchas anuais à Serra da Barriga, finalmente todo o complexo de manifestações de homenagem à sua memória, se de um lado são justas, de outro servem para suprir o vácuo que não foi preenchido no nível de liderança atual desses movimentos. O que se vê, pelo contrário, é uma dificuldade muito grande de se estabelecer entre eles uma unidade ideológica ou política para uma atividade conjugada e radical, no sentido de uma reestruturação das relações sociais e raciais no Brasil. Os heróis mais próximos de nós no tempo, como João Cândido, não têm a mesma carga carismática de Zumbi, bem como outros heróis históricos como o preto Cosme, herói da Balaiada, e João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas, José dos Santos Lira e Manuel Faustino dos Santos, heróis da Inconfidência baiana. Muitos militantes do movimento negro nem lhes sabem o nome. Isto é sintomá-

tico e demonstra como aqueles patamares de lutas iniciais criados pelo negro escravo não tiveram como contrapartida uma continuidade heroica nos nossos dias. A sociedade brasileira se diversificou internamente, ficou mais complexa e opaca e as relações raciais e de classe também acompanharam esse processo. As relações que durante a escravidão eram um corpo a corpo entre o escravo consciente e a ordem escravista foram mediadas por uma série de complicadores e amortecedores, por uma política sutil das classes dominantes que manobram numa estratégia capaz de disfarçar o problema do negro, ficando, deste modo, os movimentos da população negra e não branca em um labirinto. Essas lideranças bem como os grupos de militância negra, nessa situação, são atingidas por diferenças (econômicas, sociais e culturais) mais do que de convergências. Não há, portanto, unidade no presente em torno de um programa de reivindicação étnico-política que seja capaz de dar a eles uma visão independente, mas ao mesmo tempo abrangente e de mostrar um programa capaz de solucionar os problemas não apenas do negro, mas de todos os segmentos oprimidos e discriminados da nossa sociedade.

Biografia



Clóvis Steiger de Assis Moura nasceu no Piauí em 10 de julho de 1925. Aos 17 anos mudou-se para a Bahia, onde participou dos movimentos antifascistas que sacudiram o estado entre 1942 e 1945. Trabalhou no jornal "Momento" e na revista "Seiva". Neste período ingressou no Partido Comunista do Brasil (então PCB). Após a cassação dos mandatos comunistas transferiu-se para São Paulo. Ali continuou sua atuação no jornalismo militante.

Desde o final da década de 1940, Clóvis desenvolveu estudos sobre a história e a cultura negra no Brasil. O resultado desse esforço intelectual foi a publicação, em 1959, de seu livro mais importante: *Rebeliões da Senzala*. Este trabalho pioneiro revolucionou a maneira de ver a nossa história, resgatando o protagonismo dos negros escravizados na dura luta de classes que marcou todo período colonial e o império brasileiro.

Entre outras obras, publicou *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* (1976), *Os quilombos e a rebelião negra* (1981), *Brasil: raízes do protesto negro* (1983), *Sociologia do negro brasileiro* (1988), *As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira* (1990), *Dialética radical do Brasil Negro* (1994), *Dicionário da escravidão no Brasil* (2004). Foi um ativo colaborador da revista *Princípios* na qual escreveu vários artigos.

Criou, em 1975, o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, voltado a compreensão dos problemas dos negros e do racismo. Assuntos dos quais ele se tornou um dos principais especialistas mundiais. Pela qualidade de seu trabalho intelectual, ganhou o título de professor "notório saber" da USP. Clóvis Moura morreu em dezembro de 2003 em São Paulo, deixando suas marcas na academia e, especialmente, no movimento negro brasileiro.